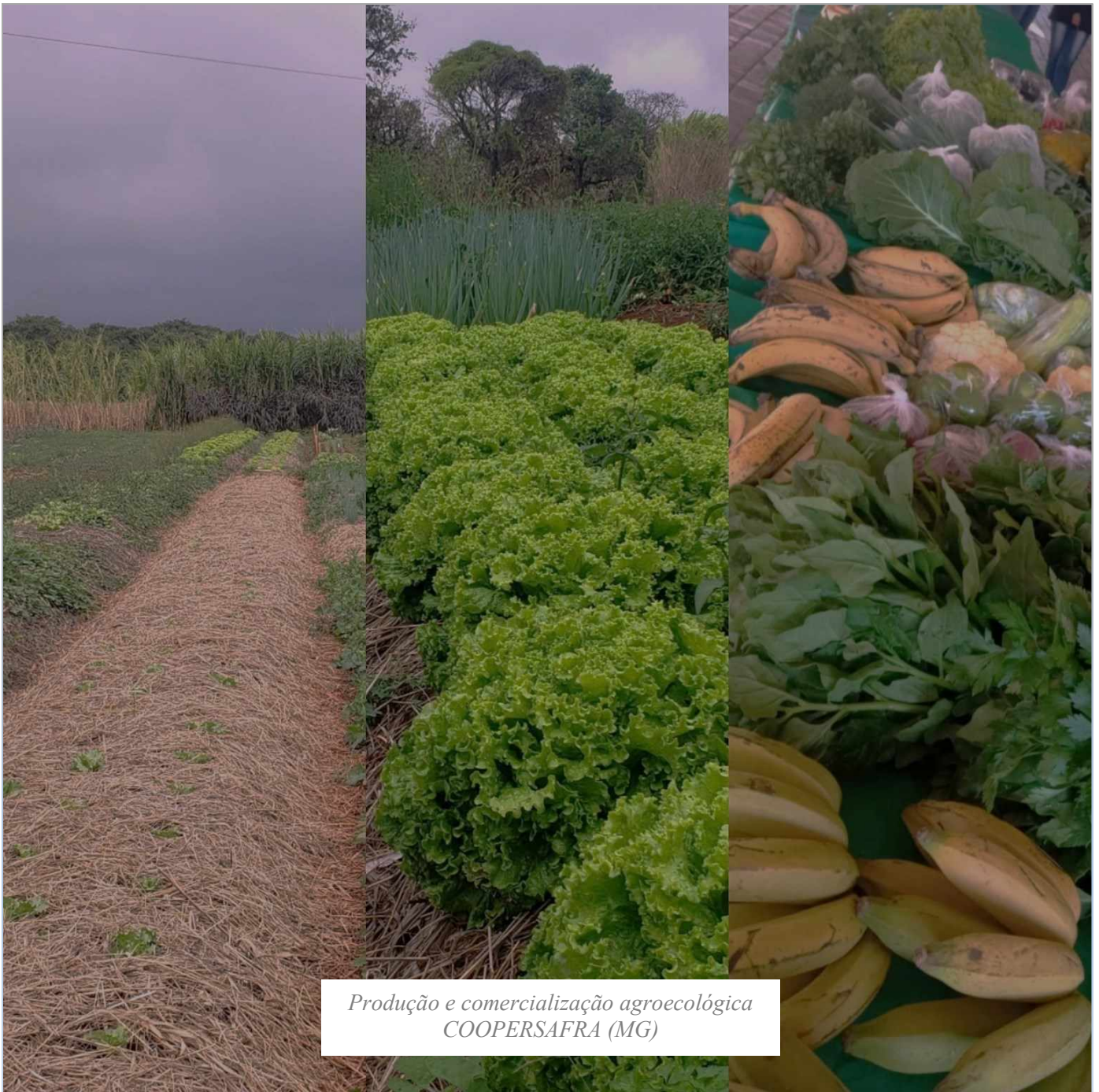


ANDREA COSTA VAN HERK VASCONCELOS



*Produção e comercialização agroecológica
COOPERSAFRA (MG)*

*“Um mais um é sempre mais que dois
Para melhor construir a vida nova
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois”.*
(Sal da Terra – Beto Guedes/Ronaldo Bastos).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDREA COSTA VAN HERK VASCONCELOS

**TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DES)
CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

UBERLÂNDIA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDREA COSTA VAN HERK VASCONCELOS

**TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DES)
CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração em Geografia e Gestão do Território.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps

UBERLÂNDIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

V331t
2023 Vasconcelos, Andrea Costa Van Herk, 1971-
Territorialidades da economia popular solidária no (des) caminho do desenvolvimento local [recurso eletrônico] / Andrea Costa Van Herk Vasconcelos. - 2023.

Orientadora: Geisa Daise Gumiero Cleps.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8025>
Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Cleps, Geisa Daise Gumiero, 1965-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 236 , PPGGEO				
Data:	10 de março de 2023	Hora de início:	14h:40min.	Hora de encerramento:	18h:50min.
Matrícula do Discente:	11913GEO002				
Nome do Discente:	ANDREA COSTA VAN HERK VASCONCELOS				
Título do Trabalho:	TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DES)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se na sala 1H14 do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: [Marcos Aurélio Saqueti - UNIOESTE-PR](#); [Luciano Mendes - USP-SP](#); [William Rodrigues Ferreira - IG-UFU](#); [Cristiane Betanho - FAGEN-UFU](#) e [Geisa Daise Gumiero Cleps - IG-UFU](#) (orientadora do(a) candidata). Alguns Professores participaram de forma on line.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, [Professora Geisa Daise Gumiero Cleps - IG-UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovada com louvor.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutora](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Daise Gumiero Cleps, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/03/2023, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Mendes, Usuário Externo**, em 13/03/2023, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Rodrigues Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/03/2023, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurelio Saquet, Usuário Externo**, em 13/03/2023, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Betanho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/03/2023, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4212852** e o código CRC **3261AD57**.

Para minha família, em especial para meu pai e minha mãe que sempre acreditaram em um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

*“Muita gente me ajudou chegar aqui
Foi aos trancos e barrancos que eu consegui
Minha família, meus amigos, minha fé
A vocês devo tudo”.*
(Xande De Pilares)

Tomando um trecho do livro Fonte Viva, Chico Xavier nos estimula a não abandonar nossos sonhos de conhecer e fazer nos domínios da inteligência e do sentimento, contudo é preciso jamais esquecermos do trabalho pequenino, do dia a dia, porque a vida é um processo renovador em toda parte. Na força do Sublime, não poderia iniciar esses agradecimentos sem mencionar o Ser Maior de todo o universo, Aquele que nos oferece a oportunidade de todos os dias nos tornarmos pessoas melhores. Sem palavras para expressar tamanha gratidão e a certeza de que, com Ele, tudo seria construído da melhor forma possível e que, sem Ele, não chegaríamos até aqui, obrigada Deus!

Meu pai e minha mãe, quanto exemplo e legado, quanta força e ao mesmo tempo quanta humildade, por tudo que me tornei, pela pessoa que sou hoje, por tamanho apreço pela instituição família e pela linda estrada que construíram juntos, meu sincero e amoroso agradecimento por tudo! Penso até, que agradecimento é pouco, preciso continuar esse legado!

Legado, esse, que venho tentando passar aos meus filhos Filipe e Guilherme, que juntamente ao meu esposo Mauro, em meio às muitas provas e expiações do nosso cotidiano, nunca deixou de acreditar, comigo, que há momentos para início e fechamento de ciclos. Por mais esse ciclo em nossas vidas, gratidão por sempre acreditar que é possível vencer obstáculos e desafios com fé e confiança em Deus!

Na certeza de trilhar o caminho certo, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) através da Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), nas pessoas dos gestores, docentes e técnicos, que têm se tornado mais que colegas de trabalho, também amigos de caminhada. Pela oportunidade de me debruçar na pesquisa durante os quatro anos de doutorado, não teria outro sentimento senão pura gratidão! Espero contribuir cada vez mais com os atuais e novos rumos da FAGEN e da UFU.

Aos membros do CIEPS, que me acolheram, me estimularam e contribuíram sobremaneira com os melhores frutos da pesquisa, sem vocês nada faria sentido, meu muitíssimo obrigada! Tomando o CIEPS por centralidade, agradeço a todos e todas agentes de

transformação que foram protagonistas desta tese, que cotidianamente lutam por objetivos coletivos para um mundo melhor, a pesquisa foi realizada pensando em vocês! Especialmente, os agricultores familiares e os consumidores, que são parte fundamental do binômio produção e consumo, a vocês meu sentimento mais profundo de gratidão com desejo de qualidade de vida hoje e sempre!

Aos trabalhadores da agricultura familiar, particularmente os membros da COOPERSAFRA, com vocês aprendi o que é ser coletivo ao pé da letra! Que privilégio ter sido tão bem acolhida, que honra poder acompanhar a vida e a luta de vocês por melhores condições de trabalho e renda. Os mutirões regados com comida da melhor qualidade, risadas largas e ajuda mútua, me fizeram entender o que verdadeiramente importa nessa vida! Com vocês, com certeza, sou uma pessoa melhor! Tomo a liberdade de dedicar um agradecimento especial às mulheres deste coletivo, que bravamente desbravam espaços e congregam, com maestria, os vários papéis da vida cotidiana feminina.

Aos docentes, técnicos e colegas de caminhada do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), agradeço cada aula e cada momento de interação. Todo aprendizado, toda leitura, toda reflexão, me deram condições de pensar mais criticamente e, com isso, me engradeceram com pessoa e profissional! No PPGEO, especialmente em nome dos professores João Cleps e Geisa Cleps, desde o primeiro dia em que procurei por informações sobre o programa, nunca havia sido tão bem recebida por colegas de trabalho em outra unidade, por essas e outras questões, sempre acreditei na interdisciplinaridade como maneira de compartilhar e somar conhecimentos!

Profa. Geisa, muito mais que minha orientadora, mais que colega uma grande amiga, dona de virtudes únicas, tivemos gratas e enriquecedoras conversas, áudios, mensagens de textos, enfim, estímulos preciosos que me acompanharam em todos os momentos do doutorado. Sua carinhosa personalidade me mostrou mais que os caminhos da tese, sua sabedoria, sua paciência, sua tranquilidade, contribuíram de maneira especial para acalmar meu coração muitas vezes afoito e ansioso por respostas. Que maravilha te ter em minha vida e na vida da minha família, gratidão eterna!

Prof. William, quanto agradecimento por seus ensinamentos, que pessoa maravilhosa, sensível, de bem com a vida, carinhoso com tudo e todos, sua contribuição desde o início do doutorado, já no projeto de pesquisa, me mostrou que eu poderia ir mais além. Principalmente, me mostrou que precisava mergulhar no conhecimento e mostrar minha personalidade ao longo da construção da tese. Meu muitíssimo obrigada!

Profª. Cris, minha amiga, minha colega de unidade acadêmica e, agora, de área e de departamento, que força, mulher guerreira e ao mesmo tempo sensível com o próximo, que maravilha e satisfação poder compartilhar seus propósitos de vida e de trabalho! Com facilidade de articulação, de expressar o que realmente acredita, como é bom beber na fonte do seu conhecimento! Espero poder contribuir cada vez mais com projetos profissionais, espero estar sempre presente para dividirmos também, as delícias e as angústias de sermos mães zelosas direcionando nossos filhos pelos melhores caminhos da vida!

Prof. Saquet, como foi bom conhecê-lo através dos seus livros, suas aulas, suas palestras, que leitura prazerosa, rica em teoria e prática! Sempre acreditei que precisamos devolver à sociedade o que a academia nos ensina diariamente! Com o senhor, penso que venho conseguindo visualizar as grandes possibilidades para construir pontes e não nos desvairmos em abismos e distanciamentos puramente acadêmicos! Muito obrigada pelos ensinamentos!

Prof. Luciano, que alegria poder contar com sua leitura, sua presença neste momento tão importante da minha vida! Durante a construção da tese, pude contar com seu companheirismo, seus conhecimentos e sua sabedoria! Sempre é uma satisfação tê-lo por perto para compartilharmos pensamentos, para refletirmos e construirmos caminhos teórico-empíricos! Imensamente grata por sua presença, suas contribuições, sua amizade!

À profª. Janaína, meu muitíssimo obrigada por suas contribuições na banca de qualificação, suas reflexões muito me auxiliaram na construção da ponte necessária para a pesquisa empírica da tese! Desejo-lhe muita luz nos caminhos da maternidade! Prof. Marcelo, entender a importância de participar do LAGEA-NEAT, mesmo que à distância, me direcionou possibilidades únicas para complementações teóricas e ofereceu estímulos cruciais para a construção empírica da tese, meu muito obrigada!

Direciono um agradecimento especial ao prof. Fernando Lefèvre, idealizador do método do discurso do sujeito coletivo, principal método utilizado na pesquisa empírica desta tese. Desde o meu primeiro contato, sempre atencioso e muito prestativo nos vários momentos em que solicitei sua contribuição! Tenho a certeza de que os discursos deram voz aos protagonistas da tese! Meu sincero agradecimento!

Quero agradecer também, a cada um, que de perto ou de longe, motivou, rezou e esteve presente de alguma maneira em minha vida durante os anos do doutorado, que torceu junto comigo para que esse momento, enfim, chegasse!

Vivendo aqui no mato

*Não troco seu despertador
Pelo cantar do galo
Não troco seu carro bonito
Pelo meu cavalo*

*Não troco seu ar poluído
Pelo pó da estrada
Aqui não tem trânsito
Só tem boiada
Nosso céu é limpo
E a noite, enluarada*

*Aqui, o nosso alimento
É a gente que faz
Plantamos de tudo pro gasto
E um pouco mais*

*E se vier fazer visita
Aí que a gente gosta
Moda de viola, uma boa prosa
Em volta da fogueira
Então, a gente mostra*

*O meu amanhecer tem o cantar do galo
O cheiro do mato com gota de orvalho
E é tão gostoso beber um café
Olhando o sol nascer*

*Pego meu cavalo e saio pelo pasto
Toco meu berrante apartando o gado
Sei que sou caipira, mas vivo melhor
Morando aqui no mato*

Trio Parada Dura.

*“Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre.
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida.”
(Milton Nascimento - Maria Maria).*

Oh...Clube da Esquina...que saudade...nascida em BH, filha de pai professor de matemática e mãe, professora de geografia, não teria como seguir outro caminho que não fosse ser mais uma pessoa com fé na educação, na vida e no ser humano. Sou assim, uma pessoa positiva, que acredita no amanhã. No curso de graduação em Administração e, posteriormente, na administração de algumas empresas, sempre me questionei sobre temas como desigualdade social, gênero, diversidade, dentre outros. Principalmente, depois que me tornei mãe pela primeira vez, com esses questionamentos, tive a certeza de que escolhi a profissão certa, ser professora.

No mestrado, meu caminho se cruzou com a economia solidária, o que para mim foi uma alegria, já que a pesquisa me permitiu unir o tema às questões de gênero que ansiava tanto pesquisar. Na dissertação, a escolha pelo objeto de pesquisa – propositalmente duas organizações não governamentais que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social – foi um acerto, em especial devido às oportunidades de trabalho e renda, geradas às mães das crianças acolhidas nas instituições. Contudo, à época, restou o desejo de aprofundar o tema economia solidária, pesquisando-o em outro espectro e outras vertentes como, por exemplo, a relação cidade/campo; a apropriação e o uso do território da economia solidária, dentre outros, mas sabia que me faltavam elementos e conhecimento advindos da geografia que me permitissem explorar “águas mais profundas”.

Como docente na área de administração de empresas desde 2007 e com o passar dos anos, percebi que a enxurrada de informações proveniente da tecnologia ao alcance de uma grande parcela da população, dentre outras facilidades oriundas da globalização dos povos, parece levar nossos alunos a um estágio de passividade, cada vez menos adeptos à pesquisa e ao porquê das coisas. Por essa indagação, além das outras que citei, pela minha ânsia em desvendar a criticidade das relações, pelo tom ambíguo e questionador das temáticas ligadas à economia solidária, tudo isso me levou à linda e grata aproximação com a Geografia.

A decisão por um doutorado nesta área veio, em especial, depois de três anos atuando como docente no curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica no *Campus* Monte Carmelo da UFU, instituição da qual faço parte desde o ano 2014. Bem, a partir disso, bastava então estudar...e estudar...e, claro, uma das partes mais difíceis do doutorado, me “encontrar” na pesquisa e ter a real certeza de que esse encontro me levaria às respostas almeçadas ao estabelecer a identidade da relação – docente em administração e doutora em geografia. Uma coisa era certa, as respostas viriam da Geografia!

A partir dos estudos sobre o território, ainda nas disciplinas do programa, as conversas com minha querida orientadora, professora Geisa, a linda aproximação com a agricultura em pequena escala, a agricultura camponesa e sua vertente agroecológica através da carinhosa acolhida da minha estimada colega professora Cristiane, dentre outras luzes, me conduziram à economia popular solidária. Com isso, surgirão futuras possibilidades interdisciplinares – geografia e administração – que tenho certeza, emergirão novas indagações, satisfarão outras, mas, sobretudo, me envolverão na construção de uma parcela de mundo, no mínimo diferente da que temos hoje, reflexões que quero deixar como legado para futuras gerações.

Pesquisar economia popular solidária, por si só, é lançar-se a um posicionamento crítico e resistente frente a uma história afônica dos sujeitos que a vivenciam e abafada pela hegemonia do capital e da ciranda do capitalismo. Assim, para mim, buscar as territorialidades da economia popular solidária é uma das possibilidades de dar voz aos sujeitos que a idealizam num futuro de oportunidades, e quem sabe, num direcionamento de desenvolvimento local. Bem, mas quais oportunidades? Que futuro é esse de desenvolvimento para a localidade? É desenvolvimento mesmo? De qual desenvolvimento precisamos tratar? Quais relações de poder atuam no processo de desenvolvimento? Como temos controle sobre estas relações? E, como tratamos as relações que não temos controle, aquelas que vêm de agentes distantes de nós, distantes em sentido amplo de apropriação e uso do território? Inúmeras indagações que me aguçaram aprofundar os caminhos da tese...

Bem, se é de futuro que busco tratar, não poderia deixar passar a maior indagação de todas, principalmente considerando um futuro incerto, do pós-pandemia da COVID-19. O ano 2020, iniciei minha caminhada rumo às respostas, vivenciando um mundo também sem respostas, frente a uma batalha biológica há muito não vista, não pela minha geração, não pelos que utilizam das facilidades da tecnologia, das redes, da urbanidade. A existência de um vírus – o Novo Coronavírus – silencioso, arredo, que se expandiu com facilidade, que em pouco tempo acometeu ricos e pobres, deixando países inteiros em completa perplexidade, fez parar grandes e pequenas corporações, fez com que repensássemos nosso futuro. Está aí, uma força

invisível, uma variável incontrolável em nossas vidas, onde o que resta é pensarmos diferente, agirmos diferentemente do que estávamos acostumados, nos adaptarmos aos novos tempos.

Considerando os novos tempos, buscar reflexões que quebrem paradigmas, que busquem alçar novos patamares e novos olhares são necessários. Considerando os panoramas político e econômico, sabemos que as crises do capital refletidas em contextos políticos complexos, reverberam questões contraditórias e problemas sociais que merecem ser no mínimo questionados. No contexto político, por exemplo, entre os anos 2020 e 2023, presenciamos difíceis situações, desde uma polarização partidária até eleições conturbadas em 2022, que não auxiliam, muito pelo contrário afastam a mitigação dos problemas sociais.

Nesse sentido, questões como produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis, são propostas que nos move e nos motiva. Especialmente, considerando que os caminhos atuais e futuros da tese passam justamente por aí...

RESUMO

Experiências, cuja centralidade encontra-se no trabalho coletivo e na reprodução de valores e princípios sociais para o desenvolvimento de comunidades, têm ganhado destaque nos debates que cercam as denominações da economia. Nesse contexto, formas alternativas de produção, comercialização e consumo representam uma condição transformadora e diferenciada, como é o caso das práticas agroecológicas na economia popular solidária (EPS). Visualiza-se, com isso, que transformações econômicas, políticas, socioculturais e ambientais se articulam numa dinâmica territorial, onde o território transformado é parte integrante da constituição das mudanças do homem, enquanto indivíduo e ser social. Nessa perspectiva, entende-se ser necessário suscitar direcionamentos aplicáveis buscando caminhos para o desenvolvimento territorial, local, sustentável e solidário pautado em redes de cooperação com articulações dos agentes de poder, que possam representar possibilidades alternativas ao sistema organizativo da sociedade atual. Entende-se por agentes de transformação, nesse contexto, os agricultores familiares em transição agroecológica, que atuam em organizações produtivas solidárias (OPS); o Centro de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); os consumidores da produção agroecológica, que adquirem alimentos e mercadorias na Feirinha Solidária da UFU; outros agentes de transformação, como técnicos agrícolas, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Central de Movimento Popular (CMP); e os agentes do Estado. Através das territorialidades, representadas por relações e práticas construídas no cotidiano, pensa-se que é possível abrir possibilidades, articuladas por agentes que vivenciam a EPS nas práticas agroecológicas. Contudo, percebe-se que os próprios conceitos – economia popular solidária e agroecologia – ainda denotam paradigmas em construção, embora revelem perspectivas de convergência e aproximação. Compreender como as territorialidades da economia popular solidária são configuradas e articuladas pelos sujeitos que as vivenciam no âmbito do CIEPS/UFU, nos *campi* de Uberlândia e Monte Carmelo (MG), no sentido de promoverem caminho para o desenvolvimento territorial local é, portanto, o objetivo geral desta tese. Como recorte espacial, propôs-se estudar a EPS e sua relação com a agricultura familiar em transição agroecológica a partir do CIEPS e suas práticas nos *campi* da UFU em Uberlândia e Monte Carmelo. Nesse sentido, a EPS é entendida num contexto territorial, em que as relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais são de responsabilidade do ser humano, num processo de construção coletiva sem exploração ao outro ou ao meio ambiente. A pesquisa tem cunho qualitativo aportando-se, prioritariamente, no método do discurso do sujeito coletivo (DSC) com o intuito de representar a realidade social dos sujeitos que vivenciam a realidade estudada. Como hipótese central, confirmou-se que a economia popular solidária, se pautando em princípios coletivos materializados no cotidiano, quando articulada a práticas agroecológicas, revelam territorialidades que podem proporcionar transformação no direcionamento de desenvolvimento territorial local. Contudo e com estímulo crítico, é essencial que haja ocupação dos espaços públicos e cobrança por políticas públicas efetivas, que possam ser implementadas e aplicadas na prática. A presença do CIEPS é imprescindível para que sejam fomentadas ações que levem à emancipação e à construção de novas sociabilidades. Nesse sentido, a práxis para uma transformação real, concreta e de fato deve ser evidenciada. Com todos e todas assumindo papéis de agentes de transformação, entende-se ser possível chegar a um desenvolvimento territorial local, uma vez que há a sedimentação para esse direcionamento.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária; Agroecologia; Territorialidades; Desenvolvimento Territorial Local; Redes de Cooperação.

ABSTRACT

Experiences whose centrality is found in collective work, and in the reproduction of values and social principles for the development of communities, have gained prominence in debates surrounding economic denominations. In this context, alternative production forms, commercialization and consumption represent a transforming and differentiated condition, as is the case of agroecological practices in the popular solidarity economy (EPS). Therefore, it is seen that economic, political, socio-cultural, and environmental transformations are articulated in a territorial dynamic, where the transformed territory is a part that constitutes the changes of man, as an individual and a social being. In this perspective, it is understood that is necessary to raise applicable directions seeking paths for territorial, local, sustainable, and solidary development based on cooperation networks with articulations of power agents, which may represent alternative possibilities to the organizational system of nowadays society. In this context, by transformation agents, it is meant family farmers in agroecological transition who work in solidarity productive organizations (OPS); the Solidarity Economic Enterprises Incubation Center (CIEPS) of the Uberlândia Federal University (UFU); agroecological production consumers, who buy food and goods at the UFU Solidarity Fair; other transformation agents, such as agricultural technicians, the Pastoral Land Commission (CPT) and the Popular Movement Center (CMP); and state agents. Through territorialities, represented by relationships and practices daily built, it is possible to open up possibilities, articulated by agents who experience EPS in agroecological practices. However, the concepts themselves – solidarity popular economy and agroecology – still denote paradigms under construction, although they reveal convergence and approximation perspectives. Understanding how the territorialities solidarity popular economy are configured and articulated by the subjects who experience them within scope of CIEPS/UFU, on the *campi* of Uberlândia and Monte Carmelo (State of Minas Gerais – MG), in order to promote a pathway for local territorial development is, therefore, the general objective of this thesis. As a spatial clipping, it was proposed to study EPS and its relationship with family farming in agroecological transition from CIEPS and its practices on UFU *campi* in Uberlândia and Monte Carmelo. In this regard, EPS is understood in a territorial context, in which social, cultural, political, economic, and environmental relations are the responsibility of human beings, in a collective construction process without exploiting others or environment. The research has a qualitative nature based, primarily, on the Collective Subject Discourse (DSC) method in order to represent the social reality of the subjects who daily experience the studied reality. As a central hypothesis, it was confirmed that the solidarity popular economy based on collective principles materialized in everyday life, when articulated with agroecological practices, reveal territorialities that can provide transformation in the direction of local territorial development. However, and with a critical stimulus, it is essential that there is occupation of public spaces and demand for effective public policy, which can be implemented and applied in practice. The CIEPS presence is essential for promoting actions that lead to the emancipation and the construction of new sociability. In this sense, the praxis for a real, concrete, and effective transformation must be evidenced. With everyone taking on the role of transformation agents, it is possible to reach a local territorial development, because there is a sedimentation for this direction.

Keywords: Popular Solidarity Economy; Agroecology; Territorialities; Local Territorial Development; Cooperation Networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil por região – SIES (2009-2013)	90
Figura 2 - Principais atividades econômicas praticadas pelos empreendimentos econômicos solidários (EES) a partir do SIES – (2009-2013)	92
Figura 3 - Articulações da economia popular solidária (EPS)	115
Figura 4 - Interseção da economia popular e da economia solidária delimitando os contornos da economia popular solidária (EPS)	117
Figura 5 - Escopo dos conceitos para empreendimentos econômicos solidários (EES) e empreendimentos autogestionários alternativos (EAA)	118
Figura 6 - Pilares de atuação dos empreendimentos da economia popular, empreendimentos econômicos solidários e organizações produtivas solidárias	123
Figura 7 - <i>The Welfare Triangle</i> ou Triângulo do Bem-Estar	128
Figura 8 - Os princípios da economia plural e os empreendimentos econômicos solidários	130
Figura 9 - Contribuições de outras ciências à agroecologia	135
Figura 10 - Configuração do “Novo Rural” no Brasil.....	170
Figura 11 - Tipologias de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França.....	180
Figura 12 - Reterritorialização voltada para cooperação e desenvolvimento territorial.....	204
Figura 13 - Ilustração da gestão territorial na práxis de pesquisa e cooperação.....	206
Figura 14 - Principais articulações presentes no sistema local territorial da COOPERSAFRA em Uberlândia (MG).....	207
Figura 15 - Exemplos de identidade visual representando a valorização das potencialidades locais nas propriedades e produção agroecológica assistidas pelo CIEPS.....	209
Figura 16 - Exemplo de mutirão e reunião com prática dialógica para alinhamento de propósito coletivo.....	212

Figura 17 - A feirinha solidária da UFU como espaço que congrega produtores, consumidores e agentes de transformação ligados ao CIEPS.....	214
Figura 18 - Exemplos da relação entre COOPERSAFRA e representantes do MAPA por intermédio de atuação político-institucional descentralizada.....	226
Figura 19 - Capturas de tela para apresentação de ações do Programa Novo Agro - Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação (SMAEI)...	231
Figura 20 - Divisão de lotes no PA Celso Lúcio Moreira da Silva/Carinhosa.....	237
Figura 21 - Registros da 4ª Festa da Semente de Uberlândia e Região.....	253
Figura 22 - Exemplo de alimentos/mercadorias comercializadas na feirinha da UFU.....	268
Figura 23 - Registros do evento de apresentação dos resultados – DSC – na feirinha solidária.....	278
Figura 24 - Banner com o DSC sobre Trabalho Coletivo.....	343
Figura 25 - Banner com o DSC sobre Autogestão.....	344
Figura 26 - Banner com o DSC sobre Redes de Cooperação.....	345
Figura 27 - Banner com o DSC sobre Participação Política.....	346
Figura 28 - Banner com o DSC sobre Sustentabilidade.....	347
Figura 29 - Banner com o DSC sobre Transformação Social.....	348
Figura 30 - Banner com o DSC sobre Desenvolvimento Local, Sustentável e Solidário.....	349

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principais atividades econômicas praticadas nos empreendimentos econômicos solidários por forma de organização – SIES (2009-2013)	94
Gráfico 2 - Atuação dos empreendimentos econômicos solidários por área rural, urbana e ambos – SIES (2009-2013)	95
Gráfico 3 - Faixa etária dos produtores participantes da pesquisa	261
Gráfico 4 - Faixa etária dos consumidores participantes da pesquisa	261
Gráfico 5 - Grau de escolaridade dos produtores	262
Gráfico 6 - Grau de escolaridade dos consumidores	263
Gráfico 7 - Profissões/ocupações dos produtores	264
Gráfico 8 - Produção/ocupação dos consumidores	264
Gráfico 9 - Renda média mensal dos produtores	266
Gráfico 10 - Renda média mensal dos consumidores	266
Gráfico 11 - Meios de comercialização da produção	269
Gráfico 12 - Consumo consciente, por pessoas, por núcleo familiar de consumidores	270
Gráfico 13 - Pessoas da família que trabalham nas propriedades rurais	271
Gráfico 14 - Percepção dos produtores em relação ao formato de comercialização através de cestas solidárias, considerando o contexto pandêmico (Covid-19)	273
Gráfico 15 - Percepção dos consumidores em relação ao formato de comercialização através de cestas solidárias, considerando o contexto pandêmico (Covid-19)	273

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Relação produtiva dos pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais do Censo Agropecuário de 2006	138
Tabela 2 -	Confronto de dados entre o quase pequeno e grande estabelecimento – Censo Agropecuário de 2006	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Esquematisação da tese	36
Quadro 2 -	Conceituações de trabalho na relação com os principais períodos históricos e correntes do pensamento econômico	63
Quadro 3 -	Conjunto de regulamentações associadas ao assalariamento como garantias no campo da proteção social no Brasil (1930-2016)	75
Quadro 4 -	Cinco principais tipologias dos empreendimentos econômicos solidários (EES) a partir do SIES (2009-2013)	91
Quadro 5 -	Principais conceitos e espectros utilizados que sugerem interpretações e análises de uma “outra economia” alternativa	103
Quadro 6 -	Aspectos comparativos entre a economia capitalista e a economia popular solidária (EPS)	113
Quadro 7 -	Crítérios e abordagem de catalisadores do tipo ideal para empreendimentos econômicos solidários (EES)	119
Quadro 8 -	Principais configurações vinculadas à agricultura familiar	153
Quadro 9 -	Tipologia / Sistematização dos espaços rurais	166
Quadro 10 -	Algumas caracterizações complementares entre o velho e o novo rural brasileiro	171
Quadro 11 -	Principais formas de produção na agricultura familiar	177
Quadro 12 -	Principais áreas de atuação dos Núcleos de Estudos Agroecológicos (NEAs)	184
Quadro 13 -	Desenvolvimento, crescimento e evolução como processos de mudança no contexto epistêmico-sistêmico.....	193
Quadro 14 -	Elementos de análise e contribuições materialistas para estudos territoriais.....	198
Quadro 15 -	Premissas para o desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural.....	200
Quadro 16 -	Principais políticas territoriais rurais brasileiras promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).....	220
Quadro 17 -	Articulação entre formação e fases da incubação no CIEPS/UFU.....	250
Quadro 18 -	Resumo de recursos recebidos pelo CIEPS para fomento de ações	252

Quadro 19 - Principais pontos de análise teórico-conceitual como base para o roteiro de entrevistas.....	276
Quadro 20 - O DSC para o trabalho coletivo na visão de produtores e consumidores.....	280
Quadro 21 - O DSC para a autogestão na visão de produtores e consumidores.....	282
Quadro 22 - O DSC para as redes de cooperação na visão de produtores e consumidores.....	284
Quadro 23 - O DSC para a participação política na visão de produtores e consumidores.....	286
Quadro 24 - O DSC para a sustentabilidade na visão de produtores e consumidores.....	288
Quadro 25 - O DSC para a transformação social na visão de produtores e consumidores.....	290
Quadro 26 - O DSC para desenvolvimento local, sustentável e solidário na visão de produtores e consumidores.....	292

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Municípios de Uberlândia e Monte Carmelo (MG) como área de estudo.	235
Mapa 2 -	Localização das propriedades rurais vinculadas ao CIEPS em Uberlândia (MG).....	242
Mapa 3 -	Localização da propriedade rural vinculada ao CIEPS, em Monte Carmelo (MG).....	244
Mapa 4 -	Localização dos consumidores da feirinha solidária da UFU em Uberlândia (MG).....	257
Mapa 5 -	Localização dos consumidores das cestas solidárias em Monte Carmelo (MG).....	259

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA -	Associação Brasileira de Agroecologia
AeR -	Agroecologia em Rede
AGROEC -	Agricultura Familiar Agroecológica
AMA & AFAGA -	Associação dos Mandaleiros de Uberlândia & Associação de Mulheres Artesãs, Agricultores Familiares e Grupos de Afinidades
AMAP -	Associações para a Manutenção da Agricultura Camponesa
ANA -	Articulação Nacional de Agroecologia
ANTEAG -	Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APL -	Arranjo Produtivo Local
BNDES -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADSOL -	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CASA -	Coletivo Autônomo de Solidariedade Autogestionária
CCC -	Circuitos Curtos de Comercialização
CEP -	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CEPAL -	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF-88 -	Constituição Federal Brasileira – ano 1988
CIEPS -	Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
CLT -	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB -	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES -	Conselho Nacional de Economia Solidária
CMP -	Central de Movimento Popular
COFINS -	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONDRAF -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSAD -	Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA -	Conselho de Segurança Alimentar
COOPERSAFRA -	Cooperativa de Economia Popular Solidaria da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia
CMDRS -	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPORG -	Comissões da Produção Orgânica
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
CSA -	Agricultura Apoiada pela Comunidade
DCSOL -	Declaração de Empreendimento Econômico Solidário
EAA -	Empreendimentos Autogestionários Alternativos
EES -	Empreendimentos Econômicos Solidários
EITA -	Cooperativa de Trabalho, Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ES -	Economia Solidária
ESS -	Economia Social Solidária
EPS -	Economia Popular Solidária
FAO -	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAT -	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES -	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FGTS -	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES -	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FINSOCIAL -	Fundo de Investimento Social
FIOCRUZ -	Fundação Oswaldo Cruz

FOL -	Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria
FREPS -	Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
FUNRURAL/ - PRORURAL	Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural
GUARAS -	Grupo Universitário de Agricultura com Responsabilidade Ambiental e Social
GAS -	Grupo de Aquisição Solidária
IAPs -	Institutos de Aposentadoria e Pensões
ICIAG -	Instituto de Ciências Agrárias
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INES-	Incubadora de Economia Solidária
INPS -	Instituto Nacional de Previdência Social
IPTU -	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITCPs -	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITR -	Imposto Territorial Rural
LEADER -	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LOPS -	Lei Orgânica da Previdência Social
MAGRE -	Meio Ambiente, Gestão de Riscos e Emergências
MAPA -	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP -	Movimento Camponês Popular
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS -	Ministério do Desenvolvimento Social
MESA -	Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome
MTE -	Ministério do Trabalho e Emprego
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAs -	Núcleos de Estudos Agroecológicos
NACEM -	Núcleo de Agroecologia do Cerrado Mineiro
NUSORG -	Núcleo de Suporte à Produção Orgânica
OCDE -	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCS -	Organizações de Controle Social
OGM -	Organismos geneticamente modificados
ONG -	Organização não Governamental
OPAC -	Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade
OPS -	Organizações Produtivas Solidárias
PAA -	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs -	Projetos Alternativos Comunitários
PAEG -	Plano de Ação Econômica do Governo
PBF -	Programa Bolsa Família
PDSTR -	Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PIAJ -	Programa de Infância, Adolescência e Juventude
PIB -	Produto Interno Bruto
PIS -	Programa de Integração Social
PMDRS -	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PMU -	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNAE -	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNMPO -	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNPE -	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PROEXC -	Pró-reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT -	Programa de Extensão Universitária

PROGER -	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT -	Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais
PRONATEC -	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONINC -	Programa Nacional de Apoio a Incubadoras Populares
PTC -	Programa Territórios da Cidadania
PVB -	Projeto Vida no Bairro
PVR -	Projeto Vida na Roça
RMV -	Renda Mínima Vitalícia
SAF/MG -	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SAPS -	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SBPS -	Sistema Brasileiro de Proteção Social
SDT -	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDESE -	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SENAES -	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES -	Sistema de Informações em Economia Solidária
SLOT -	Sistemas Locais Territoriais
SMAEI -	Secretaria Municipal de Agropecuária, Economia e Inovação
SPG -	Sistemas Participativos de Garantia
TDR -	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
PRIMEIRO MOMENTO	
Dinâmicas Territoriais da Economia Solidária	46
CAPÍTULO 1	
A Economia Solidária frente ao poder do Estado na mundialização do capital	47
1.1 Estado, trabalho e classe na mundialização do capital como retrato da globalização excludente	48
1.2 O caráter contraditório na construção das políticas públicas brasileiras: um panorama dos governos neodesenvolvimentistas FHC e Lula para a economia solidária	69
1.3. A economia solidária como movimento de resistência nos ditames do capital	86
CAPÍTULO 2	
Economia Solidária e Economia Popular Solidária: origem, dificuldades e desafios	97
2.1. Raízes que denotam um conceito ainda em transformação	98
2.2. Entre o “Popular” e o “Solidário”: um debate necessário pelos versos e aversos das relações de poder	106
2.3. Economia Popular Solidária e Agroecologia: princípios complementares para uma nova sociabilidade destacada pela soberania alimentar	127
SEGUNDO MOMENTO	
Dinâmicas da Relação Campo/Cidade na Economia Solidária	141
CAPÍTULO 3	
Agricultura Familiar Camponesa e a relação campo/cidade para as cadeias produtivas solidárias e as formas alternativas de produção e consumo	142
3.1. Agricultura familiar camponesa e suas relações com a questão agrária no Brasil	145
3.2. A agroecologia como materialidade da agricultura familiar camponesa na relação campo/cidade	164
3.3 Cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção na agricultura familiar camponesa: as práticas agroecológicas	174

TERCEIRO MOMENTO

Dinâmicas do Desenvolvimento Territorial Local e os Agentes de Transformação 187

CAPÍTULO 4

O (des)caminho do desenvolvimento territorial local e a atuação dos agentes de transformação para a economia popular solidária e a agroecologia 188

4.1. As multifaces do desenvolvimento e sua importância como transformação territorial 189

4.2. A abordagem territorial do desenvolvimento na perspectiva local: um olhar a partir do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) 196

4.3. As políticas territoriais rurais para o desenvolvimento local na realidade dos agricultores assessorados pelo CIEPS 216

QUARTO MOMENTO

O Caso dos Agricultores Familiares Camponeses em Transição Agroecológica na Economia Popular Solidária ligados ao CIEPS da UFU 233

CAPÍTULO 5

Territorialidades da Economia Popular Solidária no discurso do sujeito coletivo - a agroecologia como oportunidade 234

5.1. O CIEPS e suas relações à guisa do desenvolvimento territorial local 235

5.2. Agricultores e consumidores como agentes de transformação no (des)caminho do desenvolvimento territorial local 255

5.3. Os princípios e valores da economia popular solidária e da agroecologia no discurso do sujeito coletivo 275

CONSIDERAÇÕES FINAIS 296

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

INTRODUÇÃO

*“Meu patrão eu não vim te pedir
 Vim cobrar o que é meu por direito
 Nas estradas que eu já percorri
 Vi retrato de sonho desfeito
 Vi criança pedindo comida
 E o emprego uma rara ilusão
 Mas agora a paciência ‘mingô’
 E aqui eu ‘tô` seu ‘douto`
 E não ‘tô` só não”
 (Zé Pinto – Coração Brasil).*

Experiências, mesmo que embrionárias, atualmente parecem possibilitar novas sociabilidades com alternativas de pensar e agir na direção de novos paradigmas, de novas configurações, contrárias à hegemonia da economia de mercado movimentada e controlada pelo capital. No Brasil, tomando o papel do Estado na implementação de políticas públicas e sociais, foram revelados novos olhares para a economia solidária (ES) a partir do governo FHC (1995-2002), com destaque para o governo Lula (2003-2010) e com continuidade, mesmo que sem o mesmo brio, no governo Dilma Rousseff (2010-2016). Desde então, a ES busca por novas sociabilidades, num esforço para manter-se como movimento social e de classes no contexto contra-hegemônico do capital.

As questões condicionantes à materialidade e imaterialidade da produção na apropriação e uso do território são o escopo para o constructo desta tese, que se alça a analisar as territorialidades da economia popular solidária (EPS) gerando significado de pertencimento. Numa concepção crítica e relacional, intenta-se refletir sobre as territorialidades através de identidades, de modos de vida que organizam e reorganizam o cotidiano, numa relação contrária e até mesmo antagônica aos ditames e trâmites do capital que, pelo menos até este momento histórico, tem avançado de forma abrupta e acelerada em escala global.

Não menos desafiador é o processo de analisar, interpretar e construir o discurso do sujeito coletivo como método de pesquisa escolhido para a pesquisa empírica, ou seja, o discurso do agricultor familiar e camponês e de outros sujeitos que vivem e convivem no dia a dia da EPS. Na união de princípios e valores da EPS e da agroecologia, vislumbram-se possibilidades emancipatórias, de sobrevivência e realização de propósitos e consolidação da

soberania alimentar consciente, consoante o abuso de retóricas e narrativas que ainda refletem as práticas dominantes e hegemônicas nos processos de produção, comercialização e consumo.

Através da teoria crítica, própria das ciências sociais de maneira geral, mas aportando-se nos conhecimentos produzidos pela Geografia nos últimos anos, buscou-se compreender a EPS à luz de estudos e dinâmicas do território, que não menos importante que as outras categorias geográficas, oferecem mosaico de interpretações tanto no caminho teórico-metodológico do pensamento dialético, quanto nas possibilidades para pensar e repensar o coletivo através das relações de poder emergidas das experiências do fazer e agir solidários, numa lógica contrária e alternativa à lógica dominante.

Percebe-se, contudo, que o caminho da teoria crítica deve estabelecer conexões com conhecimentos populares, numa concepção para além do dito e apresentado pelo panorama social. Dessa forma, faz-se necessário explorar a contemporaneidade acentuada pela perspectiva dualista entre o global e o local, e nesse sentido, a dimensão territorial oferece oportunidade de interpretação do que pode ser invisível ou descartável ao olhar capitalista. Buscou-se, assim, a compreensão da localidade, da pequena escala, da aprendizagem social através de ações coletivas, em especial nas lacunas deixadas à margem das relações hegemônicas de poder.

Desta feita, evidencia-se que, as cadeias de produção solidárias e as formas alternativas de produção, quando apoiadas pela EPS no sentido de sustentar-se uns nos outros, transformam-se em redes de colaboração solidárias (MANCE, 1998, 2005) e não na existência de atravessadores que visam lucro como objetivo final. Nessa perspectiva, esta tese se apresenta na tentativa de refletir caminhos para o desenvolvimento territorial local através do objeto de pesquisa escolhido para o estudo, o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), representando as Organizações Produtivas Solidárias (OPS) ligadas ao segmento da agricultura familiar camponesa em transição agroecológica¹.

Entendemos que, em sentido ontológico, as raízes da construção teórico-histórica da agricultura familiar e da agricultura camponesa apresentam vertentes conflitantes, abordadas

1 Betanho *et al.* (2018) esclarecem que a transição ecológica é o processo de substituição de práticas e técnicas de manejo do agrossistema convencional para o agroecológico. A mudança inclui a transformação de relações do homem com o uso da terra – homem/natureza – e também, a transformação do homem nas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e espirituais. Nesse sentido, alguns passos são essenciais para o processo: i) sensibilização e conscientização; ii) início em pequena escala, fazendo experimentações técnicas na prática; iii) introdução paulatina de técnicas, das mais fáceis às mais complexas; iv) aplicabilidade das técnicas como motivação e reconhecimento de soluções para o trabalho cotidiano; v) participação como agente multiplicador para troca de experiências e estímulo à união e ao trabalho coletivo.

com mais profundidade no terceiro capítulo desta tese. No entanto, optou-se por utilizar o vocábulo agricultura familiar camponesa em seu sentido epistemológico, para o construto teórico-conceitual, considerando a atuação dos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) ligados ao Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS). Estes defendem, que os sujeitos ligados às Organizações Produtivas Solidárias (OPS) se unem e se organizam enquanto agricultores familiares de base camponesa. Os próprios agricultores se intitulam dessa maneira, agricultores familiares camponeses. Várias publicações tanto do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UFU), quanto do Núcleo de Agroecologia do Cerrado Mineiro (NACEM), ambos ligados à Universidade Federal de Uberlândia, sinalizam essa perspectiva. (CIEPS, 2022).

Compreender como as territorialidades da economia popular solidária são configuradas e articuladas pelos sujeitos que as vivenciam no âmbito do CIEPS/UFU, nos *campi* de Uberlândia e Monte Carmelo (MG), no sentido de promoverem caminho para o desenvolvimento territorial local é, portanto, o objetivo geral desta tese. Como recorte espacial, propôs-se estudar a ES e sua relação com a agricultura familiar camponesa em transição agroecológica, a partir do CIEPS e suas práticas nos *campi* da UFU em Uberlândia e Monte Carmelo (MG)², entendendo-a no contexto territorial, onde as relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais são de responsabilidade do ser humano, num processo de construção coletiva sem exploração ao outro ou ao meio ambiente. Como recorte temporal, aplicou-se o viés histórico à época em que a ES passou a ganhar destaque no Brasil, a partir dos governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2010), Dilma Rousseff (2010-2016) e seu esforço para manter-se como movimento social e de classes no contexto contra-hegemônico do capital.

Algumas inquietações foram feitas para a sequência do estudo dentre as quais, o cenário de desigualdade econômica e social, caracterizado especialmente por processos de homogeneização do capital e de forças que moldam a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista. (BRANDÃO, 2012). Num movimento ‘uniformizador’ do capital, a mercantilização é levada às últimas consequências, revelando de um lado, seu poder hegemônico e a lógica capitalista na atuação do mercado e do Estado; e, de outro lado, os excluídos dessa lógica e que aparecem mediante movimentos sociais e lutas de classes. Justifica-se, portanto, que diante da produção e da crise do capitalismo moderno, estudos que

2 Pela atuação do CIEPS em Uberlândia e Monte Carmelo (MG), esses municípios foram escolhidos intencionalmente, pois abrigam dois *campus* da UFU. Esclarece-se, que apesar da universidade também possuir *campus* nos municípios de Ituiutaba e Patos de Minas (MG), o coletivo de agricultores camponeses com vínculo ao CIEPS se concentra nos dois municípios estudados.

busquem possibilidades para uma possível reterritorialização com foco na economia solidária, sejam relevantes. “[...] há um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local. E a produção pode, assim, se reterritorializar”. (ORTIGOZA, 2014, p. 245).

Acrescenta-se, que em meio à pluralidade interpretativa e histórica, o território vem se conjecturando nas transformações políticas, econômicas e socioculturais do espaço geográfico permeando agenda de pesquisadores numa perspectiva dialética e demandando entendimento analítico crítico. (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2005; SAQUET, 2007). Apesar de pautar-se pela categoria território, o direcionamento teórico-metodológico desta tese aporta-se também em outras, como espaço e lugar, e nas territorialidades e temporalidades como desdobramentos, entendendo que a ES é um movimento social e de resistência, na consistência da luta de classes ante a lógica da mercantilização.

O território, percebido como uma extensão dos homens em sociedade, numa perspectiva de que o território transformado é uma parte integrante da constituição das mudanças do homem (enquanto indivíduo e ser social) é aprofundando analiticamente, na tese, nas dimensões política e econômica, mas também em sua dimensão cultural e através das relações do homem e natureza. (HAESBAERT, 2004). Entende-se que o território, historicamente constituído e imbricado pelo poder do Estado, é também construído pelo poder de outros agentes e pelas relações emergidas por meio dele. (RAFFESTIN, 1993[1980]). Nessa lógica, o território da ES é identificado como o espaço onde se materializam questões como produção e consumo solidários, mas também onde há relações humanas e sociais marcadas por ações de poder, numa construção histórica e política da classe trabalhadora.

Não só entender, mas sobretudo agir, abrindo reflexões para a relação entre a ES e o processo de desenvolvimento territorial local é a principal indagação para a construção da tese. Nesse sentido, como Saquet (2015), o viés sobre as territorialidades na interpretação do território, complementarmente à ótica ambiental e do desenvolvimento, parece-nos ser o olhar mais adequado para o entendimento da ES construída pelos coletivos que vivem e sobrevivem dela. A perspectiva da relação campo/cidade, mais discutida na Geografia Agrária do que na Geografia Urbana, é parte imprescindível dos caminhos desta tese, pois permite interpretações dos espaços rurais e urbanos, posto que áreas rurais possuem configurações híbridas e disputas territoriais. Além de desprestigiado pelo disseminado modo de vida mais urbano que rural, o campo se configurou e ainda se configura pelas forças das relações de assalariamento dos trabalhadores na cidade e, estes, parece-nos que são obrigados a ficar longe do campo. (WILKINSON, 1986; ALENTEJANO, 2003; RUA, 2006; SPOSITO, 2010).

No campo, por exemplo, o aumento da mercantilização e a conseqüente marginalização da propriedade e dos meios de produção do pequeno agricultor têm feito com que haja uma maior necessidade monetária que, muitas vezes, é obtida através do assalariamento fora da propriedade. (WILKINSON, 1986). Uma ‘nova espécie’ foi criada pelo capitalismo, a do trabalhador coletivo, camponês, exposta por sua fragilidade e ‘condenada’ à diferenciação, responsável pela reprodução social e preso por sua submissão a proprietários privados. (ABRAMOVAY, 1992). Nessa perspectiva, como definir economicamente a forma de rendimento que corresponderia ao camponês? Se perder seus meios de produção e se transformar em trabalhador assalariado seria um operário, se buscar lucro mesmo que de maneira mercantil simples corre o risco de transformar-se em capitalista, se viver da renda da terra se transforma em proprietário fundiário³.

Entende-se que a densidade tecnológica e as forças do capital, exacerbadas pela contemporaneidade acentuada na perspectiva dualista entre global e local, descaracterizaram a relação campo/cidade, deixando à mostra a materialização consolidada no espaço urbano pelos equipamentos e infraestruturas. (VEIGA, 2002, 2004). Em contrapartida, o espaço rural vem revelando suas caracterizações sobre a apropriação e uso do território, seja em pequena escala através da agricultura familiar camponesa, seja em larga escala, levando em consideração o agronegócio por exemplo. Nesse contexto, a ES vem procurando atuar, mesmo tendo o Estado como seu maior financiador, enfocando nos mediadores como as universidades e outros atores, materializando-se em coletivos e nos usos específicos do território, bem como nas territorialidades imbricadas na subjetividade dos sujeitos.

Nesse sentido, o ponto central da tese é focado no discurso das territorialidades, ou seja, como os sujeitos que as vivenciam expressam os princípios da EPS num direcionamento de melhoria contínua, de relações justas entre a produção e o consumo crítico e solidário, com possibilidades e estímulo ao desenvolvimento territorial local. “Quando vivemos relações, processos e características comuns substantivamos elementos identitários em meio à miríade de territorialidades”. (SAQUET, 2015, p. 33). Territorialidade, nesse sentido, se apoia na identidade, nos conflitos, nas articulações, no (i)material coletivo com e por meio da atuação

3 A questão agrária e a relação campo/cidade será abordada de maneira mais profunda no terceiro capítulo da tese. Abramovay (1992) faz referência ao campesinato comparando em “O Saco de Batatas” duas perspectivas analíticas teóricas em Lênin e Kautsky. Em Lênin, a ênfase na diferenciação social do campesinato (desde 1893) decorre da relação entre a aceleração da pobreza originária da separação produtores e condições de trabalho e o crescimento do mercado. Essa era a condição para que a massa de indivíduos paupérrimos se assalariasse para viver. Em Kautsky, emerge-se a questão agrária como quadro político e paradigma da industrialização da agricultura. A superioridade da exploração capitalista sobre a propriedade familiar chegou ao ponto de obrigar o camponês a vender a preços que não cobriam sequer sua subsistência. Contudo, para Kautsky, o campesinato não está fadado ao desaparecimento e sim à transformação.

sujeitos que nele vivem e convivem de forma espacializada nos territórios. (RAFFESTIN, 1993).

Com premissa ideológica de transformação social, a ES vem congregando vários atores da sociedade civil, que através de movimentos emancipatórios e coletivos da classe trabalhadora e grupos dos ‘nunca incluídos’. (GAIGER, 2004). Nesta tese, aborda-se o caso dos agricultores familiares camponeses que buscam na EPS e na agroecologia uma forma de sobreviver, sobretudo com o controle dos processos sociais, econômicos e culturais, de maneira autônoma e emancipatória.

A partir disso, o percurso teórico-metodológico da tese estrutura-se nos seguintes objetivos específicos:

- Entender como a economia solidária se revela material e historicamente enquanto movimento social e de classes num contexto de poder do Estado na mundialização do capital;
- Estabelecer debate entre a economia solidária e a economia popular solidária, no sentido de interpretar suas origens, dificuldades e desafios, aportando-se na agroecologia como resistência e nova sociabilidade no contexto da soberania alimentar;
- Analisar a relação campo/cidade na perspectiva da agricultura familiar camponesa através da agroecologia como materialidade para a economia popular solidária;
- Compreender como o processo de desenvolvimento territorial local comparece perante os agentes de poder e transformação na realidade estudada;
- Compreender como as territorialidades da economia popular solidária se configuram no cotidiano dos agentes de transformação, tendo a agroecologia como materialidade para o desenvolvimento territorial local.

Observa-se ser vasta a perspectiva de reflexões acerca do tema proposto nesta tese, porém, fez-se a opção por analisar dois espectros contraditórios e conflitantes: de um lado, o poder hegemônico do capital e a lógica capitalista na atuação do Estado e do mercado; e de outro lado, os excluídos dessa lógica e que aparecem mediante movimentos sociais e lutas de classes. Nesse panorama, percebe-se também que o desenvolvimento tem caráter político, social e territorial, sendo que o viés transformador do desenvolvimento pode, ou não, potencializar recortes como inclusão, cidadania, dentre outros elementos fomentadores das capacidades e habilidades humanas. O desenvolvimento territorial, por exemplo, tem o intuito de “potencializar a autogestão, as identidades, as contradições, a produção de alimentos

agroecológicos, a recuperação e a preservação ambiental, sem diminuir [...] a importância do Estado”. (SAQUET, 2015, p. 128). O desenvolvimento territorial local, ligado a ações coletivas, pode gerar possibilidades de melhoria da qualidade de vida de populações, sobretudo se pautadas em sustentabilidade e justiça social. (VEIGA, 2008).

Ao longo do tempo, diversas iniciativas da sociedade civil têm estimulado que empreendimentos econômicos solidários (EES) busquem soluções para minimizar problemas da própria sociedade, gerando trabalho e renda com ajuda mútua que possibilite maior autonomia, representatividade e participação de sujeitos em determinadas localidades. Percebe-se, assim, que a ES é consequência de dois fatores emergidos da economia contemporânea:

Primeiro, o da modernização da produção e do mercado e, segundo, o das alterações na estrutura do Estado. Este, por sua vez, tem apresentado queda na criação e manutenção dos postos de trabalho, fato que decorre de sua reestruturação e das sucessivas crises fiscais e administrativas. Esses dois fatores criam, então, uma crescente massa marginalizada, resultando em atividades e iniciativas que nascem nos setores populares, para que se possa garantir a subsistência em níveis bastante básicos para uma vida com qualidade. (CLEPS, 2015, p. 260).

Nesse contexto, alça-se às questões norteadoras da tese, assim relacionadas:

- Se ao longo da história, o capital vem se materializando e se articulando em complexas estruturas produtivas e padrões de sociabilidade e consumo, como a ES foi se configurando como movimento social e de classes?
- Se existem gatilhos para crises do capital, em geral impactados por desequilíbrios na relação produção e consumo, como a ES se configura através do “popular”, na contramão da lógica hegemônica do capitalismo?
- Se a dinâmica do capital incorpora dimensões que ultrapassam a classe trabalhadora na cidade, permeando a totalidade do trabalho também no campo, como a ES e a agroecologia comparecem na relação campo/cidade através da agricultura familiar camponesa?
- Se a perspectiva dualista global/local interfere nas vertentes do desenvolvimento como processo, como os agentes de poder e transformação, que vivenciam a ES, agem e se articulam no processo de desenvolvimento territorial local?

- Se a EPS e a agroecologia se pautam em princípios e valores que a definem, como os sujeitos que as vivenciam os reconhecem e como os agentes de transformação local se articulam nesse contexto?

A partir das questões norteadoras, inicia-se a tese com a seguinte hipótese central: *A economia popular solidária, se pautando em princípios coletivos materializados no cotidiano, quando articulada às práticas agroecológicas, revelam territorialidades que podem proporcionar transformação no direcionamento de desenvolvimento territorial local.*

Com o exposto, o quadro 1 apresenta a esquematização da tese:

Quadro 1 – Esquematização da tese.

Hipótese inicial da pesquisa: <i>A economia popular solidária, se pautando em princípios coletivos materializados no cotidiano, quando articulada às práticas agroecológicas, revelam territorialidades que podem proporcionar transformação no direcionamento de desenvolvimento territorial.</i>				
Objetivo geral: Compreender como as territorialidades da economia popular solidária são configuradas e articuladas pelos sujeitos que as vivenciam no âmbito do CIEPS/UFU, nos <i>campi</i> de Uberlândia e Monte Carmelo (MG), no sentido de promoverem caminho para o desenvolvimento territorial local.				
Objetivos específicos				
Entender como a economia solidária se revela material e historicamente enquanto movimento social e de classes num contexto de poder do Estado na mundialização do capital.	Estabelecer debate entre a economia solidária e a economia popular solidária, no sentido de interpretar suas origens, dificuldades e desafios, aportando-se na agroecologia como resistência e nova sociabilidade no contexto da soberania alimentar.	Analisar a relação campo/cidade na perspectiva da agricultura familiar camponesa através da agroecologia como materialidade para a economia popular solidária;	Compreender como o processo de desenvolvimento territorial local comparece perante os agentes de poder e transformação na realidade estudada;	Compreender como as territorialidades da economia popular solidária se configuram no cotidiano dos agentes de transformação, tendo a agroecologia como materialidade para o desenvolvimento territorial local.
Metodologia da pesquisa				
1º Momento Dinâmicas territoriais da economia solidária	2º Momento Dinâmicas da relação campo/cidade na economia solidária	3º Momento Dinâmicas do desenvolvimento na economia solidária	4º Momento O caso dos agricultores familiares camponeses em	

				transição agroecológica
Revisão bibliográfica.	Revisão bibliográfica e levantamento de dados.	Revisão bibliográfica, levantamento de dados e entrevistas semiestruturadas.		Discurso do sujeito coletivo (DSC) com entrevistas individuais.
Resultados esperados/alcançados a partir das técnicas metodológicas utilizadas				
Debate teórico do poder do Estado – de um lado economia solidária como política pública ou administrativa – de outro lado as multifacetadas formas e atuações alternativas da economia solidária como movimento social e de resistência frente ao poder do capital.	Caracterização de conceitos, ideologias e complementaridades entre economia solidária, economia popular solidária e agroecologia.	Configurações de cadeias produtivas solidárias em panorama composto por experiências nacionais e internacionais.	Debate teórico para compreensão do desenvolvimento como processo, bem como seus agentes de poder e transformação local. Apresentação de ações existentes para as localidades onde CIEP atua, enfocando principalmente a atuação dos agentes de transformação em conectividade com o coletivo de trabalhadores agroecológicos de Uberlândia e Monte Carmelo (MG).	Apresentação do discurso do coletivo (agricultores, consumidores, CIEPS, outros agentes de transformação e Estado) sobre as territorialidades da economia popular solidária e a interpretação da articulação dos agentes de poder no envolvimento do processo de desenvolvimento territorial local.
Considerações Finais				
Referências e Apêndices				

Fonte: Construto da tese.

Elaborado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Com essa esquematização, ratifica-se não apenas apresentar a realidade dos agricultores familiares camponeses que se pautam na EPS e na agroecologia para garantir sua sobrevivência, sobretudo intenta-se contribuir com reflexões acerca do binômio produção/consumo buscando uma lógica para além da produção, com possibilidade de direcionamentos para o desenvolvimento territorial local numa construção coletiva e no cuidado com o outro.

Ressalta-se, contudo, que essa esquematização direcionou a pesquisa em seus pontos principais, todavia, sua redação não necessariamente se comportou vinculada somente a este ou

aquele procedimento metodológico, contudo, seu fio condutor foi respeitado. Os quatro momentos da tese organizam a pesquisa pelas dinâmicas dos temas abordados no viés da geografia crítica considerando seu eixo teórico-metodológico. No entanto, os momentos não se prendem rigidamente ao seu caráter espacial ou temporal, interconectando-se no sentido de contribuição para o construto. A seguir, expõe-se o caminho metodológico da pesquisa empírica, especialmente, considerando o quarto e quinto capítulos, que envolveram diretamente os agentes de transformação locais.

1.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA....

A pesquisa, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU) – parecer 5.482.749 – possui abordagem qualitativa, porque busca compreender, pelo olhar dos sujeitos, o quão importantes são, para eles, as questões propostas para análise. Aportando-se no CIEPS/UFU como centralidade e objeto de pesquisa, enfoca-se a Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia (COOPERSAFRA), como organização produtiva solidária incubada. Além dos membros da cooperativa, no segmento da agricultura familiar camponesa em transição agroecológica, também fazem parte como corpus de pesquisa, outros agentes de transformação locais, quais sejam, os consumidores da produção agroecológica comercializada na feirinha solidária da UFU; o próprio CIEPS; técnicos/especialistas; outros agentes de transformação como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Central de Movimento Popular (CMP)⁴; e os agentes do Estado.

Tomando-se tanto a EPS quanto a agroecologia como paradigmas em construção, observam-se práxis fragmentadas que circundam o universo da pesquisa. Nesse contexto, a partir de princípios e valores constituídos como categorias de análise emergidas do construto da tese⁵, optou-se por trabalhar para alinhar o discurso da coletividade, como forma de legitimar vivências e reproduções sociais. Pensa-se ser essencial, que os agentes de transformação e poder se articulem mutuamente, a fim de garantir que a EPS e a agroecologia, como movimento social, se direcionem no sentido de transformações e desenvolvimento territorial local. Em assim sendo, o tópico a seguir apresentam os procedimentos de campo.

4 Devido à complexidade da conjuntura sociopolítica vivenciada no país, durante a confecção desta tese, não conseguimos entrevistar o representante da Central de Movimento Popular (CMP). Contudo, ressalta-se que em nenhum momento sua ausência prejudicou a pesquisa, uma vez que houve saturação de dados relativos aos outros sujeitos respondentes.

5 As categorias e variáveis de análise para a construção do DSC dos grupos sociais pesquisados estão elencadas, a saber: (i) trabalho coletivo; (ii) autogestão; (iii) importância das redes de cooperação; (iv) participação social; (v) sustentabilidade; (vi) transformação social, contemplando a importância de redes de cooperação e participação política; (vii) desenvolvimento local, solidário e sustentável. A construção dos DSC a partir das categorias e variáveis de pesquisa está contemplada, especificamente, no terceiro capítulo, apresentada no quinto capítulo e exposta como apêndice E desta tese.

1.1.1 Procedimentos de campo

Para a construção dos discursos, pautou-se no binômio produção/consumo, dois pontos de uma relação dialética complexa, não opostos nem separados. Assim, a produção não representa o início e o consumo não é o final dessa relação, que tem na troca um ponto intermediário e de interação de todo o processo de produção e consumo, o qual representa elemento de análise e contradições na EPS e na agroecologia. Nesse sentido, escolheu-se o discurso do sujeito coletivo (DSC) como método principal de análise, especialmente considerando os produtores e os consumidores de alimentos/mercadorias agroecológicas como agentes protagonistas desta tese.

Como disposto no quadro 1, o DSC foi o método principal escolhido para compor o caso dos agricultores familiares camponeses em transição agroecológica e, este, serviu para construir parte do quinto capítulo desta tese. Contudo, as interações com outros agentes de transformação locais iniciaram no capítulo anterior (quarto capítulo), haja vista que foram necessárias para constituir cenário ao tema desenvolvimento territorial local, ponto alto desta tese.

Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica disposta nos capítulos um, dois e três desta tese, além de pesquisa documental, levantamento de dados e entrevistas semiestruturadas com os agentes de transformação que detém relação direta com o coletivo de trabalhadores agroecológicos de Uberlândia e Monte Carmelo (MG) assessorados pelo CIEPS. Foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas com os agentes de transformação listados a seguir. O roteiro de entrevistas (apêndice A) abordou questões quanto à importância e as ações implementadas por esses agentes na realidade local. Os entrevistados⁶ foram identificados da seguinte maneira:

- CIEPS: entrevistada 01; entrevistada 02;
- Técnicos: entrevistado 03; entrevistado 04;
- CPT: entrevistado 05;
- Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU): entrevistado 06; entrevistada 07;

⁶ A quantidade dos sujeitos escolhidos para as entrevistas se deu de maneira não probabilística, e sim, pensando na representatividade de cada órgão ou função. Devido à complexidade da conjuntura sociopolítica vivenciada no país, especialmente considerando o momento da pesquisa empírica (ano 2022, ano de eleições presidenciais), não conseguimos entrevistar o representante da Central de Movimento Popular (CMP). Contudo, ressalta-se que em nenhum momento sua ausência prejudicou a pesquisa, uma vez que houve saturação de dados relativos aos outros sujeitos respondentes. Ressaltamos que o entrevistado da CPT também participa da CMP e os produtores rurais participam tanto da CPT quanto da CMP, haja vista a conectividade dos movimentos sociais.

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): entrevistada 08; entrevistado 09, entrevistada 10.

Salienta-se, que com os agentes de transformação acima listados, também se coletou dados com o mesmo roteiro (apêndice B), que serviu à produtores e consumidores para a construção do DSC. As respostas desses agentes de transformação serviram para complementar o DSC de produtores e consumidores. O roteiro de entrevistas para construir o DSC seguiu, como já citado, as categorias de análise elencadas pelo construto da tese. Entende-se, que esses agentes de transformação podem evidenciar peculiaridades que, nos discursos, tendem a direcionar reflexões e novos direcionamentos para atuações futuras.

Especificamente, o método DSC foi escolhido em virtude de possibilitar a coleta de muitas informações advindas dos sujeitos participantes da pesquisa e interpretá-las como discurso de uma coletividade. Como estratégia metodológica, o DSC visa homologar uma determinada realidade social e, nesse sentido, estabelecer clareza nas representações sociais dos sujeitos, sem torná-las homogêneas. Através do DSC é possível vislumbrar afirmações ou negações, gerar dúvida, expor juízos de valor, que apresentados em discurso-síntese de grupos sociais, tomam discursos individuais transformando-os em voz do coletivo. (LEFÈVRE; SIMIONI, 1999).

Em outras palavras, é possível produzir um, ou mais de um DSC, que sintetizem representações de um ou mais grupos sociais. O objetivo do DSC é extrair conhecimentos que evidenciem uma coletividade, e assim, conseguir refletir informações que possam ser “[...] geradas em certo número de espaços sociais, onde modernamente são produzidos ou difundidos”. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012, p. 23).

Para melhor compreensão, expõe-se que o DSC permite “[...] revelar como as pessoas pensam, atribuem sentidos e manifestam posicionamentos sobre determinado assunto. Trata-se de um compartilhamento de ideias dentro do grupo social”. (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009, p. 623). As informações coletadas por entrevistas individuais, com questões abertas (apêndice B), foram transcritas e analisadas com o auxílio da tecnologia (software Qualiquantisoft) para tratamento dos dados. As respostas, o monitoramento através da tecnologia e as análises dos dados tiveram a substancial contribuição do prof. Dr. Fernando Lefèvre, criador da metodologia do discurso do sujeito coletivo, professor aposentado da Faculdade de Saúde Pública (USP). Os dados coletados foram transcritos e as informações interpretadas da mais geral para a mais específica, numa espécie de afunilamento que contribuiu

para as análises e, por fim, a redação do(s) discurso(s) propriamente dito(s). As informações seguiram o seguinte processo de tratamento de dados:

- (i) Expressões-Chave (E-Ch), capta-se a essência do discurso;
- (ii) Ideias Centrais (IC), encontram-se denominações linguísticas relacionadas ao conteúdo coletado que oferecem sentido às E-Ch;
- (iii) Ancoragens (AC), sintetizam-se as expressões que o sujeito utiliza naturalmente;
- (iv) DSC, redação discursiva com fragmentos diferentes dos discursos de sujeitos diferentes, que permitem ser reunidos por sua compatibilidade, revelando o discurso do coletivo. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Para fins da pesquisa empírica, apontam-se as seguintes questões em relação à seleção dos participantes:

a) **Local da pesquisa:** feirinha solidária da UFU e CIEPS, nas cidades de Uberlândia e Monte Carmelo, onde o CIEPS possui projetos ativos e contribui com a relação produção, comercialização e consumo de alimentos e mercadorias agroecológicas. Apesar do CIEPS possuir vínculo nas cidades de Patos de Minas e Ituiutaba, nestas, não possui projetos ativos ligados à agricultura familiar camponesa e à agroecologia. Dessa maneira, o critério de seleção do local de atuação da pesquisa se deu por conveniência. Evidencia-se que a feirinha da UFU é realizada pelos produtores vinculados à COOPERSAFRA e é coordenada pelo CIEPS/UFU. Ressalta-se, que o CIEPS é parte da estrutura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)/UFU e, esta, vinculou-se como Instituição Coparticipante desta pesquisa.

b) **Seleção dos participantes:** Todos(as) os participantes da pesquisa possuem relacionamento com a temática e a atuação do CIEPS. Como já citado, realizou-se dez entrevistas semiestruturadas com agentes de transformação locais, que compuseram o corpus de pesquisa para a construção do quarto capítulo. Foram realizadas mais 70 entrevistas individuais com produtores e consumidores, 20 e 50 respectivamente. As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre 28 de julho e 28 de outubro de 2022. Ressalta-se, que a amostra dos consumidores, especificamente, se deu de maneira não probabilística e por conveniência, atendendo à critérios de seleção definidos por acessibilidade na composição da amostra. (HAIR JR. *et al.*, 2005). Os autores citam outros tipos de amostragem não

probabilísticas a saber: amostragem por julgamento; por quota; ou por bola de neve. A seguir, as caracterizações dos grupos sociais participantes da pesquisa:

- i. Representantes das OPS/Agricultores familiares camponeses (um ou mais de um indivíduo por família, desde que atuando na EPS e na agroecologia), em atividade no CIEPS (incubadas);
- ii. Amostra de consumidores da produção agroecológica: aqueles que adquirem alimentos e mercadorias na feirinha solidária da UFU, selecionados a partir dos grupos de consumo, criados em virtude do contexto pandêmico (COVID-19) e que utilizam o *WhatsApp* (como rede social) para efetuarem pedidos. A amostra foi escolhida intencionalmente e por conveniência, como citado, não atendendo a critérios de amostragem estatísticos;
- iii. Coordenadores do CIEPS/UFU: sujeitos em atividade, que contribuem para fomentar a EPS e a agroecologia, como movimento social, junto à COOPERSAFRA e outros agentes de transformação social;
- iv. Comissão Pastoral da Terra (CPT): representante que, em atividade, contribui para fomentar a EPS e a agroecologia, como movimento social, junto à COOPERSAFRA e outros agentes de transformação social;
- v. Técnicos agrícolas ligados à UFU: alunos ou egressos que, em atividade, contribuem para fomentar a EPS e a agroecologia, como movimento social, junto à COOPERSAFRA e outros agentes de transformação social;
- vi. PMU e MAPA: sujeitos em atividade, ligados ao fomento e implementação de políticas públicas para o setor.

Além da construção dos DSC, o quinto capítulo desta tese contou também, com a apresentação do perfil socioeconômico e demográfico dos produtores e consumidores de Uberlândia e Monte Carmelo. Para tanto, no mesmo período (28/07 à 28/10/22), foram aplicados questionários (*Google Forms*) a produtores e consumidores (apêndices C e D). A disposição das perguntas foi assim distribuída: a primeira parte teve o intuito de buscar informações acerca de faixa etária, sexo, cor/etnia, cidade/localização da residência, escolaridade, ocupação/profissão e renda média mensal; a segunda, buscou entender questões sobre a comercialização e o consumo dos alimentos/mercadorias agroecológicas; e a terceira, procurou-se entender sobre o modelo de comercialização. No fim do período, um total de 71 respostas foram obtidas, 60 de consumidores e 11 de produtores, assim divididas:

- 49 consumidores de Uberlândia;
- 11 consumidores de Monte Carmelo;
- Dez produtores de Uberlândia;
- Um produtor de Monte Carmelo.

Salientamos, que os participantes deram o aceite através dos grupos (*WhatsApp*) Cestas Solidárias CIEPS, Feirinha Solidária da UFU e AMA & AFAGA Agroecologia, utilizados por produtores e consumidores para organizarem pedidos comercializados na feirinha, o último para comunicações somente entre produtores, CIEPS e técnicos. Em Monte Carmelo, participaram todos os consumidores que adquirem alimentos agroecológicos do único produtor ligado ao CIEPS. Em Uberlândia, os participantes compuseram amostra intencional e por conveniência, como já citado anteriormente. Atentou-se a algumas considerações no sentido de postular a ética da pesquisa, bem como flexibilizar os procedimentos da coleta de dados. A garantia de anonimato, a flexibilização de agendamentos das entrevistas, a escolha de modalidade (online ou presencialmente) e o reforço do propósito acadêmico, foram pontos essenciais atentados.

1.1.2 Compilação, tratamento e análises dos dados

Construiu-se gráficos a partir dos dados coletados nos questionários (*Google Forms*). Estes, foram apresentados em duplas – produtores/consumidores – possibilitando apontamentos em relação ao construto teórico-conceitual da tese. Os dados coletados das entrevistas semiestruturadas com agentes de transformação locais serviram para complementar, argumentar, ratificar ou refutar o DSC dos produtores e consumidores. Os protagonistas dos DSC – 20 produtores e 50 consumidores – responderam livremente à sete perguntas feitas em situações de interação, nas propriedades, em momentos de descontração, ou na feirinha solidária da UFU.

Para a construção do DSC, os dados coletados pelas entrevistas individuais foram compilados e tratados mediante software de análise qualitativa (Qualiquantisoft), o qual possibilitou tanto o processamento quanto a análise dos fragmentos discursivos. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012). Através de banco de dados, afinou-se o discurso a partir das categorias e variáveis de análise elencadas para a pesquisa e os DSC estão apresentados no quinto capítulo desta tese e como material apresentado aos respondentes da pesquisa (apêndice E). Vale

ressaltar, que a redação final do DSC elencou os fragmentos dos discursos individuais, literalmente compilados e fornecidos pelo software Qualiquantisoft, ajustando-se ortografia e inserindo conectivos, para fins de apresentação didática. (LEFÈVRE; SIMIONI, 1999).

Insta esclarecer, que o DSC foi apresentado aos respondentes na feirinha solidária da UFU para posterior inserção na tese, no quinto capítulo. Nesse sentido, seguem alguns detalhes quanto ao evento/momento de apresentação dos resultados da pesquisa:

- i. Forma de divulgação/convite: Através dos grupos de *WhatsApp* (como rede social), já citados, informando local e data para apresentação dos resultados da pesquisa;
- ii. O evento/momento: realizado durante a feirinha solidária da UFU em 17/12/2022;
- iii. Sem risco de quebra de anonimato das entrevistas, posto que o DSC é um método construído para expor o discurso de uma coletividade, não de um ou outro indivíduo e sem qualquer identificação.

Complementa-se, ainda, que a escolha pelo DSC teve a principal finalidade de dar voz aos sujeitos que vivenciam a realidade estudada. Entende-se, que a EPS e a agroecologia como matriz integradora, unem princípios e interações espaço-temporais na condição homem-natureza para a reconstrução de processos destruídos ao longo do tempo. Como desfecho da tese, indicando contribuições, espera-se abrir reflexões e possibilidades para alguns desmembramentos, dentre os quais:

- Projetos com cunho pesquisa-ação junto à PROEXC e ao CIEPS (UFU);
- Desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares junto à outras Unidades da UFU e outras Universidades para ampliação do tema de estudo;
- Envolvimento de alunos de graduação por meio de atividades de iniciação científica;
- Apresentação e publicação de artigos em congressos e revistas científicas especializadas.

PRIMEIRO MOMENTO

O primeiro momento desta tese tem o propósito de apresentar a economia solidária (ES) no contexto das dinâmicas territoriais que a circundam. Das concepções clássicas e neoclássicas, permeando a concepção neoliberal, buscou-se compreender a funcionalidade do papel do Estado e sua relação intencional na produção do território no Brasil, fruto da materialização do espaço onde prevalece, de forma desigual, a relação dicotômica entre capital e trabalho.

No decorrer desse momento, dividido em dois capítulos, é possível entender o panorama onde se insere a ES, num território construído e constituído pelo poder do Estado e pelas relações emergidas por meio dele, produto da divisão social e territorial do trabalho. Esse contexto, expõe o caráter dual do Estado, de um lado, abastecendo mesmo que escassamente a ES através de políticas públicas e, de outro lado, reforçando-a como movimento social e de resistência, emergindo formas alternativas e multifacetadas de sobrevivência.

No contexto de mundialização do capital, a reflexão das dinâmicas territoriais da ES perpassa por sua significação e identidade em meio a miríade de possibilidades e dificuldades, imersas na expansão soberana e hegemônica do capital. Assim, a compreensão do território para a ES é, portanto, mais abrangente que seu recorte espacial numa delimitação de limites e poder, desta forma, necessário se faz seu entendimento através da construção de identidades, de vivência, de pertencimento. No fim deste primeiro momento é possível compreender como a ES se organizou e se perdeu como movimento social, entendendo ser necessária a recuperação do seu caráter social e político no Brasil.

O esforço deste primeiro momento da tese é pelo posicionamento crítico da ES e sua consolidação num cenário contra hegemônico, que finaliza no segundo capítulo apresentando a complementaridade de conceitos e ideologias entre a ES e a EPS, que busca na agroecologia, elementos pautáveis em possibilidade de práxis para uma sociabilidade pautada na soberania alimentar como propósito.

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA SOLIDÁRIA FRENTE AO PODER DO ESTADO NA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

*“Vocês que fazem parte dessa massa
 Que passa nos projetos do futuro
 É duro tanto ter que caminhar
 E dar muito mais do que receber
 E ter que demonstrar sua coragem
 À margem do que possa parecer
 E ver que toda essa engrenagem
 Já sente a ferrugem lhe comer [...]”
 (Zé Ramalho – Admirável Gado Novo).*

Campo aberto a estudos que evidenciam formas alternativas à mundialização do capital, a economia solidária, ao longo da história, vem se apresentando como possibilidade analítica e crítica em relação ao papel do Estado, administrativo e controlador. Administrativo porque se curva conforme os interesses da classe dominante no contexto da divisão da sociedade em classes; e controlador, em virtude de fazê-lo através de coerção ideológica, política, econômica, jurídica ou militar. (SMITH, 1988). Nesse ínterim, para a compreensão das experiências da economia solidária como possibilidade alternativa ao capitalismo, entende-se ser essencial o resgate das metamorfoses do poder do Estado no processo de territorialização do capital e seu avanço em capilaridade mundial.

Sem a pretensão de explorar a fundo todas as correntes teóricas que levem às transformações do capital ao longo do tempo histórico, apresenta-se neste capítulo uma interpretação evidenciada pelas contradições do Estado capitalista moderno. Este, por um lado, se “propõe” mediar conflitos de classe numa relação “imparcial” para uma reprodução social mais justa e igualitária, por outro lado favorece a acumulação e a reprodução do capital, impulsionando uma ciranda frenética da divisão social e territorial do trabalho. Conseqüentemente, esse processo se reverbera em desigualdade socioeconômica, fazendo emergir os movimentos sociais e de classes contrários a tudo isso.

1.1 ESTADO, TRABALHO E CLASSE NA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RETRATO DE UMA GLOBALIZAÇÃO EXCLUDENTE

1.1.2 Um pouco do resgate histórico...

O processo histórico de acumulação do capital, nesta tese, busca em Singer (1998) um entendimento anacrônico sobre o modo de produção, o capitalista, no pensamento marxista. Nessa perspectiva, a acumulação primitiva e gênese do sistema capitalista de produção da qual trata Marx, é a caracterização do processo que separa/expropria o trabalhador dos meios de produção e histórico/primitivo refletindo que é anterior ao modo de produção capitalista.

O viés crítico do pensamento marxista expõe que o sistema capitalista opera pela divisão e recomposição de valores entre o capital, a mão de obra e o excedente. Em outras palavras, Singer (1998) explica que, de maneira abstrata, a relação produção-consumo na visão marxista deve corresponder à seguinte divisão: (1) salário, aquilo que se entrega ao trabalhador; (2) mais-valia, o que os capitalistas consomem; e (3) mais-valia acumulada, sobrevivência dos trabalhadores para comprar o que é necessário à eles. Essa última, para Singer (1998), referenciando-se à Rosa Luxemburgo, é a parte não capitalista do sistema que expande seu desenvolvimento mundo afora, a viabilidade para o avanço da acumulação do capital.

Legitimado por políticas estimuladas nos governos Thatcher e Reagan, desde a década de 1980, mostram que questões como privatização, desregulamentação e o “desmantelamento de conquistas sociais e democráticas”, proporcionaram o avanço e o amadurecimento do capital em escala e movimentação internacional, facilmente apoiado no poder dos vários Estados Nacionais capitalistas. (CHESNAIS, 1996, p.34).

O período de *acumulação extensiva* do capital⁷, ocorrido entre meados do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (entre os anos 1885 e 1914), caracterizado pela expansão produtiva simples e por uma absorção maior do contingente de trabalhadores, difere do período compreendido entre as duas guerras mundiais. Constituído pela transição do regime de *acumulação extensiva* para a *intensiva*, este período foi caracterizado pelo aumento do valor da mão de obra instaurado no processo anterior, bem como por uma maior capacidade de produção incorporada pelo uso mais aprofundado de tecnologias no processo produtivo. (SINGER, 1975).

⁷ Singer (1975), baseando-se na teoria marxiana, reflete sobre a distinção entre dois tipos de acumulação (extensiva e intensiva) do capital, oriundos de sua contradição estrutural e histórica no contexto do trabalho, instalada no seio dos processos produtivos e reprodutivos que representam o desenvolvimento do capitalismo.

Percebe-se que as transformações dos processos de produção e reprodução do capital ocorrem de maneira progressiva e visível, sendo marcadas por crises que garantem sua regularidade. Especificamente, o caráter cíclico entre fases de expansão e recessão, no período acima destacado, proporcionou alicerces e ofereceu tom ao capitalismo moderno. A redução dos níveis de lucro pelo aumento do valor da mão de obra, seguido pela diminuição da procura pelos bens de produção ocasionados pelo contexto histórico, deixou lacuna para a estagnação do processo produtivo que, por sua vez e geralmente após prolongada a crise, intensifica-se a acumulação originando-se em nova fase de reprodução do capital. (SINGER, 1975; CHESNAIS, 1996).

Como categoria econômica fundamental, o capital é caracterizado por François Chesnais,

[...] como um valor [...] cujo objetivo é a autovalorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente. Nestas condições, um dos atributos ideais do capital [...] é sua mobilidade [...], bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir. (CHESNAIS, 1996, p. 81. Grifo nosso).

Desde o início do século XIX, na constituição do capitalismo moderno, a busca constante pela acumulação e valorização do capital estimula conflitos e crises econômicas e financeiras entre nações imperialistas, fato que ocasionou duas guerras mundiais e cujo marco foi a Crise de 1929 (MANDEL, 1990). O cenário de crescimento econômico representou a economia capitalista dos anos 1930, ilustrado por taxas de lucro expressivas e crise de superprodução, concomitante ao aumento de exploração dos trabalhadores e consequentes níveis de desemprego no período da Grande Depressão (HOBSBAWM, 1995).

O cenário mundial do Pós-Primeira Guerra, juntamente à Crise de 1929, configuraram o contexto necessário para o avanço econômico dos Estados Unidos da América que, segundo o autor, ocorreu em contrapartida à decadência do brio da Europa naquele momento. A transformação dos EUA em maior credor e maior produtor industrial mundial, exacerbado pela dinâmica fordista, especialmente após a Crise de 1929, revelou que a superprodução⁸ e a especulação se tornaram consequências de um cenário onde a oferta de bens de consumo não acompanhou a demanda por mercadorias registrada ao longo do tempo.

⁸ A superprodução, nos processos de acumulação e territorialização do capital, caracteriza-se pela conquista de novos mercados, onde a lógica e funcionamento das forças produtivas são sedimentados pelos objetivos e processos de acumulação, onde as relações entre capitalistas e assalariados sempre se pautam na objetivação da acumulação do capital. (HOBSBAWM, 1995).

Importante considerar que a organização social e territorial desse cenário foi impetrada pelas “principais potências capitalistas que dividiram grande parte da superfície da terra em áreas coloniais e imperiais, especialmente no período de 1870 a 1925.” (HARVEY, 2011, p. 157). Na estrutura do Estado Moderno, percebeu-se um imperialismo colocado à prova, o da hegemonia financeira, “cuja atuação tem marcado caráter financeiro e demonstrado [...] que *a língua do imperialismo e do colonialismo tem sido menos relevante que do que a luta pela hegemonia*”. (HARVEY, 2011, p. 172, Grifo nosso).

Hobsbawm (1995) frisa que, nesse contexto, os Estados Unidos ascenderam com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, beneficiando-se sobremaneira da economia capitalista. A vantajosa posição dos EUA no cenário econômico mundial foi evidenciada em virtude de sua vinculação como Estado Nacional e externo ao continente europeu, sobrepujando o sistema financeiro europeu em virtude de contradições e seu sistema político, condições interessantes para a mobilidade internacional do capital. Assim, os Estados Unidos obtiveram situação privilegiada de poder econômico para desenhar um cenário global, juntamente a países aliados, direcionando a abertura do mercado mundial para absorver qualquer excedente de capital. (HARVEY, 2011).

Resultado de contextos históricos, o poder do capital junto ao poder do Estado vem se metamorfoseando ao longo do tempo e representando contradições, elemento e fomento para seu funcionamento. Bem verdade que frente à “ameaça” socialista, o período pós-Segunda Guerra se caracterizou como uma “onda longa e expansiva”⁹ de crescimento econômico e conquistas sociais, período também conhecido como a Era do Ouro do capitalismo. (MANDEL, 1990). Nesse cenário, as condições político internacionais do Acordo de *Bretton Woods*¹⁰ proporcionaram regras políticas macroeconômicas, base para um novo regime monetário lastreado no livre mercado, período em que Chesnais (1996) aponta para o financiamento da acumulação.

9 Mandel (1990) considera que o *boom* econômico do pós-guerra foi estimulado por elementos superestruturais como a Guerra Fria, a revolução tecnológica e a corrida armamentista, sendo que os períodos históricos revestidos das metamorfoses do capital são caracterizados por fases e que Ernest Mandel denomina de ondas. Crises de superprodução, são geralmente seguidas de período de recessão longo e profundo, com posterior momento de retomada curto, denominadas pelo autor de “ondas longas com tendência à estagnação”. Enquanto períodos de recessão curtos com retomada mais longa e próspera são representados por “ondas longas com tendência expansiva”. (MANDEL, 1990, p.222-223).

10 O sistema de *Bretton Woods* permitia que o dólar assumisse a centralidade do sistema financeiro dos países ao lado do ouro. “O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente [...], podendo ser alterada somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelo Estados. (CHESNAIS, 1996, p. 249, Grifo nosso).

O atrelamento do dólar ao ouro, mesmo que indireto, permitia, bem ou mal, que este alicerçasse um sistema financeiro e monetário internacional, que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial. (CHESNAIS, 1996, p. 249-250).

O crescimento econômico representado pelos “Anos Dourados” do capitalismo foi caracterizado por elementos como, expansão do mercado interno num ciclo promissor de produção e de consumo de bens duráveis; a incorporação de grande contingente de trabalhadores, desempregados no início do período pós-guerra; e o êxodo dos indivíduos que deixavam o campo em busca de oportunidades na cidade. (HOBSBAWM, 1995). Ilustrado pelo autor no contexto da Guerra Fria, este cenário representou a construção política da época através de acordos sindicais essenciais entre trabalhadores e capitalistas do setor de oligopólios e o estímulo pela intervenção do Estado no planejamento econômico, na manutenção da demanda agregada e no pleno emprego.

Essa construção política, da qual se refere o autor, também representou o elemento chave do “casamento entre Liberalismo Econômico e Democracia Social”, caracterizando o enlace entre Estado e a implementação expansiva de uma política econômica compatível com os gastos relativos ao cenário do Estado de bem-estar social (*Welfare State*), configurando também o fim da hegemonia do *laissez-faire*. (HOBSBAWM, 1995, p. 268). O papel do Estado nas sociedades capitalistas, embora discutido como elemento importante por diversos teóricos no século XIX, dentre eles, Marx, Weber, Marshall, não representava verdadeiramente uma centralidade nas análises sociais. Isso porque, a imagem de Estado mercantilista¹¹ é oriunda da dinâmica capitalista, cujo centro de toda transformação social na economia era o setor privado, período circunscrito desde antes da Revolução Industrial, perdurando até a década de 1930.

O Estado é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte. Quando determinado sistema social passa a produzir um excedente, a sociedade divide-se em classes. A classe dominante que então surge necessita de condições políticas para apropriar-se do excedente econômico. A institucionalização de um Estado-nação soberano e, como parte deste, de um Estado, são o resultado dessa necessidade. A partir desse momento, aquela sociedade assume o caráter de país soberano constituído por uma sociedade civil e pelo Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 5).

¹¹ Estado mercantilista, assim como “Estado capitalista” ou “Estado socialista” são denominações utilizadas para identificar o Estado e relacioná-lo a um sistema econômico. Expressões que identificam “Estado liberal”, por exemplo, são utilizadas buscando vincular o Estado ao regime político. “É válido utilizar expressões como essas quando desejamos definir o tipo de Estado predominante em diferentes tipos de regimes políticos e modos de produção”. (BRESSER-PEREIRA, 1995, p.5).

Dentre às várias concepções e denominações para Estado, nesta tese optou-se por compreendê-lo como uma constituição da população e seus territórios, ou seja, o entendimento de que uma sociedade, formada por classes sociais e grupos, é também *locus* de indivíduos com direitos iguais, porém com acessos diferentes ao poder político. Nesse contexto, o Estado se estrutura social e politicamente que, através do governo, promove ações e pactos sociais legitimados pela existência de um Estado-nação. (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 5).

É comum confundir-se Estado com governo, com Estado-nação ou país, e mesmo com regime político, ou com sistema econômico. Na tradição anglo-saxã, fala-se em governo e não em Estado. Dessa forma, perde-se a distinção entre governo e Estado, o primeiro entendido como a cúpula político-administrativa do segundo. Na tradição europeia, o Estado é frequentemente identificado ao Estado-nação, ou seja, ao país.

O papel do Estado e sua efetiva participação no desenvolvimento da sociedade evidencia-se no âmbito da mundialização do capital. Dessa forma, algumas correntes teóricas precisam ser destacadas para a compreensão da sua mobilidade espacial e da força de trabalho. Sem a pretensão do aprofundamento de todas elas e compreendendo que, ademais aos vários espectros de interpretação de correntes teóricas, apresenta-se, no próximo tópico, o agrupamento de três matrizes principais que contribuem para o entendimento da reprodução do capital no contexto histórico: (1) os estudos econômicos clássicos e neoclássicos; (2) a corrente do neoliberalismo; (3) a perspectiva marxista.

1.1.3 Matrizes teóricas para uma compreensão prática...

Os precursores das teorias econômicas, sistematizadas desde o início da Era Moderna, compõem uma primeira corrente teórica clássica, como Adam Smith e outros, bem como seus sucessores contemporâneos que formam o estrato de teóricos neoclássicos, como Lionel Robbins. Na corrente clássica e numa perspectiva temporal e linear, aportava-se no comportamento racional dos indivíduos na condição que, estes, são sujeitos livres e possuem autonomia para buscar a maximização de ganhos. (GAUDEMAR, 1977). Neste contexto, o espaço geográfico seria plano e homogêneo, onde a ação de agentes econômicos seria percebida sem resistência ou contingências, características teóricas e abstratas denominadas de “planície isotrópica”, referência geográfica entre os anos 1950 e 1960. (CORRÊA, 1995).

Nesse interim, dois lados do pensamento de Smith e evidenciados por Hunt (1982) são importantes para a compreensão da relação capital e trabalho que, direcionados ao interesse da burguesia, compuseram a envergadura expansionista da época. O primeiro lado, a perspectiva

de considerar a expropriação dos trabalhadores deixa margem ao revelar-se concomitantemente aos próprios interesses capitalistas, posto que a estruturação do valor das mercadorias era constituída pela apropriação de valores produzidos pelo assalariamento da produção. O segundo lado, a ideia de defender uma livre concorrência que equilibraria a produção capitalista pela, então, existência de uma “mão invisível” do mercado que otimizaria um estado de bem-estar social, transformando conflitos sociais em forças produtivas e crescimento econômico. Os estudos clássicos da economia política constituíram base para a caracterização do utilitarismo representado por “um único princípio: o desejo de maximizar a utilidade”, em propósitos “fundamentalmente individualistas”. (HUNT, 1982, p. 147-148).

Esse viés filosófico utilitarista passou a substituir as bases da teoria valor-trabalho nos estudos neoclássicos, cuja ascensão se posiciona na negação de que houvesse quaisquer conflitos sociais entre capitalistas e trabalhadores. A tese dos economistas neoclássicos é de que não existe exploração do trabalhador nas relações de trabalho e produção, já que tanto capitalistas quanto trabalhadores são remunerados no processo produtivo, cada um pelas funções de utilidade empregadas no que produzem. (HUNT, 1982). A contra-argumentação é de que, nessa perspectiva, “não havia qualquer diferença qualitativa, na criação de utilidade, entre o esforço feito no trabalho humano e a propriedade de capital, terra e outras propriedades”. (HUNT, 1982, p. 153).

Nos estudos clássicos, por exemplo, Mészáros (2007) aponta que o pensamento de Adam Smith ainda carecia de correções para que as relações econômicas entre os indivíduos não se rompessem por interesses divergentes ou antagônicos. (MÉSZÁROS, 2007). Os corretivos tratados por Mészáros são compostos pelo “mercado, cuja importância é quase universalmente reconhecida e a atuação do Estado. Entretanto, isso não se verifica no caso do segundo corretivo essencial: o papel mais ou menos amplo da intervenção empreendida pelo Estado capitalista”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 170-171).

Importante ressaltar que, ademais à corrente neoclássica da economia política, o início do século XX também foi marcado, numa perspectiva do socialismo, pelo fortalecimento da luta de classes a partir de movimentos de resistência representados pelas organizações e partidos de esquerda, lutas camponesas, dentre outras atuações nas cidades e no campo. (HOBSBAWM, 1995). Compreender a eminência dos movimentos de resistência, contudo, é também perceber com viés crítico que o processo de reprodução capitalista vem representando a centralidade das sociedades.

Os movimentos contra-hegemônicos¹² lastreados na matriz socialista, inspirados grande parte em Marx e Engels, fundamentaram a luta de classes e por terras, cujo estado da arte foi retratado por autores como Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin, Karl Kautsky e vários outros (MÉSZÁROS, 2007), representando possibilidades para políticas regulatórias dos movimentos do capital. Embora a crise de 1929 já tivesse lançado bases estruturais para perspectivas keynesianas, ou seja, de maior atuação e controle político e estatal sobre as práticas do capital, este cenário foi evidenciado sobretudo no pós-Segunda Guerra, o que proporcionou a regularização de preços com mais acesso à crédito e lastro numa maior distribuição de moeda no mercado. (HOBSBAWM, 1995).

A matriz keynesiana representa uma segunda corrente de interpretação do pensamento econômico, cujo teórico principal foi o inglês John Maynard Keynes, que predispunha uma perspectiva temporal cíclica para o desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a atuação conflituosa e não homogênea do capital designa um desequilíbrio econômico, porém factível, sobre o espaço geográfico levando em consideração o comportamento do indivíduo no funcionamento do macrossistema capitalista. (BRANDÃO, 2012). A intervenção do Estado na economia, numa política anticíclica segundo o autor, seria a solução para que o reequilíbrio fosse garantido, ou seja, com capacidade de corrigir as desigualdades regionais, a fim de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego.

No século XX, posição contrária ou a favor ao papel corretivo e protetor do Estado permeou agenda dos economistas políticos, Keynes se posicionou contra o *laissez-faire* e favorável às intervenções do Estado na ordem administrativa e econômica do capitalismo privado, ainda que as concepções keynesianas se mostrassem ingênuas para o problema do desemprego como consequência e “defeito estrutural objetivo do sistema”. (MÉSZÁROS,

12 O conceito de hegemonia e contra-hegemonia faz referência aos estudos de Antonio Gramsci, filósofo italiano e crítico político. Especificamente, o conceito de hegemonia é construído ao longo de suas obras “Cadernos do Cárcere” e “Cartas do Cárcere”, cuja centralidade nas ações políticas corrobora interpretação analítica acerca das transformações do capitalismo no século XX. Dentre as várias categorias de análise para a compreensão da realidade, incluindo o conceito de hegemonia em sua construção epistemológica, Gramsci (2007) destaca que o Estado e a política são dois fatores, que no sincretismo ordenado pelo Estado, revelam a política como elemento mediador na produção e reprodução das relações sociais. “O exercício *normal* da hegemonia, [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria”. (GRAMSCI, 2007, p. 95. Grifo do autor). Assume-se o recorte analítico para a atuação do Estado nesta interpretação da hegemonia em Gramsci (2007), muito embora, entende-se que sua análise aborda outros recortes muito além deste e, dependendo da maneira interpretativa, abrem novos rumos para o entendimento dos movimentos de resistência e das lutas sociais. A contra-hegemonia é, para a hegemonia, uma contradição que se exclui mutuamente, uma vez que a hegemonia “apenas se configura em um contexto de desenvolvimento da sociedade civil, a ideia de contra-hegemonia remete ao contexto de guerra de movimento, ao Estado-força, em que predomina a sociedade política, a coerção”. (DORE; SOUZA, 2018, p. 243).

2007, p. 172). Numa abordagem quantificadora do capital, não se percebeu o “câncer do desemprego crescente” como menciona Mészáros (2007), pois onde não é possível nem visualizar não é possível resolver, eis o motivo pelo qual as projeções keynesianistas do pleno emprego se verificaram “ilusórias e insustentáveis”.

No período pós-guerra de expansão do capital, as propostas giravam em torno dos “imperativos da acumulação, onde o trabalho foi considerado um ‘custo de produção’ [...] as soluções só podem ser temporárias/conjunturais”, cuja pseudo solução do desemprego se deu pelas vias da precarização. (MÉSZÁROS, 2007, p. 181).

Keynes fechou sua Teoria geral preconizando a “eutanasia” do capital rentista. [...] Não se praticou a “eutanasia” do capital rentista; pelo contrário, assistiu-se ao seu renascimento e ao crescimento de seu poder opressivo, mais do que em nenhum outro momento da história do capitalismo. [...] A partir do começo da década de 1970, o sucesso, mas também as contradições da acumulação traduziram-se, entre outros aspectos, numa queda da rentabilidade do capital investido na indústria. [...] os capitais industriais saíram em busca de formas de valorização puramente financeiras. (CHESNAIS, 1996, p. 251-252, Grifo nosso).

Na busca por soluções e conjecturando-se nos desafios e lacunas keynesianistas, que por um lado favoreceram o dinheiro acessível aos capitalistas, mas por outro fez aumentar gastos e controle de investimentos públicos, novas envergaduras teóricas surgiram como o pensamento de Friedrich Hayek e Milton Friedman, ambos representantes de outros olhares para a economia política do século XX. (HOBSBAWM, 1995). Hayek se aportou na contradição do dinheiro fácil como gatilho de crises econômicas, ou seja, a exacerbação do crédito poderia gerar gastos maiores e contramão para um crescimento econômico. A defesa de Hayek era por pensar a ordem específica que constitui o mercado como uma “catalaxia”¹³, bem como políticas de austeridade contra investimento públicos, apostando em investimentos privados e na tutela do mercado por si mesmo. (DARDOT; LAVAL, 2016; HOBSBAWM, 1995).

Friedman, cuja corrente teórica é de origem norte-americana e aportando-se numa rejeição cada vez maior ao modelo soviético, considerou que concepções keynesinistas seriam ingênuas e discutíveis, pois a intervenção e a atuação do Estado é uma problemática nas crises econômicas frente ao caráter inflacionário das contas públicas e ao tamanho da dívida

¹³ Dardot e Laval (2016) exploram as correntes neoliberais como propostas de uma refundamentação do liberalismo a partir do ano de 1938 com o Colóquio Walter Lippmann. Uma das correntes teóricas, austro-americana, é proposta por Hayek que representa a nova racionalidade neoliberal como uma adequação não só do Estado, mas de toda a sociedade concebida como um mercado, onde o sujeito é caracterizado como uma empresa que está em constante concorrência. Catalaxia para Hayek e citado pelos autores, significa trocar e intercambiar, expressão que condensa a concepção de livre mercado.

acumulada pelos Estados nacionais. Assim, defendia o equilíbrio autônomo dos sistemas a partir do mercado que representa um elemento mais democrático que uma deliberação política, pois protege o caráter pluralista dos indivíduos. Nessa perspectiva, cabe ao mercado estipular os valores de produção e conseqüentemente de emprego através do acompanhamento de indicadores, como por exemplo uma taxa natural de desemprego, ou seja, emprego acima desse indicador significaria mais inflação e mecanismo monetário. (DARROT; LAVAL, 2016).

Friedman advogava a favor do capitalismo concorrencial, assim como Hayek, sobretudo ao considerar a regularidade na construção e reprodução da racionalidade neoliberal, onde tanto o Estado quanto as dimensões da existência humana são inundadas por uma “nova razão” de mundo. (DARROT; LAVAL, 2016, p. 379).

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa.

Nesse sentido, na ordem de mercado, a conotação do social ganha contornos de laços econômicos, ou seja, num coletivo pode haver uma conciliação de projetos divergentes mesmo quando objetivam fins não econômicos. A base do vínculo social no neoliberalismo, para Darrot e Laval (2016), citando Hayek, é uma congregação de ordens de mercado constituída da ação humana, que por sua vez pode não ter sido objetivada por si mesma, mas ainda assim faz surgir uma ordem ou uma regularidade.

Para Hayek, a sociedade e o mercado compartilham da mesma natureza, sem, contudo, um se reduzir ao outro, ou seja, são ordens espontâneas e não podem ou devem ser dirigidos pelo risco da perda de liberdade, a não ser por um intervencionismo de caráter jurídico. Nessa perspectiva, um Estado voltado para políticas públicas, por exemplo, tomaria um significado artificialista já que o ideal do Estado de direito confunde-se com o ideal de uma sociedade de direito privado.¹⁴ (DARROT; LAVAL, 2016). Nesse raciocínio, as leis definidas pelo Estado

¹⁴ Darrot e Laval exploram o pensamento de Hayek sem deixar de referenciá-lo a corrente política e filosófica do neoliberalismo no raciocínio de Foucault como um dos primeiros intérpretes das ideias e conceitos neoliberais, já que estudos e análises mais aprofundados tomaram corpo na década de 1990. Para Hayek, a certeza de que o quadro jurídico, representado no neoliberalismo, compensaria a incerteza relacionada ao indivíduo na ordem de mercado, já que estaria nas mãos do Estado o poder de ação coercitiva quando se trata de punir as infrações cometidas contra as regras de conduta. Neste sentido, o Estado assume a segurança dos agentes econômicos como justificativa de monopólio para o uso da coerção, uma vez que não existe cidadão pleno e sim cidadão do direito privado. Já Foucault, buscou interpretar o mercado como o espaço onde as representatividades poderiam ser subvertidas mais facilmente com menos normatividade e menos coerção, sem, no entanto, abandonar os mecanismos de normatização, que em sua concepção devem ficar a cargo do Estado. A coerção e a normatividade foram tomando forma num processo histórico que desenhou um modelo totalitário de soberania com rubricas de impessoalidade e descentralização chanceladas pelo mercado, elementos potenciais da deliberação política.

devem ser impeditivas, e não algo que concede, sendo que ao mercado estipula-se o papel definidor, direcionador da sociedade.

Entende-se que desde a concepção do capitalismo moderno, as questões da política econômica repousam na temática do intervencionismo, ou não, do Estado sobre o mercado e a sociedade. Nesse sentido, as principais diferenças entre o pensamento de Keynes, Hayek e Friedman são específicas e, mesmo contendo inspirações basilares da economia política do século XX até a atualidade, percebe-se que o mosaico das políticas governamentais é composto por vários espectros ligados à realidade sociopolítica e à volatilidade dos mercados. Keynes defendia uma maior intervenção do Estado na regulação dos mercados, Friedman e Hayek compartilhavam a concepção do mercado se autorregular independentemente das intervenções do Estado, embora Friedman acentuasse mais a questão do livre mercado enquanto Hayek questionou também a ação humana social e laboral dos cidadãos.

Tomando, sobretudo a questão da situação social e laboral dos indivíduos frente à ação do Estado e do mercado, uma terceira corrente de interpretação que se posta a reunir o sujeito e o objeto na análise dos fenômenos sociais é fundada na perspectiva marxiana, oriunda dos escritos de Marx, e marxista embasada nos teóricos que interpretam as obras de Marx em suas teorias. (GRÜNER, 2007). A perspectiva, seja marxiana ou marxista para a análise dos fenômenos sociais, vem carregada de antagonismos e contradições nos avanços e retrocessos históricos, percebendo-se que as crises do capital geralmente são forçosamente ajustadas acentuando-se a expansão do capital pela estrutura totalizadora e balizadora do poder político do Estado. Nesse sentido, a ascensão da burguesia e sua influência no papel do Estado no contexto histórico de acumulação por espoliação¹⁵, com ajustes espaciais, formaram a base necessária e propícia para o processo de mundialização do capital. (HARVEY, 2011).

Posto isto, a perspectiva crítica da economia política no arcabouço do pensamento de Marx enfatiza a dinâmica da práxis humana¹⁶ articulada na economia e na política. Assim, a existência de conflitos sociais eleva-se à tônica de constantes transformações no seio do contexto histórico. Necessário se faz analisar criticamente esse contexto e relacioná-lo na práxis do momento presente buscando, nas contradições sociais, possibilidades para transformá-las.

¹⁵ David Harvey é defensor da corrente teórica que entende a “acumulação primitiva” no contexto do dinamismo do capitalismo, inserindo-a entre o campo econômico e o político como momento estrutural e contraditório. Na espoliação, a lógica econômica de acumulação e as estratégias políticas favorecem a acumulação de capital e de poder. (HARVEY, 2011, 2016).

¹⁶ O conceito de práxis humana na visão marxista e tomando Grüner (2007, p. 107) como referência, tem o sentido de “movimento (na maior parte das vezes “inconsciente”) da própria realidade (social e histórica), não o movimento, nem do puro pensamento “teórico” (ainda que fosse na cabeça de um Marx) nem da pura ação “prática” (ainda que fosse a dos mais radicais “transformadores do mundo)”.

(GRÜNER, 2007). A crítica, na visão marxista segundo o autor, é mostrar que a perspectiva da “ideologia dominante” ou pensamento hegemônico sempre será sustentar a manutenção da “divisão social do trabalho” consoante a separação dos “momentos históricos”, objetivando “legitimar o universo teórico da pura interpretação como patrimônio do Amo, e o universo prático da pura ação como patrimônio do Escravo”. (GRÜNER, 2007, p. 107).

Formas ocultas, revestidas em política de austeridade, demonstram na verdade alianças entre poder corporativo e poder estatal, as quais na realidade conferem direito individual à propriedade privada, direitos estes, garantidos pelo Estado através de leis constitucionais e pseudos lemas de proteção de direitos humanos, demonstrando que as formas de espoliação apenas se transformaram ao longo do tempo. (HARVEY, 2016). Nesse sentido, o grau de liberdade atribuído ao indivíduo como consequência do avanço capitalista e sua autonomia frente ao poderio socioeconômico é limitado à sua atuação no sistema, ou seja, aos objetivos de acumulação. (MÉSZÁROS, 1981).

István Mészáros faz referência aos acontecimentos históricos e à discussão marxista ligando-a às contradições da alienação¹⁷ numa visão da sociedade atual em Marx. O autor destaca que contradições como trabalho alienado e a natureza humana; as relações de propriedade; os objetivos capitalistas e a liberdade; a produção e o consumo, são elementos que permitem interpretações analíticas das crises do capital na atualidade. A dialética que postula o capital como centralidade no contexto da mundialização permite que os agentes econômicos e políticos que detém o poder, defendam seus interesses com estratégias que legitimem o “livre” mercado e a envergadura dos economistas neoclássicos (HOBBSAWM, 1995), onde o “livre” atualmente não é sinônimo de liberdade de acesso ao produto social e/ou político, mas uma condição da territorialização do capital pelo mundo.

Nesse contexto, importante observar que a crise capitalista dos anos 1970 desencadeada pelo descontrole na oferta de moeda, com o Estado gastando mais do que arrecadava e rendendo-se às reivindicações salariais, gerou processos inflacionários trazendo, por conseguinte, uma instabilidade econômica que elevou as políticas keynesianas ao status de vilãs, de um discurso de capitalismo imune às crises. Os limites para uma intervenção do Estado vinculam-se aos gastos com a melhoria das condições da população e significam, por um lado,

17 A alienação, segundo Mészáros (1981), no arcabouço da tese de doutorado de Marx e sua crítica ao Estado Moderno e ao trabalho inicial de Engels, faz referência ao modo de produção em que as relações naturais e racionais são postas em xeque pela condição da socialização da propriedade privada. Como alternativa, Marx e Engels sugerem o abandono da concepção de propriedade privada como uma divisão “não-natural”, como proposta ao desaparecimento da diferença entre juro e lucro, ou seja, o capital depende do trabalho e, como tal, sem o trabalho na condição de acumulação, este, retornaria ao seu estado de origem.

requisito para acumulação do capital e, por outro, representam redução de acumulação do setor privado. Estes limites constituem-se nas contradições de um Estado capitalista intensificadas por sua condição de promover, ou não, o bem-estar da população. (DARDOT; LAVAL, 2016; HOBBSBAWM, 1995).

Percebe-se, com isso, que a mobilidade do capital possui relação direta com a regulação das condições de produção e acumulação e, em sendo função do Estado capitalista, aumenta ou diminui o propósito de legitimar o direito de propriedade privada. Nesse sentido, o Estado capitalista é “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses”. (HARVEY, 2005 p. 84). Tomado ainda da visão marxista, Mészáros (2007) reforça que essa contradição do Estado capitalista é baseada no “antagonismo social”.

É um sistema concorrencial fundado na dominação estrutural do trabalho pelo capital. Portanto, há necessariamente todos os tipos de divisões seccionais. [...] A tendência do desenvolvimento dinâmico do sistema global do capital não pode evitar que este seja um sistema total e inextricavelmente entrelaçado e, ao mesmo tempo, profundamente contraditório”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 66).

Destaca-se que a justificativa do “livre” mercado se ajustou muito bem às perspectivas das políticas neoliberais praticadas ao redor do mundo, tanto que o capital transnacional, sobretudo após os Governos Thatcher e Reagan, se materializou como condição e lógica econômica e hegemônica. (CHESNAIS, 1996). Contudo, “[...] o mercado mundial seria o ponto de chegada, porque é o verdadeiro ponto de partida da análise de Marx”. (MELLO, 2000, p. 22). Toma-se, portanto, a visão marxista sob dois pontos, o primeiro, da contradição Estado e capital baseada na relação política e economia, sobretudo na esfera do conflito de classes, onde se reforça o papel do Estado como lastro para as condições da reprodução do capital. O segundo, do ponto de vista analítico do processo das relações sociais no contexto do ponto anterior, ou seja, a dialética do conflito de classes oriundo da evolução histórica da tríade capital-trabalho-Estado. Entretanto, como destaca Mello (2000), deve-se atentar para a não apreensão da realidade social somente por um determinado espectro, ou seja, vinculado somente à teoria ou ao empirismo como destacado em Marx (1965) *apud* Mello (2000):

[...] o próprio processo pensado se desenvolve como um processo natural, considerando que aquilo que realmente abrange deve ser sempre (inicialmente) a mesma coisa, e que pode variar apenas gradativamente, de acordo com a maturidade do desenvolvimento [analítico], incluindo o desenvolvimento do órgão pelo qual o pensamento é dado, [então] tudo o mais é guiado. (MARX, 1965, p. 209 *apud* MELLO, 2000, p. 22).

De todo modo, o intervencionismo do Estado se liga ao mercado na reprodução das demandas da sociedade, seja como espelho do direito privado, seja em posição de árbitro para defender as formas e as ordens de cada lugar. Tomando a perspectiva miltoniana de produção social e não homogênea do espaço, necessário se faz “[...] explorar formas inéditas de subjetivação que possibilitem colocar em xeque o poder da razão neoliberal”. (DARROT; LAVAL, 2016, p. 290-291). Em outras palavras, faz-se uma contraposição da condição neoliberal do sujeito frente à emancipação do indivíduo moderno.

Na leitura marxista, percebe-se que o Estado capitalista tende a exaurir a ideia de imparcialidade e de um Estado de interesse geral, consequentemente escancara os ideais da classe dominante homologando, através de leis e políticas, mais os interesses de alguns do que de todos. O Estado, como agente de poder, é responsável pela produção e reprodução das relações sociais, do espaço enquanto regulação política e do território na materialidade da divisão do trabalho, na desigualdade do desenvolvimento geográfico e nas lacunas da distribuição de renda da população.

Nesse sentido, entende-se que o Estado, como fruto de uma coletividade, constitui-se *locus* de uma relação social contraditória, por um lado convive-se estruturalmente com a reprodução do capital ladeado por políticas públicas, por outro, privilegia-se os agentes responsáveis pela hegemonia do capital no espaço geográfico. Na miríade dessa relação contraditória, amplia-se o caráter hierárquico das forças capitalistas, engendrando a ascensão de movimentos sociais de resistência no contexto da crise sistêmica e estrutural do momento atual. Como analisa Mészáros (2007), uma crise afeta o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social. Indaga-se, pois, se a economia solidária seria uma forma de atenuar esta contradição ou, como se busca entender e expandir reflexões nesta tese, uma nova forma de reprodução social.

Entende-se que o caminho do pensamento geográfico através das relações entre espaço, tempo e ser social, seja capaz de contribuir sobremaneira na compreensão do processo de produção e reprodução da ES na imbricada teia do capitalismo. Percebe-se, com isso, que a produção do território no Brasil se construiu e ainda se constrói sob a hegemonia de um modo de produção, sobretudo na materialização do espaço geográfico delineado pela soberania da relação capital-trabalho no contexto da expansão capitalista. Nesse sentido, faz-se necessário também, a análise dessa relação no eixo das políticas públicas no direcionamento do entendimento das lacunas e das possibilidades existentes para a ES, sobretudo a partir das

políticas públicas implementadas pelos governos neodesenvolvimentistas nas últimas décadas. Estes temas serão tratados nos próximos tópicos.

1.1.4 Trabalho e classe: reflexões sobre uma globalização excludente

Pensar o trabalho é uma atividade que trata necessariamente da compreensão de sua dimensão territorial que, permeada no espaço-tempo do contexto brasileiro, ganha contornos de materialização na reprodução das relações sociais. No capitalismo e na perspectiva do trabalho intelectual como processo unificador, as formas de trabalho organizadas em complexas estruturas de produção e impulsionadas pelo “meio técnico e científico” parecem caracterizar-se cada vez mais pela “[...] expansão e transformação qualitativa do fenômeno de terceirização da economia e do emprego. [...] Por unificação do trabalho entenda-se o fato de que mais e mais pessoas devem, para poder produzir, estar reunidas sob um comando único, ainda que não aparente”. (SANTOS, 2014b, p. 55).

A face estratégica da racionalidade neoliberal de um sujeito competitivo, que responde à cultura concorrencial de conduzir-se pelo cenário do quanto mais melhor, tem exposto o trabalhador a um pensamento “cruel” de trabalhar para si próprio, quando na verdade trabalha para responder ao poder, numa pseudo liberdade. (DARDOT; LAVAL, 2016). O nível de liberdade e autonomia que os indivíduos possuem está relacionado diretamente ao limite de poder que, estes, detêm como produtores alienados inseridos no sistema socioeconômico de acumulação capitalista. (MÉSZÁROS, 2007). Em outras palavras, na perspectiva do sujeito concorrencial, neoliberal ou “neosujeito” como tratam Darrot e Laval (2016), essa pseudo liberdade oferecida aos trabalhadores, na realidade, não representa uma possibilidade para construção de novas racionalidades, novas instituições democráticas, novos rumos para transformações coletivas de “governamentalidade” com normas alternativas de governar.

A relação capital-trabalho, nesse contexto, oferece subsídios para a reprodução da riqueza social numa contradição que afere cotidianamente o processo de acumulação e a exploração da mais-valia, ou seja, o trabalho se caracteriza como condição tanto da manutenção das necessidades essenciais do indivíduo, quanto representa um propulsor de inclusão da vida em sociedade. Neste sentido e nas perspectivas neoliberais, o trabalho como reflexo da produtividade, por um lado reforça o critério concorrencial da sociedade que se vê envolta em complexidades tecnológicas e organizativas, por outro, agrava a situação de um número crescente de trabalhadores, onde o indivíduo excluído do mercado de trabalho, “tem que buscar novas condições para sobreviver como corpo, família e ser social”. (ARRUDA, 2003a, p. 264).

Ressalta-se que o significado do trabalho e sua centralidade como elemento fundamental das relações sociais ganhou relevância crítica somente após a Revolução Industrial, que na perspectiva histórica e dialética passou a representar a vida em sociedade, configurada pela mercantilização da força de trabalho em troca do salário. Evidencia-se que a relação capital-trabalho se exacerbou pela mundialização do capital, sobretudo em países cujo caráter recessivo das políticas econômicas tendem a gerar excedentes para exportação, estas, “[...] visam prioritariamente não ao pleno emprego e à melhor qualidade de vida da população, mas ao pagamento da dívida externa”. (ARRUDA, 2003a, p. 265).

No bojo das correntes neoliberais, contudo, perspectivas antagônicas têm ganhado destaque em relação à centralidade e ao caráter político individual e de classes quando se trata de debates sobre o significado do trabalho. Segundo Cattani (2003), na contemporaneidade, para alguns, os matizes da sociedade “da informação” ou “do conhecimento” suplantaram a identidade e as representações da categoria trabalho e “qualquer outra dimensão cultural ou política parece mais importante que o exercício profissional vinculado à esfera da produção e dos serviços”. Para outros, em especial os que congregam as correntes de esquerda, o desafio “é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância dada pelas dimensões libertárias ou opressoras”. (CATTANI, 2003, p.12).

As conceituações para o trabalho sofreram modificações, especialmente quando contrastadas pelo sistema do capital, que ao longo do tempo e até os dias atuais, revelam representações como “[...] jugo e sofrimento, inclusive na sua forma escrava”. (ARRUDA, 2003a, p. 260). A conscientização das ações humanas, desde as que remetem à sobrevivência cotidiana, até as que se referem à proteção e à educação da família, pouco a pouco transmutaram-se em representações opressivas do trabalho que até hoje permanecem na sociedade. Algumas conceituações sobre a evolução prática do trabalho e sua relação ao período histórico do pensamento econômico, este já apresentado nesta tese, estão elencadas no quadro 2, adaptado de Arruda (2003a) e resgatadas de forma a contribuir para o entendimento da reprodução do capital no contexto histórico:

Quadro 2 – Conceituações de trabalho na relação com os principais períodos históricos e correntes do pensamento econômico.

Teóricos/Pensadores	Matriz histórica	Pensamento econômico	Conceituação de trabalho
PETTY, William SMITH, Adam	1623-1687 1723-1790	Ambos congregam a escola clássica do pensamento econômico e o liberalismo. Defesa da estruturação do valor das mercadorias constituída pela apropriação de valores produzidos pelo assalariamento da produção, bem como a defesa de uma livre concorrência que equilibraria a produção capitalista pela, então, existência de uma “mão invisível” do mercado que otimizaria um estado de bem-estar social, transformando conflitos sociais em forças produtivas e crescimento econômico.	Fonte de valor de troca ligada às forças de mercado que atuam para satisfazer as necessidades humanas através da divisão do trabalho e do automatismo dos preços, os quais potencializam a produtividade individual.
RICARDO, David	1772-1823	Congregou doutrinas da escola clássica estendendo-as aos estudos neoclássicos do pensamento econômico com o fundamento no utilitarismo. A especialização na produção de cada país e o custo desta produção determinava o valor dos bens. Defendeu o salário limitado à subsistência do trabalhador e de sua família.	Relacionado às bases utilitaristas e à relação do valor-trabalho, sendo o elemento que gera valor. Defendeu-se a tese de que não existe exploração do trabalhador nas relações de trabalho e produção, já que tanto capitalistas quanto trabalhadores são remunerados no processo produtivo, cada um pelas funções de utilidade empregadas.
KARL, Marx	1818-1883	As crises do capital geralmente são forçosamente ajustadas acentuando a expansão do capital sustentado na manutenção da divisão social do trabalho, sendo que a existência de conflitos sociais representa a tônica de constantes transformações no seio do contexto histórico.	O trabalho é relacionado à mais-valia, onde o valor do trabalho é a centralidade do lucro no sistema capitalista e onde o sobre trabalho ou o trabalho não pago seria a fonte do lucro e da renda da terra. Em outras palavras, a disparidade do excedente produzido e representado entre o valor final da mercadoria e o valor da remuneração do trabalhador é recolhido pelo capitalista como lucro.

KEYNES, John Maynard JEVONS, William WALRAS, Léon	1883-1946 1835-1882 1834-1910	Postulantes da escola neoclássica, congregavam o valor da mercadoria a partir da sua utilidade. Considerando como premissa, os recursos são escassos, sendo necessário alocá-los de forma eficiente. Na perspectiva do mercado não se autorregular como defendiam os teóricos neoclassistas, o keynesianismo defendeu a intervenção do Estado na economia com o objetivo do pleno emprego, atuando sobre o caráter conflituoso e não homogêneo do capital.	O trabalho é um dos fatores de produção. Trabalho como concepção do taylorismo, cujo precursor foi Frederick W. Taylor, vinculou-se ao trabalhador um executor de ordens. O trabalho intelectual e a tecnologia eram elementos mais essenciais que o trabalho humano e manual.
HAYEK, Friedrich August Von FRIEDMAN, Milton	1899-1992 1912-2006	Defensores das doutrinas neoliberais, pregava-se uma diminuição da intervenção da ação econômica do Estado em razão da ordem de mercado. Através de fatores concorrenciais, tanto empresas quanto indivíduos, caminhariam no sentido de um progresso social. Numa perspectiva neoliberal, o Estado garantiria a regulação de potenciais conflitos sociais através de legislação.	O trabalho é sinônimo de mercadoria submetido ao sistema do capital mundial. O trabalho humano é privado da propriedade dos meios de produção. O trabalhador se mercantiliza em troca do salário.

Fonte: adaptado de Arruda (2003a, p. 260).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Percebe-se que a discussão da centralidade da categoria trabalho situa-se no seio do sistema ditado pelo capital, antes fruto da adaptação do homem à natureza na apropriação do espaço. Antigamente, “[...] o homem dependia diretamente do espaço circundante para a reprodução da vida”, depois a categoria trabalho foi se transformando e reduzindo sua importância à mercadoria, ao trabalho assalariado na subordinação das cadeias de produção em escala global. (SANTOS, 2011, p. 137).

Citando Karl Polanyi, Harvey (2016) complementa que há um desmantelamento da sociedade quando riquezas comuns – trabalho, terra e dinheiro – são tratadas como mercadorias, pois estimula-se a reprodução da propriedade privada. De forma desregulada, geram-se riscos quando essa reprodução atua perante poderes estatais (salvo em níveis de escala quando conveniente), ora de forma neoliberalista, ora de maneira autocrática e militarizada, provando

que as relações capital-trabalho alcançam profundidade. Compreende-se com isso, que “a desigualdade deriva do simples fato de que o capital é social e historicamente construído como um domínio de classe sobre o trabalho”, permitindo que a crença do processo da divisão do trabalho frente ao poder do capital oportunize possibilidades de trabalho e renda, numa relação direta entre distribuição desigual de riqueza e criação de empregos. (HARVEY, 2016, p. 159). Nesse sentido, utiliza-se Santos (2014a) a critério de complementação.

A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. *Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial.* (SANTOS, 2014a, p. 60. Grifo nosso).

Verifica-se, portanto, que o espaço se configura pelo trabalho social que, de uma forma desigual prioriza as formas que mais interessam no viés do capitalismo, ou seja, espaços que apresentam mais potencialidades recebem mais investimentos, demonstrando o poderio do capital. Em assim sendo, a composição de geografias desiguais é influenciada sobremaneira pelas contradições e a ação do capital no contexto do Estado.

Contexto, esse, que reforça a tese da expansão do capitalismo dependendo cada vez mais da competição global onde as exportações das maiores economias capitalistas chegam a níveis “[...] quase suicidas; e que as crises de superprodução são cada vez mais severas”. (WOOD, 2001, p. 109). A análise do processo de globalização reflete o caráter das forças do capital e denotam por um lado sua potencialidade de ação mundial, mas por outro lado potencializam a expansão de movimentos, políticas e ações de resistência.

A máxima rentabilidade para o capital depende hoje cada vez menos do crescimento absoluto ou da expansão para fora e mais da redistribuição e de uma brecha cada vez mais extensa entre ricos e pobres, tanto no interior dos Estados-Nações como entre elas. (WOOD, 2001, p. 109).

Nessa dinâmica, Antunes (2018) expõe que a ordem é por mais produtividade, menos trabalhadores, mais tecnologia, mais pessoas aptas a serem exploradas, fato que minimiza o trabalho industrial fabril e amplia o assalariamento no setor de serviços. A contradição existente neste sentido é que, por um lado, na esfera da produção há uma exigência em reduzir custos e ampliar a maximização do lucro intensificada pelo crescimento do capital constante, e por outro lado, revela-se um capitalismo que esgotou seu caráter de expansão e avança para um nível de exploração da força do trabalho e da desigualdade de forma jamais vista, mostrando assim, a face da globalização excludente. Assim, as questões sociais e oriundas da crise estrutural do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, são escancaradas pelo seu “[...] controle

sociometabólico autoexpansivo, que elimina cruelmente, se necessário, a esmagadora maioria da humanidade do processo de trabalho”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

Longe de ser um fenômeno novo, o processo da globalização, exacerbado a partir dos anos 1990, parece ter levado a relação capital-trabalho a patamares que legitimaram as vulnerabilidades, uma vez que “[...] o conteúdo efetivo da globalização é dado não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industriais quanto financeiras”. (CHESNAIS, 1995, p. 4). Sob a égide de várias nomenclaturas que destacam as formas e os fluxos de comunicação e organização das corporações, a globalização enfatiza o caráter mundial da materialização desigual do trabalho no espaço, denotando que “a economia global é excludente pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais”. (CHESNAIS, 1995, p.15).

Em contrapartida, na economia solidária, o espaço como categoria essencial e materialização da relação homem-natureza, é evidenciado pela reprodução dos empreendimentos econômicos solidários. Nestes, as relações do trabalho são representadas no espaço-tempo que, “[...] pelo produto da economia capitalista em razão do tempo socialmente necessário à sua produção, colocam, no mesmo espaço, mercadorias produzidas por formas diferenciadas”. (GODOY, 2009, p. 87). Compreende-se, com isso, que tanto a espacialidade quanto a temporalidade na economia solidária são compostos dialéticos e resultados da produção da sociedade em decorrência da sua história, e que modificam a paisagem como “[...] resultado cumulativo desses tempos e do uso de novas técnicas”. (SANTOS, 2014b, p. 89).

O sistema do capital parece ter suplantado dialeticamente a importância do viver modestamente, em substituição ao consumo desenfreado que, por parte dos indivíduos, se submetem ao capitalismo sem pestanejar e, por parte das corporações, objetivam a maximização do lucro a qualquer custo. Neste interim, o Estado que se efetiva historicamente como instrumento de controle político na função de administrar a sociedade de classes, evidencia os interesses da classe dominante. (SMITH, 1988).

Corroborar-se, portanto, uma das vertentes de sinalização hipotética desta tese, que se apoia na perspectiva marxista de um Estado capitalista representando “[...] a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses”. (HARVEY, 2005 p. 84). Nessa linha, o trabalho se caracteriza pela relação antagônica ao capital e ao Estado burguês, que por um lado representa o agente potencializador da opressão, da precarização do trabalho, mas por outro lado proporciona a expansão das resistências resultantes da “[...] exacerbção das consequências da mundialização da economia capitalista”. (HOUTART, 2001, p. 92).

No seio do Estado capitalista, o pensamento marxista considera a contradição capital-trabalho como “[...] o sustentáculo de todas as lutas políticas significativas e a sementeira de todas as organizações e movimentos revolucionários anticapitalistas. Também é citada por alguns como a única fonte básica de todas as formas de crise”. (HARVEY, 2016, p. 69). Esse contexto, expõe o pensamento de Houtart (2001) sobre o perfil das resistências como representação da sociedade civil.

Todas essas resistências são, como correntemente se diz, a expressão da sociedade civil – mas, convém acrescentar, da sociedade civil de baixo. Com efeito, revalorizado por Antonio Gramsci¹⁸, esse conceito foi cuidadosamente recuperado, seja para identificar os atores do campo econômico, por oposição ao Estado, seja para limitar a sociedade civil a tudo que é considerado bom e louvável, isto é, às ONGs, às associações voluntárias, às organizações religiosas etc., não obstante ser ela o lugar das lutas sociais. (HOUTART, 2001, p. 93).

Nesse sentido, compreende-se que a organização e a reorganização do espaço, no contexto do Estado-nação, são dadas pela forma e pelo comportamento das estruturas nos mais variados espectros e instâncias da sociedade. “A forma como o Estado se comporta em cada um desses domínios conduz a um resultado diferente no tocante à organização do espaço nacional”. (SANTOS, 2014a, p. 67). Portanto, o Estado e a sociedade são um conjunto e não elementos isolados, pois o “Estado age seletivamente em relação aos diversos atores da economia” e, no decorrer do processo histórico, a sociedade se altera em “[...] instâncias sociais e suas frações, tendo em vista as especificidades da história”. (SANTOS, 2014a, p. 67-68).

Assim sendo, percebe-se que as contradições de classe, as diversidades sociais, os antagonismos constantemente reproduzidos na sociedade global representam consequências deste processo de organização e reorganização do espaço no desenvolvimento desigual do capitalismo. No Brasil, o efeito de estratégias políticas e econômicas dos governos neodesenvolvimentistas no início do século XXI, conduziu um contexto conjunto de elevação das taxas de crescimento econômico juntamente à implantação de políticas sociais, que possibilitaram reproduzir questões como geração de trabalho e renda, qualificação e educação para o trabalho associativo, autogestão, dentre outras.

18 Antônio Gramsci, ao analisar teórico e empiricamente as transformações históricas da sociedade europeia desde o ano 1848, com o lançamento do Manifesto do Partido Comunista por Marx e Engels, buscou tecer o conceito de hegemonia. Para o autor, a hegemonia é representada e caracterizada pelo próprio desenvolvimento da sociedade, onde a burguesia dotada de estratégias políticas legitimadas pelo Estado e consentidas pelos governados, garante seu direcionamento e sua manutenção. Contudo, tal contexto se torna passível da resistência e oposição, pois assim como há o modo dominante de pensar e agir, há também formas alternativas e historicamente constituídas pelas práticas humanas a partir do momento presente e contrárias à hegemonia existente, caracterizada como transitória e incompleta. (GRAMSCI, 1999).

Contudo, o atual estágio do capitalismo, financiado e potencializado por corporações mundiais sem desmerecer os pontos positivos das políticas sociais, enseja que o caráter contraditório dessas políticas brasileiras parece não oferecer uma transformação social verdadeiramente emancipadora para a economia solidária. Estes pontos são melhor aprofundados no próximo tópico desta tese.

1.2 O CARÁTER CONTRADITÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como já mencionado nesta tese, até a década de 1970, pensava-se que problemas como pobreza, desigualdade ou exclusão social residiam nas mazelas deixadas pelo crescimento econômico. De todo modo, essa situação já emanava preocupação de instituições mundiais que, desde então, vêm suscitando análises nas contradições expostas pelo Estado capitalista moderno. Desde então, a construção e a manutenção dos movimentos sociais e de resistência são colocadas à prova por questionar, por buscar neste Estado margeado por políticas sociais, elementos que reflitam sua função, mais justa, como verdadeiro agente de produção e reprodução social.

No Brasil, desde a década de 1930, estes problemas estão entranhados numa sociedade fragmentada pelo processo de industrialização e, conseqüentemente, num desenvolvimento geográfico desigual¹⁹ (OLIVEIRA, 1988; SANTOS, 1980) que, de um lado privilegia o acesso e a inclusão de alguns indivíduos a direitos sociais e por outro lado, nega-se o acesso a benefícios sociais tornando-os excluídos. Nessa perspectiva, o objetivo das políticas públicas e sociais repousaria no lastro de minimizar as conseqüências deste desenvolvimento geográfico desigual suprindo de proteção social, de alguma forma, os segmentos sociais mais pobres, seja na cidade, seja no campo.

Com uma sociedade dividida, em que direitos sociais foram emergidos em um Estado de regime autoritário²⁰, suscita-se a reflexão de Marshall (1967) na compreensão de sua origem de forma excludente, uma vez que foram atribuídos de maneira discriminatória, sem a possibilidade da participação de todos e todas e sem a condição de reivindicação por parte dos excluídos. (DRAIBE, 1985). Cabe destacar que o antônimo de exclusão, para Marshall (1967),

19 O esforço da geografia, apesar de mais recente no sentido de construir uma teoria do desenvolvimento desigual, é distinto da lei do desenvolvimento desigual e combinado formulada por León Trotsky. Revolucionário russo marxista defendia que a evolução ou o processo de desenvolvimento de uma nação atrasada é dialético e histórico, uma vez que combina fases distintas, ritmos diferenciados, além de elementos arcaicos e modernos no processo econômico do desenvolvimento. A geografia se distingue no sentido de inserir questões como as análises espaciais de natureza geográfica, nas investigações teórico-metodológicas das desigualdades socioeconômicas existentes. (HARVEY, 2005). O tom desigual e combinado se baseia na articulação das relações sociais de produção do espaço urbano industrial face à propriedade rural, ou seja, nas tramas do capital na cidade e no campo.

20 Os direitos sociais, no Brasil, foram evidenciados a partir da segunda fase do governo varguista, especialmente após a década de 1945, que deixa uma perspectiva hegemônica de poder e ganha um contorno mais democrático – burguesia, Estado e proletariado urbano. Há a criação de Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) para provisão de assistência médica e outros benefícios sociais. Os IAPs eram vinculados aos sindicatos de trabalhadores e mantinham relação direta com o Ministério do Trabalho, assim como os sindicatos. (DRAIBE, 1985).

tem sentido de “cidadania” que a prega num contexto de pertencimento, de cuidado com o coletivo e, assim, um cidadão (um indivíduo) deveria ter acesso e gozar de direitos oferecidos pelo Estado tais como, direitos políticos (votar por exemplo), direitos sociais (bem-estar econômico, segurança, dentre outros) e, em contrapartida, entender e prezar pelos deveres para com este mesmo Estado. Se assim fosse e considerando a desigualdade como uma diferenciação dos vários níveis econômicos em uma sociedade, poder-se-á admitir como aceitável uma “desigualdade do sistema de classes” desde que houvesse “[...] uma espécie de igualdade humana básica, associada com o conceito de participação integral na comunidade (igualdade de cidadania reconhecida)”. (MARSHALL, 1967, p. 62).

Percebe-se, contudo, que questões ligadas às demandas sociais e à igualdade não podem e não devem ser generalizadas em organização e legitimidade, pois se relacionam aos aspectos econômicos e políticos de cada sociedade. Nesse sentido, evidencia-se a compreensão da questão social como perspectiva histórica no entendimento de que, para a inclusão de grupos “pobres” na construção de ações sociais pelo Estado, este, deve primeiro reconhecê-los e sobretudo se interessar pelo senso de igualdade e justiça. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005). A questão da pobreza no contexto das questões sociais, aspecto relevante considerado pelos autores, relaciona-se “[...] à complexidade e à diversidade das questões que cercam o processo de reconhecimento da pobreza como um problema dotado de relevância social e legitimado no debate político”. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p. 184).

Detalhando melhor, os autores refletem que a pobreza relacionada ao trabalho há muito é compreendida como questão social e, no Brasil, não obstante outros espectros relacionados à pobreza de parcelas da população alheias ao trabalho, merecem relevância social e são elementos de intervenções estatais e ações sociais especializadas. É o caso de indivíduos doentes, crianças, idosos, dentre outros, que constituem objeto de proteção social por parte do Estado, ora também por parte da iniciativa privada ou organizações da sociedade civil imbuídas por interesses de assistência social.

Compreende-se, contudo, que a manifestação das questões sociais e a formação das políticas públicas sociais brasileiras caminham em paralelo ao processo histórico de industrialização, da efetivação do capitalismo como modo de produção e reprodução das relações sociais, e da constituição do Estado capitalista.

1.2.1 Um breve histórico das políticas públicas emanadas pela questão social no Brasil

Num contexto marcado pela ação impactante e industrializante do Estado, pensar em políticas públicas brasileiras é um exercício de resgate histórico, onde a reprodução de desigualdades sociais nos territórios oferece espectro para a análise de uma estrutura social carregada de antagonismos e conflitos políticos. Entende-se por política pública a ação de governos, nas esferas federal, estadual e municipal, na garantia de direitos consolidados pela Constituição Federal Brasileira, desde o ano 1988 (CF-88), momento de coroamento do processo histórico de luta pela redemocratização do país.

A nova Carta proclamava o estabelecimento de um Estado democrático reconhecedor de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Alcançava-se um novo patamar de cidadania, comparável à concepção clássica de Marshall, 1967: direitos civis, políticos e sociais. (IPEA, 2009, p. 07).

Os direitos sociais, reconhecidos como políticas públicas e aplicados na CF-88 cuja última alteração datada do ano 2015²¹, deveriam abrir caminhos que permitissem leituras práticas e melhores condições de vida para uma população segregada no espaço e nos territórios. Percebe-se, contudo, a contramão de interesses coletivos e sociais, potencializando lacunas da questão social espalhadas na temporalidade do espaço geográfico.

No Brasil, as políticas sociais foram emergidas à lógica da acumulação na produção e reprodução da relação capital-trabalho sedimentadas no trabalho assalariado, em paralelo com a organização do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS). (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005). Três momentos paradigmáticos, expostos pelos autores, lastreiam ações de governo e expõem formas de intervenções sociais no conjunto das políticas sociais brasileiras. No recorte histórico desta tese, faz-se uma análise, especialmente pós CF-88 (terceiro momento paradigmático expostos por Cardoso Jr. e Jaccoud (2005), época de maior destaque para a economia solidária no Brasil, a partir dos governos FHC (1995-2002), Lula (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), e posteriores desafios ligados à temática, culminando atualmente.

Os três momentos a saber: (1) políticas sociais de ordem corporativa na República Velha durante o governo de Getúlio Vargas, anos 1930, mais especialmente após 1945, cujos ícones principais se concentraram na criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e na

21 O art. 6º da Constituição Federal Brasileira, Título II que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II que dispõe dos Direitos Sociais, prevê que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. (BRASIL, 1988, n.p.).

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); (2) atuação do Estado em legitimar ações filantrópicas das instituições, cujo propósito se concentrava em assistir a população desprovida de direitos sociais; (3) consolidação dos direitos sociais da cidadania, a partir da CF-88.

Com lastro no Ministério do Trabalho, os emblemáticos IAPs se propunham a incitar competição entre categorias por meio de aliciamento, troca de favores e privilégios sociais que, pressionados sobretudo por lideranças sindicais, estabeleciam cestas de benefícios diferenciados nos espaços e territórios. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005). Reflexo disso, repercutiu-se a construção de um sistema de proteção social que não integra, muito pelo contrário, reforça a desigualdade, a fragmentação e a heterogeneidade da frágil estrutura social brasileira.

Entende-se como Draíbe (1985), que a relação Estado-sociedade é o cerne da questão tanto social, quanto política e econômica, pois revela um Estado capitalista como expressão dos interesses de uma estrutura de classes, poder e autonomia que dita escolhas e prioridades. Frente à industrialização representada pela burguesia industrial, burguesia cafeeira e proletariado urbano²², a questão social heterogênea e fragmentada sustenta-se no Estado e suas ações, cujos interesses geralmente são colocados para a sociedade como se fossem interesses coletivos de toda a nação, não reconhecendo a heterogeneidade e a desigualdade de tempos e espaços geográficos.

É nesse sentido que a “[...] heterogeneidade desta fase que permite caracterizá-la como uma estrutura de transição: sob a dominância do capital mercantil, nela convivem as mais diversas formas de organização da produção e distintas relações de produção”. (DRAÍBE, 1985, p. 12). Compreende-se o raciocínio da autora quando ilustra que a burguesia cafeeira se encontrava fragmentada e permeada por contradições e conflitos no âmbito agroexportador; a burguesia industrial mostrava-se frágil e dividida sobretudo nas relações com o polo exportador; o proletariado urbano, em formação, que ainda não se caracterizava como classe. Cercado de descompassos tecnológicos, técnicos, financeiros, dentre outros, o período (1930-1960), destacado também por Cardoso de Mello (1998), apresenta-se como base e última fase da

22 Esta tese apresentará o processo de desenvolvimento no Brasil de forma mais detalhada no campo específico do capítulo 4, neste momento optamos por considerar a ênfase da industrialização no processo do desenvolvimento capitalista no Brasil – entre os anos 1930 e 1964 – como Draíbe (1985), considerando-o como fase de transição e consolidação da revolução burguesa. Dois elementos, específicos, são elencados como essenciais para o entendimento da transição capitalista no país e que potencializam as duas faces desta condição, uma econômica e outra política: (1) a industrialização, constituída pela produção como sinônimo de acumulação capitalista; (2) o Estado nacional, como elemento unificador da condição de formação e reprodução da sociedade burguesa. “Trata-se, portanto, de captar, num momento dado e à base da estrutura de classe e de poder em transformação, a forma que assume o ‘Estado de transição’, vale dizer, o Estado nacional capitalista em formação”. (DRAÍBE, 1985, p. 18).

transição capitalista, o qual Draíbe (1985) denominou de consolidação da revolução burguesa no país. Este período foi representado por duas fases a saber: industrialização restringida e industrialização pesada, impulsionadas em especial pela burguesia cafeeira e atividades agroexportadoras. (CARDOSO DE MELLO, 1998).

Como expressão de um capitalismo tardio²³, a caracterização do poder burguês se vê representado pelo Estado na materialização de estruturas sociais e políticas que determinam uma especificidade, uma particularidade em determinado momento histórico da sociedade em transição. Neste caso, tanto os conflitos interclasses, quanto a questão social interna também representada por conflitos intraburgueses face às burguesias já consolidadas em outros países, são consequências da relação Estado-sociedade e reflexo dos movimentos, das lutas sociais num processo revolucionário e histórico em transformação, sem a chancela de modelos preexistentes. (DRAÍBE, 1985).

No contexto brasileiro, a sedimentação da estrutura material do Estado tem, portanto, sua configuração no avanço da industrialização, sistematizada na contradição da divisão social do trabalho que impulsiona a resistência e representatividade dos grupos sociais. Nesse sentido, dois lados de atuação do Estado são evidenciados: (1) seu caráter e amplitude em relação ao processo das transformações sociais; (2) sua autonomia e profundidade na direção destas transformações. “A ação estatal foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de intervir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade [...]”. (CARDOSO DE MELLO, 1998, p. 125). Contudo, percebe-se como Draíbe (1985) que necessário se faz a consideração dos movimentos endógenos para destacar a constituição do Estado na condição de transição tardia²⁴, que “[...] se erige sobre um conjunto de forças sociais em transformação, não articuladas objetivamente”. (DRAÍBE, 1985, p. 18).

A dinâmica do crescimento econômico evidenciado pelo projeto de modernização dos anos 1930 correspondeu à última fase da transição capitalista cedendo lugar à proposta desenvolvimentista de proteção social numa perspectiva de inclusão através do assalariamento. (DRAÍBE, 1985; CARDOSO DE MELLO, 1998). Sobretudo entre as décadas de 1950 e 1980,

23 Entende-se por capitalismo tardio a condição específica do processo capitalista do país, seu movimento interno e seu momento, em relação tanto às suas características particulares (processo interno de acumulação) que determinam suas transformações sociais, quanto ao momento histórico de suas transformações levando em conta os vieses do capitalismo global. No caso do Brasil, entende-se que a “História brasileira e latino-americana é a História do capitalismo e, simultaneamente, a História do nosso capitalismo”. (CARDOSO DE MELLO, 1998, p. 186).

24 Baseando-se em Nicos Polantzias, filósofo, sociólogo grego, marxista, Draíbe (1985) ressalta que, mesmo em transição, o Estado se caracterizava como Estado nacional moderno (centralizador e unificador), se referindo ao seu caráter absolutista. Nesse sentido, mesmo num momento em que a classe burguesa não se apresentava ainda politicamente dominante, o Estado já se caracterizava como Estado capitalista, mostrando diferenças entre formas e funções sobretudo em relação a luta de classes.

as instituições privadas com apoio do Estado realizaram uma espécie de gestão filantrópica da pobreza. (DRAÍBE, 1989).

O âmbito das políticas públicas brasileiras é evidenciado pela conjuntura da ditadura militar (1964-1985), em que as ações do Estado se voltam às estruturas que detinham mais poder, numa dinâmica meritocrática. (DRAÍBE, 1989). Enquanto os países capitalistas desenvolvidos buscavam por crescimento econômico e pleno emprego com políticas sociais de estímulo à produção e consumo, modelo keynesiano para a constituição do Estado de bem-estar social (*Welfare State*), a atuação social do Estado brasileiro vinculava a ampliação das demandas sociais à proteção do trabalhador assalariado, ávido por justiça social. (OLIVEIRA, 1988).

Como o autor, percebe-se que na lógica da acumulação capitalista, a atuação do Estado no período militar legitimou estrategicamente uma sustentação da reprodução do capital e da força de trabalho por meio da constituição de benefícios sociais e salários indiretos financiados por gastos públicos. O impacto dessa relação dialética representou “[...] uma tendência à desmercantilização da força de trabalho pelo fato de que os componentes de sua reprodução representados pelo salário indireto são antimercedórias sociais”. (OLIVEIRA, 1988, p. 16). Desdobram-se daí duas situações: (1) menos salários diretos pagos pelo empregador e; (2) atribuição de mais gastos sociais ao Estado, numa parametrização vinculada ao salário para a indexação e socialização dos serviços públicos.

Se tomarmos qualquer dos bens e serviços financiados e/ou produzidos pelo fundo público, ver-se-á que seu preço é determinado como uma quota-parte do salário: isto é, a tarifa de um serviço público como o metrô é calculada tendo-se como referência uma parte do salário destinada a gastos de transporte. E, em muitos casos, na fixação de preços de bens básicos produzidos pelo próprio setor privado, o que se tem em vista é que seu preço represente uma certa porcentagem dos gastos dos orçamentos familiares. (OLIVEIRA, 1988, p. 15).

Ressalta-se, contudo, que as ações do Estado, como promotor do crescimento econômico e bem-estar social, foram lastreadas em dinâmica e conjuntura ditatoriais e, neste sentido, promulgaram avanços, retrocessos e conflitos em meio a implantação da política social brasileira.

1.2.2 Políticas públicas brasileiras contempladas no eixo emprego e trabalho ao longo do tempo

Os pontos chave das políticas sociais brasileiras são representados em quatro grupos que se articularam entorno de eixos estruturantes, quais sejam: (1) Emprego e Trabalho; (2) Assistência Social e Combate à Pobreza; (3) Direitos Incondicionais de Cidadania Social; (4) Infraestrutura Social. Buscou-se pela perspectiva de Cardoso Jr. e Jaccoud (2009) para estabelecer a dinâmica de análise das políticas condensadas no eixo do Emprego e Trabalho que perfazem o escopo desta tese.

Compõem o Eixo do Emprego e do Trabalho aquelas políticas cuja garantia de cobertura se dá mediante a participação contributiva e, em última análise, a participação no mercado de trabalho formal. Estas políticas de proteção social têm como principal referência o mundo do assalariamento com carteira, ainda que desde a Constituição de 1988 seja possível identificar o fortalecimento institucional de um outro conjunto de políticas que tem no trabalho não-assalariado um critério de elegibilidade a programas e ações governamentais. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2009, p. 197).

Muito embora houvesse traços de um Estado com pretenciosas características de formação e desenvolvimento de mão de obra, dentre outras propostas, suas fragilidades e o contexto histórico vieram demonstrando que a contradição entre proteção social e campo de ação revelam cada vez mais a desestruturação e a inconsistência da questão social brasileira existente nos espaços e territórios. O quadro 3, adaptado de Cardoso Jr. e Jaccoud (2009), Pochmann (2010) e Silva e Almeida Filho (2020) apresenta as principais políticas públicas que regulamentaram sobretudo o eixo emprego e trabalho ao longo dos anos.

Quadro 3 – Conjunto de regulamentações associadas ao assalariamento como garantias no campo da proteção social no Brasil (1930-2016).

Período histórico	Momento histórico	Proteção social	Contexto e caracterizações
1930-1964	A partir da grande crise de 1929, o Brasil ingressou na maior crise do capitalismo mundial do século XX e adotou medidas de combate à recessão econômica. Houve uma reorganização econômica e política capaz de gerar novo projeto de desenvolvimento baseado no campo urbano-industrial, proporcionando a construção	Prestação de serviços de saúde, alimentação e habitação oferecidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).	Além da dimensão previdenciária, a proteção social oferecida pela materialização das estruturas do Estado previa cobertura dos riscos tradicionais de incapacidade, velhice ou morte. Eram prestados aos segurados serviços de assistência médico-hospitalar, além de intervenções no campo da

	e o avanço da sociedade salarial.		habitação e da alimentação.
1960-1966	Promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) que provocou mudança da política previdenciária e instaurou conjunto de reformas legitimadas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).	Extinção do SAPS. Criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	Finalização das ações previdenciárias estendidas ao campo de habitação. Unificação institucional dos IAPs e incorporação do seguro contra acidentes do trabalho à Previdência. Em troca da estabilidade no emprego, apresentou-se o seguro-desemprego como alternativa.
1970-1974	Pressão sobre a Previdência Social no sentido de ampliar a cobertura de benefícios através de reformas que incorporassem a quantidade da população beneficiária e a flexibilidade no arrecadamento de contribuições previdenciárias. Pressões sobre a questão social que buscavam a incorporação do camponês ao sistema previdenciário, sem respostas desde a década de 1950. Duas vertentes colocavam o trabalho camponês em discussão: (1) a natureza do trabalho camponês que deveria oferecer o acesso à terra; (2) o processo de acumulação no meio rural, que levanta a questão sobre a regulamentação do trabalho assalariado.	Criação do Programa de Integração Social (PIS). Criação do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL/PRORURAL). Criação da Renda Mínima Vitalícia (RMV).	Intenção de vincular os ganhos do trabalhador à sua produtividade e ao crescimento econômico nacional. Trabalhadores autônomos e domésticos incluídos na cobertura previdenciária como seguro social, contudo, criou-se barreiras aos trabalhadores informais. Sem a exigência de histórico de contribuições e financiado por parcela contributiva e transferência de renda das empresas urbanas para o FUNRURAL, distribuiu-se concessão de aposentadorias e pensões aos trabalhadores da economia rural familiar. Em relação à RMV, enfatiza-se a discussão sobre formas de custeio para oferecer benefício a pessoas idosas (70 anos ou mais) ou inválidas e carentes com contribuição pretérita de pelo menos 12 meses.
1980-2002	Período de redemocratização do país e evidência para institucionalização da Constituição Brasileira de 1988. Não obstante o modelo contributivo meritocrático como fonte de recursos para a proteção social vigente, a década de 1980 foi marcada pelo aumento das desigualdades	Criação do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) que cedeu lugar à atual Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Extensão de benefícios previdenciários (previdência rural).	O FINSOCIAL teve o objetivo de gerar recursos financeiros para programas e projetos de assistência social vinculados à alimentação, habitação popular, saúde, educação e apoio ao pequeno agricultor. O PROGER teve o intuito de beneficiar

	<p>socioeconômicas e o desmonte do emprego formal. Essa situação, potencializou a relação de dependência entre segurados e contribuintes, o que viria a comprometer o financiamento do sistema e, conseqüentemente, a questão social no país. O período 1988-2002 (CF88 e o término do segundo mandato no governo FHC) revela contradições na relação entre a Previdência Social e o trabalho, as quais denotam a emergência de outras políticas, com destaque àquelas que buscassem se pautar nas relações de trabalho de outra natureza, como por exemplo o assalariamento informal e a auto-ocupação como categorias dominantes. Esse período é também marcado por reformas constitucionais e estratégias de ação do Estado no campo das políticas previdenciária e trabalhista.</p>	<p>Criação de programas vinculados ao denominado Sistema Público de Emprego (extensão do seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, qualificação profissional e mecanismos de concessão de microcréditos produtivos). O regime urbano geral de trabalho e o regime próprio dos servidores públicos foram evidenciados pelas políticas previdenciárias no governo FHC. A legislação trabalhista também foi impactada pelas reformas constitucionais no mesmo período. Em 1990, foi definida concessão do abono salarial e criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financiado com os recursos do PIS. Em 1995, criou-se o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).</p>	<p>microempreendimentos formais ou informais, cooperativas e formas associativas de produção, assim como a promoção da agricultura familiar. O modelo de proteção social contributivo e meritocrático se deteriora, haja vista que há um limite intergeração e conseqüente aumento da incapacidade de proteger a previdência futura de trabalhadores no espaço urbano e dependentes do trabalho informal. Estes últimos, em geral, não pertencem ao regime contributivo e, dessa forma, previdencialmente, não são reconhecidos pelo Estado.</p>
2003-2010	<p>A transferência de renda foi uma prioridade para política social no primeiro ano do governo Lula e a consolidação de programas sociais criados no governo anterior, com focalização na população mais pobre em detrimento ao aumento de gastos com políticas universalistas. Houve também o crescimento dos gastos irreduzíveis com Previdência Social e ampliação da política de austeridade fiscal.</p>	<p>Programa Fome Zero. Programa Bolsa Família. Rede de proteção social. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).</p>	<p>Objetivou-se uma política de segurança alimentar e nutricional para a população brasileira. Os programas de transferência de renda, muitos iniciados no governo FHC, tiveram o propósito de garantir um acesso mínimo a serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação. Caracteriza-se uma nova forma de intervenção do Estado na questão social,</p>

	<p>Em 2003, houve a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), ligado diretamente à Presidência da República.</p> <p>Em substituição ao MESA, em 2004, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</p> <p>Em 2003, criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).</p>		<p>especialmente com o acesso dos beneficiários ao sistema bancário via cartões magnéticos.</p> <p>O PNPE, criado em 2003 e extinto em 2006, teve o intuito de estimular jovens ao mercado de trabalho através de incentivos financeiros oferecidos às empresas que aderissem ao programa.</p> <p>O Programa Economia Solidária teve o propósito de estimular a organização e geração de trabalho e renda de forma emancipatória e coletiva.</p> <p>O PNMPO procurou estimular a geração de trabalho e renda através do microcrédito e apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo.</p> <p>Em paralelo, criou-se o Super Simples Nacional com o objetivo de diminuir encargos fiscais de pequenas e médias empresas.</p>
2011-2016	<p>Condições internacionais diferentes dos períodos anteriores. Ausência de estímulos ao crescimento dos Estados Unidos e da União Europeia, desaceleração do crescimento chinês. Acometimento de políticas restritivas, inclusive no Brasil. A deterioração internacional impactou negativamente as ações iniciais do governo Dilma Rousseff, denotando elevação dos juros e contenção de gastos. Mesmo nesse cenário, buscou-se o controle inflacionário, com geração de empregos, equilíbrio fiscal e adoção de medidas para dinamização do mercado interno.</p> <p>Com o cenário internacional deteriorado, houve perda da rentabilidade e reversão das</p>	<p>Programa Mais Médicos para atendimento em localidades de difícil acesso.</p> <p>Programa Brasil Sorridente e Farmácia Popular.</p> <p>Avanço em políticas educacionais e profissionalizantes: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que beneficiou cerca de 310 mil estudantes desde 2010.</p> <p>Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e o Emprego (PRONATEC), beneficiando jovens com cursos técnicos e qualificação profissional.</p>	<p>Objetivou-se alcançar elevação dos gastos sociais através da conciliação de classes e manutenção da política econômica, da mesma forma como realizada em governos anteriores. Evidenciou-se a política social como política de governo.</p> <p>Acometimento de crise política e depressão econômica, cenário agravado após deflagração da Operação Lava Jato, que objetivou apurar esquemas de corrupção.</p> <p>Com o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff, em agosto/2016, o presidente interino Michel Temer buscou reestabelecer o crescimento econômico, através de políticas de</p>

	expectativas sobre o crédito e investimento, fazendo com que a instabilidade contaminasse toda a economia.	Programa Bolsa Família, 2004 – 6 milhões de famílias assistidas (R\$3,7 bilhões); 2016 – 14 milhões de famílias assistidas (R\$4 bilhões), através do Cadastro Único (CadÚnico), que sistematizou informações e cadastro de potenciais famílias beneficiadas.	ajustes fiscais e contenção da expansão de gastos públicos. Consequentemente, houve impactos nas políticas públicas, especialmente, em saúde, educação e emprego.
--	--	---	---

Fonte: Adaptado de Cardoso Jr. e Jaccoud (2009, p. 181), Pochmann (2010, p. 73), Silva e Almeida Filho (2020, n.p.).

Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

A partir do quadro, percebe-se que as políticas públicas são constituídas em paralelo às políticas econômicas e no bojo do contexto político e histórico de cada época. Nota-se, contudo, que institucionalmente articuladas pela Constituição Federal, não foram suficientes para garantir sobretudo os direitos e benefícios para a população mais pobre. A dependência de financiamento externo, os ajustes macroeconômicos e o avanço das políticas neoliberais priorizando a produção de bens e serviços da esfera privada em detrimento das estruturas executoras de políticas públicas revelam, desde então, opções insuficientes (DRAÍBE, 1989), sobretudo para políticas que precisam priorizar a população mais vulnerável.

1.2.3 Políticas públicas no contexto neodesenvolvimentista – a economia solidária em foco

Na década de 1990, a chancela da política neoliberal marcou os programas de geração de trabalho e renda e, estes, não alcançaram os resultados planejados, haja vista que concomitantemente aumentou-se o número de desempregados; evidenciaram-se propostas de flexibilização do trabalho; de desregulamentação nas relações trabalhistas, expandindo-se o cenário do trabalho informal com conseqüente redução do poder aquisitivo da classe trabalhadora. (POCHMANN, 2010). Consequentemente, a contradição neoliberalista na questão social advém da relação Estado-sociedade, haja vista que o Estado, de um lado, buscou estimular o setor privado na produção de bens e serviços, mas por outro, respondeu ao comportamento do gasto social.

Na fase de hegemonia neoliberal, *a subordinação das políticas sociais à condução liberal das políticas macroeconômicas comprometeu o conjunto das possibilidades de eficácia e efetividade nas intervenções públicas*. O regime de bem estar se tornou mais contaminado pela tradição do clientelismo, do paternalismo e pela setorialização concorrencial no interior das políticas públicas no Brasil. (POCHMANN, 2010, p. 34. Grifo nosso).

Nessa perspectiva, o gasto social que representa uma ferramenta para promover o eixo de emprego e de trabalho das políticas públicas, é também um propulsor do mercado de consumo com o crescimento econômico. Fato esse, que faz emergir a contradição de conjugar políticas de acumulação com políticas de minimização da desigualdade. Ampliar o crescimento econômico, com aumento de renda e mais possibilidade de consumo com um Estado mínimo, são caracterizações de um modelo que proporcionou a “[...] crença de que os pobres e destituídos do mundo deveriam assumir a responsabilidade por sua própria condição de inferioridade, como no caso dos desempregados e pobres em geral”. (POCHMANN, 2010, p. 36).

Não obstante a grande pressão neoliberal, a sociedade continuava a demandar os serviços públicos — continuava a preferir o consumo coletivo que se traduzia em serviços sociais e científicos gratuitos ou quase-gratuitos, e continuava a apoiar um sistema de previdência social estatal garantidor de uma renda básica. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 154).

Nesse contexto e no bojo da questão social, correntes adeptas ao neodesenvolvimentismo e contrárias²⁵ ao neoliberalismo (POCHMANN, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2004) e às reformas gerenciais do Estado²⁶ (BRESSER-PEREIRA, 2017) pregavam seu esgotamento como modelo político vigente, haja vista a proliferação de generalizações e universalização das políticas sociais. O uso seletivo do território, em virtude das práticas neoliberais e o expurgo das faixas mais pobres da população, sobretudo para áreas periféricas aos centros urbanos, denota o limite e a ausência de garantias sociais no modelo universalista de aplicação das políticas públicas para a classe trabalhadora excluída do trabalho formal. Os

25 Resgata-se a ideia de desenvolvimentismo dos anos 1930, com destaque para a década de 1960 e foco no modelo de superação do subdesenvolvimento através da industrialização capitalista, contudo, as correntes neodesenvolvimentistas fazem o levante por novos rumos, numa proposta de crescimento e legitimação do Estado social. Emerge-se, pois, a tese de que para se ter uma economia de mercado forte é necessária a presença de um Estado forte em atuação e regulamentação face às transformações das atividades econômicas. O Estado social no neodesenvolvimento tem como função a promoção do bem estar acima de interesses de classes sociais buscando uma lógica conciliadora da relação capital-trabalho. A proposta por um “novo desenvolvimentismo” foi evidenciada no Brasil, a partir do governo FHC e sobretudo no governo Lula. (BRESSER-PEREIRA, 2004). O Novo Desenvolvimentismo. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1454>, acesso em 25 de fevereiro de 2021.

26 “No mundo contemporâneo, o Estado como regime político assumiu a forma de estado social e, como aparelho ou organização, a de estado gerencial. [...] compatível com governos de esquerda ou de direita, [...] ao tornar eficientes os serviços sociais e científicos prestados pelo Estado, ele legitima politicamente o estado social”. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 149).

anos 1990, nesse sentido, representaram o retrato de um Brasil, cuja estabilização da economia foi alcançada mediante ajustes fiscais, contingenciamento de gasto público, privatizações e elevação da carga tributária. Em âmbito econômico, no campo especificamente, representou a economia do agronegócio. (POCHMANN, 2010).

Em contrapartida, o dinamismo contrário à aplicação das reformas gerenciais “equivocadamente etiquetadas como neoliberais” potencializou a evidência da luta de classes, haja vista a ausência de políticas e de planejamento para atender o contingente crescente de desempregados, bem como o reconhecimento tardio dos trabalhadores autônomos, domésticos e trabalhadores rurais nas políticas trabalhistas. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 151). Nesse sentido, a emergência por projetos de desenvolvimento apoiados em políticas sociais consistentes revelaram um importante vetor para a inserção do “elemento popular em nossa história política, [...] que retomou a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro”. (BOITO JR., 2012, informação verbal²⁷).

Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” *representam o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista* e entretêm com ela uma relação bem particular. Essa “massa marginal” reside principalmente na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da Região Nordeste. (BOITO JR., 2012, informação verbal. Grifo nosso).

Utilizando da estratégia de transferência de renda em detrimento à dimensão universalista, a focalização das políticas públicas sociais na política neodesenvolvimentista, voltou-se a valorizar o mercado de consumo interno que, unindo política social à política econômica, sobrepujou um discurso de ampliação da capacidade de consumo da classe trabalhadora. (BOITO JR., 2012; BRESSER-PEREIRA, 2004). Alicerçado nas bases da CEPAL²⁸, o neodesenvolvimentismo no Brasil ganhou destaque pelo posicionamento e defesa de Luiz Carlos Bresser-Pereira, então Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), depois Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil (1999), ambos no governo FHC. À época, a estratégia e ideário político-econômico buscou estimular maior eficiência dos órgãos governamentais, das instituições privadas e das políticas macroeconômicas (DRAÍBE, 1989)

27 *Paper* disponibilizado em <<https://cnd.fgv.br/9%20forum%20economia>>. Acesso em 26 fev. 2021. Painel 3, 9º Fórum de Economia, set, FGV-EESP, São Paulo, 2012.

28 A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) defendia que a transposição do subdesenvolvimento nos países da América Latina seria alcançada pela industrialização (que absorveria mão de obra e potencializaria o progresso técnico) legitimada e institucionalizada pelas ações do Estado. Essa dinâmica, favoreceria a produtividade interna e impediria a transferência de renda para países mais desenvolvidos. (DRAÍBE, 1989).

pautados em crescimento econômico com menos desigualdade, perspectiva também evidenciada por Costa (2009, p. 695).

O governo FHC aderiu à agenda da focalização e, ao mesmo tempo, ampliou a descentralização federativa na saúde e educação. A agenda da descentralização, nestas áreas, apresenta estreita relação, no Brasil, com a democratização e a crítica à centralização autoritária do regime militar e não com a agenda da reforma do Estado dos anos noventa.

Como os autores supracitados, entende-se que temas como empreendedorismo e autoemprego foram potencializados na chancela do neodesenvolvimento e que a partir dos anos 2000, já no governo Lula, ganharam contornos para o coletivo em meio às iniciativas de Organizações não Governamentais (ONGs). Emergiram-se assim e, com estímulos estatais, projetos produtivos e coletivos em empreendimentos econômicos solidários que, através da autogestão, abarcaram propostas para agricultura familiar, cooperativas de catadores, empresas recuperadas pelos próprios trabalhadores, dentre outras.

Programas de transferência de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF)²⁹, ícone do governo Lula, possuem esta combinação – focalização em troca de universalismo e estabilização econômica – com oportunidades e amplitude do espectro das ações estatais. A centralidade nos setores mais empobrecidos e precarizados economicamente sustentou as ações de Estado no governo Lula, que combinando num primeiro momento controle de gastos públicos de natureza universalista, ofereceu o tom necessário para cobrir necessidades sociais de acesso à renda e consumo. (COSTA, 2009).

O combate à pobreza pelo alicerce da mudança social também ofereceu base para o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento incorporado ao governo Lula no ano 2003, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), então agregada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)³⁰. Institucionalizou-se o Conselho Nacional de Economia

29 A lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, cria o Programa Bolsa Família (PBF) com o propósito de unificar procedimentos e execução de ações de transferência de renda do Governo Federal. Instituído no governo de Lula, o PBF foi destinado a famílias na condição de extrema pobreza. (BRASIL, 2004). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

30 A SENAES foi criada pela lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 e, através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ganhou capilaridade em escalas estaduais e municipais. O FBES foi formado por empreendimentos econômicos solidários, por entidades de apoio e fomento, além de uma Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. “A Secretaria nasce como o rebento do movimento. Nós somos frutos da criação do movimento de Economia Solidária, que estava se tornando nesses meses um movimento nacional, hoje presente nos 27 estados do país. (SINGER, 2012, p. 50). No atual governo de Jair Messias Bolsonaro, a economia solidária está ligada à Secretaria de Trabalho relacionando-a com assuntos de assistência social, limitando-se às práticas operacionais e apresentação de dados. (BRASIL, 2022). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-os-conteudos-do-observatorio-nacional-da-economia-solidaria-e-do-cooperativismo-onesc>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Solidária (CNES) como “órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária”, com o objetivo de propor diretrizes e ações, bem como acompanhar suas execuções “no âmbito de uma política nacional de economia solidária”. (BRASIL, 2021a, n.p.). Na mesma época, criou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), numa proposta de impulsionar a economia solidária nos aspectos referentes ao paradigma das mudanças sociais no Brasil. (POCHMANN, 2010, p. 18).

Entre 1960 e 2010 pode ser destacada a existência de três padrões distintos de mudança social no país. O primeiro, identificado durante as décadas de 1960 e 1970, revela a elevada expansão da renda nacional per capita combinada com a forte expansão da desigualdade de renda pessoal, enquanto o segundo padrão, ocorrido entre os anos de 1981 e 2003 se caracterizou pela estagnação da renda nacional per capita e contenção da desigualdade num elevado patamar de exclusão social. Por fim, o terceiro padrão de mudança social que se encontra em curso desde 2004 demarca a inédita combinação do crescimento da renda nacional per capita com a redução da desigualdade pessoal na renda.

Não obstante os períodos destacados pelo autor, ressalta-se que nos anos subsequentes à 2010, até o momento atual, observa-se cenário inverso, expansão da desigualdade social e econômica revelado, sobretudo, pelo desmonte do sistema de proteção social. Preconizado conforme Draíbe (1989), o discurso de desenvolvimento com justiça social, proteção ambiental e equidade econômica desmantelou-se de maneira mais evidente pós-golpe político de 2016, culminando no *impeachment* e não continuidade do mandato de Dilma Rousseff. Com objetivos de recuperar o crescimento econômico com contenção de gastos sociais, o governo interino (Michel Temer) sedimentou-se em aprovação de reformas neoliberais e implementação de teto financeiro para gastos públicos. Tais ações colocaram em “xeque” a implementação e manutenção de estratégias inclusivas, revelando desde então, contínuo panorama de precarização de empregos e aumento da desigualdade de renda no Brasil. (SILVA; ALMEIDA FILHO, 2020).

Muito embora o marco histórico da economia solidária se deu mediante legitimação de ações de governo que potencializaram a reprodução social das populações mais vulneráveis, compreendê-la de forma emancipatória como movimento de resistência é necessário, pois é uma forma de trazer à luz alternativas de libertação dos entraves no combate à exclusão social e à pobreza. Nesse ponto, emerge-se e apoia-se a perspectiva de autores como Barbosa (2007), Bertucci (2010), Novaes e Lima Filho (2008) que, retratam a tenuidade das tratativas em ligar a economia solidária às políticas públicas, posto que há limitações e deve-se enxergá-la e efetivá-la como mudança estrutural no bojo da relação capital-trabalho.

Portanto, esse é o ponto e a contradição do entendimento da economia solidária legitimada no governo Lula, haja vista que buscou estimular o autoemprego através de regulações e lastro na dinâmica das relações de trabalho, seja de subsistência, seja do trabalho informal. (BARBOSA, 2007). Como a autora, entende-se que a primeira relação de trabalho (de subsistência), por não produzir mais valia nem mesmo incorporação através da técnica, não representaria tanto interesse do capital, contudo, a segunda (trabalho informal) produz acumulação e subordinação “associadas a processos sociais atados e determinados pelo movimento do capital que produz, arruína e recria práticas econômicas não abaladamente capitalistas”. (BARBOSA, 2007, p. 47-51).

Tomando a percepção da autora, tratar a economia solidária somente pelo espectro das políticas públicas representaria uma espécie de válvula de escape para os problemas relacionados ao desemprego, haja vista o lastro de transferência de renda que oferece, por exemplo, a estruturação e reestruturação produtiva com incentivos às pequenas unidades produtivas. Nesse contexto, a economia solidária não se distinguiria de outros programas sedimentados na transferência de renda, a não ser pela característica de acolher a participação e decisões coletivas, não obstante os estímulos para autonomia enfocados na capacidade dos indivíduos se unirem através, por exemplo, do cooperativismo. (BARBOSA, 2007). Percebe-se, contudo, que desde o início o cooperativismo se define como “modelo de negócios [...] quando pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do próprio negócio”. (OCB, 2021, n.p.).

Verifica-se, pois, que a concepção arraigada do neoliberalismo nas políticas públicas brasileiras, mesmo nos governos neodesenvolvimentistas protagonizados por programas sociais, a exemplo das políticas públicas para a economia solidária que organizam os trabalhadores na contramão do capital, carrega traços de submissão ao capitalismo e escora nas políticas públicas a finalidade de atenuar conflitos sociais. (NOVAES; LIMA FILHO, 2008). Estes, potencializados por elementos como o desemprego, a precarização e a exclusão social refletem também a situação dialética da relação capital-trabalho, pois podem representar alternativas sedimentadas na economia solidária como forma paliativa à questão social. (BERTUCCI, 2010). Contudo, entende-se como o autor, que alicerçar-se nestes elementos, só reforçaria o cenário de sujeição ao capitalismo “apesar da abertura de espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista, seu crescimento requer evidentemente uma ampla ação externa em termos de políticas públicas para seu fortalecimento”. (BERTUCCI, 2010, p. 65).

Percebe-se, portanto e até aqui exposto, que a relação dialética e contraditória do Estado enquanto espaço de regulação política e agente responsável por estabelecer garantias sociais nos territórios, vem reforçando e não minimizando elementos como desigualdade, exclusão social, precarização, pobreza. No Brasil, especialmente pelo histórico das políticas sociais nos governos petistas, a elevação do gasto social entre os anos 2002 e 2015 refletiu também, no incremento de 12,8% para 17,5% no PIB. Esse aumento tanto nos gastos sociais, quanto na elevação do PIB no mesmo período, evidencia a percepção de Silva e Almeida Filho (2020, n.p.), mostrando “[...] que os efeitos dessas políticas sobre os indicadores de pobreza e desigualdade são amplamente reconhecidos”.

A partir de então, “[...] o cenário instável comprometeu severamente o crescimento econômico a partir de 2014, chegando a ser apontada como maior depressão de toda a nossa história”. (SILVA; ALMEIDA FILHO, 2020, n.p.). Percebe-se, como os autores, que esse cenário, estimulado por estratégias de fomento de receitas com controle de gastos do Estado, também revelou situações críticas em várias áreas. Deficiências na saúde e educação (desnutrição e evasão universitária), por exemplo, foram impactadas sobremaneira pelos números do mercado de trabalho que demonstraram “[...] elevação de 5% para mais de 10% no número de desocupados entre 2012 e 2016”. (SILVA; ALMEIDA FILHO, 2020, n.p.).

Sem negacionismos, percebe-se por um lado, que o Estado enquanto facilitador de políticas públicas para a economia solidária, teve e ainda tem papel importante como fomentador de subsídios que tecem condições e estímulos aos empreendimentos autogestionários. Por outro lado, contudo, compreende-se a importância analítica do espectro emancipatório da economia solidária como movimento político e de classes, destaque desta tese, não se esvaindo em vieses puramente econômicos que enrijeçam e reforcem um caráter de sujeição ao capitalismo. No próximo tópico desta tese, alça-se a buscar elementos que propiciem o entendimento da economia solidária como movimento (re)significador de uma nova forma de produção e reprodução social na ótica da sua materialidade nos territórios.

1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA NOS DITAMES DO CAPITAL

O viés crítico de investigação quanto ao ideário e às formas de produção solidária passa necessariamente pelo envoltório contraditório e dialético das ações do Estado e suas implementações através das políticas públicas para a economia solidária. Tanto o Estado, quanto os movimentos sociais, são agentes que potencializam as iniciativas na economia solidária em diversas formas que sustentem novas relações sociais, dentre elas, o associativismo e o cooperativismo. No Brasil, especificamente a partir do ano 2003, a conjuntura política, as articulações de governo e a sociedade civil, foram fatores decisivos para sua legitimação, onde outros caminhos apontaram para estruturação e/ou reestruturação das organizações coletivas de economia solidária. No entanto, há que se evidenciar, com preocupação, a colocação de Gaiger (2004, p. 801).

Sem que se renovem profundamente alguns dos paradigmas políticos vigentes, transferidos em sua maioria de outras frentes de militância e ação institucional para a economia solidária, esta, se verá fadada a funcionar como mais um campo de disputas, entre frações e organizações mediadoras, e não de autêntico e inovador protagonismo social.

Campo exponencial de estudos, o espaço social da economia solidária evidencia-se pela resistência em ambíguo e controverso contexto, que exacerbado pelas relações capital-trabalho se mostra materializada em experiências práticas geralmente localizadas. Arelada às transformações sociais ao longo do tempo, independentemente dos vários espectros de análise, a economia solidária se apresenta por ratificar maneiras de atuação alternativas ao capitalismo.

No Brasil, a economia solidária engloba uma gama de movimentos sociais na cidade e no campo³¹, geralmente configurados em cooperativas, associações, grupos informais, dentre outros, com objetivos comuns baseados na solidariedade e na cooperação. (SINGER, 2002).

31 Na geografia, o interesse por estudos que abordem os movimentos sociais não é recente. A conjuntura política e econômica dos anos 1970, conduzida no contexto da Ditadura Militar, bem como o movimento de renovação da geografia nesta mesma época, evidenciaram perspectivas contributivas para análises espaço-temporais como as de Milton Santos, por exemplo. Ao destacar a natureza do espaço geográfico, faz-se o entendimento dos processos contraditórios que envolvem indivíduos/sujeitos sociais e suas experiências na indissociabilidade dos objetos e ações. Contribuições como as de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marcelo Lopes de Souza, também fazem parte de análises que interpretam os movimentos sociais como centralidade para o entendimento, por exemplo, do espaço agrário e as questões agrárias brasileiras, ambos perfazendo análises da produção e reprodução sociais na materialização das lutas de classe. Esta tese se aporta no olhar da geografia para os movimentos sociais como expressão das contradições sociais materializadas na produção do espaço capitalista, evidenciados pela resistência impressa através das lutas e dos conflitos sociais, seja na cidade, seja no campo.

1.3.1 Um breve panorama da economia solidária no Brasil

Fatores como o desemprego estrutural, a marginalização de trabalhadores, as crises do capital com consequências sociais, são alguns dos elementos que contribuíram para o avanço de discussões e práticas da economia solidária (ES) no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990. As iniciativas da ES³², no país, basearam-se em princípios cooperativistas e na autogestão com o apoio de entidades não governamentais, muito embora o cooperativismo tenha sido trazido por imigrantes europeus no início do século XX, não representando, contudo, o sinônimo de ES. (SINGER, 2002).

O autor relaciona quatro momentos, configurados por movimentos sociais, que compõem a configuração da ES no país: (1) implantação dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que financiados pela Caritas³³, objetivavam gerar trabalho e renda para a população das áreas periféricas aos centros urbanos; (2) atuação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que em meio à falência de empresas nacionais face ao contexto gerado pelas crises econômicas, impulsionou a criação de cooperativas autogeridas por trabalhadores; (3) trabalho do Movimento dos Sem Terra (MST), na promoção da agricultura familiar com base em cooperativas; e (4) participação de cooperativas e associações fomentadas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que junto à Universidades desenvolvem articulações e incentivam a emancipação dos trabalhadores.

Observa-se que os contornos práticos para o progresso da ES no país vieram destes momentos e movimentos sociais, porém, seu reconhecimento e visibilidade se deu mediante a criação da SENAES, em 2003, quando passou a mapear os EES, sobretudo com a finalidade de estimular e implementar políticas públicas relativas ao tema. O primeiro mapeamento (2003-2005), cujo resultado originou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), foi realizado com a participação de coletivos e representações dos EES, órgãos de governo em escala local e entidades de apoio e fomento. (GAIGER, 2013).

Contudo, os vários vocábulos utilizados como sinônimo da denominada “outra economia” (CATTANI, 2003), a “[...] contracorrente das abordagens englobantes e até certo ponto indiscriminantes, o reconhecimento da diversidade de situações” (GAIGER;

32 Identifica-se por ES, a expressão economia solidária, a partir deste ponto da tese.

33 Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua em prol da defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento solidário sustentável no âmbito das políticas públicas. Está presente em 200 países. “São cinco áreas prioritárias: Economia Popular Solidária (EPS), Convivência com Biomas, Programa de Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ), Meio Ambiente, Gestão de Riscos e Emergências (MAGRE) e Migração e Refúgio” (CÁRITAS, 2021). Disponível em: <http://caritas.org.br/area-de-atuacao>. Acesso em 07 abr. 2021.

FERRARINI; VERONESE, 2018, p. 145), constituíram-se também limites e entraves conceituais que acabaram por dificultar sobretudo a sistematização das informações no primeiro mapeamento dos ESS no Brasil e, por conseguinte, a implementação de políticas públicas para o setor. As rígidas definições, sobretudo no início dos trabalhos, reforçaram a precariedade das iniciativas coletivas, como colocado por Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018, p. 140).

O conceito foi objeto de exaustivos debates, acordos e revisões, sobretudo por obra dos principais agentes do campo [...], refletindo-se por fim em deliberações do Conselho Nacional de Economia Solidária. Desse processo de construção a muitas mãos resultou um marco de referência aceito amplamente, um denominador comum no tocante às características essenciais (efetivas ou desejáveis) dos EES.

Aspectos analíticos relevantes foram apontados, especialmente no segundo mapeamento dos EES (2009-2013), que evidenciaram as inconsistências do recenseamento. Empreendimentos criados posteriormente; outros deixaram de existir; outros ainda tiveram dados alterados como nome e endereço; alguns que estavam no primeiro mapeamento, mas não atendiam aos critérios de identificação dos EES, dentre outras questões, podem ser citados como exemplos. Tais inconsistências retratam que o Brasil ainda carece de tipologias e indicadores específicos que representem de maneira racionalizada os EES existentes. (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013).

Desde o ano 2014, a SENAES criou o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), hoje ainda vigente sob a tutela da Secretaria de Trabalho do Governo Federal, o qual visa sistematizar os critérios para identificação dos EES no intuito de estimular políticas de apoio à ES. (BRASIL, 2021b). Desde o ano de 2017, mesmo os EES cadastrados no segundo mapeamento devem fazer seu recadastramento para ter acesso à identificação pela Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL). Essa declaração é documento para a manutenção de políticas de fomento, como acesso à programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços, assessoria, dentre outras. (BRASIL, 2021b).

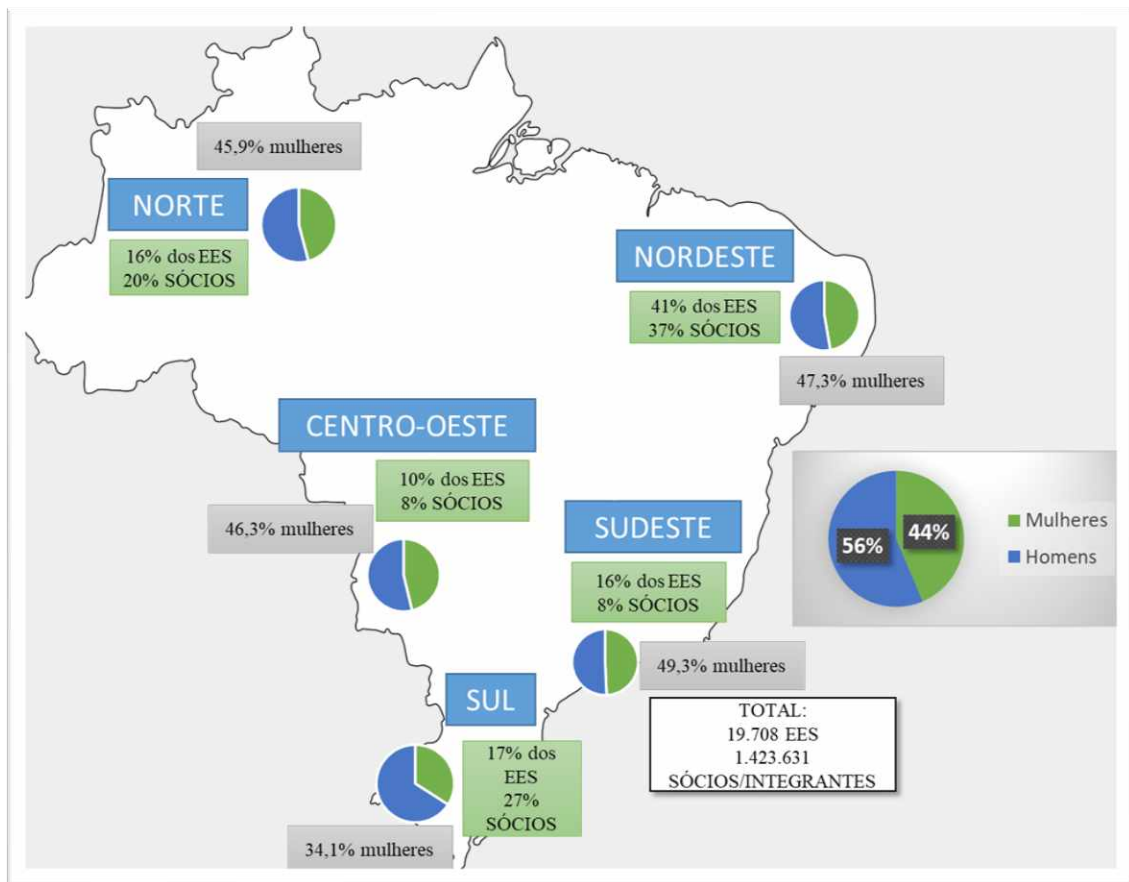
Os critérios definidos para que um EES se cadastre no CADSOL foram legitimados mediante Portaria MTE 1780/2014.

- Ser uma organização coletiva, formada por pessoas físicas ou formada por outros empreendimentos, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural;
- Exercer atividades de natureza econômica permanentes, ou ter esse objetivo, no caso de empreendimentos em formação;
- Ser uma organização autogestionária, onde os membros participam da gestão das atividades econômicas e da decisão sobre a partilha dos seus resultados, de forma democrática;
- Ser suprafamiliar, ou seja, ter entre os sócios mais de um núcleo familiar.
- Realizar reuniões ou assembleias periódicas para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento. (BRASIL, 2021b, n.p.).

Entende-se, nesse contexto e como Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), que a atuação dos EES representam muito mais que uma fragmentada alternativa ao desemprego e à exclusão social, questões que apregoam à ES uma visão ideológica desproporcional de seu fundamento enquanto movimento social e de resistência. Num propósito proativo, os EES “[...] passam a funcionar como laboratórios, micro totalidades em que surgem novos desafios, tais como equacionar os interesses individuais e coletivos e firmar estratégias coerentes a partir de decisões consensuais”. (GAIGER; FERRAINI; VERONESE, 2018, p. 144).

Apesar de passados dez anos, os dados do SIES (2009-2013), em seu último levantamento, apontam cerca de 20 mil EES distribuídos no país. Tomou-se, portanto, a pesquisa amostral de Gaiger e Kuyven (2019), com base neste levantamento, para uma apresentação geral destes empreendimentos na figura 1.

Figura 1 – Localização dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil por região – SIES (2009-2013).



Fonte: Gaiger e Kuyven (2019, p. 815).

Destaca-se que a concentração dos EES na região Nordeste é mais representativa, configurando-se também na maior proporção, a concentração da maioria dos integrantes que participa destas iniciativas. A divisão por gênero, embora não sendo objeto de análise desta tese, demonstra equilíbrio entre integrantes homens e mulheres nos EES, evidenciando-se novamente que esta concentração ocorre na região Nordeste do país. O protagonismo feminino nos empreendimentos tende a garantir mais envolvimento coletivo e a concentração dos EES nas regiões Nordeste e Norte, desmistifica a compreensão de que o associativismo é mais dominante na região Sul devido a imigração europeia. (GAIGER, 2013).

Este segundo mapeamento dos EES também apresenta cinco tipologias (quadro 4) voltadas à geração de renda, considerando que além do compromisso social, as atividades econômicas são a finalidade principal de existência do empreendimento (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018), ou seja, devem gerar renda e oferecer continuidade de existência para a garantia de qualidade de vida aos seus integrantes. Cada tipologia apresenta

características específicas, “[...] homogêneas e coerentes”, mesmo com vieses parcialmente divergentes. (GAIGER; KUYVEN, 2019, p. 818).

Quadro 4 – Cinco principais tipologias dos empreendimentos econômicos solidários (EES) a partir do SIES (2009-2013).

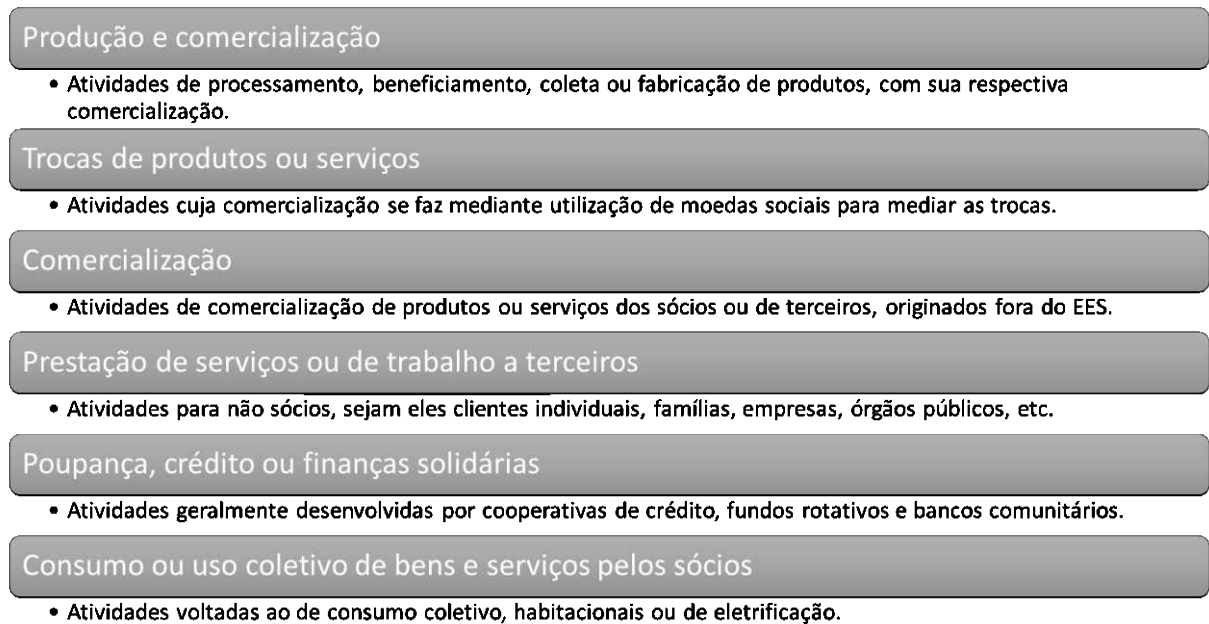
Tipologias de EES	Caracterização
Provimento de bens, serviços e desenvolvimento comunitário.	Possuem o objetivo de prover benefícios sociais aos membros, com a finalidade de bem-estar e fomento do desenvolvimento coletivo local. Exemplos de benefícios: serviços socioculturais e educativos; crédito pessoal; bens de consumo doméstico.
Apoio à atividade produtiva dos sócios.	Possuem a finalidade de sustentar / servir de apoio às atividades econômicas tanto individuais quanto familiares dos integrantes. São EES que fomentam a troca, a comercialização, o uso coletivo de equipamentos e a infraestrutura produtiva.
Trabalho e geração de renda para os sócios.	Possuem foco na relação produção e consumo – produzir e comercializar a produção ou prestar serviços. O objetivo é garantir, através do trabalho, a forma de ingresso dos membros.
Complementação de trabalho e renda.	Possuem atividades similares à tipologia anterior, com a diferença que a ocupação/trabalho deste agrupamento serve de complemento de renda ao rendimento principal, o qual é proveniente de outra atividade econômica ou mesmo é independente do trabalho do membro.
Remuneração insuficiente dos sócios.	Também possuem atividades semelhantes às tipologias anteriores, contudo, não geram renda suficiente, seja pelo trabalho e renda não condizer às necessidades dos integrantes, seja pelos baixos níveis de renda oferecido e obtido.

Fonte: Adaptado de Gaiger e Kuyven (2019, p. 818).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Especificamente, a última tipificação condiz com atividades de natureza tanto econômica quanto sociocultural como, por exemplo, grupos étnicos que buscam fortalecer a cultura e vínculos com comunidades tradicionais. Neste grupo também, reúnem-se EES criados com o objetivo de recuperar empresas falidas. “As relações entre essas diversas esferas são cambiantes e, no mais das vezes, tais fronteiras são permeáveis ou mesmo intangíveis”. (GAIGER; KUYVEN, 2019, p. 819). Em outras palavras, as comunidades tradicionais, como por exemplo, indígenas, pescadores ribeirinhos, quilombolas, dentre outras, revelam sociabilidades vinculadas à ES quando apresentam práticas e racionalidades próprias e distintas das relações tradicionais de emprego e renda.

Considerando que as atividades econômicas devem prevalecer como escopo principal na geração de renda e de continuidade dos empreendimentos, distingue-se as principais atividades econômicas existentes (figura 2).

Figura 2 – Principais atividades econômicas praticadas pelos empreendimentos econômicos solidários (EES) a partir do SIES (2009-2013).



Fonte: Adaptado de Gaiger e Kuyven (2019, p. 816).

Independentemente das tipificações e das atividades econômicas acima apresentadas, mesmo possuindo caracterizações que se diferenciam em natureza, o caráter dos EES frente ao objetivo da ES permanece, ou seja, a finalidade principal de todos os empreendimentos é propiciar melhores condições de vida aos seus sócios, membros ou integrantes. Segundo os autores, análises mais aprofundadas podem conduzir a subtipos ou processos de transformação ao longo do tempo e outras caracterizações.

Os autores também identificam e ratificam, que os dados do segundo mapeamento correlacionam as principais atividades econômicas com as formas de organização adotadas pelos EES, quais sejam:

- (1) Grupos informais: Organizações criadas a partir de situações de precariedade acometidas geralmente pelo desemprego ou insuficiência de renda. Apresentam menor capacidade de buscar financiamentos e caracterizam-se por ação reativa frente às políticas públicas. Geralmente concentrados em áreas urbanas.
- (2) Associações: Concentram-se mais nas áreas rurais, cuja criação envolve dinâmicas do coletivo, como desenvolvimento comunitário e ações proativas frente às políticas públicas. Através do coletivo também acessam fontes externas de recursos, como apoio financeiro e políticas sociais.

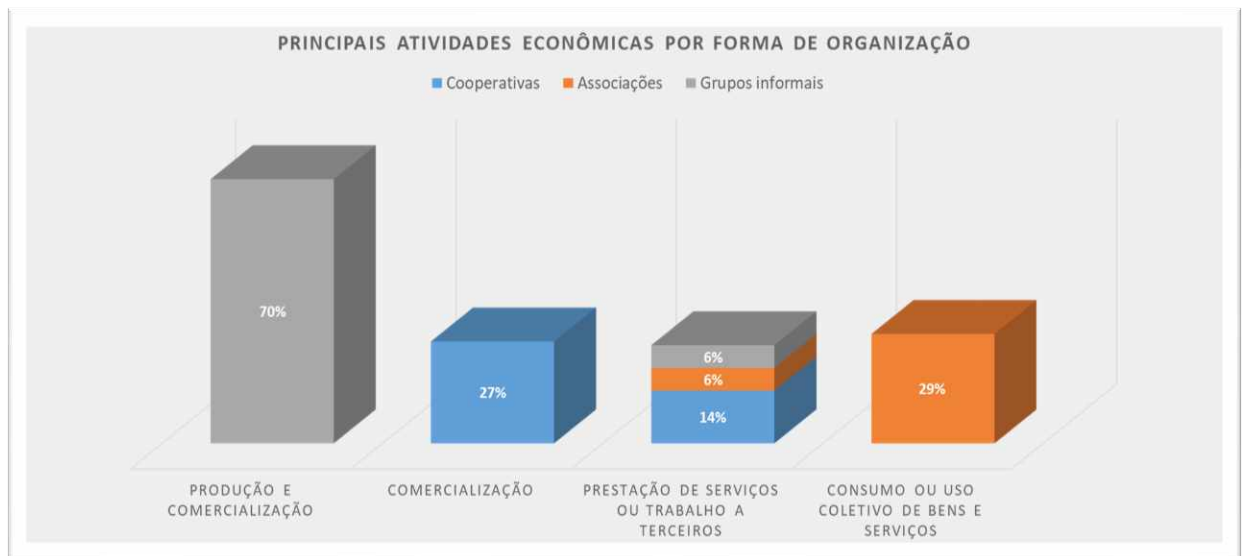
- (3) Cooperativas: Possuem duas formas de atuação – (a) forma de organização mais parecida com as dinâmicas empresariais, pois permitem a obtenção de ganhos de maneira mais elevada, resguardando-se, contudo, o ganho financeiro de propriedade coletiva dos sócios. (b) alternativa para outras formas de trabalho e renda, como permitir a recuperação de empresas falidas via autogestão e coletivo de trabalhadores e trabalhadoras, que além de possibilitar processos de qualificação profissional, estimulam a produção ecológica, dentre outras formas de atuação profissional. (GAIGER; KUYVEN, 2019).

Apesar do marco legal da ES pertencer ao cooperativismo e sem dúvida as cooperativas se apresentam mais bem estruturadas em sua totalidade, suas transformações espaço-tempo ganharam outros contornos que as deixaram mais distantes do propósito essencial da ES. De fato, as cooperativas constituem a principal forma organizacional e jurídica de permitir atividades econômicas coletivas “[...] a partir da livre associação e da igualdade societária entre seus membros. No entanto, correspondem a menos de 10% dos EES”. (GAIGER; KUYVEN, 2019, p. 818).

No contraponto dessa reflexão, as outras duas formas de organização, grupos informais e associações, apresentam-se nos entremeios de lógicas próprias que denotam por um lado, mecanismos administrativos por vezes incompletos, mas por outro lado, apresentam possibilidades mais flexíveis e menos onerosas de atuação. Nesse quesito, revela-se que a informalidade “[...] com seus traços limitantes e suas conotações negativas”, não configura empecilho, e sim oportunidade, vislumbrando-se um panorama relacional, “[...] o universo da semiformalidade, no qual o informal e o formal se entrelaçam, criando um espectro contínuo, um padrão misto estrutural persistente”. (GAIGER; KUYVEN, 2019, p. 818).

É nessa perspectiva que as atividades econômicas e as formas organizacionais se entrelaçam. A partir dos autores com base no segundo mapeamento dos EES, as principais atividades econômicas praticadas por formas de organização estão apresentadas no gráfico 1.

Gráfico 1 – Principais atividades econômicas praticadas nos empreendimentos econômicos solidários por forma de organização – SIES (2009-2013).



Fonte: Adaptado de Gaiger e Kuyven (2019, p. 816).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Destaque se faz às atividades de produção e de comercialização, correspondendo à 70% das atividades dos grupos informais, o que corrobora lógicas e mecanismos próprios de atuação desses coletivos. Complementa-se aqui, um aspecto interessante evidenciado pelos autores fazendo referência às tipologias para geração de renda, já apresentadas, e sua relação com as principais atividades econômicas dos empreendimentos. Nos grupos informais, evidencia-se a tipologia “complementação de trabalho e renda”, cujo objetivo é gerar renda complementar seja no aporte do rendimento principal do sócio, seja complementando os rendimentos de aposentadoria e/ou pensão, “chegando a seu máximo (53%) entre os EES informais de produção”.

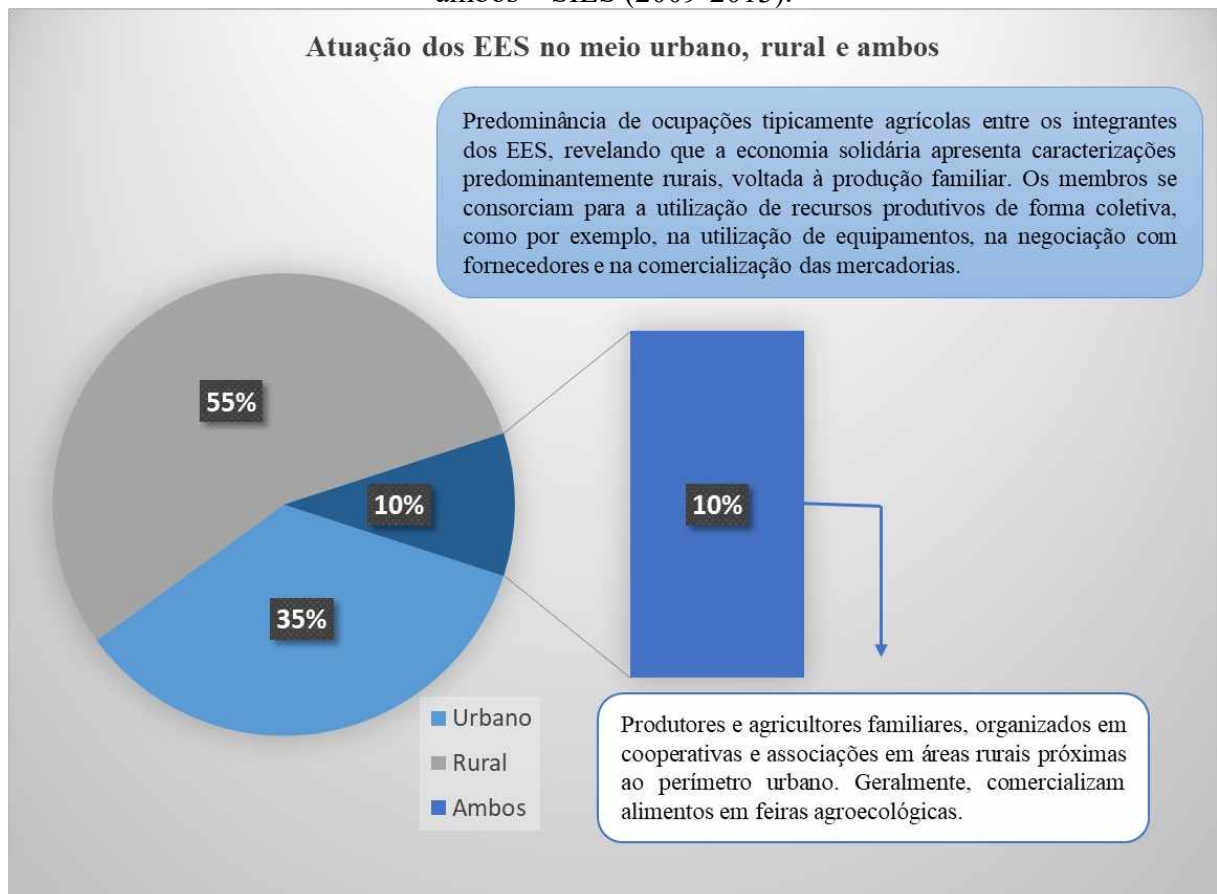
Em outras palavras, mais da metade das atividades econômicas de produção e comercialização dos grupos informais é voltada à complementação de renda dos seus integrantes. A renda principal dos sócios é gerada sobretudo pelas atividades de prestação de serviços ou trabalho a terceiros, atividades de comercialização e atividades de produção, representando 66%, 50% e 46% respectivamente, especialmente em cooperativas e associações. (GAIGER; KUYVEN, 2019, p. 816).

Ratifica-se, como já mencionado nas definições das formas de organização, que os grupos informais geralmente estão concentrados nas áreas urbanas, 59% desta forma de organização. “As cooperativas ficam divididas com presença ligeiramente maior no espaço

urbano (46% *versus* 34%)”. Já, nas áreas rurais há a concentração de associações, 70% destas organizações se localizam nestes espaços, cujos integrantes são agricultores familiares que se unem “[...] para utilizar equipamentos e recursos produtivos de forma coletiva, o que aumenta seu poder de barganha diante de fornecedores e otimiza a comercialização dos produtos”. (GAIGER; KUYVEN, 2019, p. 815).

Objeto de análise desta tese e desmistificando a habitual compreensão de que os EES são mais distribuídos em áreas urbanas do que em áreas rurais, bem como apresentam contornos de informalidade, faz-se a apresentação dos dados (gráfico 2), ainda de acordo com os autores supracitados.

Gráfico 2 – Atuação dos empreendimentos econômicos solidários por área rural, urbana e ambos – SIES (2009-2013).



Fonte: Adaptado de Gaiger e Kuyven (2019, p. 814).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Percebe-se que a agricultura familiar está configurada como perfil predominante das formas de organização que buscam na relação campo/cidade a sedimentação para sua atuação, completando-se assim, o ciclo das atividades de produção destas organizações. A correlação campo e cidade nas atividades econômicas permite que as atividades de produção (que também

envolvem comercialização), 56% das formas de organização que atuam no meio rural, garantam sua renda principal destas atividades. Ressalta-se fato complementar, que as atividades de apoio à produção (como tipologia de EES), cujas atividades de consumo e uso coletivo de bens e serviços “concentram-se fortemente (85%) no espaço rural, bem como a troca de produtos e serviços e as atividades de poupança, crédito ou finanças solidárias”. (GAIGER; KUYVEN, 2019, p. 816).

Em relação ao mapeamento dos EES e até aqui exposto, observa-se que é um engano, por exemplo, vincular a centralidade da ES somente a questões como desemprego, precariedade, exclusão. Entende-se, como Gaiger (2013), que os mapeamentos realizados refletem perspectivas essenciais para a compreensão da ES, pois podem contradizer o senso comum e apontar novos direcionamentos para (re)pensar as práticas.

Verifica-se que a motivação para se alçar à ES é muito maior e mais abrangente que somente a vinculação fragmentada das práticas. Para tanto, necessário se faz, a compreensão dos vocábulos e vertentes originárias e direcionadoras da ES para novos propósitos, questões abordadas no próximo capítulo desta tese, após as considerações apontadas até o momento.

CAPÍTULO 2

ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: ORIGEM, DIFICULDADES E DESAFIOS

*“Se doente sem remédio, remediado está
Nascido e criado aqui
Sei o espinho aonde dá
Pobreza por pobreza
Sou pobre em qualquer lugar
A fome é a mesma fome que vem me desesperar
E a mão é sempre a mesma que vive a me explorar
E a mão é sempre a mesma que vive a me explorar”.*
(Luiz Gonzaga – Pobreza por Pobreza).

A década de 1990 se destaca por vários debates, dentre outros a economia solidária (ES) se evidencia por temas como desemprego, precarização no trabalho, pobreza e exclusão. Em abrangência e no lastro das políticas públicas e de legitimação do Estado como base de sustentação, a vertente latino-americana das iniciativas autogestionárias se fortaleceu ganhando contornos diferentes das raízes cooperativistas originárias da economia social europeia. No Brasil, sobretudo num período de redemocratização do país, pós ditadura militar, a espinha dorsal da ES se aportou em elementos da solidariedade calcados nas experiências coletivas e nos movimentos populares de resistência que visam a transformação, a construção social de um modelo econômico alternativo ao capitalismo.

No âmbito brasileiro, a ES vem sendo difundida sob vários espectros e denominações que, de forma fragmentada, causam confusas e desafiadoras interpretações das práticas, embora, consegue-se perceber sua centralidade vinculando-se à “[...] ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas”. (SINGER, 2003, p. 116). Nos próximos tópicos, além de Paul Singer, aporta-se em outros autores, dentre eles Luis Razeto e José Luis Coraggio, que elevam a vertente emancipatória da produção e da reprodução social das práticas na ES. Ressalta-se, pois, que no Brasil, a ES assumiu caracterizações da produção coletiva autogestionária, sendo que seu conceito, seu ideário, com praticamente dois séculos, e suas raízes são originárias do contexto europeu, particularmente francês, e do pioneirismo cooperativista socialista europeu em Rochdale, na Inglaterra. (SINGER, 2003; ARRUDA, 2003b).

2.1 RAÍZES QUE DENOTAM UM CONCEITO AINDA EM TRANSFORMAÇÃO

A perspectiva histórica é um caminho essencial para o aprofundamento e o entendimento das raízes que demarcam e reforçam as variadas e confusas interpretações atuais da ES, posto que as diversas experiências coletivas são calcadas na prática e caracterizam-se por “[...] ausência de integração, [...] marca de origem”, designando “uma realidade compósita, que abrange realidades sociais que evoluíram por caminhos em geral independentes”. (GAIGER, 2004, p. 801-802).

Ao longo dos séculos XIX e XX, os marcos históricos que revelaram os movimentos sociais também propiciaram a constituição do caráter solidário da economia. Contribuições que apontam para o movimento socialista atual refletem, há tempos, rugosidades na relação capital-trabalho que denotam a “[...] luta épica entre os sindicatos [...], e a nascente burguesia industrial [...] e terminou com a vitória do patronato e o esmagamento do movimento operário”. (SINGER, 2003, p. 117). Vale complementar que Singer (1998), referenciando-se em Rosa Luxemburgo, expõe que o modo de produção capitalista na visão marxista pressupõe que a relação capital-trabalho envolve sistematicamente capitalistas/patrões e trabalhadores/empregados. Contudo, a demanda não capitalista, a parte que não produz mais-valia é composta por outros modos de produção, como a economia solidária. (SINGER, 1998).

Durante o século XX, as contradições do capitalismo industrial que evidenciaram questões como desemprego estrutural e subemprego, ilustraram também que o “colapso” da União Soviética e do “consumismo estatista”, que na prática deveria sedimentar o capitalismo como melhor sistema de organização social, vem provando justamente o contrário. (ARRUDA, 2003b, p. 234).

Nesse raciocínio, Singer se remete à Robert Owen (1771-1859), socialista utópico³⁴, identificando-o como precursor da ES quando ele instituiu o que denominava ser uma Bolsa de Trabalho ou *Labour Exchange*, onde se trocava produtos de cooperativas, com moeda própria, no preço calculado pelo número de horas gastas com a produção. A experiência, que na época foi abafada, ressurgiu no Canadá nos anos 1980, depois na Argentina. Como antecedente da ES, Singer (2003) destaca também, o movimento das comunas³⁵ (geralmente agrícolas) para

34 Os aspectos idealistas utópicos dos pensadores socialistas no início do século XIX, apontavam que a raiz dos problemas sociais alojava-se na propriedade privada e na organização estrutural do sistema econômico capitalista. Contudo, apesar de reconhecidamente engajados na prática socialista, estes, não se aportavam em base metodológica para a compreensão correta do sistema capitalista, deixando à deriva por exemplo, a luta de classes. (BERTUCCI, 2010).

35 Paul Singer se remete às comunas para destacar o preciosismo do coletivo, do igualitarismo, onde o resultado financeiro produzido direciona-se para um fundo, no qual todos têm direito conforme sua necessidade. Na comuna, todos devem morar juntos e os sujeitos são geralmente engajados em propósitos pacifistas e ambientalistas. As

caracterizá-las como modo de vida, uma maneira de praticar “[...] simultaneamente a solidariedade na produção, no consumo, na poupança e em todas as áreas da vida social”. (SINGER, 2003, p. 118).

Ainda protagonizando as origens da ES, é referência a cooperativa de Rochdale, na Inglaterra, pois seus princípios foram adotados posteriormente por inúmeras outras cooperativas, já que o cooperativismo³⁶ impulsionou o movimento social de produção e consumo. Os princípios Rochdaleanos envolviam: (1) igualdade política; (2) livre entrada e saída do quadro social; (3) neutralidade política e religiosa; e (4) prioridade à educação corporativa. (SINGER, 2003, p. 119). Muito embora esses pilares sejam princípios que estimulem a dimensão humana e a solidariedade e estão ligados à ES, relacionam-se tenuamente com economias mercantis, próximos da denominação de economia social, abrangente especialmente na França, com “[...] propósito de corrigir os efeitos sociais da difusão do mercado, de conciliar interesse e justiça”. (LAVILLE, 2001, p. 40 apud WAUTIER, 2003, p. 110).

A economia social, na perspectiva europeia, é sedimentada em teóricos como Jean-Louis Laville que suscitou análises do termo sobretudo no contexto francês; e em iniciativas coletivas com propósito de aproximação das relações entre a economia e a sociedade frente à mercantilização e a hegemonia do pensamento neoliberal. De um lado, esses coletivos ganharam força no contexto de crises, e de outro lado, se viram abafados pelas relações de assalariamento no mercado de trabalho. (FRANÇA FILHO, 2001a). Os princípios gerados pela experiência de Rochdale, em meados do século XIX, evidenciaram várias outras maneiras para expressar a diversidade dos contextos socioculturais, revelando-se, contudo, a necessidade de apontamentos analíticos das diferenciações nas formas alternativas econômicas frente às práticas capitalistas. (ARRUDA, 2003b).

A despeito desta diversidade, são informadas por valores comuns, tais como a valorização do trabalho humano, a promoção das necessidades como eixo da atividade econômica, comercial e financeira, o reconhecimento do lugar privilegiado da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, *a busca de uma relação de colaboração respeitosa com a natureza e a prática da cooperação, da reciprocidade, da partilha e da solidariedade*. (ARRUDA, 2003b, p. 235. Grifo nosso).

comunas possuem “todas as funções que a sociabilidade urbana impõe: provisão de serviços públicos, de energia, transporte e comunicação, educação e saúde, de segurança pública, etc”. (SINGER, 2003, p. 118).

³⁶ Observa-se que o cooperativismo na cidade e no campo (cooperativas agrícolas) impulsionou o movimento da economia solidária, contudo, seria falso caracterizá-lo como seu sinônimo, haja vista que os empreendimentos cooperativistas industriais e agrícolas, do início do século XX, trabalhavam no formato convencional capitalista. Até os dias atuais, boa parte das cooperativas não operam de forma autogestionária, centralidade da economia solidária. (SINGER, 2003).

Imbuído de historicidade e ideologia forte, o conceito de “outra economia” retratado conforme Cattani (2003), denota diversos vieses políticos, econômicos e acadêmicos. De maneira objetiva, a diferença entre a economia social e a economia solidária é ilustrada por Wautier (2003) pela dinâmica sociológica que direciona as ações. A economia social se lastreia nos pilares cooperativistas, citados anteriormente por Singer, e materializados em estruturas mercantis e não mercantis. A economia solidária “[...] acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das forças de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos”, buscando incluir a população dos excluídos, os mais carentes, mas não exclusivamente. (WAUTIER, 2003, p. 110). Nesse sentido, interessante ressaltar a colocação da autora referenciando-se à definição de Alain Lipietz.

Enquanto a economia social responderia à pergunta “como fazer?” (estatuto e regras de funcionamento), o que definiria a economia solidária seria “*em nome de que se faz*” (valores, sentido da ação, critérios de gestão), enquanto o terceiro setor³⁷ perguntaria: “o que se faz?” (campo de atividades, tipo de financiamento). (LIPIETZ, 2000, p. 32 apud WAUTIER, 2003, p. 110-11. Grifo nosso).

Interpreta-se como Lisboa (2004), que a economia social no contexto europeu está intimamente imbricada nos movimentos operários e nas transformações sociais históricas, cunhando as tradições cooperativistas e mutualistas em tentativas para integração da lógica econômica e social, como sua própria denominação e expressão – economia social. Observa-se contudo, que estas estruturas se modificaram progressivamente, lembrando a relação indissociável espaço-tempo colocada por Milton Santos, numa ótica onde as estruturas formadas à priori e com o propósito de integrar (objetos) interferem e são interferidas pelo tempo (como processo), se transformando em forma e função (SANTOS, 1986).

Em outras palavras, o cenário foi-se modificando e representando novas lógicas, “[...] impostas pelos poderes públicos ou emprestadas da esfera mercantil [...] refletindo neste movimento a tendência ao mesmo tempo de separação jurídica e a integração dessas organizações ao sistema econômico dominante”. (FRANÇA-FILHO, 2001b, p. 55).

37 Configurado por “qualquer forma de atuação de organizações privadas sem fins lucrativos dirigida a finalidades públicas”, o terceiro setor define uma das abordagens (estadunidenses) para conceituar ações alternativas ao sistema, direcionadas somente pelo capital ou pelo Estado. Abarca atividades diversas que incluem desde o voluntariado até atividades filantrópicas empresariais. Neste sentido, emergem-se conotações e atuações conflituosas, confusas e até divergentes. “Sinal dessa confusão é identificar o terceiro setor ora com aquilo que é público e não-estatal (permitindo corrigir a dicotomia público/privado), ora com a sociedade civil”. (LISBOA, 2003a, p. 253).

A perspectiva de uma economia solidária desaparece assim num primeiro (e longo) momento, assistindo-se no seu lugar ao desenvolvimento de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita aquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. [...] Economia solidária e economia social enviam hoje portanto, como ilustra o caso francês, à dois universos distintos de experiências. (FRANÇA-FILHO, 2001b, p. 55).

Embora haja diferenciações entre a concepção latino-americana para a economia solidária e a economia social europeia no sentido de suas origens, há que se considerar a aproximação entre as duas pelo caráter de suas ações, posto que ambas se sedimentam na relevância dos mais pobres. Na América Latina, sua consolidação não se baseou especificamente no movimento operário, mas sim, espalhada nos vários espectros da sociedade. Originalmente apoiada por organizações religiosas, a economia solidária buscou priorizar a importância de identidades locais face ao enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social (LISBOA, 2004), lembrando que, historicamente, o Brasil foi palco de contexto ditatorial.

A diferença entre os pressupostos conceituais e suas origens – economia social e economia solidária – define o direcionamento de Coraggio (2013) que, doravante, defende a construção de um movimento conjunto e interdependente das duas economias, num processo de conexões e convergências a uma economia plural. (LAVILLE, 2001). O grau de institucionalização, de articulação com o Estado e o marco legal das organizações e experiências da economia social no âmbito europeu ofereceram a base regulatória de ação destas organizações, inclusive na vertente latino-americana. O reconhecimento das várias abordagens e pensamentos acerca da construção de uma “outra economia” válida, portanto, suas faces social e solidária, “[...] na vontade política dos sujeitos que, sendo críticos da realidade atual, propõem transformá-la”. (CORAGGIO, 2012b, p. 3). Com isso, afirma o autor, amplia-se o caráter de solidariedade e de forma indissociável, os princípios de ajuda mútua e auto-organização, na concepção de uma economia social solidária (ESS) que atuariam juntas, e não em universos distintos como apontado por França-Filho (2001b).

Coraggio (2013), traz à luz três vertentes de atuação da ESS, a saber: (1) integracionista; (2) subsistema da economia mista; (3) construção de outra economia. Tais vertentes, de maneira complementar, expõem tanto a diversidade analítica entorno do tema, quanto permitem formas interdependentes de construção coletiva. A primeira, denominada pelo autor como integracionista, representa as maneiras pelas quais alguns empreendimentos atuam no direcionamento da precariedade deixada pelo capitalismo global, no sentido de atenuar problemas como desemprego, desigualdade, pobreza, dentre outros. Contudo, mecanismos de racionalidade instrumental permanecem em empreendimentos emergidos sob essa lógica, posto

que se prevalece a competição tradicional e típica do capitalismo neoliberal, mesmo atuando em escala microeconômica e foco nas dinâmicas territoriais locais.

As segunda e terceira vertentes da ESS, segundo Coraggio (2013), apesar de sedimentarem-se mais no coletivo que nos empreendimentos individuais e possuem a reciprocidade como valor basilar, assumem vieses diferentes de atuação a partir do entendimento de suas centralidades e do processo de apropriação e de reprodução da vida social. A segunda vertente, assume a importância da existência de redes de colaboração num processo de articulação entre agentes e setores da economia para a promoção dos empreendimentos, gerando interfaces de uma economia mista. Tanto empreendimentos individuais e familiares quanto coletivos, ganham contornos da economia popular, haja vista que priorizam o bem comum, não apenas o resultado econômico em sua atuação.

A terceira vertente da ESS se propõe à transformação e à construção da “outra economia”, onde as práticas do capital e a concorrência tradicional são gradativamente substituídas por novas sociabilidades com prioridade para a solidariedade, reciprocidade e reconhecimento do bem comum. Numa profunda crítica ao sistema capitalista, os empreendimentos que atuam nessa vertente buscam por propostas sistêmicas alternativas, ou seja, novas formas de atuação do Estado e do setor privado.

A articulação com o Estado e o cunho político engajado por várias ações coletivas com contornos sociais e solidários foram observados em programas implantados em diversos países latino-americanos durante a primeira década dos anos 2000, haja vista o contexto de crescimento econômico e menos endividamento externo. (CORAGGIO, 2012a). Situações, essas, ocorridas em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, dentre outros. Esta perspectiva, defende o autor, abriu caminhos para uma nova economia, mais social e solidária, muito embora uma sociedade totalmente democrática é uma economia socialista, citando Karl Polanyi, contudo, é necessário resistir face aos mecanismos de mercado. Arruda (2003b, p. 235) complementa que o “[...] objetivo é responder às necessidades sociais e humanas, ou também atender à dupla demanda da reprodução simples (sobrevivência) e da reprodução ampliada da vida (crescente bem-viver individual, comunitário e social)”.

Nessa perspectiva, observa-se uma variedade de expressões como sinônimos da ES, uma delas por exemplo, aplica o termo “socioeconomia solidária”, para incutir ênfase no sentido “social” da “verdadeira economia – aquela que é fiel ao seu sentido etimológico – *gestão, cuidado da casa* e, por consequência, *dos que nela habitam*”. (ARRUDA, 2003b, p. 232. Grifo do autor). O autor destaca que essas diversas denominações e espectros de análise representam

limites e desafios, não obstante caracterizarem outras maneiras de produzir e organizar o trabalho.

Dentre as várias denominações, “[...] *economia de proximidade, economia solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia social, humanoeconomia, economia popular, economia do trabalho, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária*”, cabe afirmar que todas buscam reconstituir o sentido original do vocábulo economia. (ARRUDA, 2003b, p. 234. Grifo do autor). O quadro 5 apresenta algumas das várias denominações, conceitos e espectros que sugerem interpretações e análises da “outra economia”, adaptados de Cattani (2003) e Lisboa (2004).

Quadro 5 – Principais conceitos e espectros utilizados que sugerem interpretações e análises de uma “outra economia” alternativa.

Denominações	Autores/Referências	Conceitos/Espectros para análises
Socioeconomia solidária	Marcos Arruda (2003b). Armando Lisboa (2004). Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e Coletivo Autônomo de Solidariedade Autogestionária (CASA) – Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias (1998).	O valor central da socioeconomia é o trabalho humano, não o capital e sua propriedade. A referência se dá em cada sujeito e, ao mesmo tempo toda a sociedade como sujeito, um coletivo. Acrescenta-se o adjetivo (solidária) para definir a prática relativa ao valor central do conceito. Destaca-se a proposta de uma sociabilidade que reforce a visão socioeconômica de base popular e que substitua os conceitos econômicos pelos valores sociais através da educação e da cultura.
Economia social e solidária	Jean-Louis Laville (2001). José Luis Coraggio (1999).	Conjunto de atividades econômicas de utilidade social e caráter político, cujo objetivo congrega três fatores: (1) estabelecer relações mais humanas na perspectiva do trabalho; (2) buscar inserção social; (3) criar empregos. Articula-se entorno de alguns eixos: (i) comércio equitativo; (ii) finanças solidárias; (iii) intercâmbio não-monetário; (iv) iniciativas locais.
Economia popular	José Luis Coraggio (1999). Armando Lisboa (1997). Ana Mercedes Icaza e Lia Tiriba (2003).	Conjunto de atividades econômicas e práticas sociais realizadas por setores populares para garantir a satisfação de necessidades básicas (materiais e imateriais) utilizando-se da própria força de trabalho e dos recursos disponíveis. Com sentido político, pressupõe a negação da relação empregador-empregado e contrapõe a racionalidade econômica capitalista.
Economia solidária	Jean-Louis Laville (2001).	Conjunto de atividades econômicas distintas tanto da lógica do mercado capitalista, quanto

		da lógica do Estado. Atua em favor da reciprocidade. A economia solidária permite articulações entre as economias mercantis, não-mercantis e não-monetárias.
	Luis Razeto (1985).	Conjunto de práticas econômicas com caráter solidário (distinta do filantropismo) que se desenvolve dentro do sistema econômico vigente. Neste sentido, a solidariedade como racionalidade econômica seria o elemento transformador da economia. Economia em que esteja presente o “fator C” (cooperação, comunidade, coletividade, colaboração).
	Paul Singer (2002)	Sinônimo de “outro modo” de produção, baseado em princípios de propriedade coletiva/associada e direito à liberdade individual.
	Luiz Inácio Gaiger (2004).	Enquanto fenômeno econômico, corresponde a uma “nova” forma social de produção, que não a da produção assalariada e, contrário, num primeiro momento, ao “outro modo” de produção sugerido por Singer. Ao longo do tempo, ocorrendo a reprodução social com transformações sociais, aí sim, materializa-se um novo modo de produção.

Fonte: Adaptado de Arruda (2003b, p. 232), Corragio (1999, p. 68), Icaza e Tiriba (2003, p. 101), Singer (2002, p. 122), Gaiger (2004, p. 802) e Lisboa (2004, n.p.).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Importante considerar, como já citado anteriormente e reafirmado em Lisboa (2004) ao destacar novos espectros buscando adjetivar o substantivo (economia), uma (re)qualificação do essencial, ou seja, fixa-se no substantivo permanente a carência relativa ao conceito. Cria-se, a partir de então e com isto, a limitação e os desafios sugeridos em Arruda (2003b), no sentido de buscar caminhos alternativos para a economia solidária.

Economia Solidária é um conceito onde o adjetivo “solidária” está a qualificar o substantivo “economia”, e, como sabemos, o eixo de uma expressão reside sempre no substantivo. Assim, por mais que represente uma novidade, o vocábulo ES acaba remetendo, em última instância, para o campo da economia. Porém, *ocorre que solidariedade – e a ES – não pode ser definida meramente em termos econômicos.* (LISBOA, 2004, n.p. Grifo nosso).

O construto histórico, material e dialético da ES contribui de maneira analítica para seu entendimento a partir da diversificação da economia, considerando a possibilidade de múltiplas formas alternativas de organização, de relações econômicas, de diferentes processos e comportamentos sociais. Razeto (1985), por exemplo, coloca que é possível identificar o termo

e as práticas de solidariedade em vários setores sociais e econômicos, mas não se pode afirmar o contrário e, neste sentido, nem toda economia social, popular é imbricada na solidariedade.

Ratifica-se em Icaza e Tiriba (2003, p. 107), que a economia popular de solidariedade, neste interim, constitui “o polo mais avançado da economia popular”, caracterizado por valores centrados no trabalho e na reciprocidade, contudo, ainda parte integrante do sistema econômico presente na América Latina. Essencial, portanto, a compreensão espaço-tempo-lugar do contexto histórico no âmbito socioeconômico, ou seja, “[...] a compreensão precisa de cada termo implica em reconhecer o discurso específico elaborado em tono deles. [...] o conhecimento do próprio contexto ou lugar sócio-histórico onde foram formulados cada um destes conceitos”. (FRANÇA-FILHO, 2001b, p. 52). Especificamente, no Brasil, o conhecimento teórico-empírico sobre a economia solidária repousa no legado cooperativista socialista europeu, cuja centralidade sedimentou-se na racionalidade coletiva autogestionária.

Na singularidade do contexto brasileiro, a economia solidária e a economia popular se entrelaçam no contorno da relação produção-comercialização-consumo, onde as formas e funções econômicas parecem não se desvencilhar das relações sociais. (FRANÇA-FILHO, 2001b). Neste íterim, destacam-se as redes de solidariedade econômica no bojo de ações estatais e de mercado que, principalmente em contextos de crises, tendem a abrir-se em iniciativas e mecanismos que se ligam tanto às caracterizações da economia social, quanto da economia solidária. Não obstante, a economia no seu contexto popular, social e solidária inserir-se como parte do sistema econômico vigente, evidenciam-se cada vez mais seus valores centrados na reciprocidade e no trabalho num processo de transição, de transformação para a produção e reprodução da vida social.

2.2 ENTRE O “POPULAR” E O “SOLIDÁRIO”: UM DEBATE NECESSÁRIO PELOS VERSOS E ANVERSOS DAS RELAÇÕES DE PODER

Mediante o extenso e desigual conjunto de iniciativas que compõem o universo em favor da “outra economia”, conforme Cattani (2003), é necessário desprender-se de amarras que limitam análises em recortes pré-estabelecidos como, por exemplo, os empreendimentos autogestionários. As práxis que permitem o olhar para todas as formas alternativas de construção e reconstrução da vida, de sustento de comunidades, dentre outras que estimulem a relação produção-consumo, abrem caminho para a solidariedade. (LISBOA, 1997). Desta feita e a partir do autor, qualquer experiência que reproduza valores sociais centrados no trabalho, em resposta às mazelas deixadas pelo sistema hegemônico de poder, ganha espaço nos debates que cercam o caráter substantivo do vocábulo economia. Nessa linha, evidenciam-se empreendimentos familiares, individuais e coletivos, dentre outros, que buscam a (re)construção da atividade econômica nos moldes de uma nova sociabilidade.

O espectro analítico ampliado da economia social e solidária (FRANÇA FILHO, 2001b; LAVILLE, 2009) propõe, neste sentido, um olhar entrelaçado à economia popular (CORAGGIO 2014) num panorama misto e plural. Uma das lógicas de análise³⁸ se remete às “unidades domésticas, empresas e extensões da economia popular”, preocupadas na reprodução social e qualidade de vida de comunidades, trabalhadores e suas famílias, “[...] historicamente subordinadas à lógica individualista do mercado”. (CORAGGIO, 2014, p. 24).

Ao longo da década de 1990, problemas como desemprego e precarização do trabalho já tratados nesta tese, perfizeram objetivos de movimentos sociais e de classe na direção de transformações e, também, abriram caminhos para a consolidação do espaço da ES no Brasil. A partir dos anos 2000, a temática ganhou novos contornos que ampliaram seu espectro, com proposições cuja centralidade se aporta no trabalho, na solidariedade e na emancipação. (CATTANI, 2003).

38 Coraggio (2014) se refere a identificação e articulação de grupos e organizações para definir as lógicas de análise na economia mista. O autor reflete que todos os grupos sociais, bem como organizações, participam do processo econômico. Cada grupo possui racionalidades intrínsecas, suas próprias lógicas, que as difere de outros grupos, porém, nada impede que seus mecanismos possam ser articulados. As outras lógicas – instituições capitalistas, entidades político-administrativas – bem como a coexistência de três setores (capital, Estado, trabalho) permitem articulações entre política e sociedade.

O crescimento da economia solidária é apenas uma dimensão de um processo muito mais amplo, é parte de uma mudança civilizatória, na qual a expansão do capital deixa de requerer a reprodução da maioria da população como base da sua própria reprodução, exigindo um novo contrato social. (LISBOA, 2004, n. p. Grifo nosso.).

No propósito da “outra economia”, a articulação dos princípios econômicos e solidários ocupa agenda latino-americana entorno de questionamentos à sociedade de mercado, especialmente quando a centralidade passa a ser o trabalho sobrepondo-se ao capital. (CORAGGIO, 2014). Emanam-se a discussão do tema no ambiente acadêmico percebendo-se o limite da economia convencional, posto que o conjunto existente de experiências transformadoras, em escala, revelam possibilidades verdadeiramente alternativas ao sistema econômico vigente. (CORAGGIO, 2014).

Essa condição tem aproximado cada vez mais as denominações “solidária” e “popular” da economia, essa última, retratada no contexto político e econômico dos anos 1970-80, sinaliza uma maneira de entender, de sistematizar as incongruências da economia informal urbana como viés desarticulado da economia capitalista. (LISBOA, 2004). Embora “formalidade” e “informalidade” caracterizem representações econômicas que especificam racionalidades internas dos empreendimentos, a análise sob o ponto de vista da economia popular vai além dos sentidos em si, é “[...] uma resignificação das próprias práticas [...] reconhecendo a existência de um saber popular em matéria econômica”. (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 103).

A resignificação das práticas, conforme as autoras, sugere que a compreensão da economia popular seja feita sob duas óticas: (1) pela dimensão que ultrapasse os ganhos financeiros, numa condição de reprodução ampliada da vida e; (2) pelo conjunto de práticas que proporcionam essa reprodução. A primeira ótica, diz respeito ao conjunto de atividades que, sedimentadas na socialização do saber, estimulam valores essenciais da construção humana que proporcionem a melhoria da qualidade de vida no âmbito individual e coletivo. Essa ótica se identifica a quaisquer iniciativas “[...] espontâneas de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos [...] que favoreçam a reprodução da unidade doméstica e a proteção do local onde vive a família”. Destacam-se, com isso, empreendimentos tanto individuais, quanto coletivos, sendo estes últimos, denominados por “[...] grupo de produção comunitária, produção associada, associação, cooperativa, [...] ‘clubes de troca’, mercados populares, mercados solidários”, dentre outras formas associativas que evidenciam a “capacidade de criar e ativar redes de solidariedade”. (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 101-02).

Na segunda ótica, entende-se a economia popular como colocado pelas autoras, pelas “configurações e significados ao longo da história”, ou seja, pelas lógicas próprias,

racionalidades intrínsecas utilizadas pelos setores populares para garantirem sobrevivência e amplitude da vida. Nesse sentido, as ações e formas coletivas (re)constituídas pela economia popular são influenciadas pela dimensão espaço-tempo, manifestando-se conforme o contexto político e práticas de trabalho. Corragio (2013b) destaca que as práticas da economia popular são evidenciadas pelas unidades produtivas domésticas, as quais influenciadas pelo contexto espaço-tempo sinalizam racionalidades intrínsecas ligadas ao sentido de divisão territorial do trabalho.

É nessa perspectiva que a economia popular se caracteriza pelo conjunto de esforços comuns e práticas sociais fundadas no trabalho e na cooperação, no intuito de garantir necessidades básicas, tanto materiais quanto imateriais. (ICAZA; TIRIBA, 2003). Razeto (1993, p. 36-37) destaca cinco grupos sociais que compõem a economia popular.

1) Microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios; 2) Organizações econômicas populares (pequenos grupos solidários); 3) Iniciativas individuais informais (pequeno comércio ambulante, serviços domésticos de jardinagem, pintura, limpeza..., guardadores de carros, catadores de sucata etc.); 4) Atividades ilegais e pequenos delitos (prostituição, pequenos pontos de venda de droga ...); 5) Soluções assistenciais e inserção em sistemas organizados de beneficência pública ou privada, (como mendicância, participação em serviços orientados para a extrema pobreza, etc.).

Entende-se que, pelo menos na maioria desses grupos, a predominância dos valores de uso articulados à produção mercantil, proporcione uma condição híbrida que não descarta nem prega uma ruptura com outros setores da economia, mas sim, potencializa estratégias de sobrevivência minimizando as consequências das crises. (LISBOA, 2004). A economia popular, na medida em que é representada por atividades praticadas em pequena escala, evidencia estratégias de sobrevivência individuais e coletivas. (LISBOA, 1997). Também resultado da condição histórica, a economia popular se configura como um setor que produz ao mesmo tempo em que é produzido, como colocado por Icaza e Tiriba (2003, p. 103).

Isso porque, variando nos espaços e tempos históricos, as estratégias de trabalho e de sobrevivência promovidas pelos setores populares atravessam diferentes formações econômicas, plasmando-se (de maneira hegemônica ou subalterna) em um determinado modo de produção e/ou modelo de desenvolvimento econômico.

Referenciando-se ao pensamento marxista, as autoras destacam que na economia popular há a “[...] negação do *emprego* da força de trabalho, como uma mercadoria” (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 104. Grifo das autoras), fato este, que a diferencia dos outros setores da economia. Mesmo que empregue algum trabalho assalariado, as formas constituídas na

economia popular se configuram no propósito do que Coraggio (2014) denomina de reprodução ampliada da unidade doméstica. Em outras palavras, a condição do assalariamento estaria ligada à subsistência cotidiana, não obstante à troca da pequena produção pelo consumo de outros valores de uso. O pequeno número de trabalhadores empregados, se existir, também a diferencia, pois, a negação da relação capital-trabalho pressupõe uma racionalidade contrária à lógica da acumulação e da legitimação do poder.

Icaza e Tiriba (2003) destacam que o limiar entre a economia popular e a capitalista, apesar de polêmico e de gerar discussões, denotam critérios de esclarecimento, pois questões como formalidade ou informalidade, legalidade ou ilegalidade, não são suficientes e muito menos determinantes para identificar os empreendimentos que transitam na economia popular, economia informal ou economia capitalista. A maneira mais correta de perceber a economia popular é, portanto, entendê-la pelo dialético significado do trabalho, onde o anverso³⁹ das relações de poder revela o maior ou menor controle do Estado sobre as atividades econômicas no interior da sociedade. (ICAZA; TIRIBA, 2003). Em contrapartida, no verso⁴⁰ destas relações,

[...] ao produzir-se a si mesmo como trabalhador e produzindo um excedente de trabalho que lhe pertence, ao invés de produtivo ao capital, *o trabalhador é produtivo em relação a si mesmo*. Assim, mesmo inseridas e subsumidas ao modo de produção capitalista, na economia popular, as forças produtivas do trabalho social não desempenham o papel de forças produtivas do capital, mas do próprio trabalho. (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 107-08. Grifo nosso).

Considera-se, neste sentido, que as atividades (formais ou informais) dos setores populares vinculam-se ao propósito comunitário, onde as pessoas geralmente possuem laços de parentesco e/ou de afeto, destacando-se não serem motivadas pelo lucro, numa condição que reforce o status quo das relações de poder. Entende-se, como Lisboa (2004), que o propósito da economia popular é atribuído muito mais ao sustento, à sobrevivência enquanto indivíduo e grupo, do que às condições de formalidade ou informalidade dos empreendimentos. Também, a economia popular não se limita a possuir vínculos, ou não, com o mercado, pelo contrário, enfatiza a negação das formas de mercantilização do trabalho, da acumulação compulsiva e da exploração da mais-valia.

39 Nesta tese, utilizou-se o termo anverso para representar as relações “aparentes” caracterizadas pela hegemonia do capital e relações de poder, já apresentadas no primeiro capítulo. Esclarece-se que o termo anverso, aqui, não representa certo ou errado, apenas um lado da dialética e controversa complexidade do tecido social. Designa-se como verso, o lado oposto e contrário desta condição.

40 Considerou-se como Razeto (1993) que a economia popular solidária representa a forma mais avançada de se entender e praticar a economia popular. Nesta condição, seu entendimento mais apropriado permeia os movimentos de resistência, numa proposição contrária à hegemonia das relações de poder e às políticas neoliberais.

Apesar de tênue, essas condições citadas determinam o limite para a configuração dos empreendimentos que compõem o setor da economia popular, posto que sua singularidade é sedimentada na negação da racionalidade fordista, da exploração do trabalhador assalariado e da acumulação. (LISBOA, 2004). Percebe-se, também como o autor, que o fato desses empreendimentos atuarem num contexto microeconômico, em pequena escala, apesar da potencialidade de articulações, a compreensão em relação à materialidade da reprodução local é a mais apropriada. Observa-se, ainda, que a economia popular engloba um diverso e amplo conjunto de atividades não centradas em um único conceito, identificando-se que os empreendimentos, que transitam por ela, se dividem em cooperativas, pequenas atividades autogestionárias, iniciativas familiares e comunitárias, dentre outros, com o objetivo de gerar renda para a sobrevivência individual e/ou coletiva.

Similarmente, a economia solidária não se fixa em um só conceito, embora congregue várias denominações como já visto nesta tese, os empreendimentos que transitam nesta condição buscam condições de vida mais dignas e justas aos sujeitos que vivem e sobrevivem dela. As atividades econômicas solidárias, praticadas nos diversos empreendimentos, estão lastreadas na relação produção-comercialização-consumo, na posse e no controle coletivo dos bens de produção e, como na economia popular, as atividades mercantis possuem os valores de uso como alicerce, negando-se a relação capital-trabalho praticada pelo sistema hegemônico capitalista.

Em Gaiger (2004), busca-se os contornos da economia solidária como práxis em construção, para a identificação dos ideais tanto da economia popular quanto os valores basilares da economia solidária, onde a cooperação, a solidariedade e a autogestão, promovam resultados econômicos. Nessa perspectiva, pensa-se no entrelace destes ideais, preconizados tanto pelo “popular” quanto pelo “solidário”, posto que como agentes de transformação, “[...] as atividades de sobrevivência dos mais pobres reinventam relações comunitárias abrindo espaço para a solidariedade”. (LISBOA, 1997, p. 672).

Um parêntese é importante, já que a solidariedade no contexto do capitalismo deve ser apontada espacial e temporalmente, pois nem todos a utilizam da mesma maneira, posto que “[...] o advento da modernidade trouxe a possibilidade da autonomia. [...] a socialização pelo dinheiro empobrece emocionalmente o ser humano, [...] uma espécie de socialização dessocializante, dessolidarizante”. (LISBOA, 2003b, p. 242). Entende-se, como o autor, estarmos “progressivamente redescobrimo o papel das emoções e reabilitando a vital dimensão da solidariedade, como reconhecido pelas mais diversas (e antagônicas) correntes

contemporâneas” retomando, pois, sua origem (do latim *solidus*) e seu significado de força e coesão. (LISBOA, 2003b, p. 244).

Intenta-se também, destacar a visão de solidariedade em Marx, que corrobora a concepção acima. Referenciando-se ao Manifesto Comunista, Bertucci (2010) expõe que as críticas de Marx à estruturação da sociedade pelo modo de produção capitalista, estimulada por propósitos de união e força – “trabalhadores do mundo, uni-vos!” – expõe a possibilidade para reversão da precária situação do proletariado como classe social. Contudo, entende-se como o autor, quando este relativiza o pensamento materialista histórico de Marx, haja vista que o sentido da solidariedade dependeria da percepção em relação ao outro, e não de uma visão unilateral.

Num processo de superação da condição “imposta” pelo capitalismo, a conquista de direitos e a minimização da exploração de mais-valia baseada na solidariedade dependeria das convicções individuais e coletivas. A partir das privações, da ausência de condições materiais, essa superação revelaria um processo de construção sedimentada numa lógica contrária às forças produtivas determinadas somente pelo mercado. (BERTUCCI, 2010). Significando também atitude, a solidariedade humana vincula-se ao circuito inferior da economia, onde as relações de apoio mútuo para a sobrevivência são mais aparentes. (SANTOS, 2008).

Configurando-a no “projeto de uma globalização solidária”, as mais variadas expressões de solidariedade, conforme Lisboa (2003b), compõem o setor da economia popular solidária (EPS).

Todavia, a solidariedade como projeto político, como valor social conscientemente assumido, não emerge automaticamente daquela realidade primária e estrutural, não é um ímpeto que surge irrefletidamente por força do entrelaçamento natural. [...] o atual florescimento das atividades econômicas populares e solidárias não decorre simplesmente de uma extensão de um padrão comunitário original, mas respondem, e aí reside sua novidade sociológica, às condições atuais em que opera o capital. As identidades locais não são essências platônicas, mas são historicamente produzidas. (LISBOA, 2003b, p. 245-47. Grifo nosso).

Observa-se que a EPS se apresenta na hegemonia de um contexto socioespacial excludente e nos meandros do controverso sistema capitalista, onde a pauperização do tecido social produz a materialidade necessária para a peculiaridade dos empreendimentos que atuam neste setor. (RAZETO, 1993). Em outras palavras, tanto as relações de trabalho como a produção nas experiências da EPS são imbuídas de racionalidade própria e sustentam-se na solidariedade. Dessa maneira, os empreendimentos da EPS são aqueles que se organizam e se reproduzem em trabalho e renda numa condição mutualista e minimamente dependentes das relações de assalariamento, como já salientado nesta tese.

Nesse contexto, a EPS seria um refinamento, resultado da conjugação entre a economia popular e a economia solidária, portanto, não se baseando na filantropia, e sim, em relações de trabalho que promovam a qualidade de vida e o desenvolvimento do ser humano, bem como a manutenção das necessidades coletivas. Na interseção (economia popular e solidária), os indivíduos se revelam como agentes de transformação, com identidade como coletivo, onde a solidariedade é fator essencial (RAZETO, 1993), que pode ser vislumbrada em diversos projetos sociais tanto no meio rural quanto no urbano. Numa compreensão dialética e crítica ao sistema econômico vigente, os empreendimentos que atuam na EPS creditam à cultura da solidariedade, o lastro de suas estruturas, suas atividades e seus esforços. Bertucci e Silva (2003) relacionam algumas características dos empreendimentos da EPS.

- a) *Valores*: gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade, amor.
- b) *Princípios*: autogestão, respeito à diversidade/complexidade, convivência solidária com a natureza e cuidado com o meio ambiente, democracia, descentralização/desconcentração do poder, das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber), co-cidadania.
- c) Novo *projeto de desenvolvimento* sustentável e solidário: primazia do trabalho sobre o capital, economia deve estar a serviço do social, tecnologia adaptada às novas exigências de não aprofundamento do desemprego e poluição da natureza, implementação de políticas públicas efetivas.
- d) *Democratização do Saber*: as experiências alternativas solidárias oportunizam a apropriação dos saberes para cada participante.
- e) *Valorização da vida do consumidor*, estabelecendo-se uma relação educativa que estimule a mudança nos hábitos de consumo, superando o consumismo. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 72-3. Grifo dos autores).

Aporta-se em Milton Santos quando, este reforça em “Espaço do Cidadão” que a cultura e a cidadania estão interligadas por “[...] um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. (SANTOS, 2014c, p. 81). Assim sendo e de forma dialética, entende-se que o caminho para uma formação socioespacial mais justa é o direcionamento da economia a partir do cidadão, e não o contrário e, como Gaiger (1998), percebe-se que as mudanças sociais na pequena escala é a perspectiva analítica para o uso do território mais harmônico e menos excludente.

As características da economia popular solidária como sistema econômico alternativo, onde o popular e o solidário coexistem através de valores coletivos são apresentadas por Bertucci e Silva (2003) no quadro 6, que expõe alguns aspectos comparativos entre a economia capitalista e a EPS.

Quadro 6 – Aspectos comparativos entre a economia capitalista e a economia popular solidária (EPS).

Aspectos	Economia capitalista	Economia popular solidária
Lógica	Acumulação/Lucro	Ampliação da qualidade de vida
Relações internas	Patrão X Empregado	Autogestão e cooperativismo
Protagonismo	Representações empresariais	Empreendimentos econômicos solidários
Educação	Individualista para a competitividade	Solidariedade em rede
Projeto de desenvolvimento	Monopolista predatório do meio ambiente e das pessoas	Desenvolvimento sustentável
Políticas	Excludentes e compensatórias	Fortalecimento das redes e suas representações
Cadeia produtiva	Rede de competição e exploração monopolística	Rede de complementaridade solidária

Fonte: Bertucci e Silva (2003, p. 70).

Na EPS, na medida que os empreendimentos exercem a prática baseada nos aspectos levantados pelos autores e os combinam à eficiência econômica, a condição de economia alternativa é evidenciada numa postura de coexistência à economia capitalista, concomitantemente ao seu questionamento. (GAIGER, 1998). Portanto, refletir a EPS como sistema organizativo alternativo pressupõe um entendimento além do econômico, em que haja o resgate da cidadania imbuída de participação democrática entrelaçada à cultura e às territorialidades, numa leitura “social, jurídica e política”. (SANTOS, 2014c, p. 20).

Nesse sentido, importante salientar que o conceito de EPS a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2003, n.p.) evoca que, apesar de variados posicionamentos e “sob diversos títulos, [...] têm emergido práticas de relações econômicas e sociais, que [...] propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas”. Nesse interim, vale resgatar a convergência dos princípios que direcionam a ES e a EPS para “uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável”.

Nessa ótica, mais que entender, mas agir através de articulações para além do econômico, não é tarefa fácil, sobretudo num contexto neoliberalista de atuação do Estado. Não obstante os limites e desafios, essencial se faz a participação ativa dos sujeitos no direcionamento às transformações de ordem social, política, econômica, cultural e ambiental. Nesse contexto, as articulações de agentes pressupõem o envolvimento em redes para reforçar

não só a relação produção-comercialização-consumo, mas diversas possibilidades de geração de renda para a sobrevivência. (BERTUCCI; SILVA, 2003).

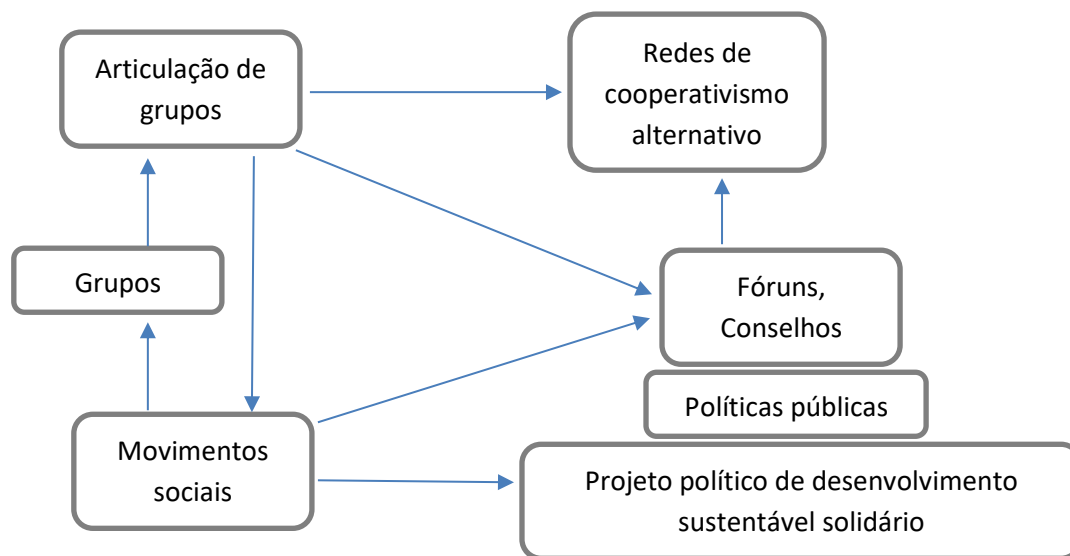
1. *O valor central da economia solidária é o trabalho*, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
2. A Economia Solidária *representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária*, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
3. A Economia Solidária *busca a unidade entre produção e reprodução*, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
4. A Economia Solidária *busca outra qualidade de vida e de consumo*, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como *eficiência social*, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso *instrumento de combate à exclusão social*, pois apresenta *alternativa viável para a geração de trabalho e renda* e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (FBES, 2003, n.p.).

Em outras palavras e, conforme Fernandes (2020), necessário se faz o entendimento da EPS enquanto construção de um processo histórico nos entremeios das contradições do modo de produção capitalista e que, como movimento político, “não conseguiu até hoje criar ações práticas plenas de rupturas, pois grande parte das organizações está atrelada a políticas de governos, que por sua vez, não apresentam caráter transformador”. (FERNANDES, 2020, p. 54).

Complementa-se em Bertucci e Silva (2003), que mesmo a ideologia da negação mercantilizada do trabalho, preponderante na EPS, não é suficiente para promover efetivas transformações na sociedade. É necessário congrega iniciativas em redes de cooperação com outros grupos de mesmo posicionamento ideológico. A partir daí, estabelecer relações com diferentes instituições que, desnudadas da competitividade neoliberal, possam promover estímulos à capacitação, assessoria, recursos de várias ordens, dentre outros. (GAIGER, 2004).

A figura 3, a seguir, apresenta possibilidades de articulações da EPS, representada por estratégias de formação de redes, bem como a representatividade técnica dos sujeitos em fóruns e conselhos para políticas públicas, que partindo dos movimentos sociais podem propiciar o caminho para uma efetiva transformação da realidade.

Figura 3 – Articulações da economia popular solidária (EPS).



Fonte: Bertucci e Silva (2003, p. 71).

Em plano prático, percebe-se que os empreendimentos atuantes na EPS, por si só e devido a semelhanças de atuação tanto com a economia popular quanto com a economia solidária, geram confusões e sobreposições teórico-empíricas. Remete-se, portanto, aos principais autores já trabalhados nesta tese, para um esforço de sistematização dos principais pilares e atuação para empreendimentos populares e solidários, nesta tese configurados como organizações produtivas solidárias (OPS)⁴¹.

2.2.1 Pilares de atuação dos empreendimentos que atuam na economia popular, economia solidária e economia popular solidária

Como já visto, a EPS como interseção dos principais conceitos, origens e desdobramentos da economia popular e da economia solidária, configura-se como uma espécie de “polo mais avançado” da práxis (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 107), cuja centralidade das três adjetivações do vocábulo economia fixa-se no sentido ontológico do trabalho. Como condição

41 Nesta tese, tanto para o instrumento de coleta de dados para a pesquisa empírica quanto para a construção do quinto e último capítulo, utiliza-se o termo organizações produtivas solidárias (OPS) ratificando o entendimento de Fernandes (2020, p. 48), quando o autor esclarece que os indivíduos são sua própria força produtiva. Nesse sentido, quando os trabalhadores e trabalhadoras se unem em resistência e oposição aos propósitos de acumulação, estão se unindo em “[...] iniciativas produtivas, solidárias nas emancipações e não nos investimentos ou lucro”. Portanto, ao enfatizar a EPS, enfatiza-se também o termo OPS, e não empreendimentos econômicos solidários (EES), como comumente utilizado na maioria da literatura, inclusive pela SENAES.

em que o indivíduo transforma a si mesmo e a natureza na estrutura do processo histórico, a categoria trabalho na EPS ganha contornos e caráter político e de classes. Como elemento fundamental das relações sociais, o trabalho se caracteriza não como jugo e sofrimento, mas como produto social na condição da satisfação das necessidades humanas. (SANTOS, 2011).

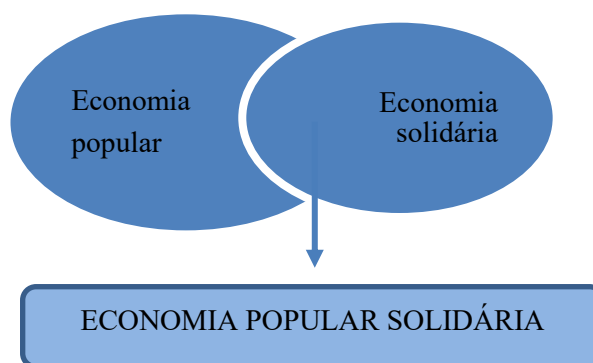
No entremeio das ações desenvolvidas pelos empreendimentos atuantes nas três economias (popular, solidária, popular e solidária), percebe-se que a representatividade do coletivo no significado da autogestão é um fator predominante para a diferenciação das práxis. No sentido das práxis, nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular possuem caracterização solidária e vice-versa. Como diferenciação para a EPS, a autogestão se configura pela apropriação do espaço de forma coletiva e não linear, sendo caracterizada em quatro dimensões conforme Albuquerque (2003 p. 20-21. Grifo nosso).

A primeira dimensão diz respeito ao *caráter social*, pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar *ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos* e grupos que dela dependem; a segunda remete ao *econômico*, são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre *práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital*; a terceira é *política*, se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para a tomada de decisões seja o resultado de uma *construção coletiva que passe pelo poder compartilhado* (de opinar e decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o *respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização*; a quarta dimensão é *técnica*, insinua a possibilidade de uma *outra forma de organização e de divisão do trabalho*.

O olhar de Albuquerque (2003) propicia o entendimento necessário e aguçador para a compreensão das práticas na EPS, ou seja, nem todas as ações da economia popular podem ser caracterizadas como autogestionárias na concepção do coletivo, da mesma forma, nem todas as práticas da economia solidária podem ser caracterizadas efetivamente como sistema coletivo, participativo e militante, no sentido político de luta e de estrutura de classes.

Na EPS, os empreendimentos se colocam a caminho de uma economia sedimentada nos valores e princípios do trabalho, constituindo-se com isso, parte da economia popular, pois nesta coexistem diversos arranjos, tanto formais quanto informais. Entende-se como Gaiger (2009), que a potencialidade dessas formas organizativas precisa ser enfatizada de maneira identitária e valorizada como projetos de “[...] emancipação popular. Neste sentido, a Economia Popular constitui um terreno primordial à construção, árdua e sujeita a reveses, da Economia Solidária”. (GAIGER, 2009, p. 90). A figura 4 apresenta a visualização dos limites de atuação das três economias.

Figura 4 – Interseção da economia popular e da economia solidária delimitando os contornos da economia popular solidária (EPS).



Fonte: Adaptado de Gaiger (2009, p. 88-94).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

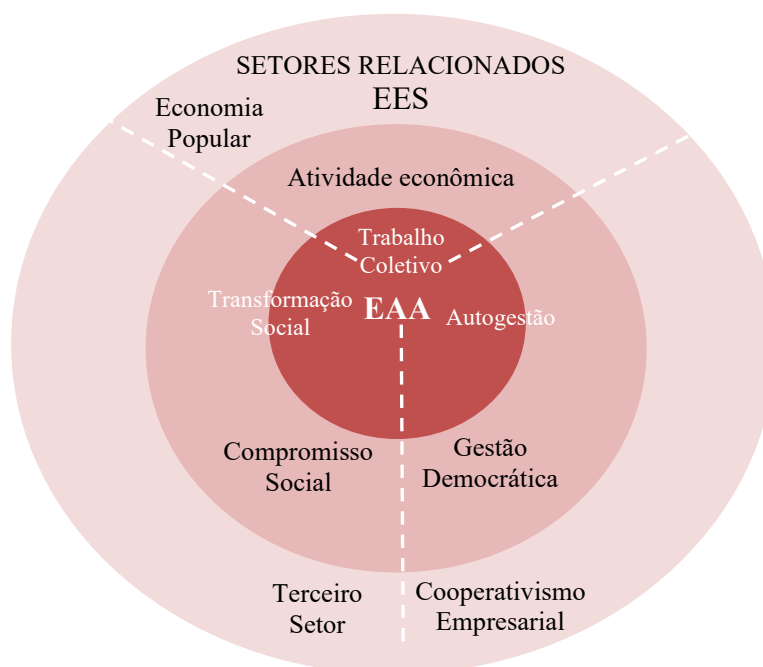
A abordagem do autor para identificar a atuação dos empreendimentos que transitam pela EPS evoca um olhar para características peculiares tanto nas relações sociais quanto na autogestão emanadas das outras duas economias, como o caso da economia familiar, por exemplo. De forma mútua, aporta-se na eficiência dos sujeitos que dela sobrevivem, realizando-se financeiramente e, em casos de união coletiva, pregam por articulações políticas e sociais.

Dos pilares a práticas, Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) oferecem entendimento de atuação para os empreendimentos que atuam na EPS. Contudo e primeiramente, uma compreensão mais ampla percebe-se necessária e relativa aos empreendimentos econômicos solidários (EES), os quais já abordados nesta tese, perfazem o universo da ES. Estes, de maneira abrangente, “[...] passam a funcionar como laboratórios, micro totalidades em que surgem novos desafios, tais como equacionar os interesses individuais e coletivos e firmar estratégias coerentes a partir de decisões consensuais”. (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, p. 144). O diferencial e a vantagem das iniciativas coletivas e solidárias é a transformação da vertente social em alavancagem econômica e, a partir daí, percebe-se como os autores, a necessidade de sistematizar tipos ideais das organizações que se vinculam à ES. Isso porque, a relação dialética entre a solidariedade e o empreendedorismo é uma configuração tênue no contexto em que a dimensão econômica, o compromisso coletivo e o propósito social dos empreendimentos se entrelaçam.

Neste momento da tese, o esforço é representar os pilares da EPS para a compreensão das práticas dos empreendimentos que nela atuam, por isso e conforme Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) apresenta-se uma melhor compreensão do panorama de atuação nos setores relacionados à ES (figura 5). Os autores denominam de empreendimentos autogestionários

alternativos (EAA) aqueles que atuam na EPS, que estabelecem a organização do trabalho na mutualidade coletiva, concomitantemente à representatividade no ativismo político e na construção de alternativas sociais. Afastar-se de juízos de valor é necessário para a expressão de outras possibilidades num entendimento mais amplo, para a “pluralidade de iniciativas, em seus diferentes significados e possibilidades de desenvolvimento” que representem alternativas de transformação social, ao contrário de estreitar conceitos. (FERRARINI; GAIGER, VERONESE, 2013, p. 19, tradução nossa).

Figura 5 – Escopo dos conceitos para empreendimentos econômicos solidários (EES) e empreendimentos autogestionários alternativos (EAA).



Fonte: Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018, p. 156).

Aporta-se nos autores, portanto, para identificar o “polo avançado” de atuação dos empreendimentos que atuam com propósitos da “outra economia”. Não obstante as confusões teórico-empíricas e a similaridade de atuação com contornos social e solidários (LAVILLE, 2001; CORAGGIO, 1999), as configurações conceituais nos países da América Latina oferecem a maior aproximação com os empreendimentos que atuam na EPS. Reflete-se, que nem abordagens rígidas, nem abstratas são recomendadas para delimitar os limites de atuação das práticas. Percebe-se um universo diferente para a atuação dos empreendimentos em cada economia (popular, solidária e popular solidária), mesmo com pilares semelhantes, como exposto por Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013, p. 19, tradução nossa).

Os EAA podem ser considerados, sob certas condições teóricas, como expressão para formas de produção social não capitalistas ou anticapitalistas, constituídos de singularidade, cuja existência depende de circunstâncias particulares, não generalizáveis ou transferíveis de um caso para outro. Tomar os EAA como referência superior ou derivar consequências normativas acarreta-se o risco de idealizar a economia solidária e o conceito de EES. Essa análise condena à irrelevância outras manifestações da economia solidária igualmente existentes.

Referencia-se nos autores, para ilustrar os vínculos de atuação dos EES (círculo intermediário da figura 5) para evidenciar a necessidade de sistematizar os tipos ideais de EES mediante os pilares da ES. O quadro 7 apresenta os pilares da ES com base no Atlas da Economia Solidária (2005) e Betanho *et al.* (2018), também os critérios para uma abordagem catalisadora do tipo ideal⁴² para os EES (GAIGER, FERRARINI; VERONESE, 2018). Os autores demonstram que os catalisadores do tipo ideal oferecem o vínculo necessário, posterior, para a atuação dos EAA, sinônimo das organizações produtivas solidárias (OPS) e objeto da pesquisa empírica desta tese.

Quadro 7 - Critérios e abordagem de catalisadores do tipo ideal para empreendimentos econômicos solidários (EES).

Pilares da ES	Critérios / Abordagem para ES	Critérios / Abordagem para EES	Catalisadores do tipo ideal para EES
Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - Interesses e objetivos comuns. - União de esforços e capacidade. - Propriedade coletiva ou parcial dos bens. - Partilha dos resultados. - Responsabilidade coletiva diante de dificuldades. <p><u>Olhar para a EPS:</u> pleno e total controle</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar-se para defender coletivamente direitos e interesses. - Vínculos com outras organizações, observando princípios de equidade, colaboração e justiça. - Engajamento institucional para reconhecimento público das demandas do empreendimento. 	<p>Compromisso Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intercooperação técnica com estímulo à solidariedade generalizada enfocando a melhoria do bem-estar das pessoas vinculadas ao empreendimento e da comunidade no entorno.

42 O tipo ideal apresentado por Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) é baseado no método weberiano dos tipos ideais como forma de análise de uma situação social, uma construção social da realidade, não a realidade em si, nem tão pouco o pressuposto do que seria o modelo exemplar da realidade. “Seria impossível investigar temas relacionados a noções como capitalismo, democracia ou justiça, sem um modelo teórico de referência. O tipo ideal, por conseguinte, clarifica, delimita e legitima a perspectiva de análise empregada no exame de casos empíricos”. (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, p. 147).

	das decisões, ações, funções e planejamento do trabalho.		- Articulação entre a dimensão social e a econômica sem a predominância de uma sobre a outra.
Solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> - Justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. - Comprometimento saudável com o meio ambiente e com a comunidade. - Promoção de movimentos emancipatórios para o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras, consumidores e consumidoras. <p><u>Olhar para a EPS:</u> desenvolvimento da percepção de cooperação, de ajuda, de fraternidade, de tolerância, de trabalho e de participação política. É a consciência comum, orientada para objetivos comuns.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados excedentes das atividades econômicas para a remuneração dos membros e/ou melhorias no empreendimento e entorno. - Auxílio a pessoas carentes (renda e recursos) – parte social da cooperação. - Engajamento em causas específicas, como o combate à pobreza e às desigualdades de gênero, a defesa de povos e comunidades tradicionais e o desenvolvimento local. - União no intuito de construir alternativas sociais emancipatórias com posicionamento crítico de ações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ações vinculadas às circunstâncias, ora como balizador ético de suas práticas, ora ainda, como um princípio justificador da atividade econômica.
Atividade econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Viabilidade coletiva para produzir, prestar serviços e efetivar a relação produção, comercialização e consumo. - Realização de atividades de natureza econômica com a finalidade da continuidade do empreendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de bens, comercialização e prestação de serviços pelos membros. - Geração de formas que garantam a continuidade da atividade econômica. - Reconhecimento dos custos e dos riscos, sem depender de aportes externos, cuja disponibilidade escape ao controle. 	Atividade Econômica <ul style="list-style-type: none"> - Operações econômicas para produção, comercialização e consumo, ou prestação de serviços para a manutenção e continuidade do empreendimento.

	<p>Olhar para a EPS: a riqueza construída pelos trabalhadores deve ser apropriada por eles próprios, e não concentrada nas mãos de poucas pessoas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Propriedade comum, ou em parte, do recurso financeiro para as atividades econômicas. - Não permitir a divisão social do trabalho (separação entre gestores e executores, trabalhadores intelectuais e manuais). - Não depender da colaboração de voluntários ou da força de trabalho assalariada, devido à natureza utilitária de tais relações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão da economia em sentido amplo, sem se limitar a bens e serviços produzidos para o mercado e sem descartar atividades não monetárias. - Envolvimento de trabalho coletivo (planejamento, deliberações, execução) e recursos para a sua realização.
Autogestão	<ul style="list-style-type: none"> - Exercício de práticas participativas nas definições de estratégias e nos processos de trabalho dos empreendimentos. - Participação dos membros na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. <p>Olhar para a EPS: discussões e tomadas de decisão coletivas, levando em consideração a opinião de todos. Aprendizagem coletiva e participação ativa, não há conhecimento e função privados, e todos devem ser líderes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de administração e participação dos membros na direção e coordenação do empreendimento. - Eleição livre e direta dos dirigentes; renovação periódica do quadro diretivo; regularidade de consultas e reuniões decisórias. - Igualdade de poder de decisão entre os membros, independente das quotas de capital ou de suas operações econômicas. - Participação dos membros de forma igualitária, sem desigualdade social, de gênero, raça e etnia. 	<p>Gestão Democrática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantia de deliberações e participação pelo conjunto de membros, sem a interdependência em relação a organizações e agentes externos. - Adoção do princípio clássico “um sócio, um voto” e a participação igualitária de membros homens e mulheres.

Fonte: Adaptado do Atlas da Economia Solidária (2005, p. 12), Betanho *et al.* (2018, p. 25-28) e Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018, p. 151-153).

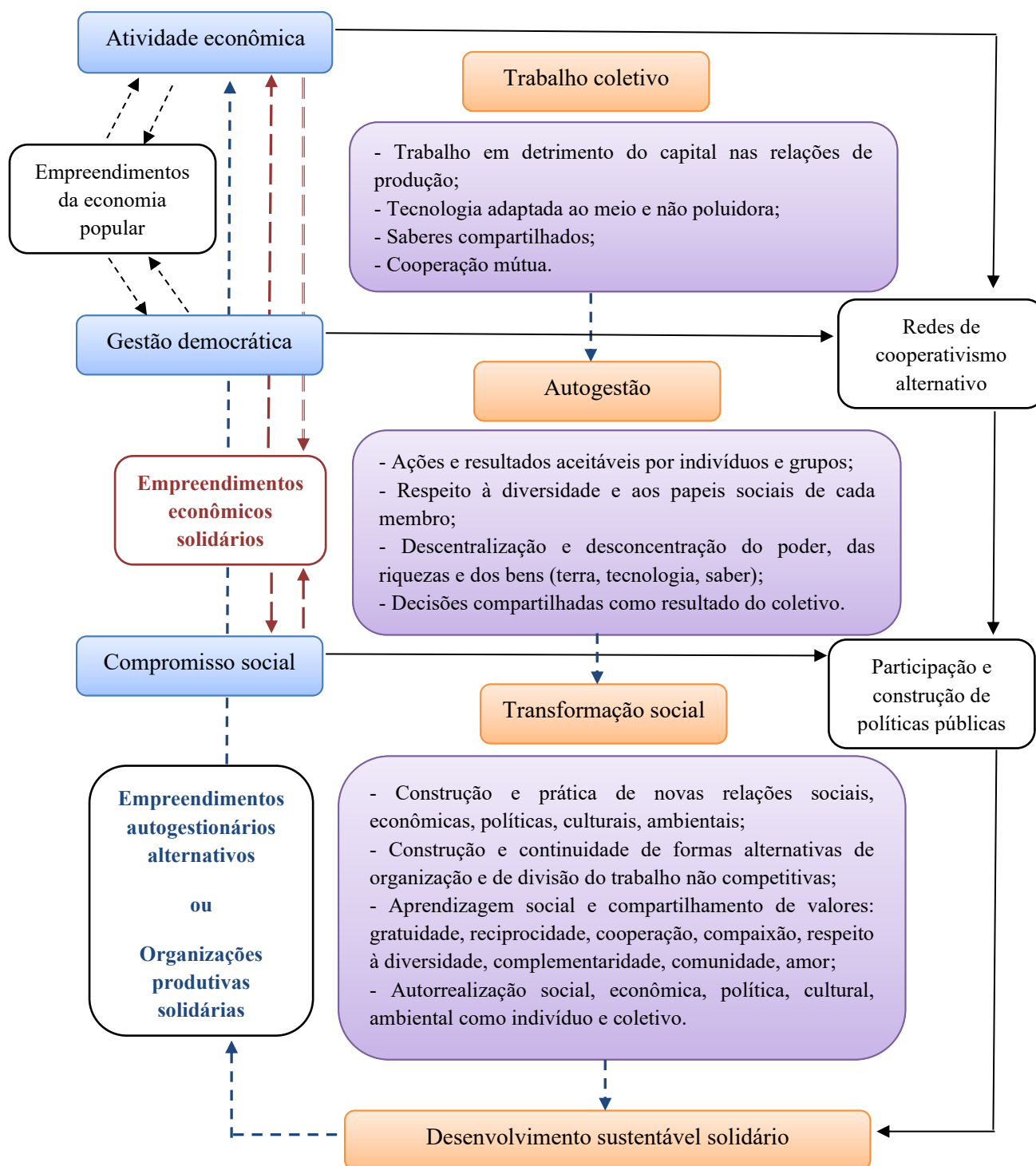
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2021.

Os EES estarão mais próximos de exercer uma “racionalidade solidária” para uma transformação social, quanto mais conseguirem reunir pontos relacionados aos catalisadores (compromisso social, atividades econômicas e gestão democrática) e suas caracterizações do tipo ideal. “O modelo funciona não como síntese do real, mas como um instrumento cuja validade reside em interpelar a realidade empírica de um ponto de vista julgado adequado e relevante”. (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, p. 146). Percebe-se, doravante, duas óticas simultâneas para os EES no Brasil e que permitem diferentes análises: (1) critérios que os configuram na ES; e (2) peculiaridades de cada empreendimento. A primeira, embora sujeita a questionamentos, oferece parâmetros legitimados e reconhecidos nacionalmente para a evolução das práticas. A segunda, aponta para caminhos de desenvolvimento dos empreendimentos com base em diferenciações e comparações de cada análise, possibilitando reflexões, aproximações e interpretações.

A partir do construto teórico, sintetiza-se na figura 6 os pilares de atuação dos empreendimentos que compõem as três economias (popular, solidária e popular solidária) para enfocar, sobretudo, a atuação e os propósitos dos EAA/OPS. Reforça-se que a centralidade da EPS se aporta no trabalho coletivo, bem como apresenta algumas características marcantes: (1) presença de grupos e movimentos sociais; (2) ideologia anticapitalista ou contra-hegemônica; (3) relação produção-comercialização-consumo sem acumulação ou lucro como resultado final.

Aportando-se em Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) e os catalisadores do tipo ideal para os EES – atividade econômica, gestão democrática, compromisso social – vislumbrou-se que elos de ligação circundam tanto a atuação dos empreendimentos na economia popular, quanto os próprios EES, mas sobretudo formam a base para os EAA e as OPS. Como já mencionado nesta tese, vale ressaltar que problemas como desigualdade, desemprego, pobreza, dentre outros revelados pela frágil e profunda questão social brasileira, sinalizam direcionamentos à luz de atuações paralelas ou contra-hegemônicas, geralmente representadas por coletivos de trabalhadores e configuradas tanto em pequenos quanto em grandes grupos.

Figura 6 – Pilares de atuação dos empreendimentos da economia popular, empreendimentos econômicos solidários e organizações produtivas solidárias.



Fonte: Adaptado do Atlas da Economia Solidária (2005, p. 12) e Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018, p. 151-153).

Elaborado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Pela figura 6, percebe-se que os catalisadores (atividade econômica e gestão democrática) são pilares que se vinculam aos empreendimentos da economia popular quando, estes, atuam de maneira individual e/ou coletiva para gerar renda objetivando a sobrevivência e amplitude da vida, não obstante negam as formas de mercantilização do trabalho, da acumulação compulsiva e da exploração de mais-valia. Geralmente, indivíduos ou grupos com laços de parentesco e amizade se juntam em propósitos comunitários e unidades produtivas domésticas. (CORAGGIO, 2014).

Os EES, quando compartilham os catalisadores (atividade econômica e gestão democrática), convergem os princípios cooperação e solidariedade no catalisador compromisso social, pilar especialmente presente na ES. Os elos (vice e versa) entre os catalisadores do tipo ideal norteiam a atuação dos EES na busca de condições de vida justas e dignas aos sujeitos que vivem e sobrevivem da ES, lastreando-se na relação produção-comercialização-consumo, na posse e no controle coletivo dos bens de produção. Todavia, devido à tenuidade dos limites com a economia capitalista, tanto o modo de produção, quanto o de comercialização e, conseqüentemente, as práticas de consumo, podem reverberar-se em descaracterizações à ideologia de uma “outra economia”.

Um ponto a considerar, a resistência caracterizada em alternativas de organização e de divisão do trabalho, representadas por redes de cooperativismo e participação política efetiva, diferencia a ES da EPS, mas também pode aproximar as maneiras peculiares de atuação em determinados empreendimentos que transitam no diverso e vasto contexto de possibilidades que congregam os pilares da “outra economia”. Ancora-se, portanto, em autores como Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013), Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), Bertucci e Silva (2003), Albuquerque (2003) e outros estudos, já mencionados nesta tese (quadro 5) e que trataram dos conceitos e espectros de análise de uma “outra economia”, para compor os pilares de atuação dos empreendimentos da EPS.

Tanto o processo histórico, quanto as mudanças sociais dialeticamente dele decorrentes, compõem o universo de atuação das organizações que transitam na EPS. Três pilares – trabalho coletivo, autogestão, transformação social – inter-relacionam-se numa espécie de evolução, não linear, que conduzem a atuação de empreendimentos desde a economia popular e da economia solidária, até as OPS, denominação utilizada nesta tese para identificar os empreendimentos na EPS.

Os dois primeiros pilares (trabalho coletivo e autogestão) se assemelham de maneira muito próxima às caracterizações dos catalisadores atividade econômica e gestão democrática, doravante, para as OPS, ratificam-se parâmetros contra-hegemônicos de atuação. Os elos entre

os pilares (sem vice e versa) evidenciam que a autogestão é um fator intermediário e, essencial, entre o trabalho coletivo e o terceiro pilar (transformação social). Em outras palavras, questões como decisões e resultados compartilhados; respeito pelo indivíduo na sua totalidade; descentralização e desconcentração do poder, da riqueza (não no sentido do lucro e sim de reprodução para a sobrevivência), dos bens (terra, tecnologia, saber), são consequência do trabalho coletivo. Este, imbuído de solidariedade e racionalidade própria, sustenta-se numa condição mutualista e contrária à reprodução da lógica do capital, priorizando o compartilhamento dos saberes e a preservação da vida em todos os sentidos.

Observa-se, pois, que o terceiro pilar (transformação social) é construído como processo, em que a apropriação e o uso do território ocorrem numa concepção crítica, questionadora e relacional que busca colocar em prática novas sociabilidades. As articulações periféricas constituídas por redes de cooperativismo mútuo e participação política efetiva representam o diferencial de atuação dos indivíduos e coletivos na EPS. Propositamente sinalizadas antes de se atingir uma transformação social de fato, vinculam-se aos catalisadores do tipo ideal para os EES, posto que as redes de cooperativismo podem fomentar a atuação das OPS, tanto em relação às atividades econômicas quanto com contribuições para a gestão democrática. Já, as bases do compromisso social podem representar o sustentáculo necessário para as participações políticas efetivas em fóruns, conselhos e instituições afins com propósitos de construir políticas públicas e representatividade para o setor.

Percebe-se que atingir a transformação social como pilar de atuação na EPS, por si só já não é tarefa fácil, mas possível, especialmente se considerada em pequena escala ou espacialmente localizada. Contudo, como sistema organizativo alternativo no direcionamento efetivo para “outra economia”, é necessário ir além, é preciso resgatar a cidadania como colocada por Milton Santos, imbuída de participação democrática para vislumbrar-se o caminho para um desenvolvimento sustentável solidário⁴³. Neste caso, faz-se necessário refletir a transformação da realidade também como processo, entrelaçando o local e o global de forma cíclica e contínua, onde a sustentabilidade e a solidariedade sejam hábitos, não construções paliativas em momentos de crise do capital. A concepção de sustentabilidade como vertente do desenvolvimento congrega: (1) justiça social com ampliação dos direitos à cidadania; (2) democracia com equidade de gêneros, cumprimento dos direitos humanos e erradicação da pobreza; e (3) questão ambiental com respeito às leis de rendimento da natureza e à sobrevivência dos povos. (BERTUCCI; SILVA, 2003).

43 As vertentes do desenvolvimento, como processo, serão aprofundadas no capítulo 4 desta tese.

Nesse modelo a economia é fundamentalmente social e de interesse público, pressupondo a implementação de ações endógenas de desenvolvimento que aumentem a produção e a distribuição equitativa de riquezas. Esse processo vem também, ainda que timidamente, colocando outros conteúdos, como a questão das identidades etnoculturais e a questão ecológica, como um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável em que se verifica a tendência de que produção e preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de libertação. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 78-79. Grifo nosso).

Como os autores, entende-se que o caminho para o desenvolvimento sustentável solidário perpassa pelos pilares da EPS em suas múltiplas e variadas iniciativas onde a solidariedade está presente. Contudo, chegar às vias de fato, a transformação social para uma “outra economia”, outro sistema organizativo da sociedade, sem dúvida é o maior desafio, o qual para a EPS, é encarado como projeto político (LISBOA, 2003b) socialmente construído pelo contexto excludente e nos meandros da controversa lógica do capital. (RAZETO, 1993). Entende-se, pois, como Milton Santos, que tomar a atuação da EPS como uma ordem reterritorializada na desterritorialização do global, do endógeno para o exógeno, é uma maneira de projetá-la em escala. E, assim, compreender o cotidiano como “razão orgânica”, dialeticamente oposta à razão global, mas ao mesmo tempo ligada por “[...] uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e, como territórios, regidos pela interação”. (SANTOS, 2014a, p. 170).

Acrescenta-se, pois, o olhar de Saquet (2010) para o desenvolvimento territorial como abordagem múltipla, processual e dialógica. Dessa forma, percebe-se a importância de alçar-se às territorialidades⁴⁴, pois, estas, representam possibilidades e estratégias para transformação social na perspectiva local e, a partir daí, escopos multiescalares. (SAQUET, 2010). Um dos pontos de análise, nesta perspectiva, é baseado na aproximação da EPS com a agroecologia, posto que ambas são lastreadas em construção participativa e solidária. Nessa concepção, as territorialidades representam o cotidiano, o material e o (i)material das relações sociais (SAQUET, 2013), que aportadas na soberania alimentar podem representar configurações para novas sociabilidades.

44 Lembra-se que entender as territorialidades da economia popular solidária no caminho para o desenvolvimento local é a proposta desta tese e, dessa forma, faz parte do construto teórico e pesquisa empírica.

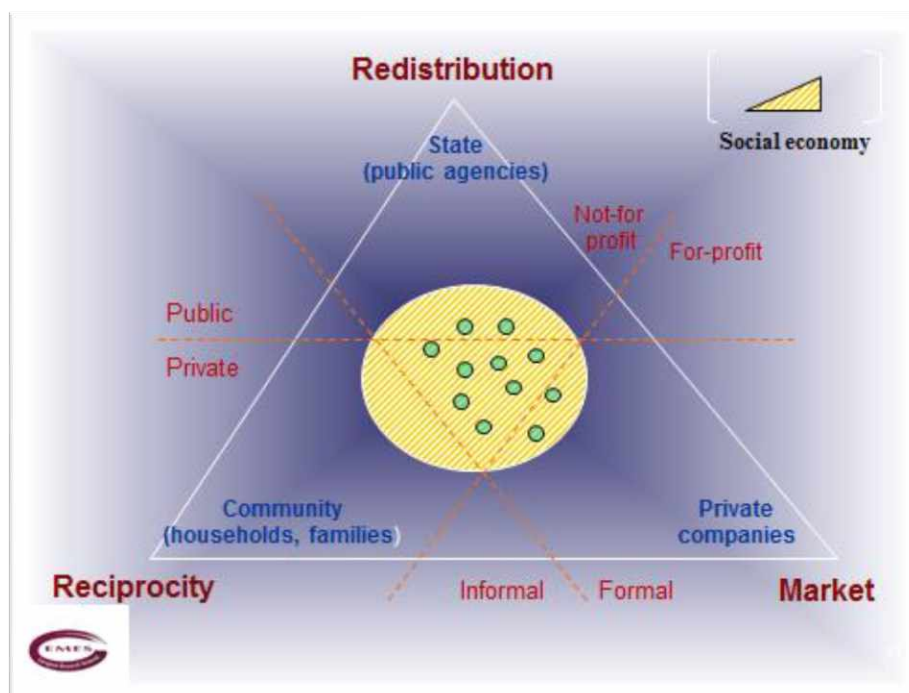
2.3 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS COMPLEMENTARES PARA UMA NOVA SOCIABILIDADE DESTACADA PELA SOBERANIA ALIMENTAR

Geralmente decorrentes do processo histórico, da articulação de atores e configuradas pelos pilares de atuação direcionadas para transformações sociais, as diversas iniciativas que compõem o universo da EPS se aproximam da agroecologia seja em princípios, seja em oportunidades, seja em resistência. A agroecologia como resistência é caracterizada por questões como a não utilização de agrotóxicos tanto na produção quanto no consumo de alimentos, fortalecimento de técnicas populares e práticas comunitárias, consumo consciente dentre outras, que potencializam a relação produção-comercialização-consumo, interligam ideologias, mas acima de tudo, revelam novas maneiras de viver e conviver socialmente.

Entende-se como Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013) que, citando Karl Polanyi, aportam-se na perspectiva pluralista interligando atores que transitam pelas vertentes da economia (popular e solidária) e alçam-se a práticas alternativas, não somente sedimentadas na acumulação de lucros. Nesse contexto, os autores expõem o “*Welfare Triangle*” ou Triângulo do Bem-Estar (tradução nossa) para compor os vértices de atuação nesta perspectiva, onde os princípios da reciprocidade, de redistribuição e de atividades econômicas de mercado se interligam. Da economia social (europeia), os autores destacam que reciprocidade e atividades de cunho doméstico (familiar, por exemplo) apresentam-se como princípios unificados, já, no contexto brasileiro e ainda citando Polanyi, configuram-se em separado, porém congruentes (figura 7).

No Brasil, as várias configurações da economia popular, dentre as quais as estruturas familiares e coletivos de trabalhadores, assumem contornos calcados em dinâmicas territoriais para se reproduzirem socialmente. Nessa condição, a reciprocidade e a domesticidade, apesar de caracterizadas por raízes semelhantes formam peculiaridades híbridas com atuações diferentes tanto na economia popular quanto na economia solidária, posto que a reciprocidade forma a base dos EES e a domesticidade, caso exista, o composto complementar.

Figura 7 – *The Welfare Triangle* ou Triângulo do Bem-Estar.



Fonte: Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013, p. 34).

O triângulo é composto por três vértices formados por instituições participantes do Estado (instituições públicas), do Mercado (empresas privadas) e da Comunidade (famílias e atividades domésticas). Na parte externa ao triângulo, identifica-se três princípios que regem estas instituições e suas atuações, representando a pluralidade e “[...] peculiaridades no momento de percorrer e compreender a diversidade de lógicas econômicas presentes não só no Brasil”. (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013, p. 33, tradução nossa).

No contexto das instituições regidas pelos princípios da redistribuição e atividades econômicas vinculadas ao mercado, observa-se que parte delas (pelo menos as que deveriam atuar somente no espectro do Estado) não têm o lucro como destinação final, à exemplo das instituições do governo e seus programas sociais. Entre estes dois princípios há objetivos de lucratividade, ou não, regendo a materialidade das instituições que transitam nesta face do triângulo, da mesma forma que, entre os princípios que regem as companhias privadas (atividade econômica formal), há iniciativas regidas pela reciprocidade e lastreadas na formalidade, ou não, experiências baseadas na informalidade. É neste trânsito que os autores destacam a importância de se compreender a pluralidade na economia e a configuração dos

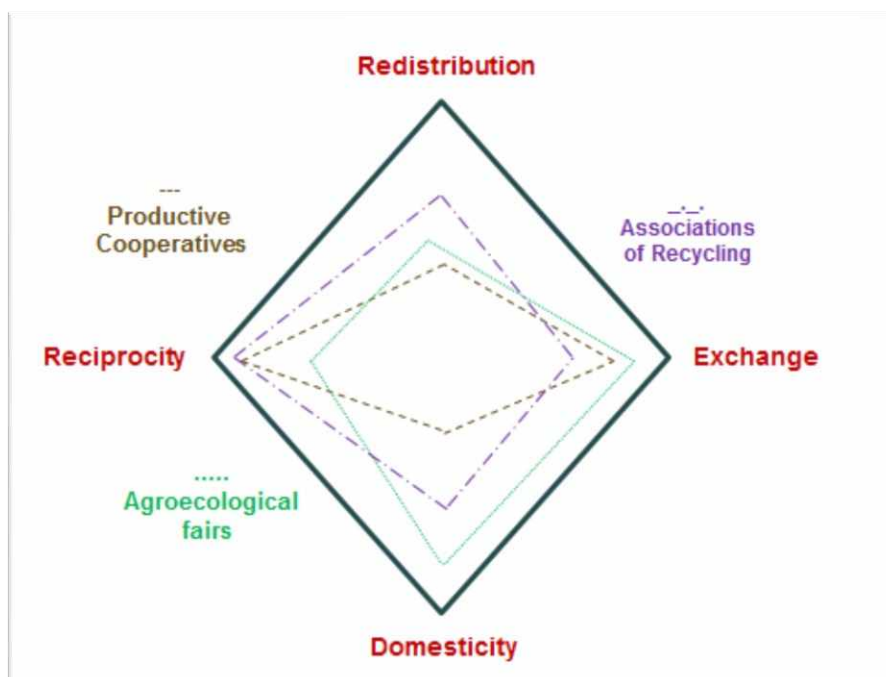
vários setores, seja pelas formas de troca, seja pela atuação e articulação dos sujeitos neles inseridos.

Como os autores, percebe-se a importância de se dar atenção especial ao vértice da reciprocidade, pois é nele que reside a distinção deste princípio e da domesticidade, posto que seu caráter híbrido confere uma racionalidade peculiar às OPS e sua proximidade à agroecologia. Representando a sociabilidade primária, constituída em núcleos familiares, a domesticidade visa a sobrevivência e manutenção da vida, onde relações entre os sujeitos e, destes com a apropriação e uso do território, são critérios precedentes aos “elementos autoritários ou despóticos” incorporados como “isonomia de universalidade e direitos” do sistema capitalista regente. (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013, p. 34, tradução nossa). Nos territórios onde há predominância das atividades domésticas, há uma espécie de ambiente protegido, onde oportunidades são geradas pelo cotidiano, onde há potencial local baseado na confluência entre cooperação mútua e saberes compartilhados, fatores que fortalecem as expressões da EPS e suas formas associativas, mobilizações e articulações de resistência. (SAQUET, 2013).

As diversas conexões destes fatores são reveladas nas atuações dos coletivos que se baseiam em vínculos de reciprocidade, de domesticidade, de redistribuição, ou de intercâmbio econômico (figura 8). Distinguir estes vínculos pela atuação dos coletivos permite entender suas ações, identificar os limites e desafios de cada um, bem como compreender como estes coletivos materializam “[...] os saberes locais, as relações de confiança, o respeito, a ajuda mútua, os movimentos sociais, a recuperação e a preservação da natureza, a produção ecológica de alimentos”, dentre outros voltados à reprodução da vida e dos territórios. (SAQUET, 2010, p. 151). O princípio da reciprocidade, distinto da domesticidade, porém semelhante, é interpretado por Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013), referenciando-se em Karl Polanyi, como base para a construção e reprodução de relações apoiadas em disponibilidade mútua.

[...] relações estabelecidas entre grupos ou pessoas graças à ajuda mútua, cujo sentido reside na vontade de criar ou manter o vínculo social, gerando compromissos voluntários de longo prazo, muito além das obrigações contratuais. Distinguir reciprocidade de domesticidade permite compreender mais claramente suas manifestações e identificar as linhas entre elas, que podem tanto resumir solidariedades primárias quanto secundárias ou resultar em ambiguidades e contradições. (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013, p. 35, tradução nossa).

Figura 8 – Os princípios da economia plural e os empreendimentos econômicos solidários.



Fonte: Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013, p. 35).

Pela figura, é possível observar como os empreendimentos se comportam sedimentados nos princípios que os regem e suas formas de atuação. Dada à realidade e aos princípios das ações econômicas, a integração é a configuração predominante dos empreendimentos, alguns mais calcados na reciprocidade, outros mais na redistribuição, outros no intercâmbio econômico, outros ainda na domesticidade. Nesse sentido, e verificando as linhas internas deste esquema quadrangular, percebe-se por exemplo, que os empreendimentos que atuam na agroecologia transitam entre os princípios da reciprocidade e da domesticidade, cujo mecanismo de trocas (feiras agroecológicas) estende-se com mais propriedade na face que interliga a domesticidade e o intercâmbio econômico. Esse fato se justifica por um dos pilares das OPS, qual seja, aportar-se na relação produção-comercialização-consumo como geração de renda, sem acumulação ou lucro como resultado final desta atividade.

Outros empreendimentos ilustrados na figura, quais sejam cooperativas de produção e associações de reciclagem, também preponderantemente apoiados pelo princípio da reciprocidade (as linhas internas partem desse princípio), configuram-se e ativam-se suas peculiaridades conjugando os outros princípios econômicos conforme suas necessidades e racionalidades próprias. Essa análise, portanto, contribui para demonstrar os diversos vínculos e atuações dos empreendimentos populares e solidários, concomitantemente à importância de

suas raízes sedimentadas no princípio da reciprocidade como base fundamental para ações e comportamentos econômicos, justificando-se avessos ao capitalismo e alternativos à geração de renda. Doravante às técnicas populares de produção, a agroecologia e a EPS se aproximam como práxis, posicionamento e fortalecimento da resistência e maneiras alternativas de enfrentamento político e contra-hegemônico ao capital. Como expõe Petersen (2020), nesse panorama, revelam-se os movimentos sociais especialmente ligados à terra e à agricultura familiar campesina como pontos chave para o fortalecimento da agroecologia, assim como os povos indígenas e comunidades tradicionais.

Vista como um movimento político, a agroecologia mobiliza sujeitos explicitamente envolvidos em sua construção prática e teórica, além de crescentes segmentos da sociedade que se acercam às ideias e experiências agroecológicas a partir de seu engajamento nas lutas por justiça social e ambiental, pela integridade ecológica dos biomas, pela saúde coletiva, pela soberania e segurança alimentar e nutricional, pela economia solidária, pela igualdade entre homens e mulheres, contra o racismo e a LGBT+fobia e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. *Em essência, a agroecologia, se afirma a partir das sinergias virtuosas entre teoria, prática e movimento social*, condensando em um todo indivisível seu enfoque analítico, sua capacidade operativa e sua incidência política. (PETERSEN, 2020, p. 260. Grifo nosso).

É, portanto, no fortalecimento de práticas populares para a transformação social, concomitantemente ao posicionamento político e econômico como resistência, que há a aproximação e o encontro da EPS com a agroecologia. Como Petersen (2010), percebe-se que a agroecologia é muito mais que dizer não ao uso de agrotóxicos, é dizer sim à vida, ao cuidado com a natureza e com as relações sociais, à soberania alimentar. Junto a isso, fortalecer a autonomia das mulheres no enfrentamento das desigualdades de gênero, os saberes, as vivências locais, numa relação justa e consciente por toda a cadeia da produção-comercialização-consumo na concepção da sustentabilidade como vertente do desenvolvimento (BERTUCCI; SILVA, 2003).

O conceito e os princípios da agroecologia, no âmbito da soberania alimentar, são melhor compreendidos a seguir.

2.3.1 A agroecologia no âmbito da soberania alimentar

Compreender a agroecologia no contexto da soberania alimentar⁴⁵ é fazer um exercício de entender o caminho para defender a autonomia e o direito de todos e todas em decidir e constituir sistemas alimentares e agrícolas baseados num modelo de desenvolvimento sustentável. A soberania alimentar representa o objetivo, o princípio que rejeita a especulação do setor empresarial que tenta se apropriar do patrimônio comum. A pequena escala, as comunidades locais e o meio ambiente são questões essenciais para a agroecologia, que se assenta nas sementes e nos saberes os pilares para a reprodução social, produtiva e cultural dos “[...] pequenos agricultores, incluindo camponeses, pescadores, pastores e povos indígenas, que constituem quase metade da população mundial”. (VIA CAMPESINA, 2021, n. p., tradução nossa).

Nessa perspectiva, muito mais que um mecanismo para se atingir a soberania alimentar, a agroecologia faz-se representada como movimento social, como resistência, constituindo-se “[...] a luta pela terra e uma verdadeira reforma agrária que garanta que os direitos de uso e manejo de terras, territórios, água, sementes, pecuária e biodiversidade estejam nas mãos de quem produz alimentos e não do setor empresarial”. (VIA CAMPESINA, 2021, n. p., tradução nossa). Conquanto a desterritorialização das relações comerciais e as políticas sociais garantidas em âmbito do circuito superior da economia e fomentadas pela globalização dos povos, temas já comentados nesta tese, a agroecologia investe na direção contrária, nas formas de estimular a produção e o consumo em níveis locais, através do consumo consciente com sustentabilidade e respeito à diversidade. Como colocado por Altieri (2010, p. 24),

[...] milhares de pequenas explorações tradicionais ainda existem na maior parte das paisagens rurais do terceiro mundo. A produtividade e sustentabilidade de tais agroecossistemas podem ser otimizadas com métodos agroecológicos e, desta maneira, podem formar a base da soberania alimentar, definida como o direito de cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente.

45 Conceito proposto pelo movimento popular social e internacional da Via Campesina à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no ano de 1996, como condição prévia à segurança alimentar e, assim sendo, buscar soluções contra a fome numa dimensão contrária à expansão do agronegócio. (NYÉLÉNI, 2007. Tradução nossa). Atualmente, abarca os mais diversos espaços para a construção dos direitos dos povos, englobando além de camponeses, consumidores, associações de mulheres, pescadores, acadêmicos, dentre outros. Interessante ressaltar que o Fórum Mundial sobre soberania alimentar, realizado em Mali, África, em abril de 2007, com presença de 500 lideranças de mais de 80 países, recebeu o nome de Nyéléni por homenagear uma camponesa que através do cultivo da semente do Fonio (espécie de um cereal, painço) conseguiu alimentar sua comunidade. (NYÉLÉNI, 2007. Tradução nossa).

As lutas no campo, pela desterritorialização evidenciada no agronegócio, leva à concepção de que a soberania alimentar é alcançada pela agroecologia como alavanca necessária para se obter a autonomia no campesinato, reforçando a apropriação e uso do território como espaço para a produção e a reprodução social. Altieri (2010) evidencia que a práxis através da reforma agrária é a centralidade e cume na soberania alimentar pela congruência com a biodiversidade. Enquanto o latifúndio e a agroexportação desterritorializam a terra, a agroecologia territorializa os saberes, as técnicas, as práticas nos espaços dos camponeses e, estes, se territorializam em seus locais de moradia, de convivência ao redor do mundo.

Reafirmamos que a existência permanente da agricultura camponesa é fundamental para a eliminação da pobreza, da fome, do desemprego e da marginalização. *Acreditamos que a agricultura camponesa é a pedra angular da soberania alimentar e que a soberania alimentar é essencial para a existência da agricultura camponesa.* Não haverá autonomia nem agricultura camponesa se não mantivermos as nossas próprias sementes. (VIA CAMPESINA, 2004, n. p., tradução nossa. Grifo nosso).

Nesse sentido, a soberania alimentar através da agricultura camponesa seria a direção, o desafio concomitante e o contraponto do modelo hegemônico na tessitura da luta de classes no campo. Numa perspectiva de superação das crises alimentares mundo afora e como movimento contra-hegemônico, o campesinato defende o atendimento às necessidades alimentares e socioambientais através de autonomia e de políticas agrárias. Não obstante à legitimação das plantações geneticamente modificadas e a utilização de tecnologia para garantir acumulação às empresas transnacionais, o campesinato “[...] luta por uma verdadeira reforma agrária, pela defesa de nossas sementes [...]. Opomo-nos totalmente aos organismos geneticamente modificados (OGM) e vamos combatê-los em qualquer lugar”. (VIA CAMPESINA, 2004, n. p., tradução nossa).

Ploeg (2008, p. 255) caracteriza o ambiente do agronegócio como “império” alimentar configurado pelo “[...] conjunto de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas”. A agroecologia é, portanto, uma construção contra-hegemônica, haja vista seu posicionamento e evolução crítica às concepções de lucro a qualquer custo, visto que o “império” destacado por Ploeg desequilibra os agrossistemas, o que reflete o baixo índice de nutrientes no que é produzido, cuja retórica não revela e não se remete às causas sistêmicas. (ALTIERI, 2012). Assim, a agroecologia se baseia na contrapartida, na alternativa de conviver com um agrossistema sustentável respeitando a própria natureza, sem a

dependência de pesticidas ou outros agroquímicos e fontes externas de energia, como exposto por Altieri (2012, p. 105-106).

[...] A proposta agroecológica enfatiza agrossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos.

A agroecologia se propõe ao direcionamento contrário frente ao sistema dominante, a resposta necessária aos que tratam a agricultura como mercadoria e cujo modelo baseado sobretudo em monoculturas, leva consequências danosas à biodiversidade e aos pequenos agricultores camponeses, sem voz frente ao poder das grandes corporações. Como matriz integradora, a agroecologia une princípios e interações espaço-temporais na condição homem-natureza para a reconstrução de processos destruídos ao longo do tempo. (ALTIERI, 2012). Do ponto de vista interdisciplinar, é um vasto campo analítico, de complexidade científica e orientada ao desenvolvimento sustentável. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009).

Os princípios básicos da agroecologia devem “[...] traduzir rendimentos derivados de fontes internas, reciclagem de nutrientes e matéria orgânica [...] que destacam sinergias, como os mecanismos de controle biológico”. (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p. 16-17, tradução nossa). Os princípios incluem: (1) reciclagem de nutrientes e energia; (2) substituição de insumos industriais; (3) estímulo à reconstrução biológica do solo através de matéria orgânica; (4) manutenção da diversidade de plantas e recursos oriundos dos agrossistemas; (5) integração entre agricultura e pecuária; e (6) otimização do sistema agrícola como um todo. (ALTIERI, 2012).

A complexidade científica e interdisciplinar da agroecologia advém da necessidade de ampliar análises que não sejam um conjunto cartesiano de técnicas, possibilitando diversas integrações entre conhecimento e prática. Sem aprofundar em cada uma delas, já que não é o propósito desta tese e como critério ilustrativo, a figura 9 apresenta várias destas oportunidades alternativas que compõem a matriz disciplinar da agroecologia. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009).

A própria palavra agri-cultura nos remete a uma percepção de sistemas biológicos em interação com manifestações culturais. [...] *Mais do que tratar de processos naturais, trata-se, aqui, de processos socioculturais, de uma construção humana.* [...] É por isso que a Agroecologia lança mão do conhecimento histórico de determinados arranjos ou sistemas de produção para compreender as estratégias de sustentabilidade de diferentes povos e civilizações. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009, p. 94-95. Grifo nosso).

Entende-se como os autores, que a pressão natural e seletiva entre os agrossistemas expressa a coexistência e o equilíbrio de forças necessárias às cadeias alimentares. Independentemente das integrações e vínculos possíveis, o enfoque natural que caracteriza a agroecologia deve representar a centralidade, o direcionamento do comportamento humano para a organização social, os conhecimentos aplicados e o uso da tecnologia encaminhada à coevolução social e ecológica das gerações futuras. É nesse interim, que a agroecologia como práxis eleva-se ao patamar de movimento social com posicionamento crítico, rompendo com o paradigma do uso de tecnologias para resultados imediatos (CAPORAL, 2009), sobretudo provenientes dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde⁴⁷.

Percebe-se, com isso, que defender a soberania alimentar e a desconcentração da terra são desafios da Via Campesina que, no Brasil, recebe apoio de outros movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses desafios, muito mais que uma possível solução dos problemas causados pela Revolução Verde, para a agroecologia são “[...] parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza”. (GUBUR; TONÁ, 2012, p. 65).

Uma conquista importante foi alcançada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, o primeiro a considerar como categorias de análise os trabalhadores camponeses e agricultores familiares, configurados como não latifundiários, não patronais, que trabalham com racionalidades próprias e podem oferecer alternativas reais, possíveis e congruentes à soberania alimentar. Porém, ainda considerados como “franja periférica”, como “pobres do campo”, estão longe de conquistar bases sólidas nos programas territoriais do governo, ou seja, “[...] as políticas públicas se distanciam das afirmações identitárias, dos próprios agricultores, que não podem ser caracterizados apenas como não produtores de renda monetária”. (WANDERLEY, 2014, p. 40).

47 O conceito “*Greening*” ou Revolução Verde e seus desdobramentos faz-se caracterizados como fenômeno que permitiu a modernização e a industrialização da agricultura que, concomitantemente aos avanços tecnológicos no Pós-Segunda Guerra, culminou em um ambiente favorável para a expansão das atividades agroindustriais. O pacote tecnológico proveniente da Revolução Verde, no Brasil, incluía sementes e insumos quimicamente modificados, mecanização e irrigação. (ALENTEJANO, 2012).

Nem mesmo os governos neodesenvolvimentistas, Lula (dois mandatos 2003 até 2006, e de 2007 até 2011) e Dilma (2011-2014 e segundo mandato 2015 até seu *impeachment* em 31 de agosto de 2016), ambos do Partido dos Trabalhadores, ofereceram de fato políticas para a desconcentração de terras. O desmonte das políticas públicas voltadas à reforma agrária cedeu lugar ao projeto neoliberalista que priorizou o capital no lugar de legislações para o campesinato e para a agricultura familiar. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017). Os dados do Censo Agropecuário de 2006, ao utilizar uma metodologia baseada na lei nº 11.326⁴⁸, apesar de outras possibilidades de análise, restringiu o “[...] potencial da pequena produção como um todo, [...] os dados foram trabalhados entre aqueles que podem receber recursos do Pronaf⁴⁹ e os que não podem”. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 18-20).

No exercício feito a partir dessa metodologia, os resultados apontam para a importância dos grandes estabelecimentos produtivos ou dos estabelecimentos especializados (pequeno, médio ou grande) integrados ao agronegócio, que não se encaixam nas regras do Pronaf, resultando que *a maioria dos pequenos produtores familiares, alvo de políticas públicas de incentivo, não é importante do ponto de vista produtivo*. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 18-20. Grifo nosso).

As políticas públicas voltadas à agricultura familiar campesina foram conquistadas à base de mobilizações sociais, que nos contornos da resistência buscam sempre alcançar mudanças estruturais na ordem da soberania alimentar, muito além das propostas de segurança alimentar estipuladas por organizações multilaterais no âmbito do papel do Estado. Sem o aprofundamento da diferença entre as duas (soberania alimentar e segurança alimentar) já que não é o propósito desta tese, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar e ao acesso à alimentação, tanto no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵⁰ quanto no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam estratégias que contribuem para melhorar a capacidade das cadeias alimentares no âmbito da relação produção-comercialização-consumo em escalas locais.

48 A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece como agricultor familiar e empreendedor familiar rural o indivíduo que possui atividades no meio rural. Para tanto, há vigência de alguns critérios: (1) possuir área menor ou igual a 04 módulos fiscais; (2) utilizar predominantemente mão de obra familiar; (3) possuir renda familiar predominantemente do próprio empreendimento; (4) ser dirigente do seu próprio estabelecimento. A lei também inclui silvicultores, aquicultores, extrativistas excluindo garimpeiros e fiscoadores, pescadores da pesca artesanal. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017).

49 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

50 O PAA, combinado com o PNAE, proporciona a compra de alimentos da agricultura familiar e entrega às pessoas cadastradas para apoio socioassistencial. Com dispensa de licitação, o programa utiliza a rede pública e filantrópica de ensino e os equipamentos públicos destinados à segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2021c).

Entende-se como Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017) que a fome e a miséria, considerados problemas históricos e estruturais, são suscetíveis às movimentações e contradições conjunturais. Os programas de combate à fome, as políticas públicas ao pequeno agricultor camponês, o fortalecimento das policulturas, dentre outras questões, pode sofrer modificações e fragilizações, caso do Brasil, cedendo lugar às políticas destinadas ao agronegócio monocultor. A tabela 1, ilustra de maneira desproporcional, a relação produtiva entre os pequenos estabelecimentos rurais em contraposição aos médios e grandes, contudo, apresenta dados contundentes à retórica de que o agronegócio é o setor que produz alimento e divisas para o país. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017).

Tabela 1 – Relação produtiva dos pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais do Censo Agropecuário de 2006.

Valor total por setores da produção			
Setor da produção	Pequeno (0 a 200 ha)	Médio (de 200 a 1000 ha)	Grande (1000 ha e mais)
Total da produção animal	55,4%	22,3%	21,5%
Total da produção vegetal	49,7%	18,4%	31,3%
Pessoal ocupado nos estabelecimentos por classes de área			
Número	13 973 041	1 151 521	768 247
Número (%)	84,3%	7,0%	4,6%
Estrutura fundiária dos estabelecimentos por classes de área			
Estabelecimentos	4 668 183	204 856	47 578
Estabelecimentos (%)	90,2%	4,0%	0,9%
Área (ha)	99 911 625	83 625 315	150 143 095
Área (ha) – (%)	29,9%	25,1%	45,0%
Área média (ha)	21	408	3156
Valor obtido através de financiamentos por número de estabelecimentos			
Número	849 754	34 443	8 444
Número (%)	92,5%	3,7%	0,9%
Valor (1000 R\$)	7 862 164	4 034 612	9 435 604
Valor (%)	36,7%	18,9%	44,1%

Fonte: Adaptado de Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017, p. 50-53).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H, 2021.

Os números revelam algumas questões importantes, dentre elas, percebe-se que o valor da renda total gerada no campo, pelas atividades agropecuárias, é maior entre os pequenos se comparado aos médios e grandes estabelecimentos. “Essa realidade deveria deixar (ou deixa) de cabelos em pé os grandes proprietários rurais que lançam mão de variadas ações para bloquear a realização da reforma agrária”. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 50). Em relação à mão de obra empregada no campo, verifica-se que o grande estabelecimento emprega muito menos que o pequeno. Reforça-se a perspectiva quando são comparados os dados entre os quase pequenos (0 a 10ha) e os grandes estabelecimentos (tabela 2), conforme os autores.

Tabela 2 – Confronto de dados entre o quase pequeno e grande estabelecimento – Censo Agropecuário de 2006.

Valor total por setores da produção		
Setor da produção	Quase pequeno (0 a 10 ha)	Grande (1000 ha e mais)
Total da produção animal	10,7%	21,5%
Total da produção vegetal	13,4%	31,3%
Pessoal ocupado nos estabelecimentos por classes de área		
Número	6 749 308	768 247
Número (%)	40,7%	4,6%

Fonte: Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017, p. 50-53).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2021.

Observa-se que, mesmo em termos de estrutura fundiária (o grande estabelecimento muito maior que o quase pequeno), os quase pequenos conseguem se destacar seja na produção animal seja na vegetal. Mesmo considerando a desproporcionalidade das terras, os quase pequenos também conseguem gerar emprego e renda, e com isso, a tabela 2 mostra “[...] nas mãos de quem estão as terras brasileiras e expressa a contradição nevrálgica que produz o Brasil como um país injusto e cruel”. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 51). De maneira mais evidente, a estrutura fundiária apresentada na tabela 1 apresenta a discrepância da distribuição de terras em relação à produção de alimento, evidenciado por Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017, p.52) que, “a propriedade privada da terra está nas mãos de quem não produz comida”.

Com o exposto, entende-se como Altieri (2010), que o caminho para minimizar as lacunas deixadas pelo complexo agroalimentar industrial se faz com o enfoque dado pelos sistemas alimentares locais e articulações de vários atores, dentre os quais agricultores organizados, membros da sociedade civil, pesquisadores, além de políticas comprometidas com

o fortalecimento da soberania alimentar. A autonomia dos agricultores com preservação dos recursos naturais, assegurando a sobrevivência econômica com igualdade social, é a expectativa dos movimentos sociais rurais e a solução possível para uma agricultura sustentável. (ALTIERI, 2010).

Tomando a centralidade da agroecologia, como colocada pelo autor, e considerando a configuração da EPS como já visto nesta tese, faz-se a aproximação destas duas áreas que, antes de constituírem-se como interdisciplinares, ambas congregam o mesmo posicionamento crítico, altruísta e emancipador. No próximo capítulo, parte-se desta aproximação para destacar a construção da agricultura familiar camponesa no âmbito da questão agrária, bem como apresentar a relação campo/cidade nas cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção, evidenciadas pelas redes de cooperação.

SEGUNDO MOMENTO

O segundo momento desta tese consubstancia os dois temas centrais em discussão até o momento – economia popular solidária e agroecologia – e, de maneira mais circunstancial, na relação campo/cidade. Apresentado em um capítulo e partindo dos conceitos, barreiras e oportunidades já tratados no primeiro momento desta tese, enfatiza-se aqui a importância da agricultura familiar camponesa, pois expõe a relação campo/cidade como espaço de articulações contra-hegemônicas sustentadas na racionalidade coletiva de cooperação. Reforça-se, com isso, que as duas dimensões do espaço geográfico – rural e urbano – se aproximam cada vez mais, no propósito de buscar alternativas que beneficiem a cadeia de produção-comercialização-consumo e, conseqüentemente, combinem geração de trabalho e renda, com consumo justo e consciente.

Como base para a configuração das cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção, a relação campo/cidade representa a tessitura necessária ao entrelaçamento da economia popular e solidária que, através da agroecologia, se aporta na soberania alimentar para resistir face ao avanço do capitalismo agrário. No Brasil, o panorama retratado pela questão agrária deixa exposto as conseqüências desse avanço através do agronegócio e da desterritorialização do campesinato. Elencam-se problemas como degradação do meio ambiente, pobreza, fome, migração dentre outros que, nesse contexto, traduzem perdas de toda ordem, especialmente deixando vulneráveis as territorialidades locais.

Não obstante as dinâmicas territoriais de cada comunidade, entende-se que a centralidade da relação campo/cidade, no panorama da questão agrária, aporta-se nos movimentos sociais que lutam pela desconcentração de renda na cadeia produtiva de alimentos para expor duas situações: o uso indiscriminado de agrotóxicos e a subordinação do agricultor camponês ao modelo hegemônico de produção. O esforço deste momento, portanto, é apresentar modos de produção, distribuição, comercialização e consumo alternativos em cadeias produtivas solidárias nacionais e internacionais que têm conseguido alinhar desafios, rompendo barreiras e transformando realidades em novas sociabilidades para o desenvolvimento sustentável de cada localidade.

CAPÍTULO 3

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE PARA AS CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS E AS FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

*“Somos gente nova vivendo a união,
 Somos povo semente de uma nova nação ê, ê...
 Somos gente nova vivendo o amor,
 Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê...
 Vou convidar os meus irmãos trabalhadores
 Operários, lavradores, biscateiros e outros mais.
 E juntos vamos celebrar a confiança
 Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz, ê, ê”.*
(Zé Vicente – Baião das Comunidades).

Mais discutida na Geografia Agrária do que na Geografia Urbana, a relação campo/cidade foi-se configurando ao longo do tempo por disputas territoriais e espaço híbrido entre o rural e o urbano. O modo de vida mais urbano que rural, a tendência à urbanização e as condições de assalariamento e consumo geradas mais nas cidades que no campo, são alguns fatores que impulsionaram o urbano que, concomitantemente, desprestigiaram o rural numa relação histórica e dialética. (ALENTEJANO, 2012). No campo, por exemplo, os sujeitos que convivem em territórios emergidos das lutas pela terra vivenciam sobremaneira os processos de homogeneização do capital, e não menos que na cidade, as forças que de um lado moldam a dimensão espacial do capitalismo, de outro geram cenário de desigualdades econômicas e sociais. (BRANDÃO, 2012).

Esse cenário, aguçado pelo pacote de inovações tecnológicas na agricultura e sinônimo da Revolução Verde, impulsionado pelos Estados Unidos na década de 1970, proporcionou a modernização e os altos padrões de produtividade agrícola até hoje vistos. Em contrapartida, expôs-se a conseqüente marginalização da propriedade e dos meios de produção do pequeno produtor. (ABRAMOVAY, 1992). Nesse espectro, o autor retrata que uma ‘nova espécie’ foi criada pelo capitalismo, a do trabalhador coletivo, do camponês, responsável pela produção social e preso por sua submissão a proprietários privados, expondo sua fragilidade ‘condenada’

à diferenciação⁵¹, qual seja, sua provável eliminação ou exclusão social progressiva no viés do capital.

Evidencia-se, nesse espectro, a perspectiva de José de Souza Martins que denota o caráter transformador da agricultura familiar e camponesa, mesmo utilizando-se de práticas mercantis de trabalho. Neste íterim, é necessário, portanto, pensar e agir por uma reforma agrária enxergada como projeto de Estado, sobretudo na dinâmica de recuperação do território, ampliando-se o espectro de possibilidades. (MARTINS, 2000). Contudo, entende-se como Graziano da Silva (1982) que a tradição e o modo de vida do campesinato, tanto na posse da propriedade, quanto nos meios de produção, não ensejam nem caracterizam a agricultura familiar camponesa como elemento anticapitalista⁵². Não obstante, a posiciona na contra-hegemonia dos meios de produção conquanto sua dinâmica na participação em atividades mercantis, como compra de bens de consumo e de insumos, na venda de produtos e na força de trabalho.

Na perspectiva da contra-hegemonia, a questão agrária, como paradigma próximo do campesinato, conduz à negação de aproximação com o mercado reforçada pela construção dos movimentos de luta pela terra. Essa ótica, suscitada por concepções teórico-críticas, tem gerado diversos e confusos posicionamentos. Importante elencar que, mesmo considerando quase cem anos que separam a leitura de Karl Kautsky e Ricardo Abramovay (1899-1992), as concepções que diferenciam o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário⁵³, conforme os autores respectivamente, “[...] trouxe uma diferenciação teórica e política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades”. (FERNANDES, 2004, p. 11). Reforça-se, contudo, que nem à totalidade, nem à centralidade, é necessário compreender que as lutas pela terra são evidentes como condição política, não obstante às metamorfoses conflituosas de conceituação da agricultura familiar

51 Abramovay (1992) faz referência ao campesinato comparando duas perspectivas analíticas teóricas em Lênin e Kautsky. Em Lênin, a ênfase na diferenciação social do campesinato (desde 1893) decorre da relação entre a aceleração da pobreza originária da separação de produtores e condições de trabalho e o crescimento do mercado. Essa era a condição para que a massa de indivíduos paupérrimos se assalariasse para viver. Em Kautsky, emerge-se a questão agrária como quadro político e paradigma da industrialização da agricultura. Contudo, para Kautsky, é necessário uma mudança estrutural da sociedade para o campesinato não se extinguir. (FERNANDES, 2004).

52 José Graziano da Silva se refere à organização da unidade econômica camponesa, citando Chayanov (1925) que elucida o modo de produção camponês não numa lógica de desintegração pela grande exploração capitalista, mas a manutenção da unidade econômica camponesa ou a formação de cooperativas coletivas. O modo de produção camponês, nessa perspectiva, é caracterizado como produção de subsistência; as relações de trabalho e consumo não visam acumulação de capital; há cooperação entre os camponeses; e a pequena propriedade e a unidade familiar formam a base do campesinato.

53 Fernandes (2004) ressalta que as bases paradigmáticas da questão agrária são discutidas entre outros autores, por Karl Kautsky, Ricardo Abramovay e José de Souza Martins, que serão utilizados de forma mais aprofundada na seção 3.1 desta tese para o construto teórico da agricultura familiar camponesa.

camponesa. Entende-se, todavia e conforme Wanderley (2014), que a despeito dos construtos e narrativas teórico-empíricas, os fundamentos tanto do campesinato quanto da agricultura familiar se voltam às atividades produtivas e às formas de organização do trabalho geralmente constituídas no âmbito da família, cujos objetivos são sintetizados pela “[...] forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura”. (WANDERLEY, 2014, p. S026).

Martins (2000) destaca que a dicotomia capital-trabalho, em diferentes espectros e intensidades, ao incorporar a propriedade do capital, exclui os camponeses, os agricultores familiares, os trabalhadores rurais, os quais constituem um conjunto de “muitas possibilidades de compreendê-los”. (FERNANDES, 2004, p. 18). A dialética, dicotômica e desigual relação campo/cidade, se mostra uma das dinâmicas de análise essenciais para o trabalho do agricultor camponês, que se articula no sentido de promover iniciativas de geração de renda e desenvolvimento no local onde atua. Essa dinâmica perpassa a fronteira rural/urbana, agregando outras dimensões para além da econômica (SAUER, 2008), ou seja, influenciados pela densidade tecnológica e pelas forças do capital, os trabalhadores rurais ultrapassam a fronteira do campo, estando presentes também na cidade. Reforça-se, contudo e como o autor, que essa situação, impulsionada muitas vezes por pactos, alianças políticas e arranjos institucionais, impedem que a questão agrária seja uma verdadeira questão política. No contexto neoliberal a questão agrária fica designada como um problema social de distribuição fundiária, a partir do qual são criados programas governamentais com propósitos aparentes, ou não, de minimização da pobreza rural e redução de conflitos agrários.

Face à questão agrária escamoteada pelo Estado e pelos problemas trazidos do modo de produção vigente, a agricultura familiar camponesa se posiciona como pauta em favor de políticas públicas, haja vista que o panorama da Revolução Verde em nada favoreceu os trabalhadores rurais, muito pelo contrário, ampliou a desigualdade de renda, de riqueza e a apropriação de terras, potencializando a concentração fundiária em níveis jamais vistos. (ALENTEJANO, 2012). No contraponto das cadeias produtivas padronizadas pelo agronegócio, a aproximação dos espaços rurais e urbanos denota o fortalecimento da agricultura familiar camponesa através da economia solidária e da agroecologia, numa relação de mão dupla entre a produção e o consumo. Estes pontos são melhor discutidos no próximo ponto desta tese.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E SUAS RELAÇÕES COM A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Visto no primeiro capítulo, partiu-se aqui do entendimento de que a reprodução desigual e contraditória do capitalismo pode reproduzir, também, a apropriação do trabalho pelo capital numa condição de exploração da mais-valia. Nessa concepção, as relações sociais constituídas dialeticamente pelo trabalho assalariado e pela propriedade do capital, entrelaçam-se à expansão do modo capitalista de produção de maneira não linear, porém homogênea e dominante. Essa condição faz com que o trabalhador se submeta, ou não, às relações de trabalho impostas e, neste contexto, percebe-se que a luta pela terra, não como totalidade, mas como centralidade, se posiciona na contra-hegemonia do poder que fortalece somente um dos lados, o do capital.

No Brasil, e já visto nesta tese, o cenário histórico, dialético e contraditório do poder do Estado nos ditames do capital reflete o desmonte das formas organizativas dos trabalhadores rurais, gerando com isso conflitualidades⁵⁴ de classes. (FERNANDES, 2004). Panorama onde se faz necessário uma verdadeira (des)articulação do Estado na redefinição de pactos e mediações políticas voltadas ao problema da terra. (MARTINS, 1986). Ao longo do tempo, a constituição do agronegócio e as inovações tecnológicas no campo deflagraram uma complexa realidade, onde a questão agrária, como aponta Fernandes (2004), revela um verdadeiro desafio.

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo, que revelam sua complexidade. A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta *conflitualidade* e *desenvolvimento* através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. Do reconhecimento dessas diferenças compreendemos melhor a *conflitualidade* que promove o *desenvolvimento* do Brasil. (FERNANDES, 2004, p. 6. Grifo do autor).

A estrutura do modo capitalista de produção, instituída como modelo pela industrialização na agricultura, perpassa pela trajetória das correntes teóricas que sustentam vieses ideológicos e políticos e versam sobre a reprodução social do homem no campo. Nesse

54 O conceito de conflitualidade destacado por Fernandes (2004) refere-se ao movimento emergido pela desigualdade estrutural do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, é entendida como processo permanente e perene, pois ao avançar, gera-se dicotomicamente o desmantelamento e posterior reinvenção das dinâmicas territoriais, tanto do capital quanto do campesinato nos vieses de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. “De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa”. (FERNANDES, 2004, p. 8).

sentido, a questão agrária é colocada em foco, haja vista que exprime manifestações de resistência dos pequenos produtores em relação à expansão do capital no campo. Esse é o caso da reforma agrária cujo debate teórico-político iniciou-se na década de 1950, no pós-Segunda Guerra, sendo que no Brasil ganhou contornos e protagonistas após o Golpe Civil-Militar de 1964. (FERNANDES, 2001). Especialmente nas décadas de 1980 e 1990, o problema da terra intensificou as conflitualidades permeadas por contradições que, sobretudo no espectro político e na contramão dos interesses das classes dominantes, possibilitaram a materialização da luta pela reforma agrária, representada por movimentos sociais e pelo reconhecido posicionamento político e crítico, dentre eles o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. (FERNANDES, 2004).

Diametralmente opostos, mas complementarmente aproximados, os termos que ligam a questão agrária ao produtor rural emergiram-se de um construto histórico, onde Ploeg (2006) cita autores clássicos como Karl Kautsky (1972[1899]), Alexander Chayanov (1974[1925]) e Lênin (1985[1899]), pseudônimo de Vladimir Ilyich Ulianov, que fazem referência ao campesinato apontando a realidade rural europeia do século XIX. No Brasil e destaque para a Geografia Agrária, o campesinato ganhou contornos dos movimentos sociais com postura política e ideológica que oferece possibilidades e pluriatividade interpretativa. (PLOEG, 2006). Contudo, entende-se que o uso indiscriminado de denominações, não só enseja um despreparo teórico-conceitual dos termos e da construção histórica da agricultura familiar, mas também enfatiza um grau discriminante e carga teórico-ideológica em relação ao trabalhador rural, que resiste face aos ditames do capital para reproduzir-se socialmente.

3.1.1 Campesinato à luz das correntes teóricas e sua aproximação com a agricultura familiar

No Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, as teorias que versam sobre a integração ou desaparecimento do camponês ganharam a força necessária pelo contexto do avanço do capital e sua territorialização no espaço rural. Concomitantemente, o termo agricultura familiar foi introduzido no contexto brasileiro para explicar o quão o trabalhador rural está vinculado ao mercado, em oposição ao camponês e ao seu modo de vida no contraponto à competitividade no campo. (MARTINS, 1986). Dentre outras, o mosaico de formas camponesas tem origem em raízes europeias e sua compreensão ainda é motivo de debates, haja vista que no Brasil o conceito se entrelaça ao lugar social onde o trabalhador rural está inserido e, nesse sentido,

relaciona-se dialeticamente a construções sociais mais recentes, como o agronegócio e as denominações de agricultura familiar. (WANDERLEY, 2014).

Autores, como Fernandes (2004) e Felício (2014), contextualizam a geografia rural nesse contexto ao ressaltarem a importância das teorias clássicas, especialmente citando o pensamento de Karl Kautsky e Vladimir Ilitch Lênin, como sedimento interpretativo do panorama atual. Apesar de não se envolverem totalmente com a questão agrária em virtude das lutas políticas em que se inseriram, pregavam que a situação de desintegração ou de desaparecimento do camponês, do pequeno produtor rural, estivesse dialeticamente vinculada ao avanço da técnica e do capital enquanto garantia de superioridade dos latifúndios. Desse ponto de vista, pouco restava ao trabalhador rural, ou se integrar ou desaparecer.

Embora a linha de interpretação contundente de Kautsky e Lênin pregasse o fim do camponês, haja vista sua perda dos meios de produção em virtude da inserção capitalista na agricultura e resquícios do feudalismo europeu, o pensamento leninista especialmente após a Revolução Russa (1917), revelou o protagonismo antagônico de classes. Em “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, Lênin (1982) oferece contrapontos a partir de elementos empíricos para o entendimento dos impactos da construção Russa Soviética sobre a vida e a organização do trabalho camponês.

A revolução está trazendo cada vez mais à luz a dualidade do campesinato [...]. De um lado, os imensos remanescentes da economia [...] diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes políticas e ideológicas. (LÊNIN, 1982, p. 9-10).

Lênin, nesse contexto, muito mais próximo à questão agrária como luta política, se torna base interpretativa e organizativa para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, como evidencia Fernandes (2004), a questão agrária vista somente pela ótica dos conflitos por terra seria uma perspectiva limitante,

[...] porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo.

A *conflitualidade* e o *desenvolvimento* acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. (FERNANDES, 2004, p. 2-6. Grifo do autor).

Corroborar-se aqui, o ponto de vista de Chayanov, que defende a resistência camponesa evidenciando o campesinato como classe revolucionária e direcionamento socialista. (ALVES; FERREIRA, 2009). Nessa condição, os autores reforçam que ainda que subordinado ao capitalismo, a sobrevivência do camponês como grupo social estaria vinculada à sua capacidade de resistência, posto que sua produção não serve ao mercado, mas à sua própria reprodução social. Entende-se, como Felício (2014), que a resistência configurada nas práticas heterogêneas do campesinato, atualmente vistas, fazem parte do desenvolvimento estrutural e contraditório do capitalismo, constituídas na identidade do camponês, na maneira e no cuidado com a terra, no jeito de produzir.

A perspectiva do campesinato na ótica dos teóricos do paradigma da questão agrária é do protagonismo propositivo do camponês, pois os problemas criados para o campesinato dentro do capitalismo não têm solução. Trata-se de uma questão agrária estrutural cujo limite é a superação do próprio sistema capitalista. Isso dentro do capitalismo é impossível. Sendo assim, ou o campesinato luta contra o capital e constrói o seu futuro, ou se une a ele perdendo sua identidade e sua autonomia. Neste raciocínio, o futuro de um coincide com o futuro do outro. (FELÍCIO, 2014, p. 27).

Nesse sentido, Chayanov propõe vincular o campesinato não como reforço ao capitalismo, e sim, como unidade econômica camponesa não capitalista, haja vista as características que diferenciam o modo de produção camponês do modo de produção capitalista. Felício (2014, p. 29), se referenciando à Chayanov dentre outros teóricos clássicos da questão agrária, complementa que “[...] a economia camponesa possui outra lógica, [...] e por não estar presente o fenômeno social do salário, a categoria capitalista do lucro também não está presente”. Desta feita, a base doméstica é a característica do modo de produção camponês e, o diferencial para evidenciar a resistência do campesinato representada pelo cooperativismo. O fato de produzir para sua própria reprodução social faz com que o camponês seja interpretado pelo olhar do pensamento marxista como produtor mercantil simples, onde produto e produção

são a dupla condição do trabalho, e assim, o dinheiro perpassaria pela relação como valor de uso, ou seja para a subsistência. (ALVES; FERREIRA, 2009).

Entende-se como Oliveira (1996) que o campesinato resiste e se reproduz no seio do sistema capitalista em virtude das relações necessárias ao próprio capital. Para o camponês o paradigma da relação produção-consumo é formado pela expressão M-D-M (mercadoria, dinheiro, mercadoria), diferentemente da produção capitalista D-M-D (dinheiro, mercadoria, dinheiro). Assim sendo, o consumo para o camponês, caracterizado pela aquisição de mercadorias, é sinônimo de trabalhar mais ou privar-se mais. (OLIVEIRA, 1996). Em outras palavras, o sentido analítico para compreender o campesinato é interpretá-lo pela via das relações sociais, ou seja, discutir teoricamente se o camponês tem ou não tem vínculo com o sistema capitalista não é a centralidade, mas sim entender como o camponês resiste e se reproduz nos entremeios deste processo.

Paralelamente, mas de maneira complementar, importante considerar que a questão agrária se insere nesses meandros, ou seja, ela emerge na expansão do capitalismo no campo que, de um lado expõe a concentração de riqueza e, de outro lado, aumenta a desigualdade e a pobreza numa condição estrutural e contraditória do capital. No meio rural, como aponta Martins (1986), essa expansão alcançou tanto latifundiários quanto camponeses, sendo que as diferenciações econômicas e políticas denotam como cada um, respectivamente, se liga ao capital. Nesse sentido, entende-se como Fernandes (2004) que aponta tais diferenciações como reflexo do processo de territorialização e desterritorialização, seguido de um novo paradigma emergido pela (re)criação de relações sociais, onde a conflitualidade emana uma reterritorialização do campesinato para o desenvolvimento.

Em outras palavras, o processo de territorialização do capital no espaço rural, constituído pela modernização da agricultura e a expansão das grandes indústrias, causou direta e concomitantemente o verso deste contexto, ou seja, a desterritorialização do camponês. Caracterizada pelo êxodo rural, que retira do trabalhador rural seus vínculos e sua identidade, e conseqüentemente sua autonomia em reproduzir-se socialmente, a desterritorialização do camponês faz com que, este, perceba e se sujeite, ou não, ao assalariamento e à mais-valia. Nesse contexto e no campo, o camponês é contratado quando há a necessidade de mão de obra no processo produtivo das indústrias do agronegócio, como apontado por Wanderley (2014, p. S028).

Esse processo de expulsão será tanto mais intenso, quanto os patrões temiam as consequências da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963) – primeiro texto legal que reconheceu os trabalhadores como sujeitos de direitos trabalhistas, passíveis de serem reclamados em justiça – pelo movimento sindical que nascia e se fortalecia na mesma ocasião. (WANDERLEY, 2014, p. S028).

Importante considerar aqui que o assalariamento ou a mais-valia não são fatores que desqualificam ou empobrecem o estigma construído de que o campesinato é sinônimo de atraso, e sim, o fato de sua dependência e sujeição ao capitalismo. (MARTINS, 1986). A sujeição pode “[...] oscilar entre a possibilidade de negociar, de forma subalterna e assimétrica, a ocupação de espaços precários e provisórios e a criação efetiva de raízes mais profundas”. (WANDERLEY, 2014, p. S027). Percebe-se, portanto, que o contexto da sujeição pode ser interpretado tanto pelo lado de que o capitalismo consome a renda do camponês, na medida em que necessita adquirir e consumir mercadorias, quanto pelo lado da resistência, onde a imagem estigmatizada pelo modo de vida, identidade e vínculos familiares, resistem ao modelo de exploração do agronegócio. A resistência, neste caso, liga-se ao sentido do campesinato fundamentalmente sustentado na família e na organização do trabalho, o que corresponde “[...] a uma forma social de produção [...], que supõe a cooperação entre os seus membros”. (WANDERLEY, 2014, p. S026).

No Brasil, entende-se, como a autora supracitada, que a constituição histórica e dialética do campesinato assume os contornos das profundas transformações assistidas pela modernização da agricultura, posto que o panorama das políticas neoliberais praticadas, especialmente pós década de 1970, e o vínculo com o capital financeiro favoreceram a expansão das atividades agrícolas e da grande indústria no campo. Nesse contexto, dois lados correspondem à interpretação do campesinato: (1) o campesinato e suas formas tradicionais de produção; (2) o campesinato carregado de cunho político. A estruturação de estratégias de sobrevivência no interior do sistema capitalista confere ao trabalhador rural o caráter de resistência necessário, configurado pela reterritorialização (FERNANDES, 2004), onde os espaços da agricultura voltam-se à base da família e da comunidade. Nessa condição, Wanderley (2014, p. S030) expõe a interpretação do campesinato.

Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social.

Por outro lado, a palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo. (WANDERLEY, 2014, p. S030).

Percebe-se que o cunho político de lutas do movimento camponês, no contexto da questão agrária no Brasil, é impetrado pelo capital na extensão fundiária país afora e emergido da contradição e do paradoxo dialético-histórico. Nesse panorama, a questão agrária constitui consequência e motor, pois é representada por movimentos sociais deflagrados por políticas da reforma agrária, que se caracterizam por ocupações de terras e nascedouros de assentamentos rurais. “De um lado, a apologia ao agronegócio. De outro a criminalização da luta pela terra. [...] ambos produzem conflitualidade e desenvolvimento. É preciso superar esta visão dicotômica para tratar a essência da complexidade da questão agrária”, e conseqüentemente, as diferenças e aproximações da agricultura familiar e agricultura camponesa. (FERNANDES, 2004, p. 7).

3.1.2 Agricultura familiar e camponesa como conceitos complementares e em transformação

Os vieses de distanciamento e aproximação entre os temas agricultura familiar e agricultura camponesa permitem possibilidades analíticas e ângulos de interpretação que, enraizados pela modernização da agricultura, emergem-se tanto do paradigma da questão agrária quanto do paradigma do capitalismo agrário. (FERNANDES, 2004; FELÍCIO, 2014). Ao discorrer sobre os dois paradigmas, os autores se referenciam às correntes teóricas que defendiam o fim do campesinato, ligando-o à proletarização e seu entrelace à questão agrária de cunho político, também ofereceram subsídios para compreender a transformação da realidade pela resistência camponesa no seio do desenvolvimento do capitalismo. Esta última, para os autores, é a vertente que mais aproxima, mas também a que mais afasta as categorias campesinato e agricultura familiar.

Criada pelo Estado nos anos 1990 e no seio do avanço capitalista no campo, a categoria agricultura familiar teve o propósito de direcionar políticas públicas para apoio às atividades

produtivas em âmbito familiar. (ABRAMOVAY, 1992). Nesse intuito, a interpretação analítica à luz dos paradigmas citados tanto por Fernandes (2004), quanto por Felício (2014), expõe que a interpretação da agricultura familiar e, conseqüentemente também do campesinato pelo paradigma do capitalismo agrário, além de ser estrutural, também é conjuntural, onde as conflitualidades convivem com o desenvolvimento a partir de relações e articulação entre os agentes (mercado e Estado). (FERNANDES, 2004).

Por exemplo, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF⁵⁵), o trabalhador rural, passou a ser reconhecido como produtor agrícola, também por suas especificidades em relação à organização e ao modo de produção. Nesse sentido, não como um movimento de destruição, mas de recriação das relações sociais e ainda se referindo à Abramovay, Fernandes (2004) revela que o paradigma do capitalismo agrário aposta numa metamorfose do campesinato, em que o trabalhador rural se profissionaliza “[...] para se adequar à nova realidade em formação. [...] Na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade”. (FERNANDES, 2004, p. 15).

Entende-se como o autor, contudo, que a forma linear de olhar o campesinato pelo paradigma do capitalismo agrário só se difere do pensamento clássico que propõe o seu fim, pela natureza da sua destruição e, em assim sendo, o campesinato estaria fadado ao desaparecimento seja pelo assalariamento e exploração de mais-valia, seja por sua metamorfose e adequação ao sistema capitalista de produção. Importante, portanto, a percepção de Ploeg (2008) quando retrata que necessário se faz um resgate às origens, à autonomia do camponês, termo designado pelo autor como “recampenização” e que Carvalho e Costa (2012) expressam simplesmente como agricultura camponesa, para o entendimento da diferenciação em relação ao conceito de agricultura familiar.

55 O Pronaf é uma política pública criada no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1996, com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Desde então, o programa busca financiar atividades produtivas de pequenos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. (FERNANDES, 2004). Os financiamentos são realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e servem para custear as atividades de “implantação, ampliação ou modernização” tanto das formas de produção, quanto atividades de beneficiamento e industrialização dos estabelecimentos rurais. Também se direciona às comunidades rurais, com o intuito de estimular a geração de renda aos membros que atuam na produção familiar. (BNDES, 2021).

A expressão agricultura familiar traz como corolário da sua concepção a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias. [...] Já a expressão agricultura camponesa comporta, na sua concepção, a especificidade camponesa e a construção da sua autonomia relativa em relação aos capitais. Incorpora, portanto, um diferencial: a perspectiva maior de fortalecimento dos camponeses pela *afirmação de seu modo de produzir e de viver, sem com isso negar uma modernidade que se quer camponesa*. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 31. Grifo nosso).

O termo “recampenização” traz consigo a autonomia como centralidade num processo de recriação da particularidade do camponês, seu modo de vida, sua identidade e suas tradições, contudo numa vertente de transformação convertida em desenvolvimento apesar das adversidades, onde a dualidade entre o camponês e o agricultor capitalista é superado com oportunidades e outras formas de reprodução social. (PLOEG, 2008). Nesse contexto e analiticamente mais apropriada aos contornos sociais, políticos e econômicos, a expressão agricultura familiar não pode e não deve se ater aos termos e conceitos dos substantivos separadamente, e sim, na interpretação de projetos aos quais vincula. Neves (2012) caracteriza as principais configurações vinculadas à agricultura familiar (quadro 8), que oferecem possibilidades de análise e compreensão.

Quadro 8 – Principais configurações vinculadas à agricultura familiar.

Principais configurações e significados	Definição	Autores que congregam
Modo de organização da produção	Formas de produção e trabalho sustentadas nos membros da família, em termos de composição social, ciclo de vida das unidades conjugais e procriação familiar.	Ricardo Abramovay; Hugues Lamarche; Maria de Nazareth Baudel Wanderley.
Agricultura de subsistência	Uso dos fatores de produção orientados por referência familiar e marginais aos princípios de mercado.	Alexander Chayanov; José Graziano da Silva; Verena Stolcke.
Modo de produzir orientado pela economia camponesa	Objetivos e valores constituídos pela vida familiar e sociedades locais, articulados com a presença do Estado, da cidade e da sociabilidade comunitária.	Henry Mendras; Eric Wolf.
Produção mercantil e especializada	Ordenação da produção de acordo com fluxos de oferta e demanda do mercado. Inclusão de tecnologia e padronização de mercadorias na interdependência entre agricultores familiares e indústria.	Sérgio Schneider; John Wilkinson.

Fonte: Adaptado de Neves (2012, p. 36).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2021.

Como construção política e econômica vinculada à modernização no campo, o termo agricultura familiar, ao longo do tempo, ganhou contornos de transformação e resgate social. Esse caráter transformador permitiu uma designação menos abstrata, menos diversa, mas, ao mesmo tempo, aglutinadora das principais caracterizações colocadas pela autora no quadro acima. A agricultura familiar como atividade produtiva sustentada na família, cujos membros são ao mesmo tempo proprietários dos meios de produção e responsáveis pelas formas de organização e execução, constitui a corrente interpretativa mais propícia para recuperar a leitura sociológica da categoria.

Citando José Eli da Veiga como um dos principais expoentes, esse entrelace analítico sinaliza que “[...] racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores” e direciona novos rumos e maneiras para a reprodução social dos indivíduos. (NEVES, 2012, p. 35). De maneira complementar, a autora destaca três vieses da práxis para o termo agricultura familiar, os quais direcionam ações diferenciadas em cada situação. O primeiro viés vincula a agricultura familiar como projeto societário, diante do qual os agricultores familiares podem se alinhar tanto às estruturas de mercado para reproduzir-se de forma especializada nos trâmites do mercado, quanto de maneira antagônica. Esses últimos representam os agricultores familiares, que contrapõem o modelo hegemônico estipulado pela agroindústria através do fortalecimento de “[...] modelos de desenvolvimento qualificados como sustentáveis (práticas produtivas não predatórias, tais como agroecologia, agricultura orgânica, sistemas agroflorestais etc.)”.

A agricultura familiar como projeto societário, na “[...] contraposição à agricultura patronal ou à agroindústria, também veio a consolidar uma distinção em relação ao termo agricultura camponesa”. (NEVES, 2012, p. 36). Esta distinção colocada pela autora volta-se ao resgate etimológico do vocábulo agricultura, onde a cultura camponesa é expressa na relação homem-natureza e constitui-se do cuidado com o campo, numa dinâmica entre o modo de vida e as condições econômicas (PLOEG, 2008), respeitando o modo de ser e viver de cada sociedade.

A distinção entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa sustenta-se ainda numa racionalidade própria em relação ao jeito de produzir e de viver, não obstante o camponês considerar o contexto capitalista sem “negar uma modernidade que se quer camponesa” e “sua autonomia relativa em relação aos capitais”. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 31). Convém distinguir ainda, a agricultura de subsistência e a agricultura camponesa, posto que em virtude dos discursos dominantes e comparativamente aos grandes produtores agroindustriais, a

primeira maneira de se praticar a agricultura, subsistência, conforme os autores, vincula aos camponeses o estereótipo do atraso em virtude de serem, estes, também produtores de alimentos. Contudo, não só para si, mas como elemento de reprodução social individual e coletiva.

Como reprodução social e busca por autonomia, os caminhos do campesinato entrelaçam-se aos da agricultura familiar num segundo viés proposto por Neves (2012), o qual toma a agricultura familiar como projeto de mobilização política e constituição ideológica. Nesse viés, trabalhadores rurais lutam por transparência e efetividade nos processos de transferência de renda, aportados na questão agrária em oposição à concentração fundiária e aos meios de produção. Os agricultores familiares e os camponeses que integram este viés são assentados rurais que lutam por reforma agrária, “[...] além de produtores antes condenados ao pressuposto ou ao desejado desaparecimento – *ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais* –, por generalizações homogeneizantes, por vezes significativamente reconhecidos como *populações tradicionais*”. (NEVES, 2012, p. 37. Grifo da autora).

Como último viés, a agricultura familiar como termo jurídico legitima as conquistas de trabalhadores/produtores rurais num processo de integração heterogênea, diferenciada e revitalizada em perspectivas que materializaram direitos assegurados em legislação específica⁵⁶. Neves (2012) esclarece que o reconhecimento do trabalhador/produtor rural mediante respectivos direitos oferece oportunidades para diversas dimensões analíticas, novas reivindicações em políticas públicas e outros caminhos relativizados pela legitimidade da categoria socioeconômica. A pluralidade das práxis é ilustrada por Neves (2012, p. 37-38).

Por esse engajamento, os agricultores que aderem ao processo de mobilização tornam-se concorrentes na disputa por créditos e serviços sociais e previdenciários; na demanda de construção de mercados e de cadeias de comercialização menos expropriadoras; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que colocam em prática; na reivindicação do reconhecimento como protagonistas em processos de tomada decisões políticas que lhes digam respeito ou que sobre eles intervenham – o que equivale a tentar interferir nos padrões de apropriação de recursos públicos por outros segmentos de produtores do setor agropecuário brasileiro.

56 A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, especialmente em seu artigo 3º, estabelece que agricultor familiar é o indivíduo que possui atividades produtivas no meio rural, constituídas em área menor que quatro módulos fiscais e “deve apoiar-se predominantemente em mão de obra da própria família e na gestão imediata das atividades econômicas do estabelecimento, atividades essas que devem assegurar o maior volume de rendimentos do grupo doméstico”. (NEVES, 2012, p. 37). Em Uberlândia, o Sistema Nacional de Cadastro Rural estabelece 20 hectares como módulo fiscal de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018).

Complementa-se em Schneider (2003), o entendimento das atividades agrícolas a partir do trabalho, haja vista que como categoria social permite várias opções produtivas tanto para o indivíduo como para sua família. Nessa vertente, o autor denomina de pluriatividade na agricultura “[...] o processo de diversificação do uso da força de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade”, assim como “[...] o surgimento de um conjunto de novas atividades no meio rural”. (SCHNEIDER, 2003, p. 105). A pluriatividade, nessa concepção, é uma “forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas”, abarcando um conjunto de atividades que compõe o rendimento das unidades familiares no contexto da domesticidade que nem sempre é remunerada”. (SCHNEIDER, 2003, p. 104).

Essa “diversificação do uso da força de trabalho” proposta por Schneider como “pluriatividade”, evoca aqui um parêntese para a visão e conceitos de Chiariello e Eid (2011) sobre polivalência, politecnia e cooperação, três vertentes de organização do trabalho no âmbito dos modelos flexíveis surgidos, principalmente, na segunda metade do século XX. O trabalhador polivalente costuma mobilizar-se cognitivamente renovando seus conhecimentos continuamente, de maneira a melhor servir os processos produtivos. A cooperação exposta pelos autores e já apresentada nesta tese, vincula-se aos pressupostos marxistas quando, segundo os autores, os trabalhadores se juntam de maneira planejada seja em um ou mais processos produtivos, para que, coletivamente, alcancem resultados que, individualmente, não seriam possíveis alcançar. Contudo, a cooptação das práticas pelo capitalismo leva a uma condição que contrapõe a cooperação espontânea. (CHIARIELLO; EID, 2011).

Já, o conceito de politecnia se propõe externar uma vertente diferenciada das anteriores, principalmente em relação à polivalência, haja vista que na politecnia há não só o aprimoramento, mas a apreensão das práticas, onde a requalificação com senso crítico e compreensão das dimensões política, econômica, social perfazem o sentido do trabalho. Na politecnia, pressupõe-se que através de autonomia e combinação de múltiplas técnicas, o trabalhador detenha a posse e o domínio não só do conhecimento manual, mas também do conhecimento intelectual. Para Chiariello e Eid (2011, n.p.),

[...] a politecnia apresenta a possibilidade de fusão entre as esferas de gestão e execução do trabalho, tendo como horizonte a autogestão dos empreendimentos pelos trabalhadores via supressão da propriedade privada dos meios de produção, o que poderia suscitar a cooperação autêntica e horizontal entre os participantes do processo produtivo e de trabalho.

Nesse sentido, posiciona-se aqui pelo conceito de politecnia em contraponto ao conceito de pluriatividade como empenhado por Schneider para destacar a atuação dos agricultores familiares de base camponesa, como se quer nesta tese. Complementa-se em Ploeg (2008) que,

a manifestação da agricultura nas sociedades é representada em três vertentes analíticas – agricultura camponesa, agricultura empresarial, agricultura capitalista – sendo que todas elas podem constituir-se por membros da mesma família que não necessariamente compartilham dos mesmos interesses e maneiras de buscar sua reprodução social.

Citando abordagem chayanovista, Ploeg (2008; 2016) compartilha que o contexto dialético da agricultura familiar, destaca a agricultura camponesa da seguinte maneira:

[...] a agricultura camponesa representaria as unidades de produção pequenas e vulneráveis, cuja relevância é de importância secundária. No lado oposto, estaria a agricultura capitalista: vasta, forte e importante – pelo menos é essa a ideia que se generaliza. A situação intermediária seria representada pela agricultura empresarial, esta se movimentando na escala entre unidades pequenas e unidades grandes. Se os agricultores empresariais tiverem sucesso, eles poderão, tal como alguns defendem, atingir os níveis dos agricultores capitalistas – e é precisamente isso que alguns deles sonham alcançar. (PLOEG, 2008, p. 18).

Verifica-se, portanto, como o autor, que não obstante à distinção entre os modos de produzir, a centralidade da agricultura camponesa aponta-se nos circuitos curtos da economia e na circulação de mercadorias para a construção e a reprodução social vinculados à relação produção e consumo. (PLOEG, 2008). Esse contexto, expõe o lado do camponês que faz emergir a necessidade de lançar-se à criatividade, à autonomia, à emancipação, no propósito de buscar, por ele próprio ou em coletividade, novas formas de produzir e reproduzir-se socialmente. Corrobora-se, aqui, o conceito de politecnia trazido por Chiariello e Eid (2011).

Nesta tese adota-se o entendimento da coexistência e transformação da agricultura camponesa no seio do sistema capitalista. Condição, essa, que não desconsidera, e sim complementa, a natureza da agricultura camponesa como categoria social e seu caráter de resistência construído por movimentos sociais de luta pela terra, também exposto por Ploeg (2016) para sustentar novas formas de “recampenização” espalhadas pelo mundo. Entende-se que os construtos tanto para o campesinato quanto para agricultura familiar revelam a complexidade dos conceitos teóricos. Contudo, admite-se como Neves (2012), o olhar para o resgate social e etimológico do termo agricultura familiar, como atividade produtiva sustentada na família, cujos membros são responsáveis pelos meios de produção e pelas formas de organização do trabalho.

Tomando-se a interpretação do território como categoria de análise, faz-se diferença substancial tratar campesinato e agricultura familiar, especialmente em virtude das centralidades existentes em ambos os conceitos que direcionam as relações sociais em cada situação. Percebe-se também, que desde a concepção das teorias clássicas, a reprodução social

dos camponeses sempre esteve atrelada, de maneira antagônica, ao desenvolvimento e modos de produção capitalistas. Baseando-se no arcabouço teórico tratado até o momento, denota-se que a própria reprodução do capital depende, até certo grau, de atividades advindas de processos não capitalistas. (OLIVEIRA, 1996; MARTINS, 1986; FERNANDES, 2004).

Dialeticamente, o processo de territorialização e desterritorialização no campo, articula-se com relações de conflitualidades e desenvolvimento, como aponta Fernandes (2004), pressupondo, pois, relações de coexistência. Nesse sentido, necessário se faz identificar como essas relações sociais são estabelecidas pelo campesinato com o mercado e vice-versa, não deixando de lado o que Woortmann (1990) destaca como “ordem moral camponesa”. Em outras palavras, o plano moral no campesinato faz lastro com o que o autor denomina de atuação em outra lógica. Esta, é contrária ao lucro, não obstante a existência e a dissociação, da lógica econômica e da lógica política, nas vertentes de entendimento tanto do paradigma do capitalista agrário, quanto do paradigma da questão agrária. Nesse sentido, a lógica de atuação do camponês está inter-relacionada com o mercado e com o Estado, pela dimensão moral, ou seja, as relações se fazem a partir dos valores enraizados no modo de vida camponês, denominado pelo autor como “campenidade”. Nesse sentido, “[...] tradição e o modo como trato da relação entre seres concretos é o que chamo de campesinidade”. (WOORTMANN, 1990, p. 20).

Do ponto de vista etnográfico, considera-se que algumas categorias culturais centrais, como família, terra e trabalho, fazem parte das representações da sociedade camponesa e, estas, se constituem como centralidade e valor. Woortmann (1990, p. 15) entende, com isso, que a integração com o mercado não significaria, por exemplo, que a campesinidade do camponês seja prejudicada de algum modo.

Colonos teuto-brasileiros do Sul do país há muito produzem para o mercado, tendo se configurado, no passado, como exportadores de alimentos para a Europa. Sua ordem social é, no entanto, de caráter mais holista do que individualista; para eles a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família (mais precisamente da Casa-Tronco).

Percebe-se que a agricultura camponesa permite uma complementaridade de conceitos, perpassando pela definição construída do termo agricultura familiar. Contudo, observa-se como Saquet (2014) que, entendê-la na materialidade dessa complementaridade é alçar-se à interpretação da transformação no espaço rural e, esta, vincula-se diretamente às temporalidades e territorialidades do campesinato.

As temporalidades significam ritmos lentos e mais rápidos. *Há ritmos acelerados na indústria e no mercado capitalista que coexistem com outros lentos e muito lentos na produção artesanal de alimentos, no pequeno comércio de bairro e na parcela da agricultura camponesa. [...] As territorialidades correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre os grupos e classes sociais. [...] As territorialidades variam no tempo e no espaço, porém, também podemos viver territorialidades similares ou comuns e, quando isso ocorre, estamos construindo, socialmente, identidades.* (SAQUET, 2014, p. 133. Grifo nosso).

Importante frisar que o construto teórico-conceitual desta tese considera a atuação dos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs), os quais ligados ao Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS), defendem que os sujeitos ligados às Organizações Produtivas Solidárias (OPS) se unem e se organizam enquanto agricultores familiares de base camponesa. Várias publicações tanto do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UFU), quanto do Núcleo de Agroecologia do Cerrado Mineiro (NACEM/UFU), apontam essa perspectiva. (CIEPS, 2022).

Saquet (2014, p. 128-129) sintetiza algumas caracterizações revisitando autores clássicos.

Eles têm vínculo com a terra, são donos ou posseiros ou rendeiros ou parceiros, construindo um sentimento de pertencimento a um grupo e a um local, reproduzindo a partir de costumes de uma cultura específica que vigora numa rotina de trabalho e vida cotidiana centrada no sustento familiar. Têm como objetivo principal a reprodução biológica e social da família e não a valorização e acumulação de capital. Há uma íntima relação entre trabalho familiar e consumo da família, com destaque para este e para a cooperação, estimulados pela necessidade de garantir a reprodução da família camponesa. Há integração ao mercado via circulação de mercadorias, com subordinação às regras do MCP⁵⁷, embora não haja uma produção intensiva de mercadorias. Há, na circulação de mercadorias, um mecanismo de preços diferenciados praticados no mercado e mecanismos financeiros que subordinam os trabalhadores rurais por meio do crédito. A autonomia, portanto, é relativa diante do mercado capitalista. Há predomínio do trabalho familiar, que pode substantivar-se na forma de ajuda mútua (mutirão e troca de dias de trabalho), parcerias, trabalho acessório e trabalho assalariado temporário, caracterizando relações de cooperação, de compartilhamento de conhecimentos e práticas produtivas, envolvendo tanto os homens quanto as mulheres. Há socialização e reprodução da força de trabalho. São donos dos demais meios de produção, além da terra: insumos, instrumentos e máquinas. A jornada de trabalho varia conforme a época do ano, ou seja, de acordo com os períodos de plantio e colheita. (SAQUET, 2014, p. 128-129).

57 O Movimento Camponês Popular (MCP) surgiu no ano 2008, no Estado de Goiás, com o objetivo de resistir à exploração da agroindústria de combustíveis e a concentração de terras para este propósito. O MCP apoia-se no princípio da autonomia ao campesinato para reforçar a importância da soberania alimentar e o poder popular. (MCP, 2021).

As contribuições trazidas por Ploeg (2016), apoiado na abordagem chayanovista, sustenta a perspectiva para a perspectiva atribuída – agricultura familiar camponesa – no sentido do entendimento de que a produção e a reprodução da unidade camponesa se direcionam mediante pontos de equilíbrio que, interligados, promovem a interatividade das práticas. Esse equilíbrio, contudo, pode desestabilizar-se de maneira fácil e tênue, haja vista que caso o agricultor priorize mais recursos externos que internos, maior será sua dependência do mercado. (PLOEG, 2016).

Observa-se como Ploeg (2016), compartilhado também por Saquet (2014), que a coexistência da agricultura familiar camponesa com o mercado, tal como a relação trabalho-consumo, não se desvincilha e não se isola do mercado, revelando mais um motivo de tenuidade. Nesse sentido, há uma relação oposta entre a necessidade de utilidade e o incremento do trabalho (como penosidade), o que pode causar não um equilíbrio, mas um desequilíbrio evidenciado, por exemplo, numa “autoexploração”⁵⁸. (PLOEG, 2016). Nessa condição, o autor contradiz Chayanov na denominação de autoexploração, posto que “[...] sendo assim os camponeses seriam tão estúpidos que explorariam a si mesmos até ficarem reduzidos a pele e osso”. (PLOEG, 2016, p. 55).

Outro ponto de equilíbrio/desequilíbrio – a relação trabalho-capital – é tratado pelo autor numa perspectiva diferente do pensamento marxista, que recorre à categoria trabalho e ao capital para esclarecer que na agricultura camponesa não se calcula lucro, bem como os meios de produção, como máquinas, equipamentos e instalações, estes, constituem-se capital familiar. Nesse caso, a lógica da produção e da reprodução camponesa permite, desde uma dinâmica de sobrevivência até a ampliação do patrimônio aportando-se em necessidades próprias, posto que a centralidade não se sustenta no mercado e em taxas de lucro médio. (PLOEG, 2016). O olhar do equilíbrio em relação ao consumo na agricultura camponesa deve ser considerado, portanto, a partir de condições internas e não externas à unidade familiar, rejeitando-se com isso, o pensamento marxista de que se proprietário dos meios de produção, o camponês se iguala ao capitalista, se assalariado se expõe à mais-valia. (PLOEG, 2016).

Como o autor, entende-se ser nos elementos internos o ponto focal do equilíbrio na unidade camponesa e que os fatores externos se constituem, sobretudo, na relação homem-natureza que deve direcionar o desenvolvimento agrícola. Este, por sua vez, não pode e não deve ser entendido e praticado como processo em que se priorizam outros agentes como o Estado e o mercado. O processo do desenvolvimento na agricultura familiar camponesa é,

58 A penosidade relacionada à categoria trabalho e a autoexploração de que trata Ploeg (2016), na abordagem de Chayanov, estão relacionados à realidade russa do século XX.

portanto, o equilíbrio entre o social e o natural, onde a produção é o elemento essencial que impulsiona transformações.

Evoca-se em Ploeg (2008) a “condição camponesa” e suas características substantivas para a transformação no espaço rural. Não obstante a capacidade camponesa de interagir-se mutuamente, organizar-se, mobilizar estratégias de cooperação mútua para a resistência e lutas coletivas em defesa da terra, da identidade camponesa dentre outros, somente “através de uma participação ativa e orientada para objetivos definidos que a condição camponesa vai progressivamente se desdobrar”. (PLOEG, 2008, p. 274).

Na perspectiva da “recampenização”, com o apoio e a participação dos diversos agentes de transformação como os institutos de pesquisa, sociedade civil e ONGs, movimentos de luta pela terra dentre outros, a condição camponesa vem se transformando através da agroecologia como instrumentalização, simbolizando a autonomia da condição camponesa.

Atualmente, há práticas de cooperação remanescentes, efetivadas na produção e na comercialização, como a ajuda mútua entre vizinhos, as associações de agricultores, as feiras locais para comercialização etc., e em outros âmbitos da vida cotidiana dos agricultores, especialmente a partir da religiosidade e com os parentes, amigos e vizinhos (por meio das visitas, das festas de cada localidade, da troca de produtos entre si sem o envolvimento de dinheiro etc.), inerentes a uma identidade camponesa reproduzida historicamente em cada lugar de vida, numa práxis cultural, com relações de cooperação e de mercado. (SAQUET, 2014, p. 130-131. Grifo nosso).

Vale retomar, aqui, o posicionamento dos NEAs/UFU para a agricultura familiar camponesa, constituído pela atuação da economia popular solidária como forma de resistência e, na agroecologia como materialidade. A luta é por “[...] uma abordagem, acima de tudo, política, que questiona o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-estar dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano em sua totalidade”. (BETANHO *et al.*, 2018, p. 23). Entende-se aqui, portanto, a perspectiva de Ramos Filho (2005), e posteriormente compreende-se também, o propósito de transformação social, cunhado pelo MST para o que se denomina de reforma agrária popular, como estratégias de reformulação da luta pela terra. (MST, 2021).

Ramos Filho (2005), em estudo comparativo entre as políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado, argumenta que ambas são resultado dos processos de espacialização e territorialização do capital, porém em vertentes diferentes e, obviamente, com resultados opostos para uma efetiva socialização política. Em famílias assentadas da reforma agrária, a territorialização destes espaços ocorre tomando três momentos específicos: (1) quando compartilham privações, expõem maneiras de superação e organização política; (2)

quando entram na terra e se sentem parte da conquista e do assentamento; (3) quando se (re)territorializam, dando prosseguimento à luta e buscam por desenvolvimento territorial. Nos processos, denominados pelo autor como reforma agrária de mercado, os espaços de criação e recriação do processo de (re)territorialização são constituídos pela apropriação de sujeitos/agentes hegemônicos que potencializam condições, geralmente financeiras, para que trabalhadores rurais e camponeses possam se “apossar” de terras e meios de produção. (RAMOS FILHO, 2005).

O fato é que, nesse contexto, é histórico e urgente a atualização pela luta em favor da terra, que transforme as possibilidades da estrutura fundiária no Brasil, pois, como bem coloca o MST, não é possível que os camponeses, sozinhos, embrenhem essa luta. “[...] Ela só será possível quando as populações das cidades também compreenderem a necessidade de realizá-la”. (MST, 2021, n. p.). A centralidade, nesse sentido, é embasada na transformação do modelo agrícola. Desta feita, importante considerar que a complexidade e desafios por mudanças estruturais, começam pela própria sociedade. Algumas iniciativas, já em curso, podem direcionar essa transformação, tais como pesquisas científicas, formação técnica e novas tecnologias, cultivo de sementes crioulas, feiras de comercialização agroecológica dentre outras. (MST, 2021).

Lançado como Programa Agrário de Reforma Popular, o MST busca romper com o pensamento de reforma clássica nos moldes socialistas, contudo, também não cumpre os moldes e estratégias capitalistas. O programa defende 07 (sete) pontos essenciais⁵⁹, dos quais, os que mais aproximam dos temas propostos nesta tese estão, assim, descritos:

59 Ver mais pontos elencados pelo Programa Agrário de Reforma Popular em Reforma Agrária Popular. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

[...] NATUREZA: Assegurar e preservar os bens da natureza, as águas, biodiversidade (fauna e flora), minérios e fontes de energia como um bem público, acessível para toda a população, *sem que se tornem mercadorias como objetos de apropriação privada* [...].

SEMENTES: [...] *patrimônios da natureza* e não pode haver sobre elas propriedade privada e controle econômico que se sobreponha a soberania nacional, *em favor da produção e usufruto das sementes e mudas, a fim de preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas*, [...] que contribuam com o campesinato e o fortalecimento da biodiversidade dos biomas regionais.

PRODUÇÃO: *Produzir alimentos com o povo e para o povo, cultivando ambientes sustentáveis com produção saudável*, preferencialmente, a partir de técnicas agroecológicas, livres de agrotóxicos e sementes transgênicas. Desenvolver a produção e as relações sociais, garantindo a *permanência no campo por meio de formas de trabalho e renda a partir das associações, cooperativas e agroindústrias*.

DIREITOS SOCIAIS: O campo deve ser um lugar de bem viver, livre de violências, *assegurando que a população rural tenha oportunidades e condições de vida digna*, [...] considerando que o acesso à terra, seus bens diversos e frutos devem garantir subsistência e soberania nacional, de forma que esses direitos sejam invioláveis perante o lucro. (MST, 2021, n. p. Grifo nosso).

Pensa-se, portanto, que a agroecologia se propõe consolidar a condição camponesa não só pela racionalidade e autonomia nas relações de produção, comercialização e consumo, mas também expõe novas racionalidades, novas maneiras de se fazer agricultura. Na “recampenização” surge a magnitude da reprodução social, da (re)apropriação do território através do saber popular, do resgate da cultura camponesa e a consolidação da relação campo/cidade numa proposta que extrapola conflitos e desigualdades.

A agroecologia, nessa perspectiva, representa a materialidade da realidade local, pois há mais autonomia decisória por parte da família, manejo ecológico na produção, valorização do conhecimento do agricultor e da sua cultura historicamente construída. (SAQUET, 2014). Em outras palavras, as práticas agroecológicas provêm a reprodução social do camponês, não só através de alimentos, mas também através do diálogo, da troca de saberes e práticas, do fomento da diversidade com o resgate da vida.

Percebe-se que o caminho da agroecologia tem (re)construído a dignidade da vida através dos coletivos e, estes, nos territórios camponeses e da reforma agrária através das famílias assentadas. Convém salientar também, que através da agroecologia, as relações sociais entre o campo e a cidade têm aproximado os sujeitos e proporcionado reconhecimento da sociedade à condição camponesa e às lutas camponesas, tema aprofundado no próximo tópico.

3.2 A AGROECOLOGIA COMO MATERIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NA RELAÇÃO CAMPO/CIDADE

Ao longo do tempo e levada à reflexão especialmente pela Geografia Agrária, a visão dicotômica e instigante da relação campo/cidade foi tomando corpo de transformação e de integração reforçando uma ideia de continuidade, não mais de fragmentação entre os espaços rural e urbano. Essa dicotomia, expressada por Milton Santos, se desenvolveu e ainda se desenvolve, particularmente, pela divisão social-territorial do trabalho e expansão do capitalismo⁶⁰, onde a cidade direcionava-se ao trabalho intelectual e o campo ao trabalho manual. Neste sentido, “[...] a urbanização capitalista é o resultado da especialização capitalista no espaço total, mas não forçosamente condição suficiente para reproduzir esta especialização no interior do país”. (SANTOS, 2011, p. 149).

Consoante às várias perspectivas analíticas teórico-metodológicas da dinâmica espacial na relação campo/cidade, percebe-se como Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), que critérios político-administrativos na configuração do espaço nacional escamotearam o papel do Estado sobre a questão agrária ao longo do tempo, refletindo lacunas deixadas pela urbanização. Nesse cenário, recorre-se à Veiga (2004) para expor que os padrões demográficos desse debate dicotômico não são suficientes como justificativa para explicar os antagonismos da relação campo/cidade, posto que as áreas rurais até em países “avançados” são menos povoadas. Nesse sentido, importa-se compreender “[...] os vínculos urbano-rurais. O desafio é, portanto, entender as várias dinâmicas socioeconômicas, das mais efêmeras às mais duráveis”. (VEIGA, 2004, p. 27).

Não obstante às análises que versam sobre densidade demográfica e às configurações político-econômicas, entende-se ser na perspectiva espaço-território que se consolida a análise necessária desta tese. Como sistemas integrados⁶¹, contraditórios e dialéticos, aporta-se em Santos (2011) a ligação relativa dos espaços rurais e urbanos, haja vista que a densidade do capital denota concentração de riqueza e produz desigualdades tanto no campo quanto na

60 Milton Santos, à época, refere-se à cidade como subespaço do espaço nacional, que reunia as condições necessárias à reprodução evidenciada do capital. As condições de que trata Milton Santos, são representadas pela difusão financeira e tecnológica dos complexos industriais. As cidades industriais reproduziram o capital pela multiplicação tecnológica, enquanto as cidades multifuncionais e as metrópoles econômicas expandiram o capital nas duas dimensões, tanto pela multiplicação financeira, quanto pela dimensão tecnológica. (SANTOS, 1980).

61 Milton Santos se apropria da visão marxista para expor que, como espaços integrados, o antagonismo campo/cidade não procede, haja vista que tanto no espaço rural quanto no espaço urbano há dominação e exploração. O que ocorre na visão dicotômica entre campo e cidade é que a especialização vertical é própria da rede urbana e a especialização horizontal é própria do campo. “É por isto que frequentemente se fala em uma dominação do espaço pela metrópole, as outras cidades não passando de pontos de retransmissão. Em que medida isto corresponde à realidade?”. (SANTOS, 2011, p. 146).

cidade. Deve-se ultrapassar, com isso, o antagonismo e a dicotomia da relação, como a que existe por exemplo na ideia de polo-periferia, “[...] centrando a análise no momento e movimento da reprodução da sociedade hoje, saída da história da industrialização, tornando imperativo a necessidade de atualizar a relação cidade-campo, no mundo moderno”. (CARLOS, 2004b, p. 8).

Nessa perspectiva, o vínculo campo/cidade é fortalecido na medida em que oportunidades de revitalização do meio rural são emergidas com o avanço de políticas voltadas à unidade familiar e, nesse sentido, mais diversificada e fluida se torna a ligação do rural com o urbano. (ABRAMOVAY, 1999). As transformações do mundo moderno, quando colocadas por Carlos (2004b), representam gatilho para reflexões e análises geográficas.

Quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade e por aí deixe de ser encarada como um *reservatório de mão de obra sobrando*. (ABRAMOVAY, 1999, p. 2. Grifo do autor).

Importante destacar que, especialmente no início do século XXI, o avanço dos estudos que evidenciam a diversidade e a revalorização do rural são emergidos pelos limites dos modelos de urbanização. (ALENTEJANO, 2003). Defendidos como modelos efetivos e duradouros, as contradições da relação campo/cidade ainda carecem de concepções analítico-reflexivas sobre o real significado da (re)valorização do rural. De um lado, os estudos “[...] destacam as mazelas dos grandes aglomerados metropolitanos”, e de outro lado, “ressaltam a qualidade de vida possível num meio rural dotado de infraestrutura básica, mas com preservação ambiental e boa qualidade de vida”. (ALENTEJANO, 2003, n.p.).

3.2.1 Olhares para as transformações do “novo” rural na relação campo/cidade

Tanto Alentejano (2003), aportando centralidade analítica no meio rural, quanto Carlos (2004a) trazendo reflexões acerca do urbano, compartilham da necessidade de um olhar para a transformação. Nesse sentido, dá-se atenção aos espaços periurbanos⁶², onde há transição e conflitos, desde a especulação imobiliária que diferencia o rural do urbano num contexto de plurifuncionalidade, até a população que lá reside por necessidade e proximidade com a cidade. Esta população caracteriza-se por, “[...] pessoas que se relacionam em função da referência ao

62 Wanderley (2000) reforça que o espaço periurbano é configurado como rural e, dessa maneira, difere-se das configurações de subúrbios e periferias das cidades.

patrimônio familiar – vinculadas, portanto, às unidades familiares agrícolas – e aos laços de vizinhança – o que inclui trabalhadores assalariados que permanecem no meio rural”. (WANDERLEY, 2000, p. 33).

Contudo, a eminência do rural refletida nos moldes das características do urbano tende ao reforço de uma imagem estereotipada que é mais complexa e diversificada, sendo que à realidade converge-se uma variedade de “urbanos e rurais”. (ALENTEJANO, 2003, n.p.). Como o autor, e, também, como Wanderley (2000), importa-se entender que as relações sociais são elementos essenciais para a configuração de várias caracterizações e não homogeneidade do meio rural. A autora sugere, pois, uma sistematização com seis tipos de configurações dos espaços rurais (quadro 9) para melhor compreensão da realidade. Estes, “correspondem muito mais a *situações específicas*, que podem conviver em um mesmo espaço geográfico ou administrativo”. (WANDERLEY, 2000, p. 34. Grifo da autora).

Quadro 9 – Tipologia/sistematização dos espaços rurais.

Tipologia dos espaços rurais ou situação específica	Caracterização	Configuração do espaço
Espaço rural como produto de consumo da população urbana.	Indivíduos se instalam (residindo ou por lazer) no meio rural em busca de “mais qualidade de vida”. Pressupõe-se certo padrão de conforto “urbano” (meios de comunicação e integração com a cidade).	Situação observada nos espaços periurbanos, tanto das grandes quanto das pequenas cidades. Pode-se conviver com usos distintos do espaço em um mesmo local (uso para a produção, por exemplo).
Espaço rural com predominância das grandes culturas.	Êxodo da população rural para a periferia das cidades, que passa a ser assalariada. Atração de pessoas tecnicamente capacitadas, das cidades para o campo, para o trabalho nas indústrias e monoculturas da cana-de-açúcar, por exemplo.	Redução da população rural e perda da vitalidade social com o enfraquecimento das relações de vizinhança. Apesar da precariedade e pobreza, os trabalhadores camponeses, transferidos de maneira assalariada para as grandes plantações, sempre representaram elemento dinamizador da vida social local.
Espaço rural como configuração para a agricultura familiar.	População composta, significativamente por camponeses, que resistem e necessitam de fatores que estimulem e garantam sua permanência e seu dinamismo social local.	Fortalecimento de vínculos sociais locais através da produção agrícola e atividades correlatas representando geração de trabalho e renda (especialmente ligadas aos processos de produção e de

		comercialização). Reprodução social caracterizada por estratégias de sobrevivência que passam por atividades não-agrícolas, pluriatividade, sobretudo, vínculos com o comércio local através de feiras e alternativas de ocupação dos membros da família.
Espaço rural como elemento representativo do êxodo rural sobre áreas de agricultura familiar.	Esvaziamento da população rural, especialmente, jovens ligados à agricultura familiar.	Empobrecimento da população rural, não só econômico, mas também social, causado pela concentração fundiária e precariedade das condições de acesso aos bens e serviços coletivos básicos e recursos naturais disponíveis.
Espaço rural como áreas de fronteira agrícola.	Ocupação dos espaços denominados áreas de fronteira através dos programas de colonização, a partir dos anos 1970. Forma de ocupação que evitou dispersões espaciais da população rural.	Construção do espaço como vida social nas agrovilas, configuradas como espaço residencial, de trabalho e de serviços básicos. Constituídas a partir dos núcleos de colonização, algumas passaram a ser consideradas cidades com entorno rural, reproduzindo tradicionalmente, a dispersão e a precariedade do meio rural.
Espaço rural como assentamentos de reforma agrária.	Representado, significativamente, por trabalhadores rurais ou pequenos agricultores beneficiários do programa de reforma agrária num povoado rural que se refaz, (re)incorporando parcelas da população, até então, condenadas à incerteza e à precariedade de recursos naturais, ou desprovidas de meios para utilizarem sua capacidade de trabalho.	Representação do retorno à vida rural, do contato com a terra como forma de organizar a produção e combiná-la com outras atividades agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora dos assentamentos. Retomam-se as bases de vida social local e experiências de coletividade, inclusive nos contatos sociais com o meio urbano próximo.

Fonte: Adaptado de Wanderley (2000, p. 34-36).

Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2021.

Tomando a sistematização de Wanderley (2000), percebe-se que o contorno característico para a configuração dos espaços rurais lastreia-se na dimensão espacial, mas também nas relações sociais e econômicas dos sujeitos e, como expõe Alentejano (2003), na ligação com a terra. Na dimensão econômica, fatores como produção e reprodução representam

maior ou menor intensidade em relação à terra; na dimensão social, a terra representa elementos culturais, afetivos, simbólicos dentre outros; na dimensão espacial, a terra representa a organização de arranjos como infraestrutura, moradia e trabalho. Essa relação com a terra permeia a centralidade analítica e a compreensão de sentido nas expressões rural e urbano. (ALENTEJANO, 2033, n.p.).

Independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, tem-se a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida.

Como Alentejano (2003), percebe-se a importância da terra como centralidade nas análises da relação campo/cidade, conquanto, entende-se como Veiga (2004) que é necessário superar o debate dicotômico e antagônico existente na relação. Nesse sentido, reforçar o lado da terra como evidência que diferencia o campo da cidade, é trazer em debate uma “abordagem inversa de *continuum*”. Consoante à importância que se dê a cada um dos vocábulos “dicotômica” e “*continuum*”, é necessário “sair do isolamento demográfico (ou no máximo sociológico) em que foi metido esse debate, como se seus fundamentos ecológicos e econômicos tivessem menor importância”. (VEIGA, 2004, p. 27).

Evidencia-se, portanto, a ideia de transformação para destacar novas ruralidades que pregoem a reprodução social do camponês na agricultura familiar (WANDERLEY, 2000), onde a terra tem importância de centralidade e de materialidade, muito acima da diferenciação rural-urbano, seja nos assentamentos de reforma agrária, ou não. Nesse contexto, defende-se uma unidade dialética entre rural e urbano, nem o *continuum* do meio urbano nos espaços rurais, nem a fragmentação ou visão dicotômica da relação campo/cidade. Nessa conjuntura dialética, ganha-se destaque um mosaico de formas alternativas de reestruturação produtivas com apoio de coletivos de trabalhadores e organizações sociais que buscam uma dinâmica de (re)vitalização das ruralidades e de (re)valorização do rural. Com isso, ressalta-se o olhar para as particularidades, onde são estabelecidas as territorialidades e para as temporalidades, como aponta Saquet (2015), que voltadas para a cooperação, para o olhar sobre o desenvolvimento territorial, se tornam ponto chave para análises do “novo” rural brasileiro.

Cada realidade, seja ela rural ou urbana, entendida pela intensidade de suas territorialidades e suas relações em escala no território, mais globais ou mais locais, oferece o tom e os contornos das diferenciações e das similaridades necessárias. (ALENTEJANO, 2003).

Entende-se como Carlos (2004a), que é necessário focar as análises na reprodução social, onde as transformações do mundo moderno são causa e efeito das práticas socioespaciais tanto na cidade quanto no campo.

A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, *ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana*, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é a meu ver o desafio da análise. Nesta direção, *o mundo rural não estaria desaparecendo, englobado pelo desenvolvimento das cidades, nem o campo ampliando seu domínio*. (CARLOS, 2004b, p. 9. Grifo nosso).

Assim, pensa-se como Wandelely (2000), que as transformações no campo e a reinvidicação da ruralidade no Brasil, devem partir do interno para o externo, assim como Abramovay (1999) destaca, da escala endógena para a exógena. Contudo, antes de destacar o olhar do autor para o desenvolvimento e suas escalas, ponto de pauta do próximo capítulo desta tese, cerca-se do entendimento de que as comunidades locais no campo se relacionam com espaços mais amplos na cidade. Em assim sendo e, corroborando à visão de Alentejano (2003) para a revalorização do campo, estas, se interligam à cidade através de redes e coletivos não isolados, e sim integrados e interligados, numa relação mais ampla e complexa, dotada de significados. Essa dinâmica é “[...] considerada ‘externa’ em razão de sua origem, mas [...], em várias circunstâncias ela age no interior do próprio meio rural. A vida social local é, assim, o *resultado do entrelaçamento de relações sociais que atravessam o espaço local*”. (WANDERLEY, 2000, p. 30. Grifo nosso).

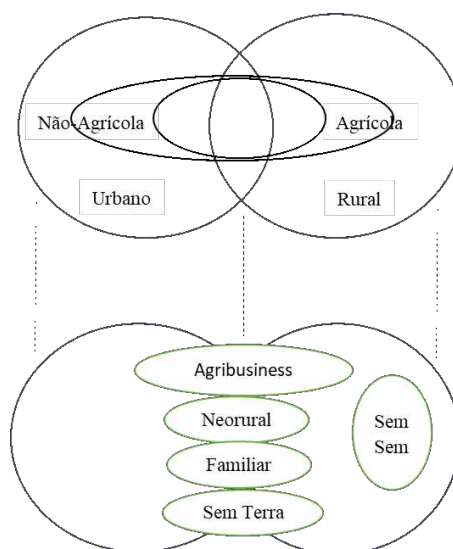
Tanto Alentejano (2003), fazendo referência à dicotomia rural-urbana enfocando assentamentos rurais, Graziano da Silva (2001) enfocando resultados do Instituto de Economia da Unicamp com o projeto “Rurbano”⁶³, são leituras que evocam as transformações e a nova conjuntura do meio rural brasileiro. Graziano da Silva (2001) consubstancia três subconjuntos de atividades representativas do meio rural (figura 10): i) o *agribusiness* brasileiro, formado por complexos agroindustriais que, através de *commodities*, orientam a denominada agricultura moderna; ii) atividades não-agrícolas, ligadas tanto à moradia, quanto atividades industriais e

63 A denominação de “novo rural” brasileiro é evidenciado por grupo de pesquisadores de diferentes áreas que congregam a produção intelectual do Instituto de Economia da Unicamp, coleção Pesquisas. O “novo rural”, sinalizado entre aspas, denota que o conjunto de atividades defendido pelo autor, em sua maioria, nada apresenta de verdadeiramente novo, e sim, são atividades que para muitos trabalhadores rurais representam seu cotidiano e que, em anos mais recentes, ganharam conotações alternativas de emprego e renda no meio rural. (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

prestação de serviços, como lazer, por exemplo; iii) “novas” atividades ligadas à agropecuária e estimuladas pelas transformações no meio rural.

Neste último subconjunto, resultado da integração entre o rural e o urbano, configuram os caminhos alternativos do “novo rural” abordados nesta tese, posto que o meio rural vem adquirindo novas funcionalidades. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLO, 2002).

Figura 10 – Configuração do “Novo Rural” no Brasil.



Fonte: Graziano da Silva (2001, p. 38).

Percebe-se a importância que Graziano da Silva (2001) oferece às alternativas e possibilidades para a população vulnerável no campo, especialmente considerando a modernização agrícola e seus pacotes tecnológicos, favorecendo os detentores do capital. O autor destaca que a dimensão econômica do “novo rural” e, conseqüentemente as outras dimensões, como a reprodução social, vem como resultado da integração campo/cidade. Algumas atividades produtivas alternativas elencadas pelo autor: psicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais como rã, por exemplo.

Tomando as considerações de Graziano da Silva (2001) e Graziano da Silva; Del Grossi e Campanholo (2002), mas também em Alentejano (2003), entende-se que as transformações na relação campo/cidade deve sinalizar menos estereótipos que carreguem uma relação privilegiada pelo lado da cidade, caso contrário, a dicotomia e o *continuum* não serão superados. A critério de complementação, Alentejano (2003) elenca três considerações na leitura de Graziano da Silva (2001) e limites à visão dialética da realidade: i) o processo de modernização e suas contradições devem ser analisados na totalidade de sua complexidade; ii)

as particularidades das atividades sugeridas como estratégias e alternativas do novo rural contém racionalidades heterogêneas; iii) o caráter “novo” que se alcança entre o antigo e o atual contexto no meio rural é elemento de um processo, que precisa ser analisado como continuidade histórica. (ALENTEJANO, 2003).

O entendimento dialético das transformações traz à tona a desconstrução de que ao urbano ligam-se nomenclaturas como progresso, moderno, tecnologia; e ao rural, os sinônimos de atraso, agrícola, natural. Nesse sentido, Graziano da Silva (2001, p. 37) entende que é necessário superar os velhos mitos do rural brasileiro, sem deixar de perceber que, estes, “infelizmente podem estar servindo para criar outros novos”.

Quadro 10 – Algumas caracterizações complementares entre o velho e o novo rural brasileiro.

Caracterizações das transformações entre o velho e o novo rural	Autor(es)
A nova realidade no campo é observada pelo atraso estrutural e, conseqüente pobreza, onde a produção de subsistência é a centralidade da estrutura familiar. A renda previdenciária é utilizada para complementar a produção de subsistência, seja com investimentos, seja na melhoria da qualidade de vida. Essa situação, mesmo com a dependência no Estado, nos anos 1990, favoreceu níveis significativos de sustentação da unidade familiar rural em pequenas cidades dependentes de atividades agrícolas.	DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JÚNIOR, José Celso (1999).
Diferentemente da Europa, onde o estímulo às atividades não-agrícolas e à pluriatividade foi resultado de amplo apoio estatal à agricultura familiar, no Brasil, o desenvolvimento dessas atividades se deu em virtude da ausência deste apoio. Nesse sentido e devido à precariedade de dados estatísticos, o espaço rural pode estar se configurando como “emprego refúgio” para trabalhos de baixa qualificação, como pedreiros, serventes, domésticas entre outros. Em assim sendo e, sem conhecimentos sobre a real contribuição do PRONAF para o apoio e a retomada do trabalho agrícola, ainda persistem os tradicionais problemas no meio rural brasileiro e o reforço à visão dicotômica entre o rural e o urbano.	GUANZIROLI, Carlos Enrique <i>et al.</i> (2001).
A integração de atividades não-agrícolas (lazer, moradia), em termos de infraestrutura no espaço rural brasileiro, representa precariedade em áreas mais afastadas e limita a paisagem e os processos de transformação do rural às populações geralmente urbanas e em áreas próximas das regiões metropolitanas.	FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (2002).

<p>A definição administrativa e demográfica, ao mesmo tempo que representa limites é o desafio das transformações na relação rural-urbano e o que dificulta as definições para a nova realidade no rural. O desaparecimento gradativo do rural no Brasil teve sua causa estrutural desde 1938, quando mediante decreto, mesmo as pequenas localidades com dinâmica apoiada na agricultura, passaram a ser consideradas urbanas. Uma mudança no critério demográfico e o enfoque no desenvolvimento local representaria verdadeira transformação para fortalecer as articulações das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas. Sugere-se adotar o critério da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁶⁴.</p>	<p>VEIGA, José Eli da. (1994). VEIGA, José Eli da <i>et al.</i> (2001).</p>
<p>A realidade multifacetada das transformações no meio rural é resultado do desenvolvimento do capitalismo e da urbanização homogeneizadora. Nessa conjuntura, a denominação de “urbanidades”, onde o rural guarda suas especificidades e “novas territorialidades” representariam lógicas próprias a partir do urbano, ou seja, o campo permanece como espaço incorporado pela dinâmica da cidade.</p>	<p>RUA, João (2002).</p>

Fonte: Adaptado de Alentejano (2003, n.p.).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2021.

Tomando as considerações de Alentejano, a postura de Graziano da Silva e as outras leituras já citadas para as transformações no rural brasileiro, assume-se que as novas dimensões neste cenário são fatos que direcionaram e, ainda direcionam, análises e reflexões para a relação campo/cidade. Contudo, necessário se faz um posicionamento teórico-prático acerca das leituras apresentadas e, nesse sentido, entende-se a linha de raciocínio dos autores que congregam a vertente de que o rural deva ser compreendido pela dimensão e influência urbana.

Todavia, defende-se a tese de Alentejano de que o rural permanece vivo enquanto conceito, conquanto necessita-se de entendimento dialético frente à superação dos estereótipos vinculados à dicotomia e aos antagonismos da relação campo/cidade, para aí sim, tornar-se relação campo mais cidade, assumindo com isso, uma postura de integração, de unidade.

⁶⁴ Alentejano (2003), ao citar as contribuições de José Eli da Veiga para as caracterizações e transformações no espaço rural, expõe que os critérios da OCDE estipula o limite de 150hab/km² para a definição de área urbana e, neste sentido, há limitações: primeiramente, a crítica aos critérios adotados para dimensionar áreas rurais e urbanas desconsidera o fato de que muitos municípios assumiram ser áreas urbanas como estratégia para cobrar impostos dos seus habitantes (Imposto Territorial Rural – ITR é um imposto federal enquanto que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é um imposto municipal). Em segundo lugar, essa mesma limitação demográfica desconsidera as especificidades brasileiras ao propor a substituição dos critérios demográficos, assumindo os da OCDE.

Na perspectiva de transformação e integração, pensa-se no potencial de aproximação campo e cidade pela materialidade agroecológica e estímulo aos circuitos curtos da economia que, através das cadeias produtivas solidárias, formas alternativas de produção, de comercialização e de consumo, também das redes de cooperação buscam caminhos para desenvolver-se. Toma-se Ploeg (2021) para destacar que, principalmente em tempos de crises, como a que o mundo atravessa na atualidade (Covid-19), atribui-se capacidade de resiliência aos pequenos trabalhadores rurais que, menos dependentes de recursos externos e com a força de trabalho disponível na própria família, conseguem comercializar sua produção em mercados locais.

As unidades camponesas dispõem (da maior parte) dos recursos necessários para a produção (são autossuficientes) e frequentemente comercializam diretamente pelo menos parte de sua produção. Nos marcos do *Projeto de Modernização*, tais características são consideradas como sinais de fraqueza e atraso (*legados do passado*). Mas em tempos de Covid-19, elas ressurgem como a materialização da resiliência. Será especialmente importante no contexto pós-pandemia a capacidade de a agricultura camponesa gerar níveis relativamente altos de emprego e mantê-los ao longo do tempo. (PLOEG, 2021, p. 25-26. Grifo do autor).

Assim, pensa-se que é pela integração campo e cidade, onde os novos olhares se voltam à importância e à visibilidade de outras maneiras de praticar a agricultura, como bem colocado pelo MST (2021) no Programa de Reforma Agrária Popular, que a agroecologia camponesa se configura como um dos elementos chave. Em outras palavras, como espaço social e através da agroecologia, a agricultura familiar camponesa se materializa em lugares sociais diversos. Estes lugares representam as interações onde as relações do campo e da cidade se sedimentam para expansão da consciência em todas as dimensões, social, econômica, política, cultural e ambiental.

Entende-se também, que o espaço social da agricultura familiar camponesa se constrói por meio das cadeias produtivas solidárias, das formas alternativas de produção e das redes de cooperação, com o campo configurando-se lugar de moradia e de produção e a cidade lugar de comercialização. Essa relação, geralmente, é lastreada em valores, princípios e práticas econômicas populares e solidárias, que buscam autonomia e reprodução social de trabalhadores rurais camponeses.

3.3 CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS E FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

Como paradigma a ser construído na direção de um “novo rural”, necessário se faz não só romper, mas ultrapassar a barreira e a dicotomia entre o rural e o urbano. Este paradigma sinaliza uma verdadeira transformação no meio rural contendo não só aproximações, mas também interações sedimentadas por relações sociais e articulações de um desenvolvimento rural territorializado em bases locais com territorialidade enraizada. (ALENTEJANO, 2003). Nessa perspectiva, enfatiza-se o caráter abrangente do meio rural, não só como elemento de integração com o urbano, sobretudo como local nascedouro de vastas experiências nas mais diversas vertentes e dimensões (social, econômica, política, cultural, ambiental). (ABRAMOVAY, 1999).

No campo, como já apontado, configura-se extensa variedade de atividades e de novas relações com a cidade, onde a práxis dos trabalhadores rurais é caracterizada por formas, objetos e ações estratégicas e criativas, tornando o campo lócus de sobrevivência e espaço de produção e reprodução social. Como espaço de produção agrícola e não agrícola, o rural tem se tornado possibilidade para a materialização da agricultura familiar camponesa através da valorização do patrimônio natural e histórico, onde as cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção são constituídas pelos princípios da agroecologia no contexto da soberania alimentar.

Entendendo-se que as práticas agroecológicas são de origem camponesa, mas nem toda agricultura camponesa é agroecológica (SAQUET, 2014), enfatiza-se a proposição da agroecologia de maneira ampla, onde a técnica e o posicionamento político e de resistência configuram-se elementos para capacitação produtiva, autônoma e sustentável das práticas. Estas, como aponta o autor, aportam-se em culturas e conhecimentos locais onde as territorialidades constituem elementos basilares que transcendem aspectos puramente operacionais. Sinaliza-se, como isso, não só a diferenciação entre agricultura orgânica e agroecológica, mas também o propósito da relação produção, comercialização e consumo, onde haja a conservação dos recursos naturais; a diversificação com manejo sustentável dos solos; e a permanência das famílias produtoras no campo com a independência para comercializar sem a presença de atravessadores. A diferenciação entre a agricultura orgânica e a agricultura agroecológica é exposta por Betanho *et al.* (2018, p. 31).

Na agricultura orgânica nem sempre o sistema produtivo é diversificado, e muitas práticas ecológicas não são prioritárias. Assim, a produção dos alimentos orgânicos pode ser efetuada em monocultivos, aproximando-se da maneira como são produzidos os alimentos na agricultura convencional. A Agroecologia não busca apenas atender aos fatores econômicos, pois leva em consideração as questões ambientais, humanas, sociais e do equilíbrio entre esses fatores.

Nesse sentido, entende-se que a agroecologia “é uma escolha”, uma maneira de viver e que, geralmente se baseia no modelo de trabalho cooperado e solidário para produzir e comercializar alimentos em “[...] redes regionais, valorizando assim, os produtos regionais bem como aqueles específicos da estação, instaurando o processo de comercialização como uma ferramenta de aproximação do agricultor com o consumidor”. (BETANHO, 2018, p. 31).

Em pequena escala, consoante à vulnerabilidade dos estabelecimentos agrícolas camponeses frente aos “impérios alimentares”, posto que “[...] a comida é cada vez mais uma mercadoria composta de muitos ingredientes [...], multiplicou-se o número de conexões e transações necessárias para fabricar cada produto alimentar”. (PLOEG, 2021, p. 16). Nesse contexto, configuram-se os movimentos sociais que, de diversas formas, articulam-se através da agroecologia e da economia popular solidária, não como sistemas idênticos em princípios e práticas, mas através da dinâmica de suas relações. (SCHMITT, 2010). Não obstante à economia do capital, essas relações remetem-se à produção e à organização do trabalho, bem como a harmonia com os ecossistemas locais através das cadeias produtivas alimentares solidárias ou formas alternativas de produção.

Contrariando-se o fato de que a “comida foi artificializada” (PLOEG, 2021, p.16) em virtude da sistematização dos fluxos de bens, serviços e informações que transitam pelas cadeias produtivas comandadas pelos “impérios alimentares”, tem-se visto um aumento considerável de ações elencadas por redes de colaboração solidária, seja no labor, seja no consumo solidário.

Ao selecionar e consumir produtos identificados pelas marcas das redes solidárias, nós contribuimos para que o processo produtivo solidário encontre seu acabamento e que o valor por nós dispendido em tal consumo possa realimentar a produção solidária em função do bem-viver de todos que integram as redes de produtores e consumidores. O *labor solidário* significa, além dos aspectos referentes à autogestão e corresponsabilidade dos trabalhadores, que o excedente do processo produtivo [...] seja reinvestido solidariamente. (MANCE, 2003b, p. 223. Grifo do autor).

Como o autor, complementa-se que as redes de colaboração têm como objetivo expandir as trocas solidárias e posicionamento contra-hegemônico de dependência capitalista, seja para produzir, seja para relacionar-se com o mercado. Nesse sentido, as cadeias produtivas solidárias exercem papel fundamental, haja vista que, estas, aportando-se nos princípios cooperativo e

solidário, sedimentam-se na elaboração, distribuição, comercialização e consumo final de mercadorias e/ou serviços. A partir daí, entende-se “[...] as conexões e fluxos de matérias, informações e valores que circulam nas diversas etapas produtivas em seu processo de realimentação”. (MANCE, 2003a, p. 26).

3.3.1 Esclarecendo conceitos...

De maneira abrangente, ratifica-se que redes de colaboração solidária têm o propósito de evidenciar e apoiar as cadeias produtivas solidárias e ecológicas, onde a atuação de cada membro “[...] depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais”. (MANCE, 2003b, p. 220). Nesse ínterim, é urgente que as redes com caráter solidário sejam evidenciadas possibilitando mudanças do modelo produtivista da agricultura para formas alternativas de produção e de consumo. Cassol e Schneider (2015) esclarecem que as redes agroalimentares alternativas se configuram contrariamente às evidências econômicas e políticas dos grandes conglomerados e cadeias agroalimentares dominantes, atuando não só no âmbito da produção e da distribuição de alimentos, mas também na reivindicação por justiça social e produção sustentável com valorização e promoção de cadeias curtas de produção.

A característica central das cadeias curtas de produção e comercialização está relacionada à distância física de extensão e percurso entre os produtores primários e os destinatários finais dos alimentos, *em contraposição aos circuitos longos formados por cadeias industriais de abastecimento* que distanciam e separam cada vez mais esses atores entre si. Na prática, as *cadeias curtas acabam formando redes alimentares alternativas ao modo convencional*, pois são formadas por produtores, consumidores e outros atores que buscam “alternativas” ao modo industrial de abastecimento alimentar. (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 150. Grifo nosso).

Vistas como elementos não oposicionistas no sentido de confrontação, mas atuando no interior do sistema capitalista dominante, as redes agroalimentares alternativas materializam-se por lógicas próprias priorizando relações sustentáveis de produção e de consumo, contudo não impedindo relações mercantis e de troca. São as articulações das redes solidárias que favorecem, ou não, a materialização das formas de produção, seja por meio da estruturação de cadeias produtivas solidárias, seja através de maneiras alternativas para aproximação entre quem produz e quem consome.

No caso da produção agroecológica, a comercialização e o consumo são evidenciados em circuitos curtos de comercialização⁶⁵ (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013), não só para a produção diversificada de alimentos, mas sobretudo para a otimização de todos os processos entre a produção e o consumo. Na produção de alimentos, especificamente, percebe-se que a agricultura familiar se alça à organização e à sistematização de formas peculiares que ainda carecem de definições mais claras. Sem o aprofundamento teórico-conceitual para cada uma delas, estão apresentadas no quadro 11, as principais formas de produção na agricultura familiar, de maneira a esclarecer alguns conceitos e caracterizações.

Quadro 11 – Principais formas de produção na agricultura familiar.

Formas de produção	Conceito e Caracterizações	Pontos chave para interpretações analíticas
Cadeias produtivas alimentares	Infraestrutura técnico-informacional que permite otimizar o processo produtivo de alimentos e serviços associados através de conexões interdependentes. Os agentes ou conjunto de agentes (elos da cadeia) organizam os fluxos de transformação, desde o recebimento de insumos, passando por processos de transformação, até a etapa final do processo produtivo, incluindo serviços de transporte e logística. O capital financeiro exerce papel fundamental para que toda a engrenagem da cadeia funcione de maneira lucrativa. Quanto mais articuladas, mais verticalizadas são as cadeias produtivas, geralmente compostas por uma estrutura matriz que controla toda a produção e detém as estratégias e poder de decisão. A diferença deste conceito para o que trata de arranjos produtivos locais (APLs) é o fato de que, estes, constituem-se em micro e pequenas firmas autônomas e independentes, concentradas geograficamente para atividades de um setor produtivo específico ⁶⁶ , e não o processo produtivo em cadeia para um ou mais produtos.	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão do trabalho: cada agente ou conjunto de agentes realiza etapas distintas do processo produtivo; - Centralidade na especialização: empresas que realizem as etapas do processo produtivo (entrega de insumos, tecnologia, transporte para distribuição, equipamentos comerciais e canais de venda), até o consumidor final. - Decisões: centralizadas em uma empresa que comanda todo o processo produtivo. - Relação com o capital: dependência de capital financeiro para a produção, comercialização e consumo.

65 Circuitos curtos de comercialização (CCC), conceito de origem francesa, congregam possibilidades de distribuição de mercadorias em distâncias de até 80 km compreendendo, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. Na França, diferentemente do Brasil, prioriza-se mais as articulações comerciais (um intermediário) da relação do que a distância geográfica. Há possibilidades de vendas diretas (dentro e fora das propriedades) e indiretas (um intermediário), que podem ser realizadas através de equipamentos comerciais: pequenos mercados, cooperativas de produtores e consumidores, restaurantes coletivos dentre outros. Também, é possível existir a comercialização através de programas estatais e institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), geralmente, concretizadas por cooperativas de agricultores. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

66 Esta tese não intenta aprofundar nos conceitos sobre arranjos produtivos locais. Nesta tese, utilizou-se do conceito mais abrangente para compor o quadro teórico acima. Mais informações em Vial *et al.* (2009).

Cadeias produtivas solidárias	Organização coletiva de empreendimentos econômicos solidários (EES), que atuam nos princípios da economia solidária, para a elaboração de um ou mais produtos. A cadeia envolve um conjunto de EES que produzem de forma individual, ou não, desde a produção de insumos, até a distribuição e comercialização de mercadorias e/ou serviços de maneira coletiva. A tomada de decisão é democrática, formada em assembleias compostas por membros de todos os EES participantes e realizada em conjunto por toda a cadeia. Apesar de permitir relações de troca mercantis, com certa dependência de recursos financeiros, o desafio é organizar toda a cadeia pela lógica contrária ao capital. No intento da confiabilidade e diferenciação das mercadorias, busca-se evidenciar canais de venda e marcas próprias para a formação do mercado consumidor que valorize a economia solidária, oportunizando o crescimento de toda a cadeia em circuitos curtos de comercialização. O consumidor é elemento chave e fundamental de todo o processo, que ocorre de maneira dialógica com ideias e ações que visem contribuir para o bem coletivo em todos os âmbitos da produção, comercialização e consumo.	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão do trabalho: a produção é diversificada e realizada pelos EES que atuam de maneira coletiva para comercialização de mercadorias em circuitos curtos; - Centralidade na diversificação de maneira verticalizada: através de processos associativos e cooperativos, permite-se a participação de vários EES desde a aquisição de insumos, até a produção, distribuição e comercialização de mercadorias; - Decisões: democráticas e tomadas em assembleias compostas por membros dos EES que compõem a cadeia; - Relação com o capital: dependência mínima (maquinário). Busca-se estimular toda a cadeia através dos princípios da economia solidária. O consumidor é essencial e o excedente serve para a realimentação da cadeia.
Formas alternativas de produção	Novas formas de produção e consumo que emergem como resposta alternativa aos limites da agricultura convencional. Evidencia-se o tripé – produto, lugar, processo – nas relações entre produção e consumo, as quais buscam fortalecer a origem/procedência; a identidade e as territorialidades; e a cultura e o saber-fazer de cada agricultor e região, respectivamente. Engendram diferentes relações com os consumidores, cujo enraizamento social (<i>embeddedness</i> ⁶⁷), hábitos e cultura alimentar locais e regionais são enfocados. Desenvolve-se novas formas de mercados de proximidade, ou seja, experiências empíricas com significados e valores sociais atribuídos aos alimentos, que variam de acordo com os territórios na realidade social e características de cada localidade. Fortalecem-se os alimentos locais (<i>local food</i> ⁶⁸),	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão do trabalho: a produção é diversificada e realizada, geralmente, por trabalhadores familiares camponeses que se organizam em coletivos para comercialização das mercadorias em circuitos curtos de maneiras diversas; - Centralidade na diversificação de maneira coletiva ou individualizada e horizontalizada: permite-se que cada unidade de produção seja responsável por sua produção nos princípios agroecológicos. Importa as diferentes relações com os consumidores e que

67 Cassol e Schneider (2015) utilizam o termo *embeddedness* (enraizamento), se referenciando à sociologia econômica e à Mark Granovetter, a partir dos pensamentos de Karl Polany sobre a sociedade moderna. Na construção de uma das vertentes do conceito, em abordagem microeconômica e repercussão nas ciências sociais, o termo ganhou destaque desde a década de 1990, sinalizando que o comportamento e as instituições são afetados por relações sociais, o que no contexto das formas alternativas de produção, denotam vínculos de interação, proximidade, confiança, reciprocidade, valores aceitos e legitimados por todos e todas.

68 Citando Goodman, Dupuis e Goodman (2012), Abel Cassol e Sérgio Schneider (2015) esclarecem, que os alimentos locais possuem conceito diferente dos alimentos localizados (*locality food*). Estes últimos, se remetem aos selos de procedência que conferem elementos de confiabilidade e reconhecimento da qualidade dos alimentos.

	<p>procedentes dos coletivos de produtores e consumidores locais, que podem ou não, ter selos de origem, mas que permitem várias formas de interação e comercialização para além da mercantil, todavia, podem coexistir concomitantemente com relações de trocas igualitárias entre todos os agentes envolvidos.</p>	<p>fomentem os hábitos e cultura alimentar local e regional;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decisões: democráticas através dos coletivos, que atuam seja através das relações espaciais, seja através das relações sociais e políticas, a depender das especificidades de cada região; - Relação com o capital: dependência mínima, contudo, há configurações híbridas no interior do sistema capitalista onde haja engajamento justo na relação produtor-consumidor.
--	--	---

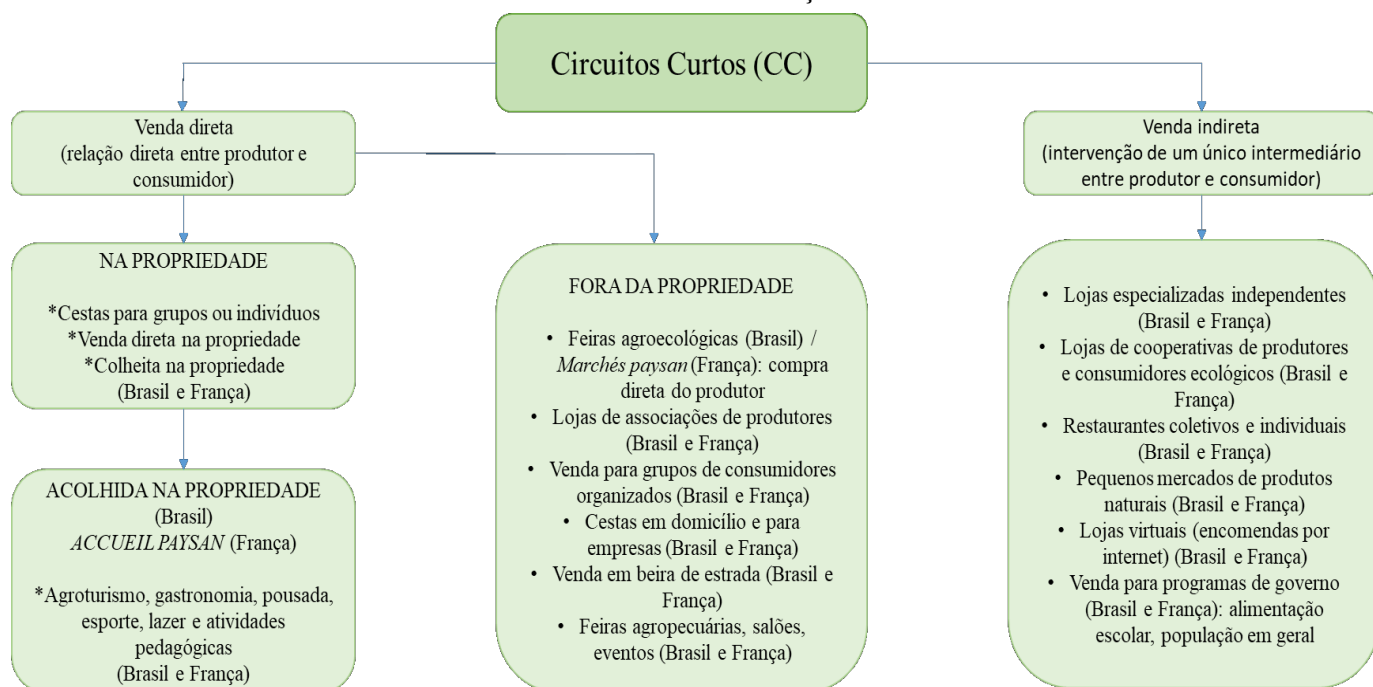
Fonte: Adaptado de Ploeg (2021, p. 12); Cassol e Schneider (2015, p. 149); Darolt, Lamine e Brandenburg (2013, p. 11); Mance (2003a, p. 26-27).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2021.

Nas apresentações acima, percebe-se que os circuitos curtos de comercialização são configurações espaciais que ampliam as relações entre o produtor e o consumidor, e sedimentadas nos princípios da agroecologia fortalecem também a economia popular solidária. Diferentemente das cadeias produtivas na ordem capitalista, onde fundamentalmente o fator econômico leva as empresas a estreitar relações de competitividade para a redução de custos e potencialização dos lucros, nas cadeias produtivas solidárias e nas formas alternativas de produção é fundamental que se considere o consumo e o consumidor como elementos chave, ativo e político das relações.

As cadeias produtivas solidárias e as formas alternativas de produção com foco no consumidor, nas cooperativas e em organizações alternativas de consumo, quando participam de redes solidárias, oferecem oportunidade de melhoria do poder aquisitivo e de qualidade de vida. Percebe-se, com isso, que tanto no Brasil quanto em outros países, há diversas formas de comercialização de alimentos agroecológicos que “[...] viabilizam a comercialização de produtos elaborados em empreendimentos solidários”. (MANCE, 2003a, p. 27). A figura 11 apresenta as várias tipologias para comercialização (direta e indireta) de produtos agroecológicos no Brasil e na França. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

A certificação de origem/procedência permite um aumento da produção em escala, permitindo que os alimentos sejam consumidos tanto, local, quanto regional, nacional e internacionalmente. (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Figura 11 – Tipologias de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França.



Fonte: Darolt, Lamine e Brandenburg (2013, p. 9).

Entende-se, como os autores supracitados, que as diversas formas de comercialização para as experiências agroecológicas, nacional ou internacionalmente, congregam possibilidades que estreitam e integram laços na relação campo/cidade. Aportando-se no trabalho familiar, as unidades produtivas em escala local conseguem não só resistir, mas se adaptar à períodos de crise, haja vista que as relações são “[...] realizadas (ou *enraizadas*) a partir de expectativas mútuas e definições compartilhadas do que significa qualidade e preço justo”. (PLOEG, 2021, p. 24. Grifo do autor). Percebe-se, como o autor, que há um vasto e rico arcabouço de experiências que mostram a resiliência de trabalhadores e trabalhadoras rurais, familiares e camponeses na busca por alternativas que permitem ir além dos limites do capital e que, na atualidade, se mostram essenciais.

É muito significativo que, durante os primeiros meses da crise da Covid-19 as capacidades auto-organizacionais dos atores envolvidos conseguiram rapidamente desenvolver variadas soluções aos desafios postos pela necessidade de isolamento social. [...] No País Basco francês, os mercados tornaram-se ruas de mão única, com apenas um ponto de entrada e saída, e foram ampliados para permitir o distanciamento social adequado. [...] Em muitas partes do mundo, a entrega em domicílio (do mercado territorial até as casas dos clientes) expandiu-se rapidamente. A Via Campesina apoiou o fortalecimento desses mercados. Na Espanha, o *manifesto para a defesa da produção camponesa* propõe uma extensão ainda maior dos mercados camponeses e foi assinado e apoiado por centenas de ONGs. *Campi aperti* (Campos Abertos) em Bolonha, Itália, organizou entregas em domicílio para responder ao fechamento dos mercados agrícolas. *Bienvenue à la ferme* (Bem-vindo à fazenda), a organização francesa para a comercialização direta de alimentos, criou o *Drive fermier* (uma espécie de *drive-in camponês*), com novos pontos de venda nas cidades. Na China, houve uma rápida expansão do comércio eletrônico por camponeses e cooperativas camponesas. (PLOEG, 2021, p. 24-25. Grifo do autor).

Dessa maneira, projetar análises futuras e “[...] proposições de desenvolvimento local que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais” é sinônimo de alçar-se à contramão de modelos agroalimentares dominantes. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013, p. 12). Sem interpelações e aprofundamentos, posto que não é o intento desta tese, buscou-se mostrar possibilidades empíricas sobre o tema através de experiências que dão certo.

3.3.2 Experiências agroecológicas em circuitos curtos de comercialização e consumo

Iniciativas agroecológicas, seja no Brasil, seja em outros países, sinalizam a materialização do labor de agricultores familiares camponeses e camponesas que vão se adequando a contextos e processos socioambientais para sobrepôr aos desafios e às contradições de um crescimento econômico desigual e excludente. (PLOEG, 2021; DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013; SCHIMITT, 2010; CASSOL; SCHNEIDER, 2015). Em circuitos curtos de comercialização, as experiências agroecológicas bem-sucedidas são elementos que, em conjunto com vários agentes, se apropriam de um sistema agroalimentar territorial. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013). Em outras palavras, diversos atores como poder público, organizações não governamentais, organizações de agricultores e consumidores, universidades dentre outros, são parte de uma rede que contribui para promover estratégias de produção, distribuição, comercialização e consumo conscientes e sustentáveis.

Contudo, percebe-se que em virtude da própria construção histórica e desmembramentos políticos, econômicos e sociais engendrados tanto na economia popular solidária quanto na agroecologia, ainda há lacunas que configuram “[...] série de incertezas,

incógnitas, questões e desafios. Juntas, constituem um programa estratégico de pesquisa e debate”. (PLOEG, 2021, p. 27). Os próprios conceitos economia popular solidária e agroecologia, que embora revelem perspectivas de convergências e aproximação (SCHMITT, 2010), ainda denotam paradigmas em construção. Como tal, resulta-se desse contexto, a reverberação de práticas fragmentadas e localizadas tanto no Brasil quanto no exterior, não obstante que em todas as práticas, há existência semelhante de posicionamento político e contra-hegemônico frente aos modelos agroalimentares dominantes.

Entende-se como Ploeg (2021, p. 27), que o fato de conhecer as lacunas e “juntar os componentes” não é garantia para um modelo alternativo que tenha continuidade e seja estável, é preciso “convencer e mobilizar lutas por alternativas se forem coerentemente coordenados entre si”. Para tanto, é vital que a transição agroecológica seja o direcionamento para que as práticas agrícolas camponesas ganhem a sedimentação necessária. Complementa-se em Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), que a existência de uma rede agroalimentar ecológica é campo fértil para que a práxis seja bem sucedida e, assim, ganhe condições essenciais para que todos tenham acesso a alimentos de qualidade, entretanto, justamente o “[...] acesso é um problema central quando o tema é soberania alimentar”. (MEIRELLES, 2004, p. 12).

A despeito do contexto desafiador, há uma gama de experiências que acenam perspectivas promissoras, é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia ilustrada pelo autor e ativa desde a década de 1990. Como espaço de integração, a Rede Ecovida é composta por cooperativas de agricultores, consumidores, ONGs e instituições de apoio que atuam através de Núcleos de estudos e articulação nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Rede Ecovida prioriza a transição agroecológica como premissa inicial e, a partir daí, a construção de estratégias que envolvam os processos de produção, comercialização e consumo de produtos agroecológicos de forma horizontalizada.

Importante salientar que, no Brasil, a participação importante e ativa dos Núcleos de Estudos Agroecológicos (NEAs) contribuem para a produção do conhecimento e o tecido das práticas agroecológicas. Um exemplo disso, é a existência da plataforma digital Agroecologia em Rede (AeR)⁶⁹, onde os trabalhos articulados dos NEAs, os movimentos sociais e o conjunto diversificado de ONGs, vêm protagonizando uma vasta sistematização de saberes e práticas

69 Plataforma virtual que congrega dados e informações das experiências agroecológicas no Brasil e na América Latina e que, através do trabalho amplo e participativo de organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (EITA), promove não só o mapeamento geográfico das experiências, como também estimula a partilha de conhecimentos e fundamentos para o fortalecimento da convergência e do diálogo político e metodológico das experiências agroecológicas ativas.

para o fortalecimento da agroecologia. (AGROECOLOGIA EM REDE, 2021). A autoidentificação das experiências em software livre permite que a sistematização de dados e informações transite por critérios e categorias pré-estabelecidas⁷⁰, demonstrando a área temática de cada uma delas. Os dados são geridos pelas próprias iniciativas agroecológicas, dentre as quais, aquelas desenvolvidas pelos NEAs e que foram sistematizadas pelo AeR (quadro 12).

70 O Agroecologia em Rede possibilita o cadastramento de experiências em 20 categorias pré-estabelecidas. Até a data de 03/09/2021 a plataforma congregava 3.070 experiências cadastradas. Como o aporte desta tese se faz na economia popular solidária e no CIEPS como agente de transformação e instituição de apoio aos trabalhadores familiares camponeses, optou-se por fazer a apresentação das experiências brasileiras enfocando dados na categoria “economia solidária e outras economias” cadastradas pelos NEAs. (AGROECOLOGIA EM REDE, 2021).

NEAs	Localização e Data do cadastramento	Educação e construção do conhecimento agroecológico	Juventudes	Manejo dos agrossistemas	Mulheres e feminismos	Políticas públicas e fomento	Práticas de cuidado em saúde e medicina tradicional	Resiliência sociológica e mudanças ambientais	Terra, território e ancestralidade
CENTRO DE APOIO À AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA (CAABE)	São Lourenço do Sul (RS) 03/09/2021								
NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA	Garanhuns (PE) 16/04/2021								
NEA UNIPAMPA	São Borja (RS) 16/04/2021								
NACEM - NÚCLEO DE AGROECOLOGIA DO CERRADO MINEIRO	Monte Carmelo (MG) 24/09/2020								
NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Uberlândia (MG) 17/09/2020								
GRUPO DE REFERÊNCIA INTERINSTITUCIONAL DA FEIRA AGROECOLÓGICA	Goiânia (GO) - 13/09/2020								
NÚCLEO DE AGROECOLOGIA E SISTEMAS PRODUTIVOS ORGÂNICOS - NASPO	Valparaíso de Goiás (GO) 12/08/2020								
NEA UFT	Palmas (TO) 31/10/2019								
NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E EXTENSÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA DA UFRA/CAPITÃO POÇO	Capitão Poço (PA) 31/10/2019								
NEA UNIFESSPA	Marabá (PA) 31/10/2019								
NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA - NEA TRILHAS	Feira de Santana (BA) 30/10/2019								
GUARAS - GRUPO UNIVERSITÁRIO DE AGRICULTURA COM RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL (NEA/CIEPS/UFU)	Uberlândia (MG) 26/10/2019								
GAIA - REDE DE COOPERAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	Sinop (MT) 25/10/2019								
NÚCLEO DE EXPERIMENTAÇÃO EM AGROECOLOGIA DO COLÉGIO TÉCNICO DE TERESINA	Teresina (PI) 24/10/2019								
NUCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - NEA AVARÉ	Avaré (SP) 23/10/2019								
NEA AIPIM - AGROECOLOGIA INCENTIVANDO PRÁTICAS INTEGRANDO MOVIMENTOS	Angra dos Reis (RJ) 15/10/2019								

Fonte: Agroecologia em Rede (2021).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2021.

A partir do quadro, percebe-se ser recente a sistematização das experiências realizadas pelos NEAs, desde o ano 2019. Destaca-se que a plataforma digital Agroecologia em Rede (2021) oferece ao usuário a possibilidade de gerar relatórios e recortes analíticos. No recorte desta tese, enfatiza-se que, concomitantemente à maioria das experiências que atuam na área temática economia solidária, também transitam pela agroecologia principalmente nas seguintes áreas/categorias: alimento, segurança e soberania alimentar; cooperativismo e outros arranjos comunitários; educação e construção do conhecimento agroecológico. Entende-se que há aproximações e convergências das duas práxis (SCHMITT, 2010), mas, sobretudo, há um número expressivo de instituições acadêmicas que atuam por meio de núcleos de estudos e práticas para que a construção de novos paradigmas seja concretizada.

Importante frisar que não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo há apresentação de experiências empíricas bem sucedidas. Diferentemente dos exemplos brasileiros, na Europa, é comum que as iniciativas tenham origem nos próprios consumidores que passam a adquirir produtos agroecológicos regionais, é o caso do Grupo de Aquisição Solidária (GAS) em Pisa, Itália. (CASSOL; SCHNEIDER, 2015). Na França, as Associações para a Manutenção da Agricultura Camponesa (AMAP) se destacam pela interação entre produtores e consumidores, onde grupos de consumidores pagam adiantado, mensalmente, pelo total consumido e, os agricultores fornecem os alimentos semanalmente. “Desde a criação da primeira AMAP, em 2001, estas se multiplicaram por todo o país, chegando a 750 AMAP, administradas por 30 mil famílias”. (VIVAS, 2011, n. p.).

Em outros países da Europa, experiências como as das AMAP remontam os anos 60, quando a Alemanha, a Áustria e Suíça começaram a desenvolver iniciativas similares como resposta à crescente industrialização da agricultura. Na Grã-Bretanha estas iniciativas começaram a funcionar nos anos 90 com o nome de CSA (Agricultura Apoiada pela Comunidade), ou *Vegetable Box Scheme* (esquema de caixas de vegetais) e no início de 2007 havia cerca de 600 iniciativas deste tipo.

No Estado Espanhol, os primeiros grupos de consumo surgiram no final dos anos 80 e princípio dos anos 90, mas somente tiveram um crescimento importante em meados dos anos 2000. Em cifras totais, se trata de experiências que somam um número reduzido de pessoas, mas sua tendência é de aumento, mostrando uma crescente preocupação pelo atual modelo agroalimentar e a vontade de realizar um consumo que seja solidário com o campo, com critérios sociais e ambientais.

Como Saquet (2014), defende-se que o exercício para o desenvolvimento rural sustentável e territorial é, sobremaneira, debruçar-se sobre o local, sobre as territorialidades, tema aprofundado como ponto chave de análise no próximo momento e capítulo desta tese.

TERCEIRO MOMENTO

O terceiro momento desta tese traz a ligação do tema desenvolvimento aos agentes de transformação que circundam a realidade dos sujeitos que vivenciam a economia popular solidária através da agroecologia, nos municípios de Uberlândia e Monte Carmelo (MG). São apresentadas as questões do desenvolvimento como processo, mas sobretudo destaca-se sua importância nas articulações com os agentes de transformação em escala local, sem deixar de considerar a dimensão global na proposta de desenvolvimento territorial. Sinaliza-se, aqui, as diversas vertentes para além da econômica, considera-se também as dimensões social, ambiental dentre outras, que representam o sedimento para o discurso das territorialidades construídas pelos sujeitos nos territórios. Buscou-se, portanto, trazer à tona as conexões que ora facilitam ora dificultam que forças locais se unam à agentes externos e a fatores exógenos para construir o desenvolvimento territorial local e, de veras, contribuir com melhores condições de vida para o coletivo assistido.

Parte-se da compreensão de que as dinâmicas do desenvolvimento têm atuação territorial e localmente, quando emergidas por agentes econômicos, políticos e da sociedade civil, especialmente na articulação conjunta desses mesmos agentes. Configura-se, nesse contexto, uma condição de pertencimento, de significância, que consubstanciada por elementos identitários de melhoria contínua, evidencia relações justas entre a produção e o consumo consciente e solidário em cada território, abrindo possibilidades e estímulo ao desenvolvimento local, justo e sustentável.

Apresentado em um capítulo, o constructo sobre o desenvolvimento como processo é ilustrado tendo em vista os seguintes pontos: as diversas vertentes do desenvolvimento, desde a que o caracteriza como crescimento até a que o vincula como processo de transformação; a ótica das escalas enfocando a de nível local; as relações de poder articuladas pelos agentes de transformação e os impactos locais no direcionamento das ações destas relações. Portanto, o esforço deste momento destina-se a ilustrar ações, que tanto do poder público quanto de outros agentes, CIEPS, técnicos dentre outros são entrelaçadas à organicidade do processo de desenvolvimento e do coletivo de trabalhadores, que buscam na EPS e na agroecologia, maneiras alternativas para transformar a realidade.

CAPÍTULO 4

O (DES)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL E A ATUAÇÃO DOS AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO PARA A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E A AGROECOLOGIA

*“Abandonei a cidade
Não quero voltar pra trás
Enfeitei o meu sertão
Derrubando os matagais*

*Meu machado e minha foice
Nas matas deixou sinais
Fiz picada e fiz caminho
Pra transportar cereais
Se o governo me ajudasse
Eu fazia muito mais”.*

(Jacó e Jacozinho – Se o Governo Me Ajudasse).

O debate sobre o tema desenvolvimento não é recente e nem de fácil entendimento, sobretudo quando se destaca sua abordagem territorial. Não obstante às várias abordagens e teorias sobre o tema, foi a partir do século XIX e das conquistas científicas e tecnológicas que sua delimitação ganhou mais destaque. (ORTEGA, 2008). Múltiplas dimensões atreladas à perspectiva histórica, possibilitaram seu entendimento com várias caracterizações, dentre elas a de evolução e progresso. (RIST, 2008). Espraçando-se em vertentes, o termo se configura por interpretações, tais como crescimento/progresso; papel dos agentes; concepção ideológica; elemento e práxis de transformação social; fomentador da sustentabilidade dentre outras. (RIST, 2008; THERET, 2003; VEIGA, 2008; SAQUET, 2008, 2012, 2015, 2017, 2018).

A partir do constructo da tese, entende-se que o desenvolvimento é um processo dialético e histórico, capaz de agregar transformações de ordem política, econômica, social, ambiental e cultural. As transformações produzidas pelo e para o desenvolvimento, foram e ainda são protagonistas num contexto em que as técnicas e a produção do espaço ganham formas. Nesse sentido, denominações como mudança, avanço, evolução, crescimento dentre outras, representam o meio como algo em constante alteração.

4.1 AS MULTIFACES DO DESENVOLVIMENTO E SUA IMPORTÂNCIA COMO TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL

As primeiras reflexões sobre desenvolvimento se configuram ao sentido de evolução. (RIST, 2008). A partir do século XVII, as ideias sobre o tema se ligam às concepções de mudança e do processo de evolução social. Todavia, foi a partir da industrialização e urbanização, advindas da Revolução Industrial, que sua interpretação ganhou contornos de progresso, principalmente, pelos modos de produção e consumo, marcos do capitalismo. (ORTEGA, 2008).

O processo de industrialização e urbanização provocou um crescimento populacional desordenado que, ao denotar crises jamais vistas, ocasionou transformações econômicas, políticas e culturais. Estas, legitimadas pela extensão do capital, trouxeram sérios problemas que dentre outros, permitiram a segregação socioespacial caracterizada pelas relações de domínio e dependência capitalista do espaço. As crises capitalistas nas primeiras décadas do século XX, ancoradas pelas teorias keynesiana e fordista, emanaram uma perspectiva de que o crescimento e o progresso econômico seriam um caminho para o desenvolvimento. (ORTEGA, 2008).

O desenvolvimento como ideia de crescimento econômico, principalmente após graves problemas da humanidade (crises econômicas e duas guerras mundiais), entrelaçou-se à perspectiva de progresso no sentido de aumentar a riqueza e fazer sua distribuição como forma de minimizar a exclusão social. (HOBSBAWN, 1995; ORTEGA, 2008). Hobsbawn (1995), contudo, questiona se essas “catástrofes” mundiais ocorridas nos primeiros anos do século XX, efetivamente, trouxeram a ideia do capitalismo atrelado ao desenvolvimento como solução para o “progresso” das sociedades.

Ao analisar o termo desenvolvimento isoladamente, Siedenberg (2004) complementa, ser uma complexa reflexão embrenhada em uma variedade de significações ambíguas e difusas, cujas fronteiras são pouco definidas. Necessário se faz interpretá-lo por sua epistemologia sistêmica e vislumbrá-lo por sua articulação ideológica. Em outras palavras, o mais correto seria relacioná-lo aos processos de mudança, pois as mais variadas vertentes existentes, utilizam-se de adjetivos “[...] imaginando estar definindo o termo com maior precisão com esse recurso. [...] Todas essas abordagens e junções gramaticais não são suficientes para auxiliar na explicitação definitiva do termo”. (SIEDENBERG, 2004, p. 11).

Do ponto de vista histórico e semântico, o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma de suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave, ao lado do qual já se perfilaram os mais diferentes adjetivos. Do ponto de vista epistêmico-sistemático, a discussão não avançou na mesma proporção, [...] reconfigurando mais uma vez o conceito e estabelecendo relações até então ignoradas, como a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, desenvolvimento e a governança global, ou ainda, desenvolvimento e os modelos de médio alcance. Em função disso, o termo voltou a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, na academia, na mídia e em projetos de diferentes grupos e organizações. (SIEDENBERG, 2004, p. 15).

Associar o desenvolvimento ao crescimento econômico é a vertente mais comum da temática. Até os anos 1960, existia-se a ideia de que países mais industrializados eram mais desenvolvidos, haja vista que passaram por mais processos de industrialização, enquanto os “subdesenvolvidos” eram aqueles cuja industrialização foi mínima ou nula. (VEIGA, 2008). Não obstante, o desenvolvimento econômico geralmente vir acompanhado por crescimento econômico, o contrário não significa uma máxima, ou seja, crescimento não implica em desenvolvimento. Como Veiga (2008), reflete-se que crescimento econômico está associado à renda nacional per capita, aumento do produto interno bruto (PIB), inexistindo uma visão histórica no processo de mudanças provocadas pelo capitalismo. Na perspectiva de desenvolvimento, a visão histórica envolve também uma análise da melhoria estrutural, que além dos níveis econômicos, altera também os indicadores sociais da população.

Theret (2003) ilustra uma outra face do desenvolvimento, a que o relaciona ao papel das instituições como estruturas sociais e sistemas de incentivo a inovações. Essa relação, de maneira dialética, traz consigo conflitos ligados aos comportamentos individuais e coletivos, os quais projetam o desenvolvimento na interação com outras áreas de conhecimento como a sociologia e a economia. Essa perspectiva, numa dinâmica de historicidade, representa uma “nova economia institucional”, na qual as instituições de mercado se tornam protagonistas de um contexto formal, influenciando e sendo influenciadas por ações do Estado, bem como são responsáveis por condutas e comportamentos. Essa perspectiva também ocorre num contexto informal, cujos valores e códigos de conduta são constituídos pela própria sociedade.

Contudo e conforme Ortega (2008), essa vertente do desenvolvimento, representada pela atuação de agentes de poder, parece não responder questões que englobam, por exemplo, o desenvolvimento como contexto social. Nesse interim, outros agentes, como sociedade civil organizada, se articulam para a cooperação de situações de âmbito local, imprescindível na discussão sobre a abordagem territorial do desenvolvimento. Brandão (2012) corrobora, explicando que o sistema histórico capitalista, em todas as escalas, põe em xeque, de maneira

complexa e aprofundada, as diversas abordagens sobre o tema desenvolvimento. Para o autor, muitas vezes, a ausência de perspectiva crítica tem levado a conceituações ligadas quase que somente à participação dos agentes e não à perspectiva de classes sociais, à divisão social do trabalho e à dimensão espacial da temática.

Nessa condição, outra vertente analítica para o desenvolvimento, o liga ao movimento do capital e à riqueza econômica, ainda ao desenvolvimento econômico de países centrais e periféricos, na concepção do desenvolvimento como mito ou concepção ideológica. (FURTADO, 1974; ARRIGHI, 1997; RIST, 2008; RIVERO, 2002). Fazendo um contraponto entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e países subdesenvolvidos, os autores defendem como ilusão ou mito, que todos estivessem num mesmo padrão de acumulação de riquezas. (ARRIGHI, 1997).

Rivero (2002) e Rist (2008), por exemplo, alegam que a falta de investimento em aparato técnico e científico em países em desenvolvimento, se aliada à explosão demográfica, impulsiona problemas ligados ao bem-estar da população tais como, geração de empregos. Furtado (1974), na mesma linha, porém numa outra perspectiva, ilustra uma relação de dependência dos países periféricos em relação à dinâmica do desenvolvimento econômico dos países centrais. Para o autor, não se pode testar a hipótese de que é possível universalizar o nível de desenvolvimento pelos países que conseguiram acumular riquezas num processo desigual de concentração do poder econômico. Essa desigualdade produz uma certa dependência cultural dos países periféricos, a que o autor denomina de mimetismo cultural, ou seja, de um lado, encontram-se agentes influentes que originam padrões de consumo sobrepujados e, de outro lado, os excluídos dos sistemas de produção e consumo modernos, relegados a níveis mínimos de subsistência. (FURTADO, 1974).

Brandão (2012) enfatiza que essa desigualdade é caracterizada por processos de homogeneização, uma das forças que moldam a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista e importante via analítica para estudos territoriais. Segundo o autor, na homogeneização, movimento “uniformizador” do capital, a mercantilização é levada às últimas consequências, revelando a própria definição do que seja capitalismo. Nessa concepção, o desenvolvimento econômico se tornaria um mito, visto que é privilégio de poucos usufruir dos padrões de consumo no capitalismo. (FURTADO, 1974). Assim, a dimensão espacial do desenvolvimento a partir da divisão social do trabalho é categoria explicativa para a interpretação das heterogeneidades, hierarquias e especialização. (BRANDÃO, 2012).

Quando a ideia é ressaltar a perspectiva das heterogeneidades, a vertente de interpretação do desenvolvimento nos pressupostos de sustentabilidade exerce papel

fundamental e, nesse contexto, essencial se faz sua evidência a partir da Rio 92. (SACHS, 2002). O autor destaca que o desenvolvimento abordado na gênese dessa vertente, enfatiza a relação com o meio ambiente através do que se denomina ecodesenvolvimento. Em outras palavras, é uma proposta multidimensional que busca responder aos problemas de ordem social e ambiental gerados pela máxima exploração de recursos econômicos e naturais. Entende-se, que essa vertente – desenvolvimento sustentável – é uma possibilidade para a interpretação de sua dimensão territorial, numa reflexão sobre a criação e a continuidade dos recursos em processos de relação entre atores públicos, privados e organizações da sociedade civil. (SACHS, 2002).

O desenvolvimento com viés de sustentabilidade traduz elementos de transformação social e, nesse sentido, sua aproximação com a abordagem territorial. Recortes como inclusão, cidadania, desigualdade, que permeiam as discussões sobre desenvolvimento, são fundamentais e consistem em elementos fomentadores das capacidades humanas. Ligadas a ações coletivas, podem gerar possibilidades de melhoria da qualidade de vida de populações, sobretudo se as ações forem pautadas em justiça social. (VEIGA, 2008). O autor relata, que a visão do desenvolvimento como mudança social tem estimulado várias discussões em todos os campos de análise, e isso, representa quebra de paradigma em relação ao termo como crescimento econômico. Sem desconsiderar o crescimento econômico, argumenta-se que a agenda do desenvolvimento deve ir muito além das discussões sobre acumulação de riqueza e do PIB, deve também agregar outros elementos e dimensões que possibilitem uma ampliação do conceito.

Entende-se que a dimensão econômica do termo, no sentido de crescimento econômico, pode melhorar a renda per capita de uma população, no entanto, o desenvolvimento como elemento transformador deve ser interpretado englobando outras possibilidades de análise. Veiga (2008) cita, por exemplo, fatores socioculturais como moradia, educação, saúde, alimentação dentre outros. Enquanto elemento transformador, interessante se faz a interpretação de Siedenberg (2004), que referenciando-se na biologia, destaca que não só o termo desenvolvimento, mas também outros como crescimento e evolução, são terminologias que interagem entre si e todas caracterizam processos de mudança, contudo, com diferenciações em relação às questões de análise.

Em se tratando de diferenciações, Siedenberg (2004, p. 20) relaciona o desenvolvimento ao indivíduo, às organizações e/ou às populações, bem como às transformações qualitativas que se tornam resultado “[...] de assimilação e adaptação de habilidades individuais pré-existentes às necessidades postas; uma espécie de *upgrade* de habilidades”. Num contexto epistêmico-

sistêmico, as diferenciações das terminologias – desenvolvimento, crescimento e evolução – como processos de mudança estão dispostas no quadro 13 e contribuem para melhor entendimento da temática.

Quadro 13 – Desenvolvimento, crescimento e evolução como processos de mudança no contexto epistêmico-sistêmico.

Processos de mudança	Desenvolvimento	Crescimento	Evolução
Característica	Ordem qualitativa	Ordem quantitativa	Ordem qualitativa
Influência sobre inter-relações	Alterações sobre indivíduos e populações	Variação sobre indivíduos e populações	Alterações sobre indivíduos e populações
Mecanismo de atuação	Assimilação e adaptação	Apropriação e incorporação	Escolha e mudança
Configuração do processo	Transformação – Transição – Desdobramento	Reprodução – Acumulação/Expansão – Repetição	Substituição – Continuação – Inovação (regras, coisas, espécies)
Consequências do processo	Capacitação	Ampliação	Regras – Modernização Coisas – Progresso Espécies – Mutação
Resultados do processo	Melhoramento/ Melhor que antes	Aumento/Mais do mesmo	Melhoramento/Melhor que antes

Fonte: Adaptado de Siedenberg (2004, p. 19).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

De acordo com Siedenberg (2004) e pelo quadro, percebe-se que qualquer processo de mudança só ocorre se fomentado pelo mecanismo de atuação próprio. Nesse sentido, no processo de desenvolvimento, esse mecanismo (assimilação e adaptação) pressupõe uma situação pré-existente, que quando ativada, produz uma consequência posterior configurada pelo desejo de transformação, de transição e de desdobramento revelando uma nova situação. Especificamente, o processo de desenvolvimento ocorre por mudança qualitativa com indivíduos, organizações e/ou populações (coletividade) e, estes, alcançam “[...] capacidade qualitativamente diferenciada em relação a sua condição anterior”. (SIEDENBERG, 2004, p. 23).

Nessa perspectiva, entende-se como o autor, que a assimilação e a adaptação de indivíduos, organizações e/ou populações, ensejam gama de articulações e estratégias no sentido de contribuir e melhorar as condições de vida para resultar em efetiva transformação da realidade social. Pensa-se, portanto, ser imprescindível discutir o desenvolvimento num contexto escalar para sua melhor compreensão, analisando o tema por suas especificidades,

posto que as localidades são heterogêneas, diversas e desiguais no contexto econômico, político e social. (BRANDÃO, 2012).

Com o exposto, necessário se faz entender as particularidades do recorte local do presente estudo. Dessa maneira e a partir deste ponto, realizam-se conexões teórico-empíricas como disposto na parte metodológica desta tese, também no intuito de cumprir com um dos objetivos específicos dispostos, qual seja, compreender como o processo de desenvolvimento territorial local comparece perante os agentes de poder e de transformação. A critério de esclarecimento, entende-se por agentes de transformação no contexto do processo de desenvolvimento territorial local aqui descrito, o Centro de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); técnicos agrícolas ligados, formal ou informalmente, à UFU; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central de Movimento Popular (CMP); agentes do Estado; os próprios agricultores familiares camponeses em transição agroecológica que atuam em organização produtiva solidária (OPS)⁷¹; e os consumidores da produção agroecológica, que adquirem alimentos e mercadorias na feirinha Solidária da UFU.

Relembra-se, portanto, que este quarto capítulo utilizou-se de revisão bibliográfica, levantamento de dados e entrevistas semiestruturadas com os agentes de transformação em conectividade com o coletivo de trabalhadores agroecológicos de Uberlândia e Monte Carmelo (MG) assessorados pelo CIEPS. Foram utilizados, aqui, os resultados de dez entrevistas semiestruturadas com os agentes de transformação locais citados no parágrafo anterior. Para o roteiro de entrevistas (apêndice A), foram coletados dados quanto à importância e as ações implementadas por esses agentes para a realidade local, além das perguntas (apêndice B) emergidas a partir das categorias e variáveis de análise elencadas na metodologia⁷², que serviram para a construção do discurso do sujeito coletivo (DSC), o qual será abordado no quinto e último capítulo desta tese.

Com isso, nas duas próximas seções, encontrar-se-ão citações diretas e indiretas no corpo do texto, provenientes de análise das entrevistas realizadas com os agentes de transformação citados e que possuem relação direta com os agricultores familiares camponeses

71 Tanto os agricultores familiares camponeses quanto os consumidores, como atores locais e agentes de transformação, serão tema de maior aprofundamento no quinto e último capítulo desta tese.

72 De acordo com a metodologia de pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da UFU, parecer 5.482.749 em 22 jun. 2022, as categorias e variáveis de análise para a construção dos DSC dos grupos sociais pesquisados estão elencadas, a saber: (i) trabalho coletivo; (ii) autogestão; (iii) transformação social, contemplando redes de cooperação e participação política; (iv) desenvolvimento local, solidário e sustentável, com evidência para o conceito de sustentabilidade, em separado, pela ótica dos sujeitos participantes da pesquisa.

assessorados pelo CIEPS⁷³. A saber, para este capítulo, os entrevistados serão identificados da seguinte maneira:

- CIEPS: entrevistada 01; entrevistada 02;
- Técnicos: entrevistado 03; entrevistado 04;
- CPT: entrevistado 05;
- Prefeitura Municipal de Uberlândia: entrevistado 06; entrevistada 07;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): entrevistada 08; entrevistado 09, entrevistada 10.

Como parte essencial do processo de desenvolvimento, buscar pelas articulações provenientes da vertente que o liga às condições de transformação social são o intento deste capítulo. Como processo, entende-se que há de se considerar a apropriação e o uso do território numa concepção crítica, relacional e questionadora para a abertura de novas configurações no âmbito das sociabilidades.

Nesse interim, parte-se da compreensão que as articulações constituídas em redes de cooperativismo mútuo, com participação política efetiva, representam um determinante para a atuação de coletivos e configuram elementos fomentadores essenciais para uma transformação social de fato. Em assim sendo, os princípios e valores da economia popular e solidária, como também da agroecologia, podem constituir a alavanca para que as territorialidades vivenciadas no cotidiano dos coletivos representem o sustentáculo necessário na busca por políticas públicas efetivas e representativas do setor.

73 Devido à complexidade da conjuntura sociopolítica vivenciada no país, durante a confecção desta tese, não conseguimos entrevistar o representante da Central de Movimento Popular (CMP). Contudo, ressalta-se que em nenhum momento sua ausência prejudicou a pesquisa, uma vez que houve saturação de dados relativos aos outros sujeitos respondentes.

4.2 A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA LOCAL: UM OLHAR A PARTIR DO CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS (CIEPS)

No contexto brasileiro, as análises e discussões sobre desenvolvimento e território perpassam necessariamente pela constituição histórica de complexas estruturas produtivas. Complementarmente à produção do espaço geográfico, os padrões de sociabilidade e de consumo, no Brasil, foram ganhando contornos mediante articulações do Estado. Representada pela divisão de poder a partir da Constituição de 1988, a descentralização descortinou falhas e lacunas na política administrativa nacional, fato encarado desde então por regiões e municípios. (BRANDÃO, 2012).

Com isso, as economias produtivas regionais se recondicionaram, interpeladas por processos de integração e de polarização. A concorrência intercapitalista e seletiva nos espaços abertos pela homogeneização do capital foi potencializada pela ação operante e posteriormente inoperante do Estado. Essa configuração contribuiu para a estruturação de escalas de desenvolvimento, as quais combinadas com a própria natureza desigual das regiões e as forças produtivas em diferentes níveis, possibilitaram a geração de polaridades constituídas por arranjos produtivos centrais e periféricos. (BRANDÃO, 2012).

Discussões mais acaloradas sobre a temática do desenvolvimento, numa abordagem territorial e suas escalas, vieram à tona a partir dos anos 1990, em especial pelo processo de mundialização do capital e a globalização dos povos. Necessário se faz, portanto, compreender a contemporaneidade acentuada por essa perspectiva dualista, global/local, especialmente onde a dimensão territorial pode e deve ser estudada considerando seu caráter endógeno⁷⁴. Nesse contexto, emergem-se relações entre agentes e sujeitos nas lacunas deixadas pela presença dos fatores exógenos representados, geralmente, pelo Estado e pelo mercado. (BRANDÃO, 2012).

Nesse sentido, os vários recortes multiescalares (local, regional, nacional, internacional) são passíveis de análises e articulações, assim, “[...] selecionar a escala mais conveniente dos problemas faculta melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas [...]”. (BRANDÃO, 2008, p. 154). Entende-se, assim, que a transescalaridade passa pela significação do global, não como imposição sobre o local, mas no sentido de (re)significação, de complementaridade, onde o local é pautado na totalidade e potencialidade

74 Desenvolvimento endógeno é aquele emergido pelas ações que buscam transformar o padrão socioeconômico imposto, reagindo aos problemas externos. Em outras palavras, propõe uma aprendizagem social através de ações coletivas em nível local, em pequena escala. (GAROFOLI, 1995).

do global para produzir identidades e relações territorializadas, diferenciadas de acordo com cada localidade. (SAQUET, 2022. Informação verbal)⁷⁵.

Toma-se, portanto, que o desenvolvimento territorial ocorre a partir das múltiplas articulações entre Estado, mercado e as necessidades de reprodução social da sociedade. Contudo, entende-se que não é salutar que deixemos à revelia, e sem resistência, que o mercado aja livremente sobre os territórios. Em assim sendo, acredita-se na articulação de agentes, onde haja equilíbrio entre interesses privados e coletivos, econômicos e sociais, estimulando possibilidades e oportunidades, nas quais se tenha a intra e a interrelação dos agentes envolvidos.

Unir análises que tratam o desenvolvimento em nível local com abordagem territorial é algo que contribui para novos direcionamentos e entendimentos, numa relação dialética entre as formas estruturais e o regime de acumulação capitalista na sociedade. Nessa perspectiva, é importante evidenciar como Saquet (2006), que na geografia, não obstante a retomada do conceito de território desde as décadas de 1950-60, as análises territoriais na temática desenvolvimento apresentam efeito limitante, devendo-se considerar sua interpretação pela apreensão da realidade para configurações e procedimentos teórico-metodológicos.

Referenciando-se, pois, à Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, Angelo Turco e Eugenio Turri, geógrafos italianos à exceção de Raffestin, Saquet (2006) busca por “[...] abordagens *renovadas* do conceito de território, [...] na dinâmica socioespacial das temporalidades e territorialidades” para conduzir suas propostas. (SAQUET, 2006, p. 72. Grifo do autor). Para melhor compreensão, o quadro 14 apresenta aspectos materialistas e elementos de análise para a abordagem territorial do desenvolvimento com base nos autores apresentados. Insta esclarecer, que percorrer a temática do desenvolvimento é compreender que há distintas configurações territoriais, constituídas pela produção e apropriação dos espaços, coexistindo-se em relações transescalares ao longo do tempo. (SAQUET, 2022).

75 Fala do professor Marcos Aurélio Saquet. Aula: A geografia como ciência territorial e popular: uma práxis descolonial. Disciplina Questão Agrária, Território e Agricultura, professor Dr. João Cleps Júnior. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1º semestre, em 29 abr. 2022.

Quadro 14 – Elementos de análise e contribuições materialistas para estudos territoriais.

Autor	Aspectos de abordagem	Contribuição
Raffestin (1980,1981,1993)	<ul style="list-style-type: none"> • Caráter político do território; • Espaço modificado pelo trabalho revelando relações de poder; • Sistema territorial; • Natureza (recursos naturais) como elemento presente no território; • Processo T-D-R (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). 	<ul style="list-style-type: none"> - O poder está presente nas ações do Estado, mas também de instituições, empresas e nas relações sociais da vida cotidiana, visando o controle e a dominação sobre os homens e as coisas; - Há a cristalização de uma territorialidade, ou de temporalidades, no espaço, a partir de diferentes atividades; - Os atores sociais efetuam a repartição da superfície terrestre, a implantação de nós e a construção de redes; - O uso e a transformação de recursos naturais são instrumentos do poder na cristalização do território e das territorialidades, a partir da apropriação e produção do espaço geográfico. Este, muda de um lugar para o outro e em tempos diferentes, o que permanece é o arranjo social, espacial e territorial; - O processo TDR é influenciado, principalmente, por fatores econômicos. A territorialização é um processo de construção de relações sociais. A desterritorialização significa a perda do território, de limites e fronteiras, sobretudo, definidos pela atuação do Estado. A reterritorialização seria a reconstrução das relações sociais, numa (re)apropriação do território.
Dematteis (1985, 1995, 2001)	<ul style="list-style-type: none"> • Complexa combinação relacional e múltipla do território; • Processo de apropriação das condições territoriais; • Produto da socialização em dada formação territorial; • Compreendido como espaço-ambiente material modelado; • Considerado através de relações transescalares ou articulações territoriais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Há uma coexistência de fatos heterogêneos, onde desigualdades se combinam territorialmente, considerando também que componentes naturais influenciam processos sociais. Como produto social, o território combina relações entre pessoas, produção, circulação dentre outras, com clima, solo, cultura etc.; - Campo de domínio e controle centrado nas dimensões sociais e dinâmicas econômicas, políticas, culturais inerentes a um conjunto de lugares e inter-relações entre estes lugares; - Comunicação, trabalho, cooperação e troca são elementos considerados fatores de superações (mudanças), contradições e processualidade histórica. Assim, o território

	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas Locais Territoriais (SLOT) como forma analítica de compreensão da política territorial; 	<p>não compreende uma realidade natural, e sim, uma realidade material e técnica;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estado e mercado são considerados centralidade, ou seja, forças políticas e iniciativa privada não são consideradas duas instâncias separadas em níveis distintos, e sim, uma trama de relações sociais; - Através da representação e do estudo da vida cotidiana é possível apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global; - Tanto o território quanto a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e destes com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares entre diferentes níveis territoriais.
Turco (1988)	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e uso social; • Espaço que ordena três (03) ações do homem no processo de territorialização: denominação, reificação, estruturação; 	<ul style="list-style-type: none"> - O agir social é um agir territorial, pois constrói o território, marcando-o, sendo que este é também condição do poder e da reprodução social; - A denominação, para além da designação de nomes, significa controle simbólico realizado através da codificação, como aqui/lá, perto/longe dentre outras. A reificação significa um controle prático, exercido através de construções (formas visíveis) e usos do território (regras, normas) – a transformação do ambiente natural em construído socialmente. A estruturação do território corresponde a um dispositivo de controle, especialmente político, e substantivado por nós, redes e malhas.
Turri (2002)	<ul style="list-style-type: none"> • Produto histórico com mudanças, permanências e projeção espacial bidimensional (social e natural); • Periodização como centralidade; • Para efeito de pesquisa científica, pode ser entendido como: campeão, laboratório ou problema. 	<ul style="list-style-type: none"> - O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver (objetiva e subjetivamente). No território há identidade e/ou enraizamento; conexões escalares (relações internas e externas a cada lugar); heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; - O presente é o ponto de partida e a processualidade histórica é a explicação da dinâmica social e natural, tais como as mudanças que ocorrem nas relações de produção, nos meios de produção e nos modos de uso do território;

		- Campeão é a denominação para a escolha de uma pequena área, lugar, para ser estudado; laboratório é a possibilidade de haver a resolução de problemas teóricos em virtude de um banco de dados e há uma vivência no e com o território, possibilitando o planejamento deste; problema é a solução, o engajamento para o (re)ordenamento e a (re)configuração superando a realidade local.
--	--	---

Fonte: Adaptado de Saquet (2006, p. 73-81).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

A partir do quadro, entende-se como Saquet (2006), que as dinâmicas territoriais do desenvolvimento englobam conflitos e disputas, reflexos da apreensão de poder inerente ao processo histórico nas relações homem-natureza. Nesse interim, afetadas pela divisão territorial e internacional do trabalho, as territorialidades são resultado e condição deste processo histórico centrado no poder, nas redes e nas identidades de cada território. Enxerga-se, assim, que a análise geográfica do processo de desenvolvimento incumbe tratá-lo por sua condição espacial, sob a perspectiva escalar e histórica.

Em Saquet (2018), reflete-se ainda, que a discussão do desenvolvimento na abordagem territorial de base local deve levar em conta algumas premissas (quadro 15), que conforme o autor são condições para sua interpretação, pois traz à tona a participação dos sujeitos nesse processo, a fim de torná-lo uma realidade possível e alcançável.

Quadro 15 – Premissas para o desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural.

Premissas	Caracterização para o desenvolvimento com abordagem territorial
Paradigma de análise territorial	Identificar limites, avanços, contradições, desigualdades, diferenças, cooperações, degradações, preservações, identidades etc., para subsidiar participação em processos dialógicos.
Paradigma reticular	Interpretar os diferentes tipos de redes (curtas, intermediárias e longas, concretas e virtuais, efêmeras e duradouras), caracterizando e potencializando as redes de cooperação e solidariedade ancoradas localmente e em processos ecológicos e culturais.
Territorialidade ativa	Fomentar a cooperação voltada para o desenvolvimento por meio de uma práxis transformadora (dialógica, crítica e reflexiva) para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia decisória.

Ancrage (ancoragem) territorial	Estabelecer relações “ <i>face to face</i> ” envolvendo vínculos locais e redes curtas, identificando e potencializando: (i) comunidade de pessoas e um conjunto de empresas que se influenciam; (ii) empresas fornecedoras e consumidoras, em rede local para trocas especializadas vinculadas às redes mundiais; (iii) peculiaridades da comunidade local (famílias, mercado, empresas, escolas, igrejas, prefeituras e partidos políticos), diretamente relacionadas à valorização dos vínculos locais.
Proximidade geográfica e institucional	Constituir circuitos curtos por meio de processos de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes hegemônicos política e economicamente. A proximidade é o vínculo para valorizar pessoas, produtos, identidades culturais e informações de cada lugar e território, essencial para a constituição dos circuitos curtos de produção, comercialização, consumo de alimentos agroecológicos, por exemplo.
Consciência de inacabamento e humildade	Valorizar e potencializar a auto-organização e a autogestão como processo de transformação constante, aprofundando debates, pesquisas, renovação de técnicas e concepções. Utilizar coletivamente o que já fora realizado por outros, num movimento dialógico e contínuo de superação.

Fonte: Adaptado de Saquet (2018, p. 486-488).

Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Como paradigma reticular, quando Saquet (2018) interpreta a temática nas dimensões ecológica e cultural, direciona-a à materialidade, a ações dialógicas, ao debate, às relações de proximidade sedimentadas pela reciprocidade, questões presentes na agroecologia, por exemplo. Considera-se, contudo, que devido à natureza das configurações e reconfigurações dos espaços, bem como a interação dos vários agentes que interagem nos territórios (atores sociais e políticas locais), pode ocorrer, e geralmente ocorre, resultados não homogêneos, mas sim, diferenciados conforme cada localidade. Assim, buscar pelas peculiaridades, os diferentes ritmos e níveis em relação à uma realidade (SAQUET, 2018) é condição no sentido de transformação e mudança. Analiticamente, uma das maneiras de se fazer é a partir de sistemas locais territoriais (SLOT), como proposta de Dematteis (2008).

Alguns elementos que compõem o SLOT, a saber: (1) rede local, estruturada por relações entre indivíduos e/ou coletivos (presentes ou potenciais no território); (2) “*milieu*” local, ou seja, onde a rede atua, considerando recursos materiais e (i)materiais (subjetivos, simbólicos) historicamente construídos ou próprios do local; (3) interação entre a rede local, o “*milieu*” e os ecossistemas locais, que podem (re)significar apropriações simbólicas e/ou materiais e transformações multidimensionais através de recursos (existentes ou potenciais) no

local onde as redes atuam; (4) interação entre a rede local e as redes globais, possibilitando novas configurações para o “*milieu*” local. (DEMATTEIS, 2008).

Esse “modelo”, segundo o autor, serve para projetar ações de desenvolvimento local, na abordagem territorial, posto que se constrói a partir do que já existe, projetando-se o que será construído. Nesse sentido, as territorialidades representariam uma espécie de operacionalidade para que o processo de desenvolvimento possa ser palatável “[...] à análise e descrição da realidade e das potencialidades sociais e territoriais já existentes para se construir, a partir disso, os sistemas, ao mesmo tempo, territoriais e sociais”. (DEMATTEIS, 2008, p. 35). O desenvolvimento, para o autor, enseja articulações em diferentes níveis escalares para alicerçar as ações no âmbito das políticas municipais, estaduais e nacionais.

Recorre-se, pois, à Santos (2014a) para o entendimento de que, não obstante à ordem global que desterritorializa, [...] no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação”, a ordem local reterritorializa através do “[...] cotidiano imediato, localmente vivido”. A racionalidade global prima pela informação, enquanto a razão local enfatiza a comunicação. “Cada lugar⁷⁶ é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. (SANTOS, 2014a, p. 170).

Nessa perspectiva, pensa-se como Saquet (2018) que as possibilidades de reterritorialização mostram caminhos palatáveis para a agroecologia e para a economia popular solidária. O autor elenca alguns elementos de análise próprios do território, e sobre eles, expõe características e limites da territorialização; fatores e impactos gerados pela desterritorialização; e possibilidades de retorno ao território (reterritorialização). Os elementos de análise, a saber:

76 Milton Santos, na obra “Da Totalidade ao Lugar”, aborda o espaço geográfico relacionando-o ao território através do movimento da sociedade e do conteúdo dos processos, que mudam em função de transformações interdependentes universal e localmente. Ao destacar possibilidades horizontalizadas, cuja centralidade enfoca relações territoriais espacialmente localizadas, Milton Santos não descaracteriza a noção de região, muito pelo contrário, ao recorrer à notoriedade do lugar, numa perspectiva dialética em relação ao global, Milton Santos delinea o conceito de horizontalidades e verticalidades. Especialmente, no Brasil, há “[...] manchas de meio técnico-científico contíguo” representando áreas concentradas, “[...] uma segmentação vertical do território enquanto mercado, na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual”. Na medida em que essa perspectiva caracteriza desafio às configurações regionais, haja vista que representa uma certa desorganização do espaço, este, pode reorganizar-se “[...] a partir dos mesmos polos dinâmicos. [...] Supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar a uma nova horizontalização das relações que estejam não apenas a serviço do econômico, mas também do social”. (SANTOS, 2014a, p. 135). Nesse sentido, as horizontalidades, na perspectiva da categoria região e lugar, caracterizam-se pelo conjunto de lugares vizinhos unidos por relações de proximidade e processos sociais.

- i. Natureza inorgânica: água, solos, coberturas vegetais, geomorfologias, climas;
- ii. Sujeitos, relações e classes: produtores ecológicos de alimentos, geração de energia; comandos locais, regionais; organizações e mobilizações onde haja relações de confiança e reciprocidade, objetivos, metas, ritmos, necessidades;
- iii. Mediadores (i)materiais: Estado federal, estadual e municipal; empresas privadas e públicas; técnicas e tecnologias; associações, ONGs e sindicatos; movimentos sociais;
- iv. Práticas espaciais e temporais (i)materiais: diferentes ritmos de vida; apropriações temporárias ou não; iniciativas de luta e resistência ao capital e ao Estado burguês;
- v. Identidades culturais: ancoragens (vínculos com o lugar e território); pertencimento/reconhecimento; mobilização e luta política; patrimônio histórico; cultura camponesa (coexistência de cooperação, solidariedade e mercado) no campo e na cidade;
- vi. Redes locais, não locais e nós⁷⁷ (em distintas escalas): redes autocentradas (locais e regionais) e heterocentradas (nacionais e internacionais); continuidades espaciais (rurais/rurais; urbanas/rurais; urbanas/urbanas) para comercialização, sinergias e reciprocidade.

Tanto os elementos de análise para estudos territoriais quanto as premissas do desenvolvimento territorial, como apontados em Saquet (2006, 2018) ensejam a prática do trabalho participativo, especialmente no que diz respeito à articulação de agentes de transformação. (SAQUET, 2021). Nessa perspectiva, deve-se potencializar a identificação, as discussões e a definição de soluções, sobretudo, com participação e diálogo. A partir das singularidades dos coletivos, respeitando o conjunto e as peculiaridades da localidade, deve-se alçar “[...] à valorização dos sujeitos do campo e da cidade, à ativação das territorialidades, à integração universidade-sociedade local”. Esse processo deve envolver lideranças, tais como instituições colaboradoras, equipes interinstitucionais dentre outras. (SAQUET, 2021, p. 60).

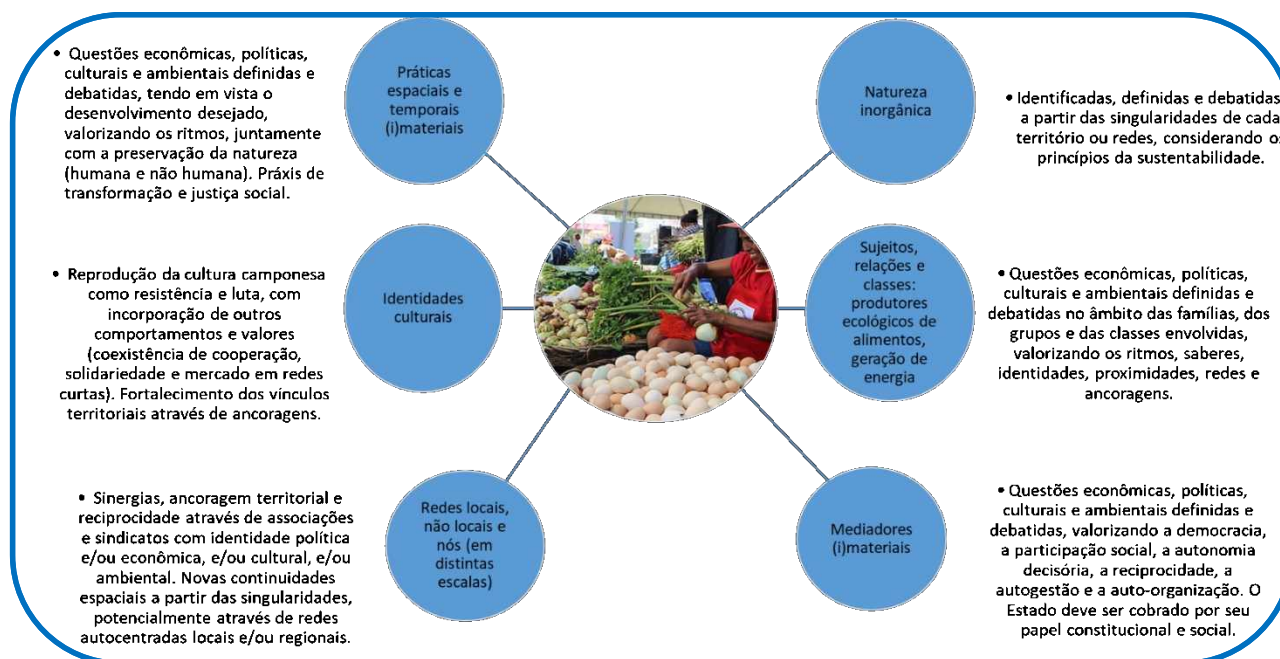
⁷⁷ Roberto Lobato Corrêa ilustra que rede geográfica é “o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos”. (CORREIA, 2012, p. 200). O autor determina as seguintes dimensões de análise de uma rede geográfica: (1) organizacional, estrutura interna da rede; (2) temporal, relativo ao tempo de atuação da rede; (3) espacial, espaço de atuação da rede. Corrêa (2012) ilustra o conceito de redes de economia solidária, como redes sociais espacializadas. “São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação.” (CORREIA, 2012, p. 200). As redes incorporam agentes e movimentos de toda ordem, sendo que geralmente são ilustradas geograficamente pela teoria dos grafos e os nós representam os pontos de interligação, por exemplo, agentes políticos; sociedade civil; universidades, dentre outros, no intuito de trocar informações e cooperar entre si.

Em Francisco Beltrão (PR), Saquet (2021, p. 59) exemplifica iniciativas e resultados de articulações entre “[...] camponeses agroecológicos e distintos colaboradores institucionais, principalmente ONGs, associações e sindicatos de trabalhadores rurais”. O desenvolvimento “territorial raiz”, como aponta o autor, envolve articulações através das quais são transformados “[...] diretrizes e práticas, e, as práticas, em princípios e diretrizes para o trabalho participativo especialmente por meio do envolvimento dos distintos sujeitos, na pesquisa e na ação [...]”. (SAQUET, 2021, p. 60).

Em três projetos acompanhados pelo autor, Projeto Vida na Roça (PVR) - 1996-1998; Projeto Vida no Bairro (PVB) - 2002-2006; e, Agricultura familiar agroecológica como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial (AGROEC-USF) - 2009-2012, o conhecimento e os saberes populares geraram contribuições para melhores condições de vida das comunidades envolvidas. Embora com funcionalidades diferentes, é através do território que se materializam novas configurações, por exemplo, circuitos curtos de comercialização, que através de redes fazem emergir o coletivo e o solidário.

Nesse propósito, Saquet (2018) apresenta algumas possibilidades de reterritorialização a partir dos elementos de análises supracitados, que representam uma concepção voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial (figura 12).

Figura 12 – Reterritorialização voltada para cooperação e desenvolvimento territorial.



Fonte: Adaptado de Saquet (2018, p. 493-494).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Na pluridimensionalidade, utilizando-se das possibilidades de reterritorialização conforme a figura 12, o PVR por exemplo, agregou as seguintes perspectivas práticas: (i) produção agropecuária, através de eliminação de agrotóxicos, manejo florestal e recursos hídricos; (ii) saúde e saneamento ambiental, potencializando questões como família, habitação e infraestrutura; (iii) lazer e cultura, com realização de oficinas, cursos e recreação; (iv) educação escolar, estimulando a participação dos sujeitos das comunidades envolvidas e divulgação das atividades. Os resultados positivos da reterritorialização nos projetos de pesquisa-cooperação são sinalizados por Saquet (2021, p. 60-61).

As concepções de participação, interdisciplinaridade, solidariedade, (in)formação continuada e diversificação das atividades de trabalho e culturais, supracitadas, bem como a interinstitucionalidade de cada projeto, demonstraram-se estreitamente vinculadas e de vital importância na realização das pesquisas e das ações previstas em cada um dos três projetos realizados. Sempre que necessário, os objetivos e as ações foram ajustados, tentamos alternar atividades de pesquisa, discussão, mobilização, formação, reivindicação e atuação a partir de cada plano de ações construído em cada projeto de pesquisa-cooperação.

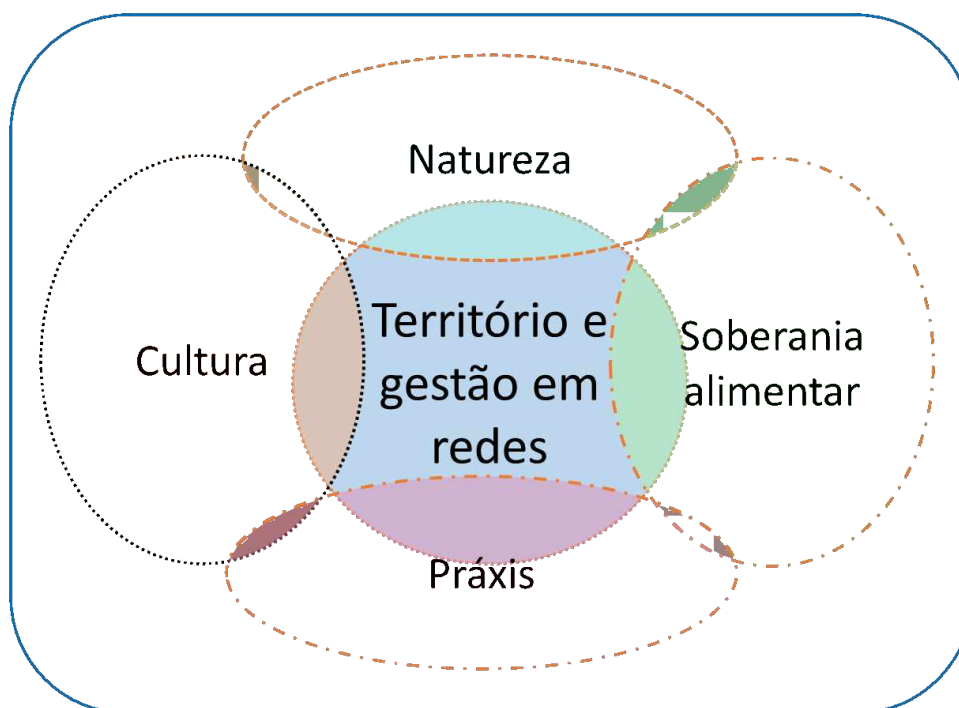
Importante destacar, que ligadas às premissas do desenvolvimento territorial local (SAQUET, 2018), alguns elementos são fundamentais para que os projetos baseados em pesquisa-cooperação tenham resultados promissores. Exemplificados em Saquet (2021), os projetos apresentaram as seguintes características, a saber:

- Equipes interdisciplinares, interinstitucionais e (in)formativas (ONGs, Estado, sindicatos e associações, camponeses e cidadãos);
- Criação e/ou fortalecimento de colaborações técnicas, científicas e formativas;
- Estratégias de luta contra o agronegócio e o Estado burguês;
- Criação e/ou fortalecimento de espaços de aprendizagem, ou seja, território para debates e decisões, de mobilização, resistência popular e contra-hegemonia.

A participação popular, nesse sentido, é o sedimento necessário para que se estabeleça uma “[...] gestão territorial dialógica na direção da soberania alimentar e popular”, conforme figura 13, no intuito de potencializar conhecimentos plurais, valorizando territorialidades e estabelecendo compromissos. (SAQUET, 2021, p. 69). Assim, diferentemente do desenvolvimento como crescimento econômico, o desenvolvimento territorial local depende das articulações constituídas pelos “[...] ecossistemas, a participação popular, a justiça social, a

recuperação e preservação ambiental, a valorização do saber-fazer popular, o pequeno negócio”, que (i)materializadas nas redes curtas de cooperação e solidariedade, favorecem a qualidade de vida de indivíduos e coletivos tanto no campo quanto na cidade. (SAQUET, 2021, p. 72).

Figura 13 – Ilustração da gestão territorial na práxis de pesquisa e cooperação.



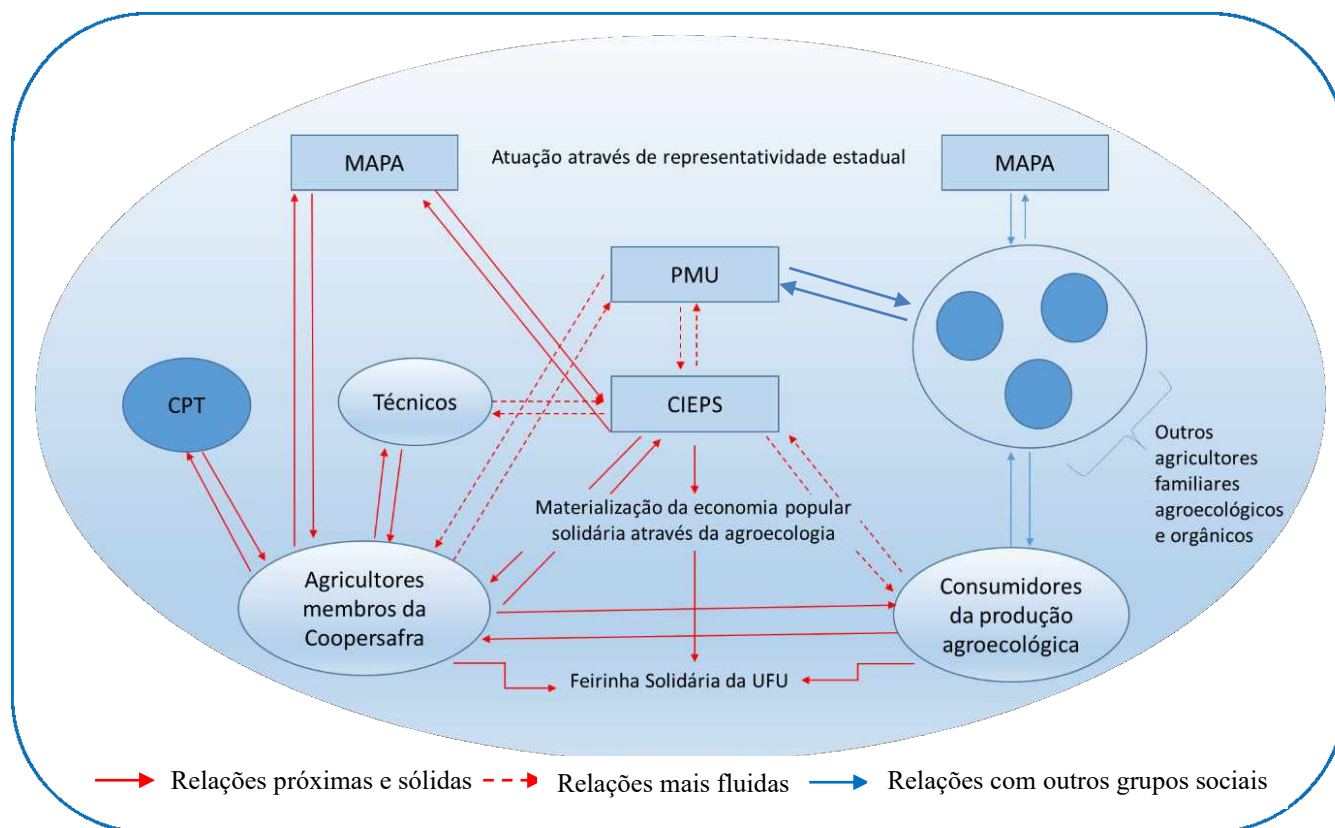
Fonte: Saquet (2021, p. 70).

Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Nesse entendimento e a critério de visualização, tomando-se Dematteis (2008) e Saquet (2006, 2018, 2021), a figura 14 busca contribuir com o entendimento das principais articulações presentes no cotidiano dos agricultores familiares camponeses, sujeitos protagonistas desta tese. Cabe ressaltar que, atualmente, esses agricultores são membros da Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia (COOPERSAFRA), fundada em 23/01/2018⁷⁸, constituída em organização produtiva solidária (OPS) assistida pelo CIEPS.

⁷⁸ De acordo com o CIEPS (2022), a COOPERSAFRA representa a legitimidade de uma história de luta e resistência dos trabalhadores assentados da reforma agrária. Seus membros também enaltecem sua construção desde a concepção das associações que a originaram. A Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMA), criada em 2009, tinha por objetivo promover a inserção dos agricultores familiares aos circuitos curtos de comercialização, através da produção por meio de mandalas agrícolas. Os propósitos da COOPERSAFRA também são congregados pela Associação de Mulheres Artesãs, Agricultores Familiares e Grupos de Afinidades (AFAGA).

Figura 14 – Principais articulações presentes no sistema local territorial da COOPERSAFRA em Uberlândia (MG).



Fonte: Adaptado de Dematteis (2008, p. 35-36).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

A figura 14, construída a partir da pesquisa empírica desta tese, interpreta que o CIEPS é o agente centralizador do SLOT e busca trabalhar como articulador para que ações e relações atuais e novas configurações sejam projetadas na direção de projetos de transformação e desenvolvimento. Desde o ano de 2013, o CIEPS recebe fomento constante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para atividades ligadas à agroecologia. Com sua institucionalização, em 2020, como órgão diretivo vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFU), o CIEPS espera melhorar ainda mais sua representatividade no “*milieu*” local, possibilitando novas articulações sem deixar de defender os propósitos dos coletivos assessorados. “Falar em núcleo de agroecologia dentro e fora da universidade é passar pelo CIEPS. Somos referência, não só para os movimentos sociais, mas também para construções interdisciplinares”. (Entrevistada 01, 2022).

Na figura, buscou-se identificar os principais agentes que se relacionam e comparecem no cotidiano da COOPERSAFRA. Partindo-se da atuação do CIEPS, por isso representado ao centro, entende-se que a feirinha solidária da UFU proporciona a materialidade necessária para que as racionalidades locais sejam evidenciadas. “[...] a feirinha é uma dinâmica importante e

todas as tarefas que têm a ver com o processo tanto da produção como da comercialização dos produtos no mercado tem relação com a incubação”. (Entrevistada 01, 2022).

No CIEPS, quando a gente começa o processo de assessoramento, a grande contribuição que dá sentido é recuperar a lógica do trabalho, que volte o conhecimento de todas as etapas do processo do trabalho para aquele grupo. Isso significa assumir as tarefas da gestão, a gestão do relacionamento entre eles (produtores), com os consumidores e com a sociedade. Você reassume as responsabilidades que em algum dia foram retiradas de você. Quando você reassume essa autogestão, não é só fazer um trabalho contábil, não é só fazer o marketing de alguma coisa, mas é gerenciar inclusive as relações políticas. (Entrevistada 01, 2022).

Tomando-se a centralidade do CIEPS e as relações emergidas pelo processo da produção, comercialização e consumo que permeiam o cotidiano da COOPERSAFRA, foi-se desenhando as conexões presentes na figura, em relação aos agentes de transformação que detém, ou não, relações próximas e potenciais com os atores sociais estudados. Nota-se que foram evidenciadas setas vermelhas contínuas representando relações mais próximas e sólidas; setas vermelhas pontilhadas representando relações mais distantes e fluidas⁷⁹; e setas azuis para relações com outros grupos sociais. As interações da COOPERSAFRA em relação ao CIEPS, aos técnicos, à CPT e ao MAPA, denotam que a identidade do coletivo é preservada e evidenciada por sua construção histórica. Percebe-se que essas relações caminham na direção de novas possibilidades, evidenciando o “[...] sentido de pertencimento, as memórias do passado, mas também, e sobretudo, em termos de organização do sistema, isto é, como coesão para o planejamento futuro”. (DEMATTEIS, 2008, p. 36).

A figura 15 representa a importância da presença do CIEPS como centralidade para relações entre a COOPERSAFRA e outros agentes de transformação, entendendo-se, pois, que a partir da consciência de classe e lugar é possível construir a práxis, que passa a ser materializada na valorização das potencialidades locais. (SAQUET, 2017; ORTEGA, 2008).

79 Tanto as relações próximas e sólidas quanto as relações distantes e fluidas foram perceptivelmente identificadas através da pesquisa empírica desta tese.

Figura 15 – Exemplos de identidade visual representando a valorização das potencialidades locais nas propriedades e produção agroecológica assistidas pelo CIEPS.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotos tiradas em 21 e 22/09/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Na figura⁸⁰, observa-se que a importância dos agentes de transformação no dia a dia da COOPERSAFRA evidencia os vínculos de pertencimento, de significância, que representa

80 Em sentido horário, banner disposto na parede de acesso à cozinha no sítio Nossa Senhora da Guia, uma das propriedades membro da COOPERSAFRA. Placas ilustrativas e conteúdos voltados à agroecologia e economia popular solidária no sítio Videira, propriedade também membro da COOPERSAFRA. Proprietário do sítio Videira e representante da COOPERSAFRA. Produtor de Monte Carmelo, membro da COOPERSAFRA, mostrando banner que representa sua produção. As fotos foram tiradas, em 21 e 22/09/2022 em visita às propriedades.

potencialidades locais, corroborando assim, atuais e novas configurações territoriais por meio das relações de proximidade, cooperação e solidariedade.

A universidade com o CIEPS, esses técnicos maravilhosos que nos ajudam todos os dias, sem pessoas comprometidas com a nossa causa no poder público, como que nos fortalecemos, é impossível. É preciso que todos compartilhem não só dos pensamentos, mas principalmente, das ações. (Representante da COOPERSAFRA, 2022. Informação verbal⁸¹).

Como espaço catalisador, o CIEPS propicia a união do conhecimento científico ao conhecimento popular, uma vez que o conhecimento popular (re)significa a academia, visto que “[...] problematiza a partir do mundo real e, para os movimentos sociais, é o acesso a esse conhecimento científico”. (Entrevistada 01, 2022). Vale ressaltar, que não só o conhecimento popular, mas também a construção histórica do coletivo é enaltecida como memória e ideologia.

A CPT, por exemplo, que acompanha este coletivo há anos, enfatiza a história de lutas e conquistas como memória, “[...] que não dá pra esquecer, isso é primordial. Não é a pastoral que vai detalhar o que é determinante, são eles próprios, o ápice é a organização deles, se organizaram com o apoio da universidade e estão caminhando”. (Entrevistado 05, 2022). Nas palavras do representante da CPT, observa-se que a memória de conquista, de luta e de classe na busca pelo direito à terra e ao trabalho, são pontos cruciais que sinalizam como os sujeitos que vivenciam o território, se apropriam do local e constroem suas territorialidades.

As territorialidades, tanto ativa quanto passiva, de acordo com Dematteis (2008, p. 34), não são “[...] o resultado do comportamento humano sobre o território, mas [...] o conjunto de práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material” e (i)material, como complementa Saquet (2006; 2021). Robert David Sack e Claude Raffestin representam o conceito de territorialidade ativa e passiva ligando-o às relações de poder e coerção, essa última, com mais propriedade em Sack. (DEMATTEIS, 2008). Em Raffestin, destaca-se que o território e suas possibilidades de territorialização como a produção do espaço, constitui-se por “[...] ações intencionais conduzidas por atores sintagmáticos, que, ao se apropriarem do espaço de maneira concreta ou abstrata, territorializam o espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Reforça-se, dessa maneira, que a “territorialidade passiva” ocorre quando os sujeitos que vivenciam determinado território são influenciados por comportamentos/estratégias de controle, muitas vezes provenientes de grupos dominantes, e não empregam resistência. Em

81 Em visita de representantes do MAPA à membros da COOPERSAFRA e suas propriedades rurais, em 22/09/2022.

outras palavras, quando influenciados, não consideram ou não preveem possibilidades de ação contrárias e autônomas. Já, a “territorialidade ativa” é o oposto. Nas formas ativas, a territorialidade se configura em “[...] estratégias de resposta/resistência com relação às imposições de controle, contribuindo para realizar mudanças e inovações”. (DEMATTEIS, 2008, p. 35).

Entende-se, portanto, que a territorialidade é uma condição socialmente construída através de relações pautadas em posicionamentos ativos ou passivos, a partir dos quais, gerar-se-ão significados para o território. Ressalta-se, que apresentar territorialidade ativa é uma condição apontada por Saquet (2018) para que o desenvolvimento territorial local seja uma realidade. Nesse entendimento, percebe-se que para a COOPERSAFRA, a territorialidade gerando significado no e para o território é a tradução do propósito e da ideologia para sua existência, todas as articulações partem desse pressuposto. Nas palavras do representante da CPT, “[...] tivemos um papel importante na construção e na existência dos assentamentos, nas conquistas e nas lutas. Na Carinhosa⁸², por exemplo, a gente viu como foi, a persistência e a coragem deles tem que ser louvadas”. (Entrevistado 05, 2022).

Observa-se que as relações sólidas, construídas especialmente, através da CPT, do CIEPS e dos técnicos que atuam diretamente no cotidiano da COOPERSAFRA, faz com que o sentimento de pertencimento e de valorização das conquistas seja enaltecido. Importante salientar, que colaboram com o CIEPS, professores, pesquisadores, extensionistas, técnicos e discentes de diferentes unidades acadêmicas da UFU, dos cursos de Administração, Gestão da Informação, Administração Pública, Educação, Jornalismo, Economia, Ciências Jurídicas, Design, Ciências Sociais, Ciências da Informação, Engenharias (Produção, Agronômica, Ambiental), Veterinária, Psicologia, Zootecnia e Nutrição, articulados a partir das unidades do CIEPS, nos municípios os quais a UFU atua regionalmente. (CIEPS, 2022).

Em relação aos técnicos que compuseram parte do *corpus* de pesquisa desta tese, estes, atuam diretamente com os agricultores, especialmente nas técnicas de manejo e melhoramento da produção agroecológica. Percebe-se, que a prática através de participação e mobilização, levando em consideração as peculiaridades do coletivo e do lugar, permite que essa relação seja sedimentada em necessidades e vínculos locais, vislumbrando-se os sistemas produtivos presentes nessa realidade. (SAQUET, 2017).

Através de mutirões, que ocorrem geralmente uma vez por semana em sistema rotativo de trabalho, percebe-se que há profissionalização, mas muito mais que isso, há também o

82 O Assentamento Celso Lúcio/A Carinhosa será contextualizado no próximo capítulo desta tese.

acolhimento e a atenção pela compreensão de classe e de lugar. Em outras palavras, o entendimento das particularidades do local, faz com que a construção da relação técnicos/agricultores seja sedimentada em sentimentos de justiça e base ecológica. Há, portanto, uma apropriação de espaço e tempo, como elementos essenciais e indissociáveis para a construção de significados no e para o território, levando em consideração as várias dimensões da vida cotidiana dos sujeitos que o vivenciam. (SAQUET, 2006). A figura 16 mostra um dia de mutirão e reunião com técnicos, na qual houve alinhamento de ações com propósito coletivo.

Figura 16 – Exemplo de mutirão e reunião com prática dialógica para alinhamento de propósito coletivo.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotos tiradas em 04/08/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

A figura⁸³ representa o caráter dialógico e reflexivo das ações como uma maneira de buscar, na resistência das práticas agroecológicas, por exemplo, o estímulo contra-hegemônico nas formas de produção, comercialização e consumo. Essa condição, materializada na agroecologia e na perspectiva dos técnicos que compartilham de um mesmo propósito é a representatividade de um significado “[...] heterocentrado com redes curtas de cooperação e solidariedade, construído pelas pessoas em seus territórios - muito bem ancorado -, considerando os ecossistemas, a participação popular, a justiça social, a recuperação e preservação ambiental [...]” dentre outros elementos singulares do desenvolvimento territorial. (SAQUET, 2021, p. 72).

Em um sistema agroecológico de produção a proposta é que a gente cresça junto, evolua, que a gente saia de uma condição daquele que atende às vontades do patrão para se tornar o próprio patrão da sua proposta. E nesse caminhar, nesse processo, a gente vai construindo processos, trabalho coletivo, organização e planejamento de trabalho que vão te dar outras caminhadas, outro chão. Para um produtor rural, camponês, familiar, de lote pequeno, a gente pretende implementar e desenvolver sistemas agrofloretais de produção pra que ele tenha a possibilidade de inicialmente comercializar, produzir para comercializar produtos que não só sejam sem veneno, mas produtos diversos de hortaliças à legumes, temperos beneficiados, pra daqui dois anos estar produzindo café, pra daqui três, quatro anos estar produzindo cacau, tamarindo, frutas, sementes, pra daqui quinze anos falar que recuperou três, quatro, cinco nascentes. (Entrevistado 03, 2022).

Interessante observar, pela perspectiva de Ortega (2008), que o “*embeddedness*” ou “enraizamento” como denomina o autor, é uma realidade deste coletivo, ou seja, as especificidades e particularidades do cotidiano resultam na racionalidade existente e facilitam internamente a cooperação. Contudo, esse mesmo enraizamento pode propiciar também, como aponta o autor, dificuldades tanto internas quanto externamente, ou seja, prejudicar relações sociais, econômicas, políticas, culturais entre outras, que em diferentes contextos, podem “[...] explicitar a articulação de iniciativas da economia solidária com os espaços onde estas estão inseridas.” (GODOY, 2013, p. 06). A feirinha solidária da UFU (figura 17) é um desses espaços, que representa a materialidade da economia popular solidária, através da agroecologia. “A feirinha é um espaço onde a dinâmica social e a organização das atividades produtivas e

83 Em sentido horário, dois agricultores em trabalho esquema mutirão no sítio Nossa Senhora da Guia; reunião com membros da COOPERSAFRA, após o almoço no sítio Nossa Senhora da Guia; a mesma reunião por outro ângulo, estavam presentes os membros da COOPERSAFRA que participaram do mutirão e quatro técnicos; técnicos e duas agricultoras recebendo explicações sobre o manejo agroflorestral para o dia de mutirão; dois técnicos e dois agricultores preparando um canteiro com cama orgânica para recebimento de mudas. As fotos foram tiradas em 04/08/2022, num dia de mutirão de trabalho coletivo, no sítio Nossa Senhora da Guia.

reprodutivas podem ser visualizadas. É a materialização do que planejamos e, como prática, representa o ápice da relação produção, comercialização e consumo”. (Entrevistada 01, 2022).

Figura 17 – A feirinha solidária da UFU como espaço que congrega produtores, consumidores e agentes de transformação ligados ao CIEPS.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotos tiradas em 13/08/22. Grupo WhatsApp – Feirinha Solidária da UFU.

Foto tirada em 24/09/2022.

Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Pela figura⁸⁴, destaca-se que as organizações que trabalham no conceito de economia solidária poderiam ser denominadas como “redes de colaboração solidária”, posto que

84 Em sentido horário, exposição de excedentes para a comercialização; produtores e alunos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), auxiliando a comercialização de alimentos/mercadorias agroecológicas na feirinha, ao fundo, consumidores respondendo à pesquisa desta tese; por outro ângulo, produtores e alunos do IFTM preparando a entrega de alimentos; produtora explicando aos alunos sobre a preparação dos alimentos para a comercialização e consumidora conversando com um produtor. A primeira foto, em sentido horário, faz parte da mídia do grupo (*WhatsApp*) Feirinha Solidária da UFU, as demais foram tiradas em 13/08/2022.

conceitos como autonomia, autogestão, trabalho em conjunto, princípios compartilhados em todas as dimensões do conceito da economia solidária são vislumbrados. Essa condição, concomitantemente à produção e ao consumo, caracterizam os arranjos produtivos com cunho social. (MANCE, 2005).

Contudo, toma-se Ortega (2008) para ressaltar que essa verticalização precisa comparecer em termos de políticas territoriais implementadas pelos órgãos governamentais. A próxima seção apresenta um melhor detalhamento dos agentes verticalizados que mantém relação com a COOPERSAFRA e que compuseram o recorte da pesquisa empírica desta tese.

4.3 AS POLÍTICAS TERRITORIAIS RURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA REALIDADE DOS AGRICULTORES ASSESSORADOS PELO CIEPS

Até aqui, entendeu-se que projetos voltados para o desenvolvimento territorial local ensejam a participação de múltiplos agentes e, que estes, enfrentam dificuldades e desafios. Qualquer processo de reterritorialização se constitui por potencialidades locais, conquanto concilie elementos externos e, estes, podem ou não oferecer as articulações/contribuições necessárias. Frisa-se, que a atuação do Estado “[...] é fundamental tanto na constituição de uma infraestrutura básica como no fomento aos projetos identificados de maneira participativa pelos atores sociais locais”. (ORTEGA, 2016, p. 36). Identifica-se, pois, que é através dos atores locais que há possibilidades de reconhecer particularidades e problemas econômicos, sociais e ambientais, partindo assim, para a construção de articulações e caminhos alternativos que visem o desenvolvimento territorial.

[...] o sucesso das políticas de desenvolvimento territorial não pode residir apenas na indução de um arranjo socioprodutivo e aguardar que a autodeterminação das populações locais seja suficiente para viabilizar um processo de desenvolvimento endógeno. Nestes casos, o papel do Estado é fundamental tanto na constituição de uma infraestrutura básica como no fomento aos projetos identificados de maneira participativa pelos atores sociais locais. (ORTEGA, 2016, p. 36).

Quando o papel do Estado não é suficiente, este não auxilia, mas sim prejudica ou simplesmente não contribui com o processo de desenvolvimento territorial local. Esse é o caso dos territórios deprimidos⁸⁵, considerados menos atrativos à atenção das articulações de agentes de Estado e de mercado, por exemplo. Considerando que as articulações entre agentes de transformação, especialmente o Estado, são essenciais para que haja contribuições políticas, econômicas, sociais e ambientais ligadas ao desenvolvimento territorial de base local, convém um maior detalhamento do contexto brasileiro, ligado ao tema. Nesse contexto, as políticas territoriais brasileiras para o desenvolvimento em âmbito rural é ponto de pauta do próximo tópico.

85 Territórios deprimidos, na visão de Ortega (2008, 2016) são considerados espaços geográficos, consequentemente territórios, sejam rurais ou urbanos, cuja organização se configura na atuação de poder municipal. Geralmente são territórios que apresentam vários problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais e, consequentemente, configuram baixo potencial de desenvolvimento no olhar do Estado neoliberalista e das forças do capitalismo.

4.3.1 O Estado como agente de transformação e as políticas territoriais rurais brasileiras para o desenvolvimento

No Brasil, a abordagem territorial no planejamento governamental e na implantação de políticas de desenvolvimento é relativamente recente e concomitante a algumas questões dentre as quais, estímulo à descentralização; maior participação da sociedade; e valorização de processos endógenos de desenvolvimento. Segundo Ortega (2016), as políticas públicas rurais passaram a incorporar o recorte territorial no intuito de agregar municípios numa perspectiva intermunicipal – território zona – e estimular a criação de redes de cooperação e arranjos socioprodutivos na mitigação da pobreza e aceleração de processos de desenvolvimento.

Nos territórios zonas, aqueles com maior debilidade econômica e social, cuja participação do Estado deveria ser mais efetiva, buscou-se fomentar através dos arranjos socioprodutivos “[...] a participação de representantes da sociedade civil organizada, os quais tinham a atribuição de realizar diagnósticos, identificar e elaborar projetos de desenvolvimento local, bem como executar sua gestão”. (ORTEGA, 2016, p. 31).

Assim como em outros países latino-americanos e com vista ao desenvolvimento territorial, as políticas públicas descentralizadas brasileiras tiveram como referência as iniciativas europeias, Terceira Itália e Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Leader). Ambas as experiências sedimentaram suas ações entorno de atores locais, com potencial capital social territorial no intuito de agregar diversos segmentos sociais locais, como denominam Ortega, Cerqueira e Silva (2016). Os autores sinalizam, que na Terceira Itália ocorreu estímulo com relativa autonomia, enquanto as políticas de desenvolvimento territorial na experiência Leader, foram direcionadas especificamente aos territórios rurais dos países que congregavam a iniciativa.

Em outras palavras, nas iniciativas europeias houve efetiva atuação do Estado na dinâmica de influenciar e contribuir com o desenvolvimento local, articulando-se forças num processo denominado pelos autores como *bottom-up* (de baixo para cima). Consequentemente, ocorreu “[...] o reconhecimento da importância da participação da sociedade civil e das ações governamentais, particularmente, com a transferência de recursos públicos”. (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016, p. 23). Os autores explicam as estratégias utilizadas nas experiências europeias.

Duas estratégias de planejamento com vistas à adoção de políticas de desenvolvimento territorial: i) uma orientada desde cima (*top-down*), em que o desenvolvimento local é planejado pelas esferas superiores; e ii) outra de baixo para cima (*bottom-up*), em que os planos de desenvolvimento local são elaborados de forma descentralizada, por meio da participação das esferas públicas e privadas locais e remetidas para as instâncias superiores. (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016, p. 23).

O processo de desenvolvimento territorial de base local é mais efetivo quando há participação e articulações envolvendo vários agentes, contudo, e como apontam Ortega, Cerqueira e Silva (2016), deve-se atentar para que a comunidade local se organize, entenda e pratique ações que congreguem parcerias com governo e outros agentes de transformação. Complementa-se em Saquet (2021, p. 69), a importância da auto-organização nos projetos acompanhados em Francisco Beltrão (PR) e entorno.

A identificação, compreensão, representação, explicação, valorização e potencialização da auto-organização também foi vital em cada projeto, reivindicando-se do Estado, de maneira mais específica, o que fora demandado por cada grupo e classe social, em cada projeto efetivado e, de forma mais geral, que cumpra suas atribuições constitucionais e sociais.

Além da auto-organização, os vínculos culturais e as relações político-territoriais têm garantido resultados mais efetivos especialmente relacionados às redes curtas de produção e comercialização, por exemplo, certificação de produtos, ampliação e sistematização da produção e comercialização. (SAQUET, 2021). Com legitimidade e como apontam Ortega, Cerqueira e Silva (2016, p. 23), um planejamento de baixo para cima, fomenta maior participação da sociedade local, também propõe conhecer necessidades das famílias e características locais, além de promover “[...] relações locais mais democráticas”.

Numa percepção crítica, entende-se que elementos como política, economia e cultura são pontos fundamentais que permeiam a ideia de território “usado” e normatizado, nos quais as consequências do processo de globalização precisam estar contidas em qualquer análise sobre desenvolvimento territorial. Toma-se, portanto, a perspectiva de “territórios deprimidos” como colocado por Ortega (2008, 2016), para enxergar que a articulação entre população beneficiada (*bottom-up*) e investimentos públicos e privados (*top-down*) devem ser realizados com o objetivo de alcançar as necessidades das localidades.

Como todo processo desta natureza, há contradições e dificuldades, entre as quais se destacam as fragilidades das ações públicas (federais, estaduais e municipais), pois não conseguimos avançar qualitativamente com a mesma intensidade em todos os projetos realizados. No PVR, avançamos mais na concretização das relações de reciprocidade, na auto-organização política, na participação social, na pluralidade do desenvolvimento, especialmente por meio de práticas sustentáveis ambientalmente, a partir de uma significativa consciência de classe já existente entre os camponeses da comunidade de Jacutinga – Francisco Beltrão. (SAQUET, 2021, p. 61).

Entende-se, pois, a importância de se construir o processo de desenvolvimento endógeno e autônomo, com ações combinadas *bottom-up* e *top-down*, tomando por exemplo a referência da chamada Terceira Itália. Contudo, percebe-se que as limitações, dificuldades e contradições devem fazer parte da análise, bem como compreender as peculiaridades das articulações em cada localidade. As políticas territoriais implementadas nas experiências europeias, diferentemente do Brasil, continham substancial volume de recursos, especialmente para a iniciativa *Leader*⁸⁶, como reflete Ortega (2016). No caso brasileiro, consoante as políticas de desenvolvimento territorial local terem sido estimuladas, principalmente a partir da década de 1990, seu direcionamento neoliberal, combinado com a configuração dos arranjos socioprodutivos locais, não configurou um avanço esperado capaz de mitigar a pobreza e alcançar patamares competitivos para a agricultura familiar. (ORTEGA, 2016).

Em outras palavras, fatores como a precariedade na infraestrutura básica das localidades aliada aos poucos recursos, além de pouca capacidade para articulação local, denotaram os limites na construção de políticas públicas descentralizadas, aportadas estrategicamente em ações de desenvolvimento territorial local. Cabe ressaltar que o eixo norteador para o estabelecimento de políticas direcionadas ao desenvolvimento rural, tomou por centralidade o conceito de território, especialmente no governo Lula⁸⁷. Nesse âmbito, como aponta Ortega (2016), a partir do ano 2003, a dinâmica territorial passou a incorporar metodologicamente a criação de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento de municípios com perfil agrário, buscando propiciar articulações para a agricultura familiar.

86 Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (*Leader*). As políticas de desenvolvimento territorial na experiência *Leader*, foram direcionadas especificamente aos territórios rurais dos países que congregavam a iniciativa.

87 Apesar do enfoque territorial do desenvolvimento se mostrar mais atuante no governo Lula (2003-2010), Ortega (2016) destaca que o pioneirismo de política pública com abordagem territorial é datado de meados e fim da década de 1990, ainda no governo FHC. Em 28/06/1996 - decreto no. 1.946 - foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e no fim da mesma década, foi criado o Programa Comunidade Ativa com foco principalmente em municípios caracteristicamente rurais e com elevado índice de pobreza. À época, a similaridade com as experiências europeias ofereceu o tom para a implementação do Pronaf. A destinação de recursos aos municípios selecionados cumpria a seguinte lógica: o município deveria estabelecer um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e criar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), condição para o pleito dos recursos.

Para um melhor entendimento das ações de fomento e cooperação entre o poder público e a sociedade, o quadro 16 apresenta as principais políticas territoriais rurais brasileiras, no recorte do governo Lula (2003-2010), voltadas para as estratégias de desenvolvimento rural. Contudo, cabe destacar que, estas, tiveram seu lastro na capacidade estatal balizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), instituído nos anos 2000, “[...] durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em um momento que a questão agrária e a agricultura familiar ganhavam visibilidade e reconhecimento nacional”. O MDA foi extinto no ano de 2016 pelo ex-presidente Michel Temer. (MEDEIROS; GRISA, 2019, p. 8).

Quadro 16 – Principais políticas territoriais rurais brasileiras promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ano / Principais ações	Principais Programas	Caracterizações
2003-2005 Criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abarcando competências do MDA.	Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT) e Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), articulados através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs).	Em âmbito intermunicipal, a SDT detinha a função de instituir estratégias governamentais para o desenvolvimento rural, atuando sob a égide dos territórios rurais ⁸⁸ . No intuito de promover a construção e implantação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), o PRONAT era direcionado às regiões com predominância da agricultura familiar e beneficiários da reforma agrária. Os CONSADs, criados no âmbito do Programa Fome Zero, congregavam o fomento, o apoio logístico e o direcionamento de recursos para os projetos territoriais de geração de renda e segurança alimentar, numa

88 Contabilizando quarenta territórios aprovados em vinte estados, os territórios rurais, na concepção das políticas públicas territoriais, configuravam-se pelas seguintes características: (i) acordar pacto territorial para o desenvolvimento local; (ii) buscar pela congruência da relação campo-cidade; (iii) entender o espaço rural como múltiplo e diverso, na pluralidade de conceito e atuação; (iv) atuar, através de enfoque territorial, superando as fronteiras municipais. (ORTEGA, 2016).

			proposta de cooperação entre o poder público e a sociedade civil.
2008-2010	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Programa Territórios da Cidadania (PTC), desenvolvido a partir do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), sob a coordenação da Casa Civil.	<p>O PTC articulou ações em diversos Ministérios e atores sociais para o combate à pobreza rural. Diferentemente de outros programas, este não se limitou aos problemas pontuais com ações dirigidas. Com ações intervencionistas, foram constituídos comitês em nível estadual para a coordenação de articulações verticais e ações horizontais no âmbito do território.</p> <p>Foram mobilizados 22 (vinte e dois) ministérios dentre os quais, 15 (quinze) realizavam ações diretas do PTC. As ações foram organizadas e realizadas em três eixos estruturantes: apoio às atividades produtivas; cidadania e direito; e infraestrutura. Além dos eixos, o PTC atuou com seis temas: organização sustentável da produção; ações fundiárias; educação e cultura; direitos e desenvolvimento social; saúde, saneamento e acesso à água; apoio à gestão territorial e infraestrutura.</p>

Fonte: Adaptado de Ortega (2016, p. 35-45).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Além dos programas dispostos no quadro acima, outros também contemplaram estímulos à agricultura familiar campesina, tais como o Plano Safra para a agricultura familiar; o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares, quilombolas, assentados, pescadores artesanais e povos indígenas; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já citado nesta tese; e a reinstituição do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA). (ORTEGA, 2016). Como o autor, observa-se que o envolvimento participativo de Conselhos de Desenvolvimento Rural (CMDR), em âmbito intermunicipal, deram o tom diferenciado ao

Programa Território da Cidadania (PTC), uma vez que buscou ampliar o papel do Estado no alcance dos objetivos propostos.

Consoante às políticas territoriais implementadas por meio do PTC, percebe-se que, estas, representaram também “[...] uma autocrítica governamental em torno dos programas territoriais que foram criados na perspectiva do desenvolvimento endógeno dos anos 1990”. (ORTEGA, 2016, p. 43). O PTC representou o ápice institucional do MDA, “[...] pois articulava diversos Ministérios e atores sociais para o combate à pobreza rural”. (MEDEIROS; GRISA, 2019, p. 23).

[...] foram constituídos Comitês de Articulação Estaduais, compostos por órgãos federais parceiros do programa, órgãos estaduais indicados pelo governo do estado e até dois prefeitos de cada Território do estado por eles escolhidos. De caráter consultivo e propositivo, esse comitê tem como atribuições: i) apoiar a organização e a mobilização dos colegiados; ii) promover a integração entre matriz de ações federal com programas estaduais e municipais e indicar convergências; e iii) acompanhar a execução do programa e auxiliar na sua divulgação. Observa--se, assim, o fortalecimento da coordenação vertical, na medida em que uma ação interministerial é organizada para articular as diferentes ações *top-down*.

Importante destacar, que a ação governamental é a chave para o processo de reterritorialização, que tem nos atores sociais, o protagonismo para projetos identitários que sinalizem forças locais na articulação com forças externas que, no caso as políticas territoriais representadas pela atuação do Estado. (ORTEGA, 2008). Tratar de desenvolvimento territorial, nesse sentido, significa buscar a construção de um “pacto federativo”, em que a articulação transparente e justa dos agentes envolvidos proporcione uma relação vertical/horizontal capaz de construir possibilidade na verticalidade (entes federativos) e as práticas na horizontalidade (poder público e agentes locais). (CAMARGO, 1999).

Ocorre que, nesse interim, algumas dificuldades contribuíram com a desarticulação e o desmonte das políticas vinculadas ao desenvolvimento territorial rural local e, conseqüentemente, com a extinção do MDA no ano de 2016. Ortega (2016) cita que os investimentos direcionados às necessidades dos territórios rurais, financiados pela SDT/PRONAT, propiciaram muito mais projetos de cunho agropecuário do que projetos de propósito agrário inicialmente cunhados. À época dos CONSADs também, fatores como a heterogeneidade dos municípios, a assimetria de poder que privilegiou alguns em detrimento de outros e a falta de capacitação para articulação de arranjos socioprodutivos locais, não lograram sucesso nas articulações em diferentes esferas de governo.

Enfatiza-se que definir papéis e atribuições dos agentes públicos nas várias esferas de governo é essencial para definir a operacionalização e o limite das ações; os objetivos, as metas

e o controle; assim como, o acompanhamento dos resultados alcançados. A partir do exposto, cabe apresentar os pontos essenciais de articulação, que ratificam a luta dos movimentos sociais que representam a agroecologia no campo da economia popular solidária em Uberlândia e Monte Carmelo (MG).

4.3.2 As principais articulações com agentes públicos – MAPA e PMU – na realidade da COOPERSAFRA

Toma-se Ortega (2008, 2016) e Saquet (2006, 2021), para ressaltar que a depender das especificidades/particularidades das relações sociais contidas nos territórios, estas podem facilitar ou dificultar a cooperação e, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento territorial local. As limitações são evidenciadas, em certo grau, pela falta de possibilidades de replicação ou referências coletivas e sinérgicas de outros territórios, ou seja, locais em que o desenvolvimento levou à transformação, muitas vezes não serve de modelo a outros locais que porventura queiram repetir o feito e se transformar também.

A análise do processo de desenvolvimento territorial deve levar em consideração, portanto, a compreensão das particularidades locais que não são similares. (ORTEGA, 2008). Para os indivíduos que congregam os coletivos emergidos de projetos de assentamento (PA) nas várias localidades geográficas espalhadas pelo país, o desenvolvimento territorial representa muito mais que um processo, trata-se de uma questão identitária e de pertencimento, de luta por superação de entraves políticos, por inclusão e reprodução social e econômica com vistas a abrir possibilidades de geração de trabalho e renda. Esse é o caso da COOPERSAFRA, cujos membros em Uberlândia, congregam os seguintes assentamentos a saber⁸⁹: Assentamento Celso Lúcio/A Carinhosa (sete famílias); Assentamento Dom José Mauro (uma família); Chácaras Douradinho (uma família); e Assentamento Terra Firme (uma família). Vale ressaltar que, em Monte Carmelo, um produtor congrega o coletivo, contudo, sua propriedade não se configura como projeto de assentamento, e sim, propriedade familiar passada de pai para filho. Idem para a família que reside na Chácaras Douradinho, em Uberlândia.

Importante considerar, que não obstante as políticas territoriais rurais no governo Lula (2003-2010) buscarem focar a mitigação da pobreza, estas, não tomaram como centralidade a condição estrutural da desigualdade social evidenciada pela concentração fundiária, como aponta Ramos Filho (2012). O reconhecimento do direito de posse pelas famílias, através do

89 Serão melhor contextualizados no próximo capítulo desta tese.

instrumento de regularização fundiária, é o enfoque dado pelo Estado para a reforma agrária. O programa de governo Dilma Rousseff (2011-2016) também não avançou nessa questão, trazendo novamente a perspectiva de contemplação da pobreza pelas políticas compensatórias do Estado. Em outras palavras, “[...] aqueles que não se inserirem nos processos econômicos serão contemplados com os programas sociais de governo, que incluem transferência de renda, crédito fundiário, destinação de alimentos, seguro-desemprego”. (RAMOS FILHO, 2012, p.11). O autor, ao relatar esse contexto, evidencia o panorama como um movimento de contrarreforma agrária no Brasil, cuja interveniência do Estado, sob a égide do paradigma do capitalismo agrário, enseja uma proteção do capital especialmente manipulado pelo agronegócio.

O pouco comprometimento dos governos em relação à reforma agrária, nesse contexto, é desenhado pela resistência e luta dos movimentos sociais no campo encampado pelos processos de reterritorialização, concomitantemente às políticas territoriais locais. Vislumbram-se também, confusas e emaranhadas teias de estratégias políticas no seio das instituições que deveriam atuar em prol dos propósitos pelas quais foram criadas, contudo e em virtude disso, acabam por privilegiar determinados segmentos em detrimento de outros, caso dos agricultores familiares assentados da reforma agrária.

Como visto, as principais políticas territoriais rurais brasileiras potencializadas no governo Lula (2003-2010), eram ligadas à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e subjugadas, tal qual sua estrutura, à subalternidade imposta pelo contexto político-econômico ao longo dos anos. Mesmo durante o período do governo Lula, algumas competências do MDA foram incorporadas ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujo ápice, em 2011, contribuiu com sua desestruturação e posterior extinção. “O MDS passou a tratar a pobreza rural [...]. Havia tensionamentos também com o MAPA, sendo estes, talvez, os mais expressivos e longínquos (explicitando a própria dualidade política presente no rural brasileiro)”. (MEDEIROS; GRISA, 2019, p. 27-28).

As autoras esclarecem que, por se tratar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), essas tensões configuravam conflitos dentro da própria agenda política-governamental, uma vez que a pasta representava o agronegócio, no contraponto dos anseios da reforma agrária, representados pelo MDA. Essa leitura aponta para as interconexões do MDA com o MDS e, também, com o MAPA, este, especialmente nas interações provenientes do Pronaf. Hoje, incorporado ao MAPA, encontra-se a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, que por meio do decreto nº 10.253, tem a função de “[...] propor, normatizar, planejar, fomentar, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar [...], as atividades

relacionadas com a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, o cooperativismo e o associativismo rural [...]”. (BRASIL, 2019, n.p). Parte da linha do tempo contribui para um melhor entendimento.

2016 - A Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016 altera e revoga os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social.

2016 - O Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016 transfere as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - Casa Civil da Presidência da República.

2019 - É publicado o Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, que transfere as competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que passa a ter em sua estrutura organizacional a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. (BRASIL, 2019, n.p.).

Depois de várias transformações dos órgãos federais, uma das maneiras de se ter vínculo (*top-down*) com a produção agroecológica e os entes federados, atualmente, é através da atuação descentralizada do MAPA, que está presente nos vários estados brasileiros. O MAPA dispõe de cinco secretarias e 27 superintendências estaduais nas respectivas unidades federativas, mais o Distrito Federal. Especificamente em Minas Gerais, o MAPA se estrutura através da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SAF/MG), sendo que o Núcleo de Suporte à Produção Orgânica (NUSORG/SFA-MG) é o órgão mais próximo da COOPERSAFRA. A critério de complementação, cabe destacar que ações político-práticas também são desenvolvidas pelas Comissões da Produção Orgânica (CPORG), que juntamente ao NUSORG, visa contribuir com suporte técnico e possibilidades de articulação voltados à prática agroecológica.

Em âmbito municipal, a articulação (*bottom-up*) se dá, principalmente, através de agentes de transformação como as prefeituras municipais, os núcleos de agroecologia e os centros de incubação, caso do CIEPS, docentes e técnicos vinculados aos núcleos de estudos e pesquisas. Os núcleos buscam desenvolver metodologias apropriadas ao sistema agroecológico, pesquisas e práticas agroecológicas, além de confecção e divulgação de material informacional. (CIEPS, 2022). Em Uberlândia, o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA), UFU, atua com o objetivo de experenciar práticas sustentáveis considerando a agricultura da região, possibilitando processos de transição agroecológica e a comercialização

pelas comunidades de reforma agrária. Importante considerar, que após sua criação, o grupo de alunos do Grupo Universitário de Agricultura com Responsabilidade Ambiental e Social (GUARÁS) integrou o NEA/UFU, com o intuito de somar forças. Em Monte Carmelo, vinculado ao Instituto de Ciências Agrárias (ICIAG/UFU), o Núcleo de Agroecologia do Cerrado Mineiro (NACEM) visa contribuir para a evolução técnico-científica da temática frente aos seus aspectos produtivos, ambientais e sociais. “Buscamos atender os produtores rurais vinculados à agricultura familiar por meio dos docentes e discentes, em busca de saberes ligados à natureza”. (Entrevistada 02, 2022). A figura 18 apresenta exemplos de articulação com o MAPA, através de reuniões para trocas dialógicas sobre técnicas e melhoramento da produção agroecológica.

Figura 18 – Exemplos da relação entre COOPERSAFRA e representantes do MAPA por intermédio de atuação político-institucional descentralizada.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotos tiradas em 21 e 22/09/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

A partir da figura⁹⁰, é importante destacar que dentre as ações executadas pelo MAPA através dos NUSORGs, há o cadastramento de Organizações de Controle Social (OCS) para garantia da qualidade dos alimentos na venda direta aos consumidores. Ser uma OCS é a maneira legalizada pela qual a agricultura familiar pode comercializar mercadorias agroecológicas. Várias são as etapas e as exigências para a constituição de uma OCS e, geralmente, os agricultores se identificam em um dos “[...] três tipos de mecanismos para garantir a qualidade orgânica dos produtos: a certificação por auditoria (Certificadora); os sistemas participativos de garantia (SPG); e o controle social na venda direta por agricultores familiares⁹¹”. (MAPA, 2020, p. 11).

Esse último, através da OCS (COOPERSAFRA), é praticado pelo coletivo em Uberlândia e Monte Carmelo. Cabe salientar, que o fato de participar de uma OCS dá ao produtor o direito de realizar a venda direta ao consumidor sem a certificação, contudo, a OCS deve estar devidamente cadastrada e vinculada ao MAPA. Mesmo sem a certificação, mas munidos de uma declaração de cadastro fornecida pelo próprio MAPA, mais fiscalizações constantes, o produtor pode inserir a seguinte frase em rótulos das mercadorias, “produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados não sujeito à certificação de acordo com a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003”. (MAPA, 2020, p. 13).

O Controle Social na venda direta é um sistema mais simples de controle sobre a conformidade orgânica que permite a venda apenas de forma direta ao público consumidor. Essas vendas geralmente são em feiras, entrega em casa (cestas), na unidade de produção, grupos de consumidores como os CSA e para Programas de Compras Públicos (Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE ou Programa de Aquisição de Alimentos – PAA).

Através da pesquisa empírica desta tese, com participação de três representantes do MAPA, foi possível perceber que com o bom relacionamento consegue-se atingir resultados interessantes frente aos propósitos da agroecologia e a atuação do coletivo. Visualizou-se

90 Em sentido horário, representante da CPORG/MAPA em conversa com representante da COOPERSAFRA sobre a importância de manter registros do trabalho coletivo para controle social; momento de descontração entre membros da COOPERSAFRA e membros da CPORG em visita à propriedade em Monte Carmelo; técnicos da CPORG explicando ao membro da COOPERSAFRA, em Monte Carmelo, técnicas de controle de pragas de maneira agroecológica; técnico da CEPORG explicando sobre técnicas de manejo agroecológico no sítio Videiras, em Uberlândia; reunião da COOPERSAFRA com representantes da CPORG no sítio Canta Galo, membro da COOPERSAFRA, em Uberlândia, estavam presentes, os membros da COOPERSAFRA, três membros da CPORG e membros do CIEPS (docentes e técnicos). As fotos foram tiradas em visitas às propriedades nos dias 21 e 22/09/2022.

91 A Certificadora é uma instituição terceira que inspeciona as condições técnicas, sociais e ambientais dos produtos destinados à venda. Os SPG representam sistemas socioparticipativos, com inscrição jurídica, que se constituem em Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC) e, comumente, funcionam em rede e possuem uma capilaridade maior para a comercialização da produção orgânica. “Tanto a Certificação por Auditoria quanto os SPG podem certificar a comercialização direta (produtor para consumidor) e indireta dos produtos orgânicos, favorecendo um acesso maior ao mercado. (MAPA, 2020, p. 13).

também, que todos os representantes entrevistados compartilham do mesmo propósito e ideologia do coletivo, fato observado no cotidiano das reuniões e visitas de fiscalização do MAPA. Pode-se acessar, através dos links ⁹², dois vídeos produzidos em visita dos representantes do MAPA à uma das propriedades rurais assistidas pelo órgão, no dia 22/09/2022, em Monte Carmelo (MG).

Percebe-se, que quanto mais proximidade e confiança existir nos relacionamentos e articulações, mais estímulo há para que a produção se volte aos princípios e valores agroecológicos. De acordo com o MAPA (2020), o agricultor familiar deve cumprir alguns requisitos, a saber: conhecer e cumprir as normas para a produção agroecológica; participar das atividades promovidas pela OCS, principalmente reuniões, mutirões e feiras; responder solidariamente a quaisquer irregularidades, mesmo que acometam outros membros; possuir registros relativos à produção e à venda dos produtos; permitir o livre acesso dos consumidores e órgãos de fiscalização à propriedade.

De acordo com entrevista, “[...] é notória a mudança de comportamento dos agricultores quando passam a compor uma OCS, a responsabilidade e o estímulo para o registro e o controle”. (Entrevistado 10, 2022). Além disso, é possível vislumbrar mais oportunidades para geração de renda, fatores que levam à formação de OCS e propiciam a profissionalização da cadeia produtiva. (MAPA, 2020).

Contudo, algumas questões foram observadas e é importante ressaltar, que não obstante a legislação das OCS ser inovadora e moderna, “[...] se não abranger os indivíduos que se beneficiarão dela, todas as ações se tornam complexas. Muitas vezes, é o técnico que redige a organização do trabalho, como serão as reuniões, a rotina de visitas”. (Entrevistada 08, 2022). Complementa-se, ainda, conforme uma das entrevistadas.

Tem várias coisas que a gente faz, tem a atuação nas CPOrgs dentre outras comissões, contudo, antes trabalhávamos mais com fomento, hoje nosso trabalho está cada vez mais afunilado pra auditoria e fiscalização, que eu também tenho críticas a respeito. O fato é que o Ministério está bem presente nas auditorias, principalmente, nas OPACs e OCSs. (Entrevistada 09, 2022).

Entende-se, pois, que a construção de relações verticais/horizontais, através de articulações *bottom-up* e *top-down*, pelo menos, deveria representar o “pacto federativo” para a configuração de uma verdadeira rede de cooperação, mantendo a ideologia e a importância

92 Ver em <https://drive.google.com/file/d/13H851eu4BI4HHvcl0Z3qDA8nHWasM8mU/view?usp=drivesdk> e <https://drive.google.com/file/d/13L45xl4QIsallUw-wBIAIrhg9HomGP57/view?usp=drivesdk>.

identitária dos projetos de desenvolvimento territorial local. (CAMARGO, 1999; ORTEGA, 2008).

Retorna-se, pois, à figura 14, que representa as articulações/relações da COOPERSAFRA com o CIEPS, os técnicos, a CPT, o MAPA e a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), assim como com os consumidores que serão mais bem retratados no próximo capítulo desta tese. Lembra-se, que as setas vermelhas contínuas foram expressas para representar as relações sólidas observadas durante a pesquisa. Com a PMU, entendeu-se que as articulações/relações são caracterizadas como mais distantes e fluidas.

Na PMU, cabe colocar que as questões relativas à agricultura familiar e à produção agroecológica são representadas pela Secretaria de Agropecuária, Economia e Inovação (SMAEI). Por meio do Programa de Desenvolvimento de Novos Negócios Rurais (Novo Agro), a SMAEI busca implementar ações para “[...] a produção e a comercialização de negócios rurais nas áreas de agricultura de pequeno porte, agroindústrias de pequeno porte, avicultura caipira, agroecologia, aquíicultura, turismo rural e gastronomia de identidade local”. (PMU, 2022, n.p.). Criado com base na lei nº 12.996/2018, o programa se intitula como meio através do qual é possível obter acesso a capacitação, recursos e insumos para a produção, viabilidade para práticas agrícolas e sistemas sustentáveis de produção de alimentos dentre outras possibilidades.

O Novo Agro está sedimentado em pilares que norteiam o trabalho, dentre eles a agroindústria de pequeno porte, a agroecologia, a agricultura, a agricultura caipira, além do turismo rural e a gastronomia. “Cada pilar possui técnicos que executam o trabalho, conhecem os produtores rurais e fazem visitas em campo”. (Entrevistado 06, 2020). Segundo o entrevistado, o programa proporciona a regularização de produtos para o município, gera renda para o agricultor e permite que o homem do campo possa trabalhar nessa dinâmica, sem precisar deixar o campo para buscar outras rendas na cidade. O programa também, contempla recursos para atividades como o PAA e o PNAE, treinamento e capacitação, além da assistência de técnicos da EMATER⁹³, contudo, “[...] para estar inserido, os agricultores têm que assinar um termo, que o próprio decreto exige, em que o agricultor se compromete a seguir todos os requisitos do programa”. (Entrevistada 07, 2022).

Na agroecologia e de acordo com a entrevistada, o decreto aborda duas coisas principalmente, a proibição do uso de defensivo químico e a permissão de adubo químico

93 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em Minas Gerais, visa atender como prioridade: agricultores familiares e empreendedores familiares rurais; silvicultores, aquícultores, extrativistas e pescadores; assentados da reforma agrária; povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais. (EMATER, 2022, n.p.).

somente. A certificação para a produção agroecológica não é cobrada, mas orientada, por se tratar de uma questão de controle social. “Em 2020, esse programa deu ao prefeito o prêmio de empreendedorismo do SEBRAE. É um programa que, lógico, como tudo na vida tem que evoluir, ele está se modernizando”. (Entrevistada 07, 2020).

Interessante observar a contradição no que tange o objetivo do Novo Agro, que se alça a relações de proximidade com o agricultor, oferecendo capacitação técnica e possibilidades de geração de trabalho e renda. Por um lado, a SMAEI interessa-se pelo cotidiano dos agricultores, por outro lado parece não oferecer de fato oportunidades para sua emancipação.

Vou te dar um exemplo de caminho, lá dentro da fazenda da Água Limpa existe uma empresa, lá dentro, que faz a polpa de fruta, ela tá pronta, o investimento tá lá. Porque não trabalhar pra poder, esses produtores, produzirem a fruta e comercializarem, é um projeto. A fábrica tá pronta, estou só dando um exemplo. (Entrevistado 06, 2020).

De acordo com o entrevistado, o programa Novo Agro conta, atualmente, com oitenta e nove produtores cadastrados dentre os quais, agricultores da COOPERSAFRA. Desse universo, percebe-se que a SMAEI entende a importância da práxis agroecológica, contudo, fica claro que não compartilha da mesma ideologia, porém acredita na possibilidade de comercialização em outros circuitos curtos, além de feiras e a merenda escolar. “A merenda, faz quatro ou cinco anos que o valor não aumenta, são políticas públicas, então, temos que abrir novos nichos de mercado para esses produtores”. (Entrevistada 07, 2022).

A gente não precisa entrar num Atacadão, mas a gente pode tentar de uma outra forma. Na merenda, o Estado paga um preço até bom, mas eles não suportam a ideia de vender mais barato, de negociar, sabe? Para as escolas, existe um preço ali, então, os agricultores acham que aquele preço ali, tem que vender por um preço maior do que está ali, mas é a nossa realidade. (Entrevistado 06, 2022).

Para o CIEPS, pensa-se que as iniciativas do Novo Agro são muito boas, contudo, existem lacunas que, se não contempladas, ficam aquém da realidade do coletivo. “O projeto é bonito, mas a ação não está boa e, assim sendo, não reflete o dia a dia dos agricultores, precisamos conectar todas as pontas da cadeia”. (Entrevistada 02, 2022). A entrevistada, representante do CIEPS, complementa

[...] a gente dá abertura, a prefeitura tem essa abertura, eles têm e nós também temos uma vontade de incentivar a demanda dos agricultores por mais pontos de venda, por exemplo. Mas, a meu ver, não existe uma sedimentação das relações sociais como existe na feirinha da UFU. Precisamos funcionar em rede e, aí, precisamos organizar isso tudo.

A figura 19 apresenta algumas capturas de tela do website da PMU, em que é possível visualizar o perfil da SMAEI e algumas ações realizadas pelo Novo Agro, uma delas inclusive com articulação do ICIAG/NACEM, em Monte Carmelo. “Particularmente estou envolvida com experiências com o pó de basalto, um insumo da agricultura orgânica. Agora, com problemas de mercado, a gente não está conseguindo importar, mas a gente tem uma grande reserva de basalto em Uberlândia e região”. (Entrevistada 02, 2022).

Figura 19 – Capturas de tela para apresentação de ações do Programa Novo Agro - Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação (SMAEI).



Fonte: Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação (SEMAEI). Website (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

A partir da figura, remonta-se ao fato de que como agente de transformação e mudança, a SMAEI através do programa Novo Agro, indica propor mudar a realidade através de “[...] sistemas sustentáveis de produção de alimentos” e prioridade para a população rural. “Sempre ao lado do produtor, a Prefeitura de Uberlândia inova ao liderar o processo de estudo e desenvolvimento comercial do pó de rocha como remineralizador do solo”, indicando estudos de campo estão sendo realizados. (SMAEI, 2022, n.p.). Contudo, cabe destacar que a identidade do ICIAG/UFU, vincula como “parceiro”, não como realizador junto da prefeitura. A identidade visual do ICIAG está estampada no canto inferior da página do website destinada às informações sobre a iniciativa.

Sabemos aplicar calcário, mas não sabemos utilizar o pó de rocha, o pó de basalto, por exemplo, ele mexe com o ph ou não mexe com o ph? Então, assim, várias perguntas que, agora, depois de alguns anos pesquisando, a gente está começando a visualizar progressos e a prefeitura está financiando as pesquisas nesse sentido, principalmente com as hortaliças. A prefeitura está fazendo um projeto lindíssimo para definir dose e aplicar esses produtos numa base orgânica e a gente está usando o mínimo possível desse mineral. A gente não está usando nenhum agroquímico nos projetos que estão sendo desenvolvidos junto com a prefeitura, com onze culturas, somente o pó de rocha que é permitido pela agricultura orgânica. (Entrevistada 02, 2022).

Como reflexão, entende-se ser necessário solidificar as relações com os agentes de transformação com fins ao desenvolvimento territorial, contudo, é no mínimo intrigante a imagem que estampa as informações do Novo Agro, em nada remete à agroecologia. Na produção agroecológica, a proposta é “[...] pegar aquele corregozinho que passa na propriedade, recuperar, fazer a vida voltar naquele lugar, o que antes era uma fazenda abandonada, agora passa a ser um assentamento produtivo de cunho social, ambiental e econômico”. (Entrevistado 04, 2022).

Pela figura, complementa-se ainda, que nenhum membro da COOPERSAFRA comercializa alimentos e mercadorias no espaço destinado à feira agroecológica da SMAEI, ou seja, uma iniciativa que existe, como apontado por Dematteis (2008), mas não contempla novas configurações e oportunidades para a produção e o consumo em relação à COOPERSAFRA. Portanto, é importante refletir, criticamente, o motivo dessa não comercialização no espaço cedido pela SMAEI, haja vista as questões colocadas e a importância de se dizer “não” às práticas cooptativas, quase que impostas à economia popular solidária e à agroecologia.

Retomando-se, pois, as categorias e variáveis da pesquisa empírica desta tese, o próximo momento e último capítulo apresenta o caso dos agricultores familiares camponeses em transição Agroecológica na Economia Popular Solidária ligados ao CIEPS da UFU.

QUARTO MOMENTO

Apresentando o caso dos agricultores familiares camponeses, em transição agroecológica e incubados no CIEPS/UFU, este quarto e último momento da tese representa sua proposta de fechamento. Diga-se proposta, visto que numa vertente dialética e considerando o ambiente como meio em constante transformação, o que se configura atualmente pode não possuir a mesma configuração futuramente. Adentra-se, neste momento, às territorialidades emergidas pelo cotidiano dos agentes sociais, sujeitos desta tese, que através da agroecologia como materialidade, atuam na economia popular solidária em prática e ideologia.

Disposto em um capítulo, tem-se o propósito de compreender como as territorialidades da economia popular solidária se configuram no cotidiano dos agentes de transformação, tendo a agroecologia como materialidade para o desenvolvimento territorial local. A partir dos produtores e consumidores, protagonistas da relação produção-consumo e base analítica desde o início da tese, buscou-se construir os discursos dos sujeitos coletivos (DSC) no âmbito de dar voz àqueles que vivenciam o local e direcionam o entendimento das dinâmicas territoriais presentes.

Neste último capítulo, contextualizou-se a área de estudo, especificamente pela atuação do CIEPS em dois *campi* da UFU, Uberlândia e Monte Carmelo (MG). Dispôs-se o perfil socioeconômico e demográfico dos agricultores familiares/produtores incubados no CIEPS, bem como dos consumidores da feirinha solidária da UFU. Apresentou-se como centralidade, o projeto de assentamento (PA) Celso Lúcio Moreira da Silva/Carinhosa onde reside a maioria dos membros da COOPERSAFRA. As territorialidades foram representadas por categorias e variáveis de análise, emergidas da economia popular solidária que convergem também para a agroecologia, já apresentadas no capítulo três desta tese.

A saber, as categorias/variáveis utilizadas: (i) trabalho coletivo; (ii) autogestão; (iii) sustentabilidade; (iv) transformação social; e (v) desenvolvimento local sustentável e solidário. A categoria transformação social foi desmembrada em: (iv-a) importância das redes de cooperação; e (iv-b) participação política. Insta esclarecer, que os discursos foram construídos envolvendo principalmente os produtores e os consumidores, contudo, os outros agentes de transformação que compuseram o capítulo quatro desta tese, quais sejam os técnicos, o MAPA, a PMU e o próprio CIEPS, aparecem aqui, complementando os DSC construídos.

CAPÍTULO 5

TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO – A AGROECOLOGIA COMO OPORTUNIDADE

*“Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver*

*A paz na terra amor
O sal na terra
A paz na terra amor”.*

(Beto Guedes/Ronaldo Bastos – O Sal da Terra).

Como já visto nesta tese, a economia popular solidária (EPS) enseja um envolvimento em redes de cooperação, cujas articulações de agentes pressupõem elementos que fortalecem não só a relação produção-comercialização-consumo, mas também geram oportunidades de trabalho e renda. As várias possibilidades de articulações da EPS são caracterizadas, geralmente, por estratégias e por representatividade técnica dos sujeitos, nas redes e em fóruns e conselhos para políticas públicas. Partindo dos movimentos sociais, essas articulações podem ou não propiciar uma efetiva transformação da realidade. (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Em outras palavras, não obstante as dificuldades, limites e desafios dispostos no território da EPS e da agroecologia, a participação ativa dos sujeitos é essencial para o direcionamento à transformação social e ao desenvolvimento territorial local, quiçá como alternativa ao modelo hegemônico vigente. A mutualidade coletiva e a organização do trabalho, concomitantemente ao ativismo político, oferecem o tom necessário às possibilidades e alternativas sociais na pluralidade das iniciativas autogestionárias e suas diferentes configurações de valor, pertencimento e significados. (FERRARINI; GAIGER, VERONESE, 2013).

Nesse sentido, a próxima seção apresenta a contextualização da área de estudo, cuja centralidade aportada no CIEPS, pauta a resistência, a apropriação e o uso do território e as articulações dos agricultores familiares camponeses, protagonistas desta tese.

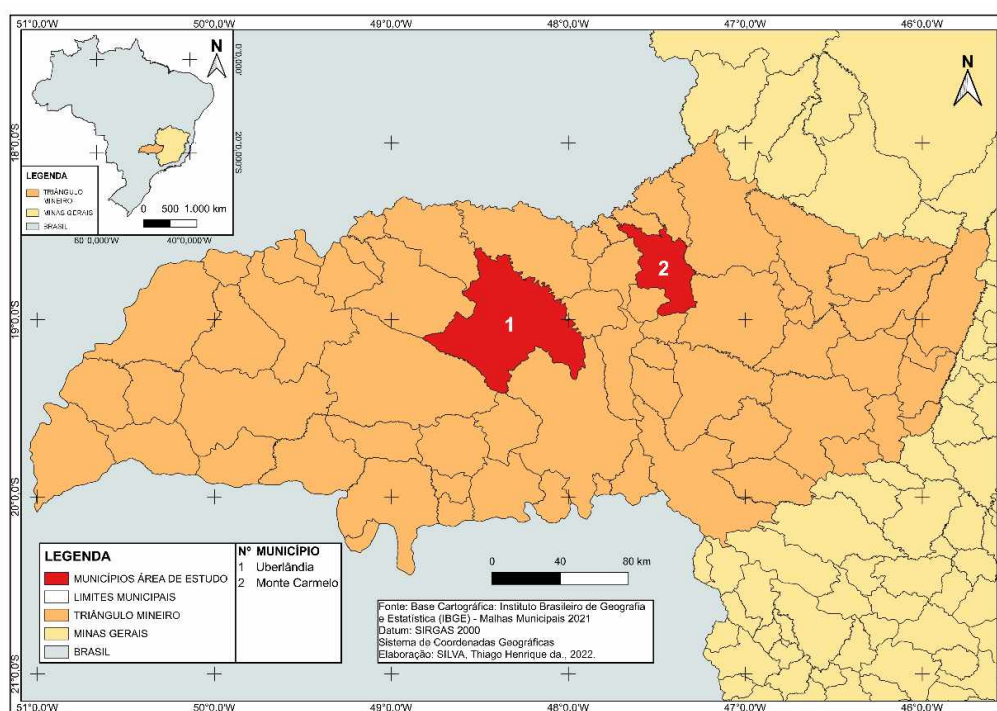
5.1 O CIEPS E SUAS RELAÇÕES À GUIZA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL

5.1.1 Contextualizando a área de estudo

Localizadas na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, as cidades de Uberlândia e Monte Carmelo (MG) compõem a área de estudo desta tese. Uberlândia, fundada em 31 de agosto de 1888, possui área territorial de 4.115.206 km² e população estimada em 706.597 pessoas, no ano 2021. (IBGE, 2022). O município integra a Microrregião de Uberlândia, que conta com outras cidades como Araguari, Araporã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata e Tupaciguara.

Monte Carmelo, fundada em 06 de outubro de 1882, possui 1.343.035 km² de extensão territorial e população estimada, no ano 2021, de 48.049 pessoas. (IBGE, 2022). O município compõe a Microrregião de Patrocínio, que de acordo com o Portal MG (2010), também integra as cidades de Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Iraí de Minas, Patrocínio, Romaria e Serra do Salitre. O mapa 1 indica a localização geográfica da área de estudo.

Mapa 1 – Municípios de Uberlândia e Monte Carmelo (MG) como área de estudo.



Fonte: IBGE. Malhas Municipais 2021. Elaboração: SILVA, T. H. de. (2022).

Pela atuação do CIEPS nesses dois municípios, estes, foram escolhidos intencionalmente e abrigam dois *campi* da UFU. Esclarece-se, que apesar da universidade também possuir *campus* nos municípios de Ituiutaba e Patos de Minas (MG), o coletivo de agricultores familiares camponeses com vínculo ao CIEPS se concentra nos dois municípios estudados. Segundo o CIEPS, desde o início, o foco sempre foi trabalhar com projetos de cunho social.

Em Monte Carmelo, o curso de agronomia é o que mais tinha afinidade com a proposta do CIEPS e começamos a trabalhar com a vertente agroecológica. Então, foi assim que instalamos o CIEPS, a partir do foco na agroecologia, no social, na economia solidária com a visão de cooperativismo. Na época, escrevemos o projeto do núcleo de agroecologia do cerrado mineiro, que foi aprovado em 2014. O CIEPS, em Uberlândia, teve um projeto de núcleo também aprovado, em 2013. (Entrevistada 02, 2022).

Na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, até o ano de 2017, Uberlândia é um dos municípios que mais congrega assentamentos e famílias assentadas, 15 e 815 respectivamente, provenientes dos movimentos de reforma agrária e luta pela terra. (SANTOS, 2021). Essa configuração do município delimita contradições e dinâmicas socioterritoriais, as quais evidenciam características não homogêneas do agronegócio. “Ao passo que o agronegócio se territorializa, a agricultura camponesa se desterritorializa e reterritorializa, seja por ocupações de terras improdutivas ou pela criação de assentamentos”. (SANTOS, 2021, p. 60).

Esse é o caso do Projeto de Assentamento (PA) Celso Lúcio Moreira da Silva – A Carinhosa, assentamento que congrega a maioria dos membros da Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia (COOPERSAFRA). A história de luta pela terra que circunda as famílias de agricultores e agricultoras, protagonistas desta tese é evidente. Conforme Santos (2021), antes mesmo da ocupação da fazenda Carinhosa, as famílias faziam parte da ocupação do então, hoje, PA Dom José Mauro, vizinho da fazenda Carinhosa. As famílias assentadas, atualmente na Carinhosa, resolveram se desvencilhar daquele assentamento em virtude de conflitos por lotes. “Na Carinhosa, a turma, a gente chorava quando eles falavam de reintegração de posse, era desespero. Na hora que o Incra deu a oportunidade, a gente abraçou”. (Representante da COOPERSAFRA, 2022. Informação verbal⁹⁴).

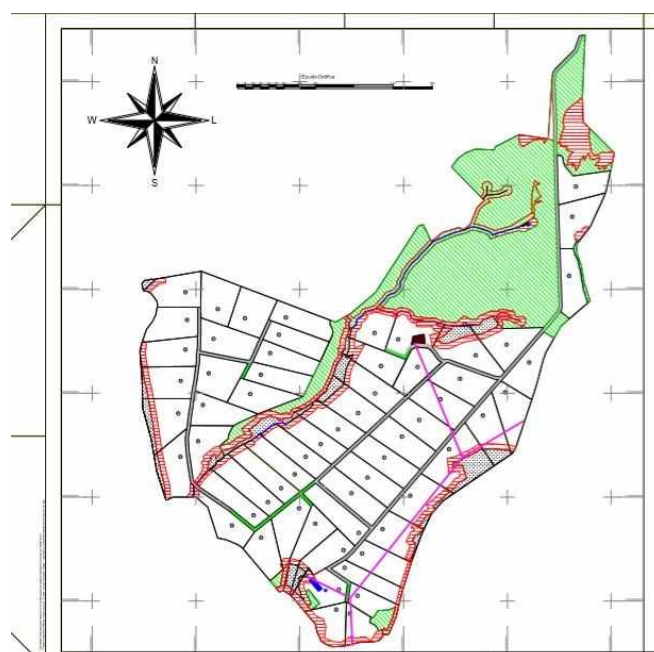
94 Em visita de representantes do MAPA à membros da COOPERSAFRA e suas propriedades rurais, em 22/09/2022.

Dez anos se passaram (2008-2018) para que o processo de compra da fazenda Carinhosa, pelo INCRA, fosse realizado. Uma das principais preocupações das famílias era a divisão de lotes, que a princípio eram 56, tornando-se 60 pelo recálculo da área do loteamento. (SANTOS, 2021). A autora complementa que durante os anos da ocupação, as famílias passaram a se relacionar com os proprietários da fazenda.

Todo o problema e atraso na compra da Carinhosa ocorreu, porque não tinha dinheiro no Incra, ou porque tinha um passivo ambiental ou porque tinha alguma coisa, porque tinha alguma coisa e sempre veio por parte do Governo Federal e não por parte do proprietário. Porque não tinha dinheiro pra dar pro povo lá em cima. Tanto os proprietários quanto o advogado deles foram fundamentais no processo da Carinhosa, senão a gente não tinha chegado até aqui. Foi um monte de fatores que coincidiram, né? E aí, então, a gente pensou, não vamos tirar o nome de Carinhosa, vamos homenagear. (Representante da COOPERSAFRA, 2022).

Na Carinhosa, os agricultores viveram incertezas com o Decreto 9.311/2018, que praticamente igualava a disputa da terra com outras pessoas que não participaram da ocupação. (SANTOS, 2021). Também com o edital 438/2021, os candidatos à beneficiários passaram a concorrer à 60 unidades agrícolas familiares (figura 20)⁹⁵. (INCRA, 2022).

Figura 20 – Divisão de lotes no PA Celso Lúcio Moreira da Silva/Carinhosa.

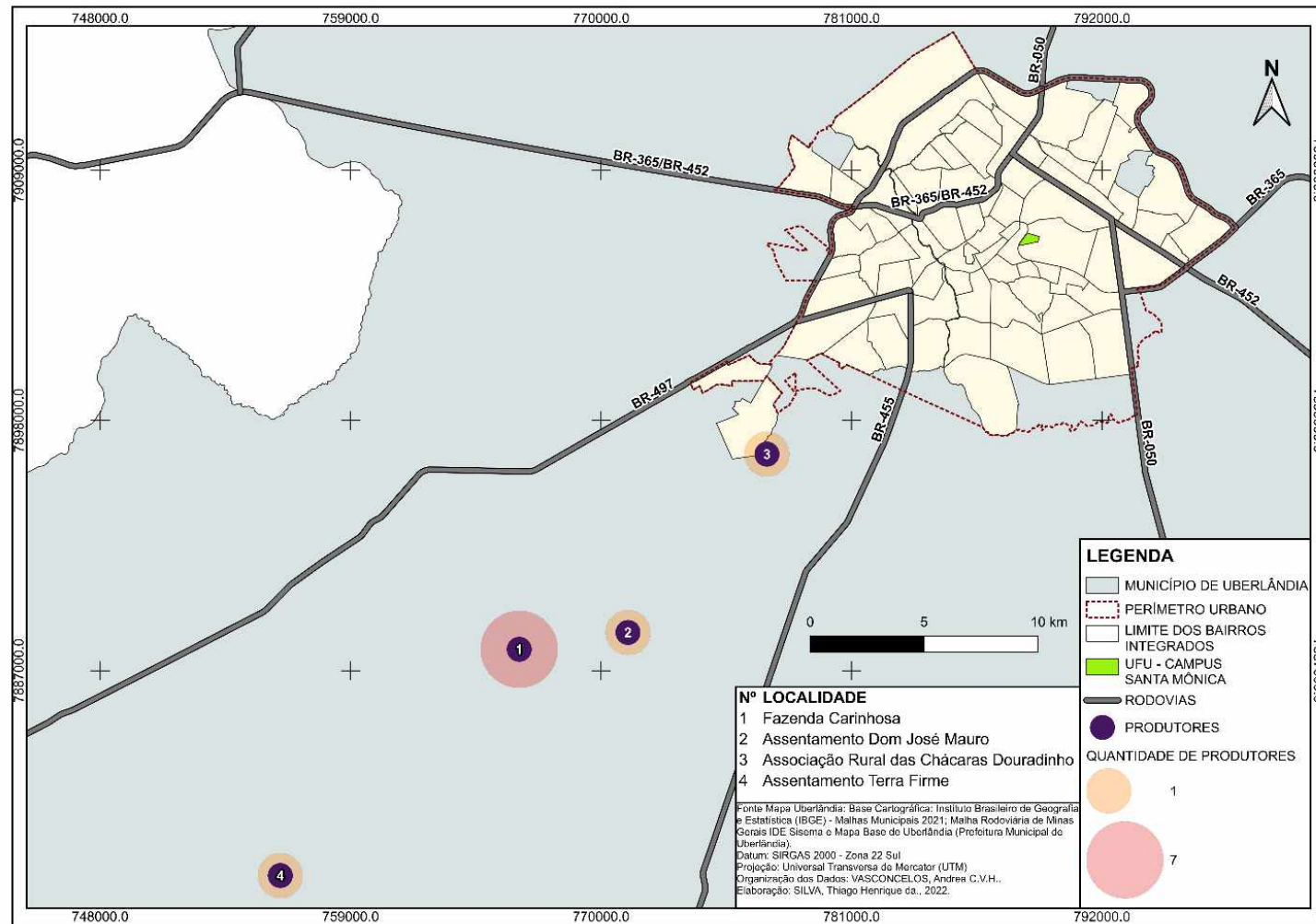


Fonte: Documento cedido pela COOPERSAFRA (2022).

⁹⁵ A figura, aqui colocada, tem caráter de ilustração da divisão dos lotes pelo INCRA, não foram aprofundadas interpretações e caracterizações da paisagem como apresentação de rios e área verde.

Insta esclarecer, que apesar da maioria dos membros da COOPERSAFRA residir na Carinhosa, em Uberlândia, os agricultores vinculados ao CIEPS, também residem em outros assentamentos (mapa 2).

Mapa 2 – Localização das propriedades rurais vinculadas ao CIEPS, em Uberlândia (MG).

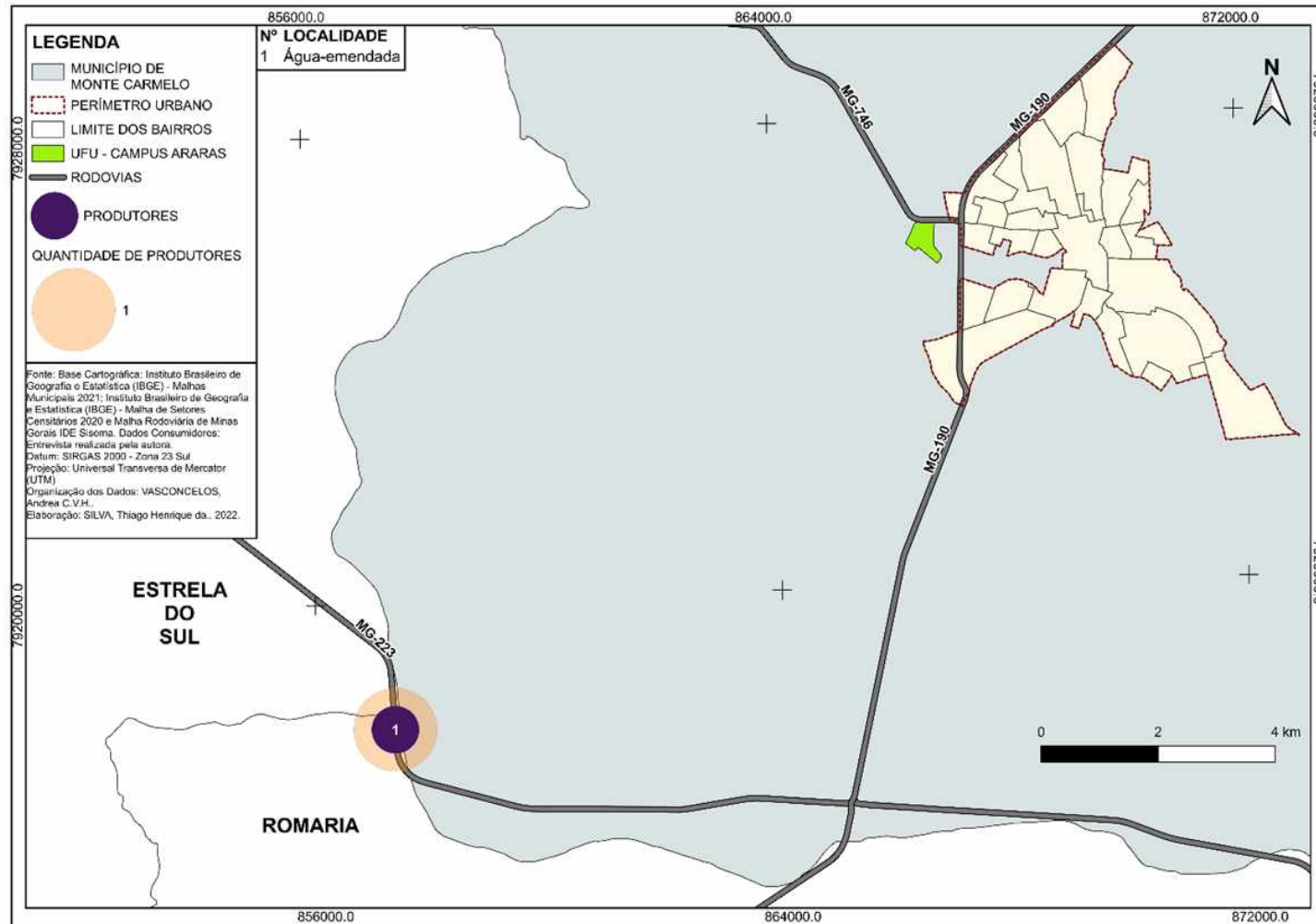


Fonte: Mapa Uberlândia. Base cartográfica: IBGE. Malhas Municipais (2021). Elaboração: SILVA, T. H. de. (2022). Organização dos dados: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

No mapa, é possível observar a localização das dez propriedades rurais identificadas a partir do CIEPS, sete na Carinhosa, uma no assentamento Dom José Mauro, uma no assentamento Terra Firme e uma na Chácaras Douradinho. Importante destacar, que das dez propriedades, em Uberlândia, e uma em Monte Carmelo (mapa 3), a pesquisa empírica desta tese contou com 20 agricultores/agricultoras participantes⁹⁶, 18 e 2, respectivamente em Uberlândia e Monte Carmelo. Ressalta-se, que a escolha pela amostra foi intencional e não probabilística, uma vez que os agricultores e agricultoras foram convidados a participar, a partir da atuação do CIEPS nas duas cidades de estudo.

96 Participaram da pesquisa empírica desta tese em Uberlândia: Carinhosa (12 participantes - cinco casais, marido e mulher; e duas mulheres); assentamento Dom José Mauro (dois participantes – um casal, marido e mulher); assentamento Terra Firme (um participante – mulher); Chácaras Douradinho (três participantes – um casal, marido e mulher; uma mulher). Em Monte Carmelo: Água Emendada (dois participantes – homem e mãe).

Mapa 3 - Localização da propriedade rural vinculada ao CIEPS, em Monte Carmelo (MG).



Fonte: Mapa Monte Carmelo. Base cartográfica: IBGE. Malhas Municipais (2021). Elaboração: SILVA, T. H. de. (2022). Organização dos dados: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Em Monte Carmelo, com a criação do Núcleo de Agroecologia do Cerrado Mineiro (NACEM), em 2014, oito agricultores que já eram assessorados por docentes da UFU e técnicos da EMATER, passaram a ser assessorados também pelo CIEPS. “No início, a gente estava com oito produtores, mas somente quatro passaram pelo processo de transição agroecológica e que, realmente, seguiram o protocolo”. (Entrevistada 02, 2022). A perspectiva do CIEPS, em Monte Carmelo, era continuar com os quatro agricultores e agregar mais, aos poucos, através de ações de conscientização, capacitação e treinamento. “Recentemente, começamos a pensar em sistemas produtivos mais sustentáveis, o curso de agronomia não tem muito esse perfil, mas estamos na crista da onda e trabalhando a respeito, não éramos assim”. (Entrevistada 02, 2022).

Atualmente, o CIEPS assiste um agricultor, como identificado no mapa. Não houve, ainda, a possibilidade de agregar mais, “[...] não tínhamos nenhuma OCS⁹⁷, não tínhamos o controle social exigido pelo MAPA. Dentro do núcleo, nós mesmos criamos uma metodologia para fiscalizar”. (Entrevistada 02, 2022). Segundo a entrevistada, a UFU intermediou a assistência, como controle social, através do núcleo de agroecologia em Monte Carmelo. Dos quatro agricultores, somente um conseguiu assumir a proposta agroecológica. “Não é fácil, precisamos realmente comprovar a qualidade da produção. Para os outros produtores foi difícil eles entenderem que o agrotóxico não era possível usar, ninguém na proposta agroecológica utiliza”. (Entrevistada 02, 2022).

A propriedade do único agricultor, atualmente assistido pelo CIEPS em Monte Carmelo, está localizada na fronteira dos municípios de Monte Carmelo, Estrela do Sul e Romaria, localidade denominada Água Emendada, distante, aproximadamente, 20 km do *campus* Araras da UFU, como exposto no mapa. O agricultor faz parte da OCS de Uberlândia e é membro da COOPERSAFRA também. “Conversamos com o Ministério, explicamos a situação e o agregamos no grupo de Uberlândia, hoje, ele participa do coletivo de Uberlândia juntamente aos outros produtores da COOPERSAFRA”. (Entrevistada 02, 2022). Com a pandemia da Covid-19, o CIEPS de Monte Carmelo deixou de realizar a feirinha solidária e, atualmente, o agricultor faz a entrega de cestas com os alimentos agroecológicos diretamente aos consumidores, em data e hora estabelecidos através do auxílio da tecnologia, por grupo formado em rede social para este fim.

97 Organização de controle social (OCS), como visto no capítulo anterior, é o pré-requisito exigido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para ser produtor e comercializar alimentos agroecológicos direto ao consumidor. Mesmo não tendo uma certificação, efetivamente, mas seguindo os protocolos, o agricultor recebe a chancela de comercialização legitimada pelo MAPA.

Mesmo distantes das fronteiras urbanas, a maioria dos membros da COOPERSAFRA residentes na Carinhosa, em Uberlândia, ou mesmo em Água Emendada, em Monte Carmelo, junto a outros membros do coletivo, perpassam a fronteira rural/urbana. Buscando pela efetividade da relação produção-comercialização-consumo, agregam dimensões para sua reprodução social, influenciados pela densidade tecnológica e pelas forças do capital. (SAUER, 2008). Fato esse, configurado pela presença constante, no mínimo semanal, dos agricultores junto ao CIEPS/UFU e à feirinha solidária da UFU, que ocorre todos os sábados no Centro de Convivência da UFU, *campus* Santa Mônica.

Precisamos trabalhar desde a organização da produção, passando pela fiscalização com vistorias de uma forma descontraída, que parece que nem é uma fiscalização, levar os consumidores pra eles verem o que é feito, o quanto é trabalhoso, a distância que tem que percorrer para aquele alimento chegar à nossa mesa, coisas assim. Então, esse talvez seja um grande diferencial do trabalho do CIEPS tanto em Monte Carmelo quanto em Uberlândia. (Entrevistada 02, 2022).

Nesse sentido, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se articulam, para promover iniciativas de geração de renda, não obstante à dialética, dicotômica e desigual relação campo/cidade. (MARTINS, 2000; FERNANDES, 2004).

Pensamos nas dinâmicas do CIEPS de maneira formativa, com ações para essa intencionalidade, com acompanhamento da incubação para as dinâmicas sociais e para que a organização das atividades produtivas e reprodutivas acompanhem também. Por exemplo, nos mutirões que os agricultores e agricultoras fazem nas terras uns dos outros, toda essa dinâmica de relacionamento pode ser vista. Podemos ver também, na feirinha, como um projeto de extensão. Visualizamos um espaço em que essa dinâmica existe e se materializa com o que planejamos. Como prática, representa o ápice da relação produção, comercialização e consumo. (Entrevistada 01, 2022).

Evidencia-se, com isso, que com propósitos de melhorias sociais, políticas e econômicas, a EPS como movimento social e de classes nos convida a reflexões críticas e posicionamentos mais firmes em relação à realidade que nos circunda. Enfocando nos mediadores como as universidades, caso do CIEPS/UFU e outros agentes de transformação, os coletivos que vivenciam a EPS e a agroecologia ensejam resistência e emancipação, muitas vezes e/ou concomitantemente, à dependência de políticas públicas sociais e programas de transferência de renda.

Com o exposto, a seguir, busca-se um melhor aprofundamento sobre a importância do CIEPS, como contextualização e objeto de estudo, no sentido da compreensão de sua atuação como organismo que visa a melhoria das condições de vida e relações com a sociedade a partir de outra lógica, que não a hegemonia do mercado.

5.1.2 O CIEPS e sua importância para o coletivo estudado

O CIEPS/UFU foi institucionalizado, no ano de 2008, através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), trazendo à luz oportunidades de geração de trabalho e renda a trabalhadores que precisam de assessoramento de uma incubadora solidária. Desde a sua criação, com espaço, recursos para projetos e auxílio indissociável entre pesquisa, ensino e extensão, o CIEPS estimula e prepara coletivos populares no propósito de organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da EPS.

Desde o ano de 2001, como ilustra Betanho (2018), a UFU, através da PROEXC, vem promovendo diálogos e práticas com ações voltadas aos movimentos emancipatórios e de classe. À época, o Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria (FOL) – reconhecimento à professora e militante comunista na defesa de mulheres, jovens, sindicatos de trabalhadores – abriu espaço para análise de viabilidade de uma incubadora de organizações produtivas solidárias, com apoio científico e extensionista da universidade. Diante do contexto da época, qual seja movimentos e organizações que criavam cooperativas autogestionárias, no ano de 2005, foi criada a Incubadora de Economia Solidária (INES), através de projeto de extensão com recursos da UFU e de emendas parlamentares. No ano de 2008, a incubadora foi institucionalizada, passando a denominar-se CIEPS.

Interessante destacar, que além do CIEPS, o Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS), também têm o propósito de congregar ações e fomentar a representatividade do segmento. (FERNANDES, 2020). Em oposição à lógica do capitalismo, o “popular” na denominação da incubadora refere-se à negação da força de trabalho como mercadoria. Foi incorporado por decisão dos próprios trabalhadores, pois “entendeu-se importante frisar que se tratava de apoiar iniciativas produtivas fundadas por trabalhadores, que se tornam gestores e produtores de valor”. (BETANHO, 2018, p. 40-41).

Dizer não a essa lógica é resgatar, é ressignificar o território, o qual historicamente é produto do processo de territorialização num contexto espaço e tempo, fruto das relações sociais e do exercício de poder. (SAQUET, 2015). A monetização, mercantilização e privatização do trabalho, terra e dinheiro – não mercadorias – sustentadas por meio coercitivo, favorecendo somente alguns em detrimento de outros, compõem a base do motor capitalista. Como Harvey (2016, p. 66) esclarece, “[...] não é mais puramente acidental: é a razão de ser [...] o edifício político e econômico construído pelo capital”.

Em outras palavras, considerando-se o território representando também o lugar de todos, porém com funcionalidades diferentes, os agricultores assessorados pelo CIEPS expõem esse “não” à lógica hegemônica do capital, na perspectiva da resistência. Nesse contexto, a conectividade entre o espaço, o território e as redes de cooperação podem criar novas oportunidades e possibilidades através do coletivo, do solidário, mesmo contendo simultaneamente o diferente, o divergente ou o oposto.

Então, falar em marketing com os agricultores, por exemplo, não é falar em marketing, mas é falar em comercialização, em mercados. Dessa forma, a gente ressignifica os conhecimentos, a gente ressignifica o processo, então, a gente também aprende. Sem dúvida alguma, o marketing foi criado para aprofundar a lógica da mercadoria numa sociedade capitalista, mas quem disse que a gente precisa usar dessa forma? O conhecimento está aí, a partir do momento que ele está sintetizado, a gente pode ressignificar, a gente pode dinamizar essas relações, né? (Entrevistada 01, 2022).

Assim, o CIEPS busca contribuir na reterritorialização, com foco na EPS, estabelecendo o resgate com os vínculos locais para estruturar o desenvolvimento territorial. Para atender as necessidades do coletivo de agricultores incubados, que atualmente congregam a COOPERSAFRA, o CIEPS direcionou recursos do CNPq para criar seus núcleos de agroecologia. (BETANHO, 2018).

Com articulações do movimento de resistência da EPS e da agroecologia, evidencia-se a possibilidade por uma sociedade que respeite o meio ambiente de maneira equilibrada, preservando também a vida através do resgate do manuseio de culturas que respeitem a natureza. (BETANHO *et al.*, 2018). Por meio de projetos direcionados, as pessoas que procuram pelo CIEPS, em coletivos ou não, são chamadas a trabalhar numa proposta autogestionária, sustentável, solidária e cooperada. Nesse sentido, o CIEPS se propõe a atuar “[...] como um organismo de acolhimento das demandas dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, que desejam ter acesso ao conhecimento e tecnologia desenvolvida em sua totalidade”. (FERNANDES, 2020, p. 65).

Tomando-se Mészáros (2007), postula-se que a autogestão dá sentido e sedimenta a sustentabilidade e, vice-versa. Nesta tese, o conceito de sustentabilidade⁹⁸ aporta-se em

98 Em “O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico”, István Mészáros analisa o desafio do desenvolvimento sustentável através da cultura de uma “igualdade substantiva”, posto que a ordem social existente seria consequência da construção antagonica da relação capital-trabalho, reforçada por uma cultura de desigualdade dominante. Em assim sendo, o desenvolvimento na vertente da sustentabilidade (mais discutido no capítulo 4 desta tese) envolve a mudança do “processo de reprodução social presente, e completamente insustentável no longo prazo. Deve-se refletir o desenvolvimento, para um outro, que não carregue o fardo das tendências destrutivas dos confrontos conflituais/adversos do nosso tempo”. Isso, implica reforçar a condição de igualdade substantiva como alternativa viável e transformadora da atual ordem social vigente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 191).

Mészáros (2007) e remete à importância do ser humano autorrealizar-se não apenas sobrevivendo, mas através dos propósitos que estabelece para si mesmo, ou seja, significa “[...] estar realmente no *controle* dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, [...] ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas *quase* naturais”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 190. Grifo do autor). Nesse sentido, o significado do desenvolvimento, realmente sustentável, segundo o autor, sedimenta-se numa cultura de “igualdade substantiva”, formal e de longo prazo, onde a consciência e a responsabilidade de cada um se faz por participação ativa através de trabalho e educação numa perspectiva ampla e “para além do capital”. “A autogestão, no sentido da sustentabilidade, é a gente estar no controle dos processos vitais, econômico, cultural e social”. (Entrevistada 01, 2022).

A ideia central de sustentabilidade está ligada ao controle dos processos de decisão. Eu decido o que vai ser feito de mim e do meu coletivo em todas as dimensões. Do meio ambiente, dos povos, da cultura, né? De todas as expressões, portanto, da vida em sociedade. Estar no controle dos processos econômicos, sociais e culturais vitais é a ideia de Mészáros, a partir dos quais a gente não só sobrevive, mas também como a gente encontra realização.

Nessa perspectiva, Calle, Betanho e Fernandes (2019) reforçam a importância do CIEPS e da UFU na qualidade de vida e nos processos para a formação, a superação das contradições do capital e para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar camponesa. Para os autores, contudo, é necessário aporte técnico que respeite os saberes e os interesses do coletivo, para que se agregue valor na relação homem-tecnologia-natureza com o propósito de beneficiar o todo. Nesse contexto, as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais propiciam elementos para o desenvolvimento territorial, como “[...] forma de explicitar a articulação de iniciativas da economia solidária com os espaços onde estas estão inseridas.” (GODOY, 2013, p. 06).

Na realidade da COOPERSAFRA, o desenvolvimento territorial local abrange fatores, como: (1) satisfação por uma vida mais saudável, onde se produz o próprio alimento sem agrotóxico para consumo próprio e se comercializa o excedente; (2) possibilidade de realizar trocas justas e igualmente importantes no contexto produtor-consumidor; (3) apoio da incubadora no estímulo à comercialização dos alimentos agroecológicos; (4) fomento contínuo na relação agricultor-consumidor e agricultor-incubadora, proporcionando melhor qualidade de vida do coletivo nos aspectos social, econômico, político, cultural e ambiental. (CALLE; BETANHO; FERNANDES, 2019).

Insta esclarecer, que dois princípios norteiam o início do processo de incubação – o interesse e a necessidade – e direcionam as ações do CIEPS. Receber auxílio para a autonomia

administrativa, jurídica e financeira, são elementos oferecidos pelo CIEPS, desde que as organizações que lá estão “[...] se habilitem a trabalhar economia solidária no viés cooperativista ou de associação, e que não tenham condições financeiras para custear uma assessoria privada”. (CIEPS, 2022). O processo de incubação das organizações produtivas solidárias (OPS)⁹⁹ é constituído por três fases distintas: (1) a pré-incubação, onde são pesquisadas a representação dos valores cooperados e de economia solidária, dentre outras práticas para institucionalizar os empreendimentos; (2) o processo de incubação, onde há a efetivação das práticas e avaliação dos processos de emancipação dos sujeitos, dentre outras práticas de qualificação profissional e articulação entre os agentes; (3) e o processo pós-incubação, onde há a avaliação dos resultados obtidos. (CIEPS, 2022).

Em relação à metodologia de incubação empregada pelo CIEPS, os trabalhos são realizados por meio de uma sistemática de planejamento coletivo e de intervenção pedagógica que envolve o conhecimento e a transformação contínua das dimensões das realidades político-jurídica, psico-socioeducativa e econômico-administrativa que condicionam historicamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, levando em consideração um duplo papel: geração de trabalho e renda e construção de um modo de produção oposto ao capitalista e de melhores condições de vida. (FERNANDES, 2020, p. 68).

O autor apresenta as ações desenvolvidas pelo CIEPS junto aos coletivos assessorados, englobando as três fases do processo de incubação. As ações se dividem em formação (técnica e política) e assessoria (quadro 17).

Quadro 17 – Articulação entre formação e fases da incubação no CIEPS/UFU.

Tipo de Ação	Pré-Incubação	Incubação	Pós-Incubação
Formação (técnica e política)	<ul style="list-style-type: none"> • Economia solidária; • Significado de “empreender” e trabalhar coletivamente; • Formato jurídico da OPS; • Princípios da agroecologia (no caso dos agricultores). 	<ul style="list-style-type: none"> • Bases para o plano de sustentabilidade: planejamento estratégico e seu desdobramento em planos de ação; • Articulação para a participação nos processos decisórios para a criação e acesso a políticas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do processo de tomada de decisão; • Fortalecimento do espírito de coletividade e resolução de conflitos.

99 A critério de informação, as OPS no CIEPS permeiam tanto espaços urbanos quanto rurais e, dentre os segmentos incubados encontram-se também o de coleta seletiva e arte-cultura popular, além do segmento abordado nesta tese, a agricultura familiar camponesa com foco na agroecologia, ou seja, camponeses em transição agroecológica e cujo trabalho se concentra na unidade familiar. (CIEPS, 2022).

		<ul style="list-style-type: none"> • Produção e comercialização; • Processos de trabalho. 	
Assessoria	<ul style="list-style-type: none"> • Criação das declarações de propósito (missão, visão e valores); • Análise do ambiente de mercado; • Análise da viabilidade do negócio; • Legalização jurídica do empreendimento; • Orientação para acesso aos direitos sociais; • Transição agroecológica (no caso dos agricultores). 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento dos processos administrativos – pessoas, finanças, processos de trabalho e de produção, marketing; • Acompanhamento da implantação das ações dos processos administrativos; • Acompanhamento jurídico da implantação dos processos; • Acompanhamento da dimensão do relacionamento interno dos trabalhadores e trabalhadoras; • Desenvolvimento e implantação de controles: avaliação de ações, demonstrações contábeis, replanejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à prática dos controles e replanejamento.

Fonte: Fernandes (2020, p. 74).

Percebe-se que a atuação do CIEPS engloba vertentes que buscam ultrapassar narrativas e retóricas, estende-se à práxis para uma efetiva transformação da realidade. Na dimensão socioeconômica, intenta-se contribuir para que as OPS incubadas reconheçam e ocupem os espaços de comercialização, dinamizando trocas justas e contra-hegemônicas. Na dimensão jurídica, importante ressaltar que o CIEPS contribui para a efetivação da melhor constituição jurídica, num formato que agregue ferramentas e transparência para a cooperação. Na vertente psico-socioeducativa, como aponta Fernandes (2020, p. 74), viabiliza-se “[...] a qualificação e a integração social dos membros das OPS e seus familiares diretos, bem como a unidade política entre as lideranças das diferentes organizações ligadas a áreas econômicas semelhantes”.

Na dinâmica técnico-política, de maneira concomitante, transversal e interdisciplinar, o CIEPS estimula boas práticas de trabalho coletivo, com formação e qualificação. Esclarece-se que sua estrutura física e organizativa é mantida com recursos da UFU, editais de fomento e recursos de órgãos públicos, provenientes de convênios/cooperação e parcerias. Fernandes

(2020) expõe uma linha temporal de recursos recebidos pelo CIEPS para fomento de ações (quadro 18).

Quadro 18 – Resumo de recursos recebidos pelo CIEPS para fomento de ações.

Origem/Valores	Período	Descrição
UFU/PROEXC – em média R\$350.000,00 (ano).	Desde a sua criação	Recurso destinado a estrutura e pagamento de bolsistas contratados com verbas da PROEXC, que também designa técnicos administrativos e servidores dedicados ao CIEPS.
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE/MG) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – aproximadamente R\$1.850.000,00 (total no período).	2008 a 2018	Emendas parlamentares vinculadas às pautas de luta dos trabalhadores/trabalhadoras.
Programa de Extensão Universitária/SeSu/MEC (PROEXT); Programa Nacional de Apoio a Incubadoras Populares (PRONINC) – último recurso em 2016 – e Editais de apoio via CNPq – cerca de R\$2.600.000,00 (total no período dessas fontes de fomento).	2010 a 2018	Institucionalização dos Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica para atender e realizar a transição agroecológica. Vislumbrou-se melhores condições de trabalho com a suspensão dos agrotóxicos e adubos químicos; utilização de tecnologias produtivas; e ações de relacionamento com a sociedade no entorno.

Fonte: Adaptado de Fernandes (2020, p. 75-76).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Segundo o autor, no período 2008-2018, o CIEPS investiu cerca de R\$7.950.000,00 para atender ações de formação, qualificação técnica, investimento em maquinário, além de gestão da própria incubadora, sempre no intuito teórico-prático enfocando a emancipação de trabalhadores e trabalhadoras.

A institucionalização dos núcleos de agroecologia, veio para indissociar a pesquisa do ensino. Naquele momento, estruturamos material didático para realização de cursos, além de implementar ações em projetos político pedagógicos. Pensamos nas dinâmicas associadas de maneira formativa com material construído para essa intencionalidade, que facilitou esses processos e acompanhamento da incubação, as dinâmicas sociais e a organização das atividades produtivas e reprodutivas foram acompanhadas também. (Entrevistada 01, 2022).

Atualmente, o CIEPS tem desenvolvido ações de estímulo à produção de sementes crioulas¹⁰⁰ e mudas, para que de acordo com os técnicos, “[...] daqui cinco ou seis anos, possamos utilizar as próprias sementes e mudas dos produtores e ter, de fato, a certeza que a produção é 100% agroecológica desde a semente, passando por toda a cadeia”. (Entrevistado 03, 2022).

Como recebemos recursos de emendas parlamentares, vamos trabalhar com a produção de sementes crioulas e mudas. A ideia é envolver as aglomerações urbanas, as pessoas dos acampamentos urbanos. A partir de outros editais, queremos criar tecnologias sociais que sejam registradas, aos poucos a gente avança. (Entrevistada 01, 2022).

A figura 21 apresenta registros da 4ª Festa da Semente de Uberlândia e Região, em 24/10/2022, sinalizando a importância de guarda, preservação e distribuição de sementes crioulas e mudas para a continuidade dos processos agroecológicos.

Figura 21 – Registros da 4ª Festa da Semente de Uberlândia e Região.



Fonte: Mídia grupo *WhatsApp* AMA & AFAGA (COOPERSAFRA). Fotos tiradas em 24/10/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

100 São denominadas sementes crioulas, aquelas sementes geradas e passadas de geração em geração como forma de preservar a agrobiodiversidade para que se tornem cada vez mais adaptadas aos locais de origem. São geradas e preservadas por agricultores e agricultoras familiares de todo o Brasil. (ANA, 2022). Mais informações disponíveis em: <https://agroecologia.org.br/2022/01/26/sementes-crioulas-verdadeiros-patrimonios-geneticos/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

Na figura¹⁰¹, visualiza-se que nas ações desenvolvidas pela COOPERSAFRA, como a festa da semente, há possibilidade dos saberes populares contribuírem para fortalecer territorialidades. Essas, são potencializadas quando as identidades culturais reproduzem a cultura camponesa como resistência e luta, fortalecendo os vínculos territoriais através de ancoragens. (SAQUET, 2018). Para um melhor entendimento dos vínculos territoriais, a próxima seção apresenta o perfil socioeconômico dos produtores e consumidores; e o perfil demográfico dos consumidores de Uberlândia e Monte Carmelo.

101 Em sentido horário, proprietário do sítio Nossa Senhora da Guia, na Carinhosa, apresentando as sementes crioulas. Almoço, sempre servido com fartura pelo coletivo. Três agricultores membros da COOPERSAFRA. Roda de conversa sobre agroecologia. Material de divulgação da 4ª Festa da Semente.

5.2 AGRICULTORES E CONSUMIDORES COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO NO (DES)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL

Nesta seção e na próxima, são apresentados os resultados da pesquisa de campo desta tese. Os dados foram coletados entre os dias 28 de julho e 28 de outubro/2022, através de questionário (*Google Forms*) e entrevistas individuais. Relembra-se, que para a construção do capítulo anterior e complementações na primeira seção deste capítulo, foram utilizados os resultados de dez entrevistas realizadas com agentes de transformação locais, quais sejam, representantes do CIEPS, técnicos, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e agentes do Estado.

Nesta seção, especificamente, apresentamos o perfil demográfico dos consumidores de Uberlândia e Monte Carmelo, tomando a feirinha solidária da UFU como espaço onde a materialização da economia popular solidária se faz presente através da agroecologia. Também, apresentamos o perfil socioeconômico tanto dos agricultores quanto dos consumidores, também como agentes de transformação locais.

Como já citado na seção anterior, a pesquisa contou com 20 produtores e produtoras para a construção do DSC, mas 11 responderam ao questionário, coincidentemente a mesma quantidade de propriedades rurais, membros da COOPERSAFRA. Também, 60 consumidores e consumidoras de alimentos e/ou mercadorias agroecológicas comercializadas na feirinha da UFU, em Uberlândia, e na entrega de cestas em Monte Carmelo. Salientamos, que para a construção dos DSC, a pesquisa contou com 50 consumidores.

Para responder aos questionários, os consumidores que participaram da pesquisa o fizeram através de aceite no grupo (*WhatsApp*) Cestas Solidárias CIEPS, utilizado pelos produtores para organizarem os pedidos comercializados na feirinha. Em Monte Carmelo, participaram todos os consumidores que adquirem alimentos agroecológicos do único produtor ligado ao CIEPS. Em Uberlândia, a amostra foi intencional e por conveniência, não atendendo a critérios de amostragem estatísticos. Dos 60 consumidores que responderam aos questionários, 49 foram em Uberlândia e 11 em Monte Carmelo.

Tanto os produtores quanto os consumidores responderam a um questionário (apêndices C e D, respectivamente). A disposição das perguntas foi assim distribuída: a primeira parte teve o intuito de buscar informações acerca de faixa etária, sexo, cor/etnia, cidade/localização da residência, escolaridade, ocupação/profissão e renda média mensal; a segunda, buscou entender

questões sobre a comercialização e o consumo dos alimentos/mercadorias agroecológicas; e a terceira, procuramos entender sobre o modelo de comercialização¹⁰².

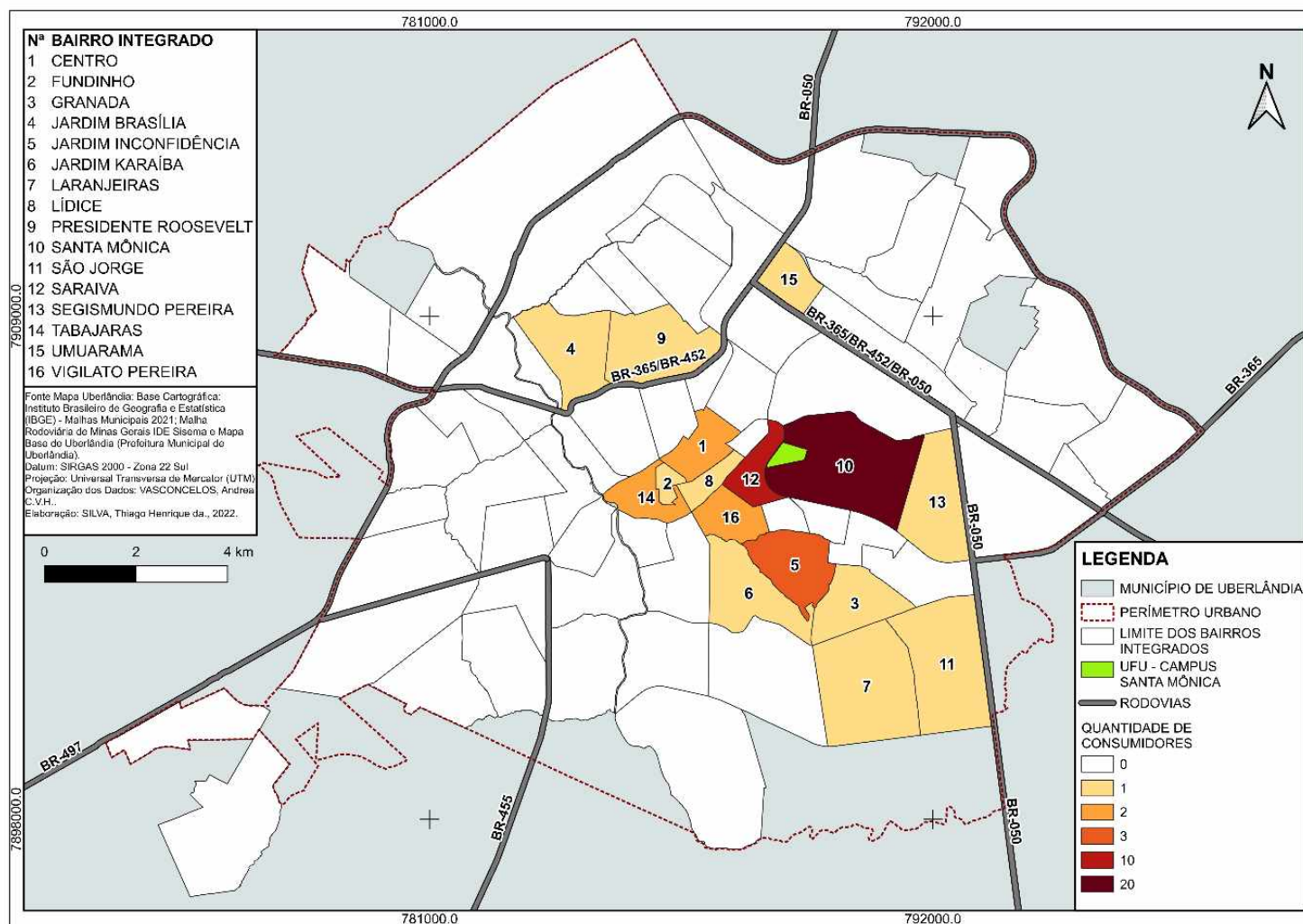
5.2.1 O perfil dos produtores e consumidores de alimentos/mercadorias agroecológicas em Uberlândia e Monte Carmelo

5.2.1.1 Sob o olhar demográfico

Interessante observar, que nos dois *campi* da UFU, o perfil demográfico dos participantes possui caracterizações diferentes. Os mapas 4 e 5 mostram os consumidores em Uberlândia e Monte Carmelo, com apontamento para o raio de localização em relação ao *campus* Santa Mônica (Uberlândia) e unidade Araras, do *campus* Monte Carmelo.

102 Com a pandemia da Covid-19, o modelo de comercialização sofreu alterações. Antes, as redes sociais não eram contempladas para a organização de pedidos e entregas de cestas. Atualmente, há a possibilidade para pedidos (antecipados), a partir de uma lista disponibilizada em grupo (*WhatsApp*) e outros meios digitais (e-mail e *Instagram*).

Mapa 4 – Localização dos consumidores da feirinha solidária da UFU em Uberlândia (MG).

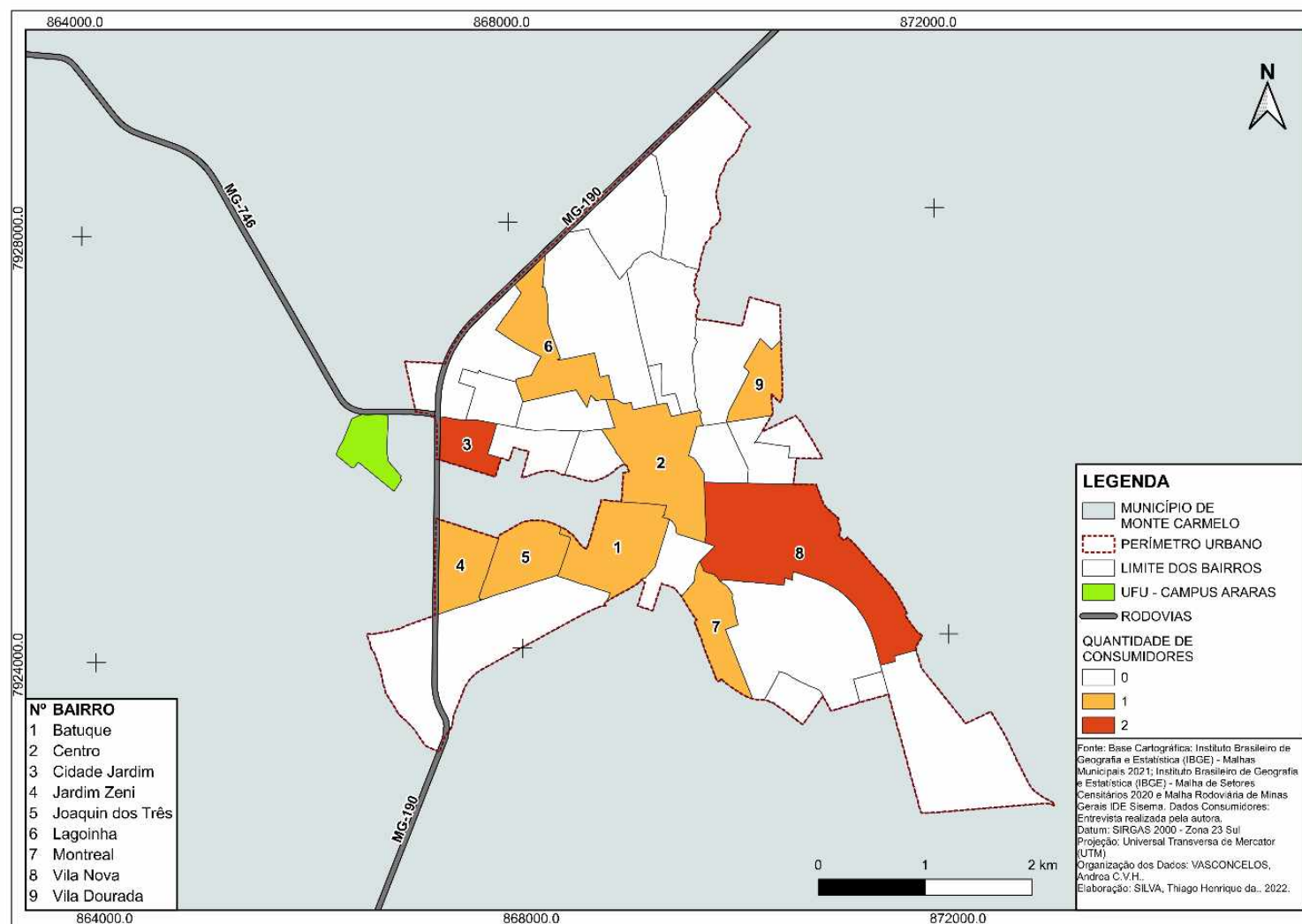


Fonte: Mapa Uberlândia. Base cartográfica: IBGE. Malhas Municipais (2021). Malha rodoviária de MG IDE Sisema. Mapa base de Uberlândia: PMU. Elaboração: SILVA, T. H. de. (2022). Organização dos dados: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

O mapa mostra o local de residência dos 49 consumidores em relação à feirinha solidária da UFU, que ocorre todos os sábados no *campus* Santa Mônica (em verde no mapa). Uma maior concentração de consumidores está localizada no bairro Santa Mônica, bem próximo à feirinha (20 consumidores), seguida do bairro Saraiva (10 consumidores). Os demais, mesmo que mais distantes, detêm ainda, uma certa relação de proximidade em relação à feirinha, justificando-se, pois, a premissa de proximidade geográfica e institucional destacada por Saquet (2018), para que o desenvolvimento territorial local possa se tornar uma realidade possível e alcançável.

Da mesma maneira que em Uberlândia, porém com outra configuração, os consumidores em Monte Carmelo se mobilizaram no intuito de valorizar pessoas e produtos, essencial para a constituição dos circuitos curtos de produção, comercialização, consumo de alimentos agroecológicos, por exemplo. “Em Monte Carmelo, quando entrou a pandemia, pensamos, o que vamos fazer? Logo, chamamos os professores, criamos o grupo do *WhatsApp* e, hoje, ele entrega as cestas de casa em casa”. (Entrevistada 02, 2022). O mapa 5 apresenta a disposição geográfica dos consumidores em relação à unidade Araras, *campus* Monte Carmelo da UFU.

Mapa 5 – Localização dos consumidores das cestas solidárias em Monte Carmelo (MG).



Fonte: Mapa Monte Carmelo. Base cartográfica: IBGE. Malhas Municipais (2021). Malha de setores censitários 2020 e Malha rodoviária de MG IDE Sisema. Elaboração: SILVA, T. H. de. (2022). Organização dos dados: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Pelo mapa, nota-se que os consumidores em Monte Carmelo não estão tão concentrados no entorno da unidade Araras, como acontece em Uberlândia no entorno do *campus* Santa Mônica. Contudo, é interessante observar que os bairros Cidade Jardim e Vila Nova, dois dos mais citados pelos consumidores, o primeiro é vizinho da unidade Araras e no segundo, a UFU mantém a unidade Vila Nova. Vale ressaltar também, que como Monte Carmelo é um município bem menor em condições populacionais que Uberlândia, a mobilidade urbana ocorre de maneira mais rápida, mesmo considerando que a propriedade rural do agricultor fica distante aproximadamente 20 km da cidade. Em outras palavras, quando o produtor chega à cidade é fácil o acesso para a entrega das cestas solidárias aos consumidores daquela cidade.

Importante considerar que, em Monte Carmelo, também existia a feirinha solidária da UFU, assim como acontece em Uberlândia. Desde 2017 até a pandemia da Covid-19, a feirinha acontecia nos moldes de Uberlândia. A ideia no momento é permanecer com as cestas e agregar mais agricultores que compartilhem do propósito agroecológico. Como aponta Dematteis (2008), o sistema local territorial (SLOT) é um modelo que se constrói a partir do que já existe e, nesse sentido, as territorialidades representam a operacionalidade para que a transformação ocorra e o desenvolvimento seja um processo real e palatável.

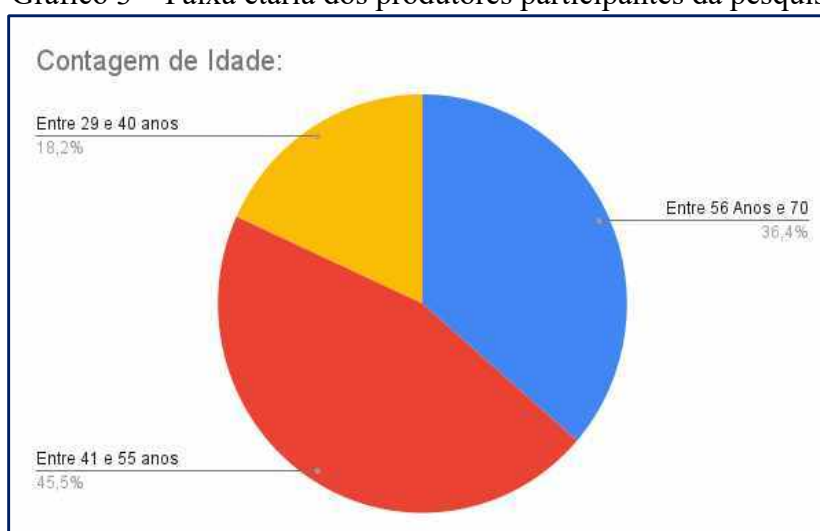
Sabemos que, quando se fala em produtos de qualidade, é mais fácil conseguir esse nicho de mercado, de orgânicos, em grandes centros urbanos. A gente ainda tem baixa diversidade de produtos e, dependendo da cidade, em Monte Carmelo por exemplo, precisamos oferecer diversidade para começar a mudar os hábitos de consumo da população que se interessa em comprar. Também, precisamos trabalhar mais os valores e princípios da economia solidária e da agroecologia para um consumo consciente, sustentável e solidário. Não que o agricultor deseje vender a alface a R\$5,00 (cinco reais), mas ele precisa ter um valor diferenciado daquele outro produto que tem um tratamento químico e que vai fazer mais mal à saúde. (Entrevistada 02, 2022).

Com essas considerações, o tópico a seguir apresenta dados para conhecermos melhor os consumidores, assim como os produtores que fizeram parte da pesquisa empírica desta tese. Como, desde o início, trabalhamos na perspectiva dialética do materialismo histórico, optamos por trazer os resultados dispostos em duplas de gráficos – produtores/consumidores – possibilitando apontamentos em relação às contradições do sistema hegemônico vigente no Brasil.

5.2.1.2 Sob o olhar socioeconômico

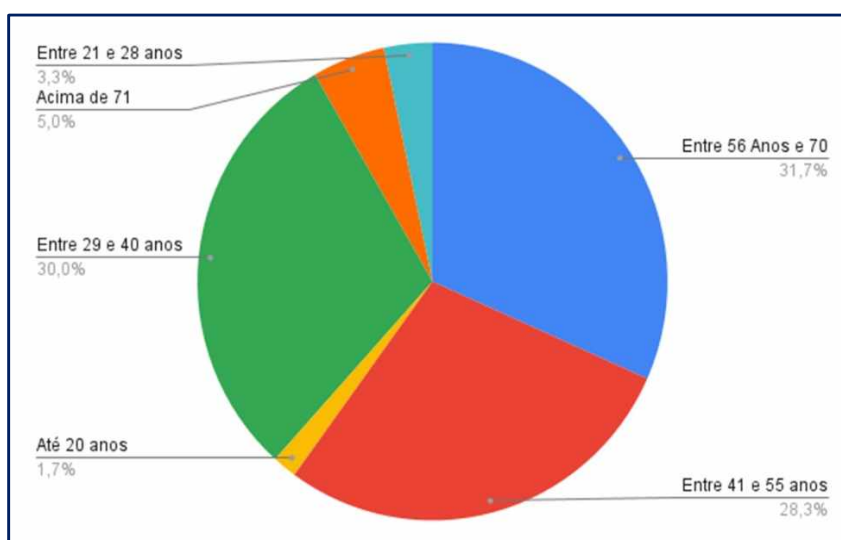
Para a apresentação de gráficos que refletem o perfil socioeconômico dos produtores e consumidores, é importante considerar que, das pessoas que responderam ao questionário, 100% aceitaram participar da pesquisa. Consideramos, então, 71 respostas dos questionários confeccionados no *Google Forms* e distribuídos pela rede social (grupos de *WhatsApp*). A saber, 60 respostas de consumidores e 11 de produtores. Os gráficos 3 e 4 apresentam a faixa etária dos produtores e consumidores participantes da pesquisa.

Gráfico 3 – Faixa etária dos produtores participantes da pesquisa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Gráfico 4 – Faixa etária dos consumidores participantes da pesquisa



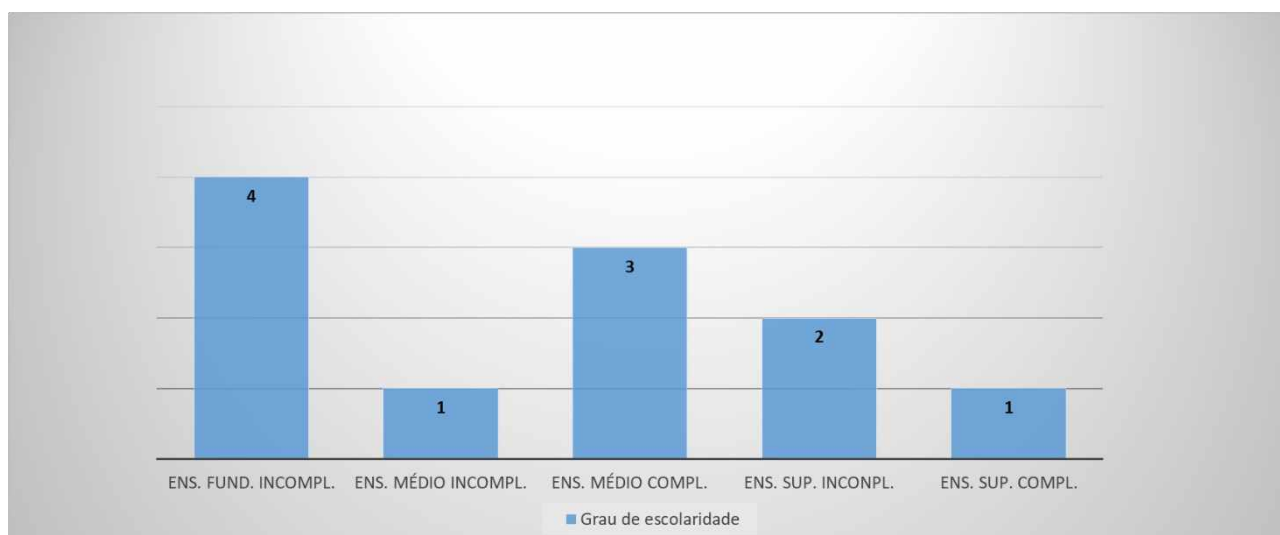
Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Pelos gráficos, queremos salientar, que a faixa etária (41 anos acima) tanto dos produtores quanto dos consumidores, mostra que somos indivíduos maduros e conscientes quanto ao que queremos, ou não. Pela autonomia das nossas relações podemos transmitir novas racionalidades e novas maneiras de nos reproduzirmos socialmente. Além da faixa etária, a divisão por sexo tanto dos produtores quanto dos consumidores mostrou-se equilibrada, com leve predominância ao sexo feminino: (i) produtores: 54,5% feminino e 45,5% masculino; (ii) consumidores: 56,7% feminino, 41,7% masculino e 1,7% preferiram não responder.

Em relação à cor/etnia, vimos a predominância da cor preta (54,5%) declarada pelos produtores, seguida pela cor branca (36,4%). Nas informações dos consumidores, a cor branca (66,7%) assumiu a predominância, seguida pela cor parda (15%) e somente depois os consumidores se declararam pretos (6,7%). Esse fato chama atenção para uma questão que apontamos no construto da tese, qual seja, o tom combinado e desigual do desenvolvimento geográfico no Brasil. Conquanto os problemas estruturais, emanados pela própria constituição da sociedade, a forma excludente dessa mesma sociedade fragmentada atribui de maneira discriminatória a participação de uns em detrimento de outros. (DRAÍBE, 1985).

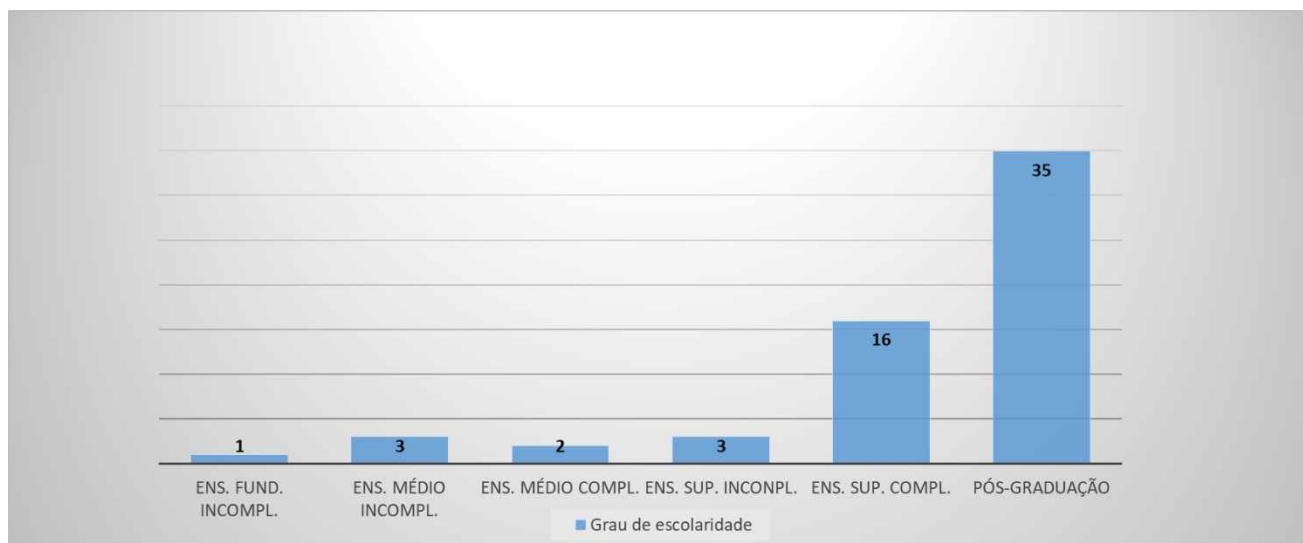
Nos gráficos 5 e 6, que tratam do grau de escolaridade dos produtores e consumidores respectivamente, é possível enxergar facilmente a larga diferença existente nos dois segmentos estudados.

Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos produtores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Gráfico 6 – Grau de escolaridade dos consumidores.

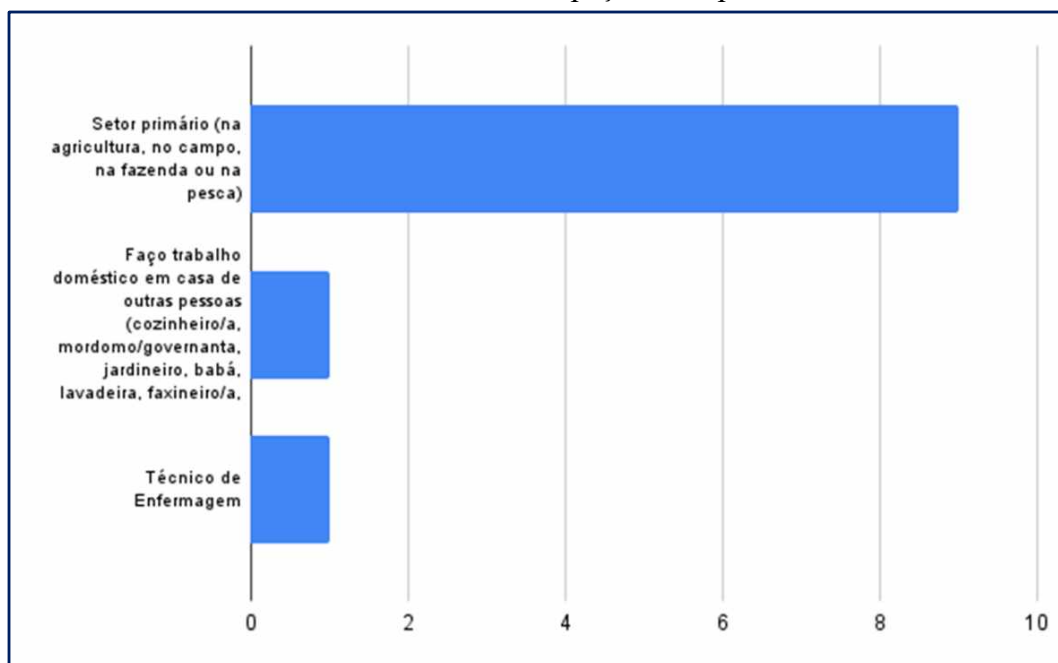


Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Nota-se que as maiores colunas nos dois gráficos, produtores e consumidores, representam níveis educacionais, cor e escolaridade diametralmente opostos. Enquanto a maioria dos consumidores possui pós-graduação completa, a maioria dos produtores possui ensino fundamental incompleto, seguido de ensino médio completo. Entende-se como Santos (2014a), que o espaço se configura pela divisão do trabalho e que a cada movimento social, novas formas ou alteração das formas existentes vão sendo torneadas. Nesse sentido e sob a égide da composição de geografias desiguais, a economia popular solidária ofereceu o tom necessário para a multiplicação dos vários coletivos, que possibilitam dar voz, autonomia, reconhecimento uns dos outros e, conseqüentemente reprodução social à trabalhadoras e trabalhadoras que congregam essa realidade.

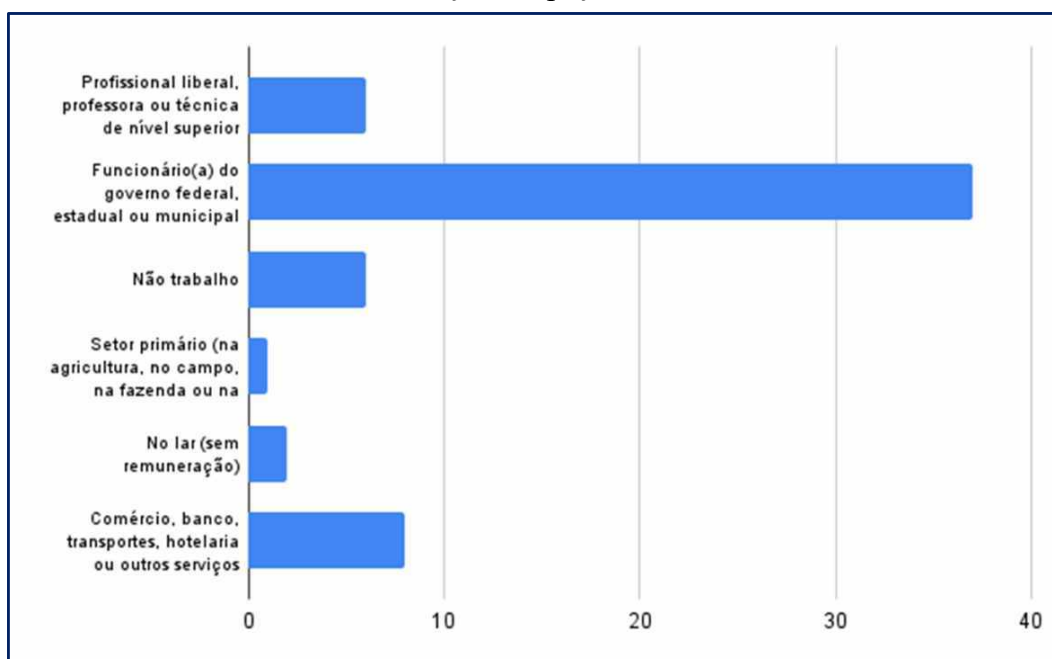
Ainda, em relação à divisão social do trabalho, os gráficos 7 e 8 representam as profissões/ocupações dos produtores e consumidores, o que corrobora a crença de que o processo da divisão do trabalho, frente ao poder do capital, possibilita oportunidades de trabalho e renda, numa relação direta entre distribuição desigual de riqueza e criação de empregos. Percebemos, como Harvey (2016, p. 159), que a “[...] desigualdade deriva do simples fato de que o capital é social e historicamente construído como um domínio de classe sobre o trabalho”.

Gráfico 7 – Profissões/ocupações dos produtores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Gráfico 8 – Produção/ocupação dos consumidores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Se compararmos oportunidades de emprego e renda, mais uma vez, notamos posições diametralmente opostas em relação às barras maiores dos gráficos, representando as profissões/ocupações dos produtores e dos consumidores. Enquanto os produtores se ocupam

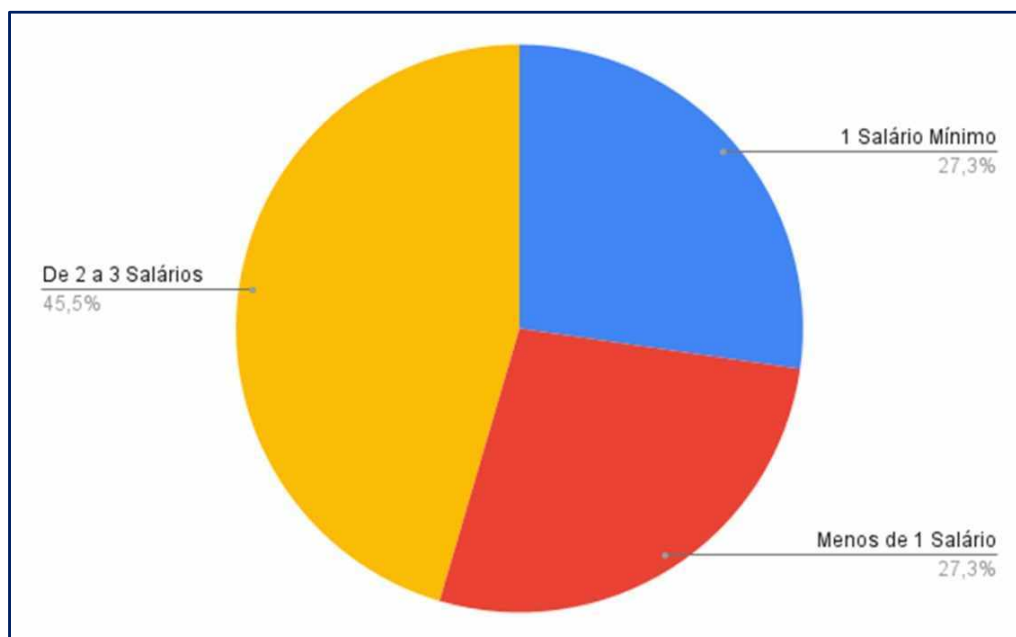
no setor primário (agricultura), seguido do trabalho doméstico (em casa de outras pessoas), os consumidores são majoritariamente funcionários(as) do governo federal, estadual ou municipal. Importante ressaltar, que o CIEPS possui atuação a partir da UFU e, nesse contexto, evidencia-se um viés para as questões relativas à profissão e escolarização dos consumidores, haja vista que em sua grande maioria são docentes da universidade.

As outras representações de profissões/ocupações dos consumidores são no comércio, banco, transportes, hotelaria e outros serviços, bem como profissionais liberais, professores ou técnico(a) de nível superior. Vale salientar, que como a feirinha da UFU ocorre no *campus* Santa Mônica em Uberlândia, uma boa parte dos respondentes são docentes, técnicos ou alunos(as) da universidade. Os respondentes docentes, em Monte Carmelo, também representaram a maioria no questionário aplicado naquele município.

A critério de complementação, os gráficos 9 e 10 representam a renda média, exclusivamente monetária, mensal dos produtores e consumidores. Ainda considerados como “franja periférica”, como “pobres do campo”, entendemos como Wanderley (2014, p. 40), que os produtores agroecológicos estão longe de conquistar bases sólidas nos programas territoriais do governo, ou seja, “[...] as políticas públicas se distanciam das afirmações identitárias, dos próprios agricultores, que não podem ser caracterizados apenas como não produtores de renda monetária”.

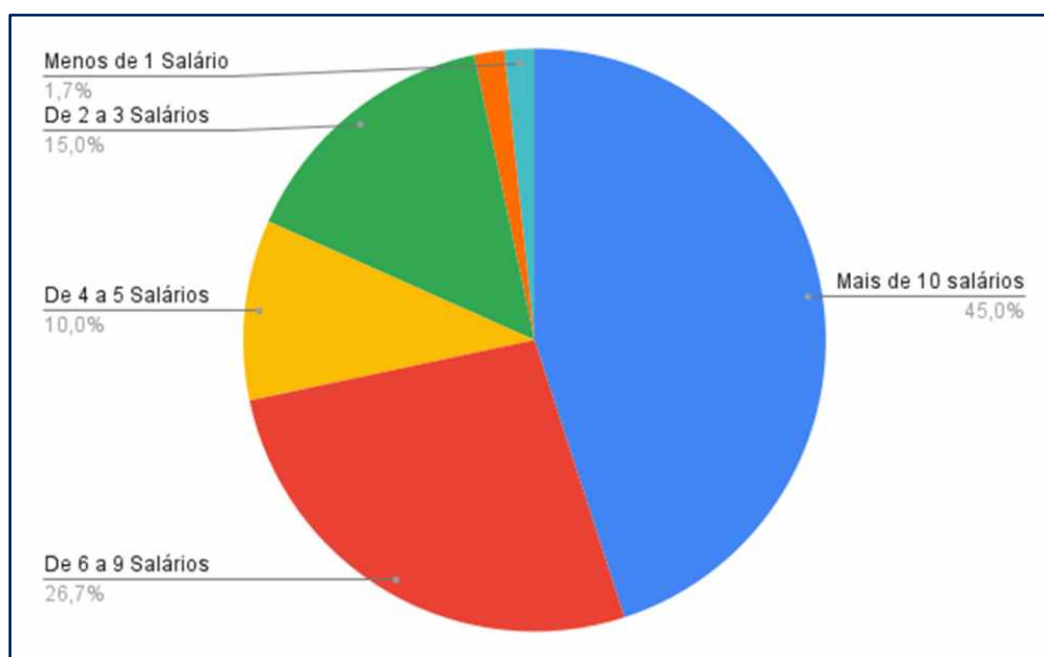
Nem mesmo os governos neodesenvolvimentistas ofereceram de fato políticas para a desconcentração de terras. O desmonte das políticas públicas voltadas à reforma agrária cedeu lugar ao projeto neoliberalista que priorizou o capital no lugar de legislações para o campesinato e para a agricultura familiar. (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017). Vale ressaltar, que as rendas não monetárias de trabalhadores e trabalhadoras rurais buscam mitigar as lacunas deixadas tanto pelo Estado quanto pelo mercado. No coletivo representado pela COOPERSAFRA há a dependência das rendas monetárias, contudo destacam-se as relações autônomas de produção e de comercialização. Nesse sentido, importante considerar o viés e motivo para reflexões futuras, posto que esta pesquisa adotou exclusivamente os valores monetários oriundos das rendas mensais dos produtores e dos consumidores participantes.

Gráfico 9 – Renda média mensal dos produtores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Gráfico 10 – Renda média mensal dos consumidores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Importante observar a disparidade entre a maior e a menor renda média declarada pelos consumidores em comparação aos produtores. A maior renda média informada pelos produtores não passa de dois a três salários mínimos, enquanto a renda média informada pelos

consumidores é a quarta maior. A maior renda média declarada pelos consumidores passa de dez salários mínimos.

Percebemos, com isso, que as contradições de classe, as diversidades sociais, os antagonismos constantemente reproduzidos na sociedade global representam consequências do processo de organização e reorganização do espaço no desenvolvimento desigual do capitalismo. E, nesse contexto, o Estado como agente de poder, deveria ser o responsável e agir de maneira imparcial, para uma reprodução social mais justa e igualitária.

Contudo, sua atuação geralmente favorece a acumulação e a reprodução do capital, impulsionando a ciranda frenética da divisão social e territorial do trabalho. Consequentemente, esse processo se reverbera em mais desigualdade socioeconômica, fazendo emergir no contraponto os movimentos sociais e de classes contrários a tudo isso. O próximo tópico explora um pouco mais essa questão, expondo os resultados da pesquisa em relação à comercialização e o consumo de alimentos/mercadorias agroecológicas na feirinha solidária da UFU, em Uberlândia e na entrega das cestas solidárias, em Monte Carmelo.

5.2.1.3 Sob o olhar da comercialização e do consumo

O meio rural é o local de trabalho e residência dos agricultores e agricultoras participantes da pesquisa. Somente uma agricultora declarou produzir tanto no campo quanto na cidade. Os alimentos mais produzidos e comercializados são os hortifrutis, pancs (plantas alimentícias não convencionais) e ervas, seguidos de doces e quitandas, produtos caipira e processados, além de produtos caseiros para higiene e limpeza. A figura 22 apresenta um exemplo de alimentos/mercadorias agroecológicas comercializadas na feirinha da UFU no dia 10/12/2022. Essa oferta foi disponibilizada no grupo (*WhatsApp*) no dia 07/12/2022.

Figura 22 – Exemplo de alimentos/mercadorias comercializadas na feirinha da UFU.

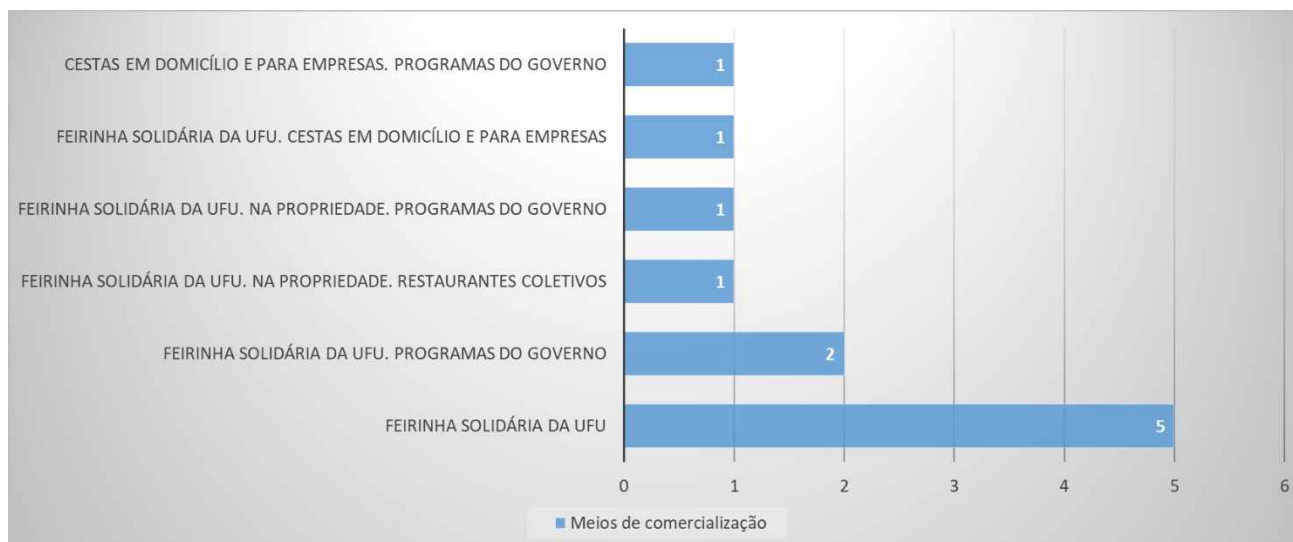
da UFU	
EM VERDE - PROMOÇÃO, EM MUITA QUANTIDADE	
EM AMARELO - POUCA QUANTIDADE, PODE FALTAR.	
PRODUTO	PREÇO
HORTIFRUTI, PANCS E ERVAS 100% AGROECOLÓGICOS	
ABACATE (UNIDADE)	4,00
ABÓBRINHA (500GR)	5,00
ALFACE CRESPA (UNIDADE)	5,00
ALFACE ROMANA (UNIDADE)	5,00
ALFACE ROXA (UNIDADE)	5,00
ALFAVAGA (MAÇO)	4,00
ALHO PORÓ (UNIDADE)	5,00
ALMEIRÃO CATALUNIA (MAÇO)	5,00
ALMEIRÃO LINGUA DE SOGRA (MAÇO)	4,00
ALMEIRÃO LINGUA DE VACA (MAÇO)	4,00
AMORAS (250GR)	12,00
ASSAPEIXE BRANCO (MAÇO)	4,00
BANANA MARMELO - KG	8,00
BANANA NANICA - KG	6,00
BELDROEGA (MAÇO)	4,00
CARURU (MAÇO)	4,00
CEBOLINHA (MAÇO)	4,00
CHEIRO VERDE (MAÇO)	4,00
CHUCHU (500GR)	5,00
CIDREIRA CAPIM (MAÇO)	4,00
COENTRO CHILENO (MAÇO)	4,00
COUVE COMUM (MAÇO)	5,00
FUNCHO (MAÇO)	4,00
HORTELÁ (MAÇO)	4,00
HORTELÁ DO NORTE (MAÇO)	4,00
HORTELÁ MENTA (MAÇO)	4,00
JILÓ (500GR)	5,00
MANGA ABACAXI - (6 UNIDADES)	5,00
MANGA COQUINHA - (10 UNIDADES)	5,00
MANGA ROXINHA - (6 UNIDADES)	5,00
MANJERICÃO (MAÇO)	4,00
MELISSA (MAÇO)	4,00
ORAPRONOBIS (PACOTE)	4,00
PICÃO DE CIPÓ (MAÇO)	4,00
SALSA (MAÇO)	4,00
TAIOBA (MAÇO)	4,00
TANCHAGEM (MAÇO)	4,00
TERRAMICINA (MAÇO)	4,00
DOCES E QUITANDAS	
BISCOITO PALITÃO - 200GR - DUDA	10,00
BISCOITO REDONDO - 200GR - DUDA	10,00
	
feirinha solidária da UFU	
BOLO DE BANANA COM GRANOLA E AVEIA SEM AÇÚCAR E SEM FARINHA - MEDIO - DUDA	15,00
BOLO DE FUBA COM MILHO VERDE - 1,5 KG - DUDA (DOCE)	18,00
BOLO DE FUBA COM MILHO VERDE - 1,5 KG - DUDA (SALGADO)	18,00
BOLO DE LARANJA SEM FARINHA E SEM LEITE - DUDA	15,00
PÃO DE LEITE (340GR)	9,00
PRODUTOS CAIPIRA E PROCESSADOS	
CARNE DE JACA (250GR)	10,00
FRANGO CAIPIRA ABATIDO E CONGELADO - 2 KILOS - DUDA	80,00
LEITE IN NATURA CONGELADO - 1 LITRO - ROSILDA	6,00
OVOS (UNIDADE)	1,50

Fonte: Grupo *WhatsApp* Cestas solidárias CIEPS. Oferta divulgada em 07/12/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

As ofertas são disponibilizadas, no grupo do *WhatsApp*, sempre às quartas para que sejam preparadas e organizadas para a comercialização aos sábados na feirinha solidária da UFU. Semanalmente também, é a frequência de consumo declarada, seguida pela frequência quinzenal, 45 e 10 consumidores respectivamente, os demais declararam consumir mensalmente ou ocasionalmente. Os alimentos mais consumidos são hortifrutis, panes e ervas (49 consumidores). Além desses alimentos, nove consumidores também declararam consumir quitandas, doces e comidas prontas, além de produtos caipira e processados; e dois consumidores ainda declararam consumir, além desses todos, produtos caseiros para higiene e limpeza.

A feirinha solidária da UFU representa o circuito curto de comercialização mais evidenciado pelos produtores. Para a maioria, a feirinha é o único meio para comercializar a produção (gráfico 11).

Gráfico 11 – Meios de comercialização da produção.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

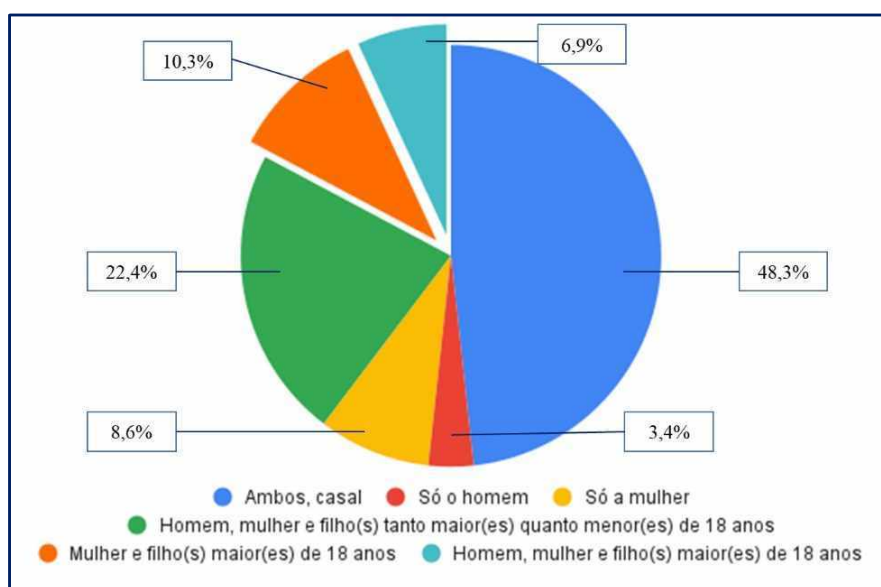
Observamos, que além da feirinha solidária da UFU, os produtores comercializam a produção através dos programas de governo e das cestas em domicílio, como ocorre em Monte Carmelo. Alguns poucos produtores comercializam direto na propriedade ou entregam em restaurantes coletivos. Entendemos como Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017), que a fome e a miséria, considerados problemas históricos e estruturais, são suscetíveis às movimentações e contradições conjunturais. Os programas de combate à fome e as políticas públicas ao pequeno agricultor campestre dentre outras questões, podem sofrer modificações e fragilizações, caso do Brasil, cedendo lugar às políticas destinadas ao agronegócio monocultor. Desta feita, visualizamos a contribuição do CIEPS no estímulo aos circuitos curtos de comercialização, especialmente através da feirinha solidária da UFU e o fomento através dos programas do governo.

Salientamos, pois, um contraponto, haja vista que os meios de transporte mais utilizados para trazer os alimentos/mercadorias do campo para a cidade são veículos próprios ou o transporte é feito por rodízio de veículos (ora próprios, ora de vizinhos). Em contrapartida, 63,3% dos consumidores não adquirem alimentos/mercadorias agroecológicas somente na feirinha solidária da UFU, o fazem também, em comércios de bairro tipo sacolões e

minimercados e em outras feiras agroecológicas/orgânicas espalhadas pelos municípios de Uberlândia e Monte Carmelo. Na fala do CIEPS, “[...] a gente precisa fazer o consumidor, na ponta de lá, entender o trabalho do produtor. Porque, não adianta o agricultor fazer tudo direitinho na ponta de cá, se na ponta de lá, o consumidor não dá a devida importância”. (Entrevistada 02, 2022).

Considerando que a maioria dos núcleos familiares possui entre duas e quatro pessoas, o consumo consciente, por pessoas, não acompanha a mesma proporção (gráfico 12).

Gráfico 12 – Consumo consciente, por pessoas, por núcleo familiar de consumidores.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

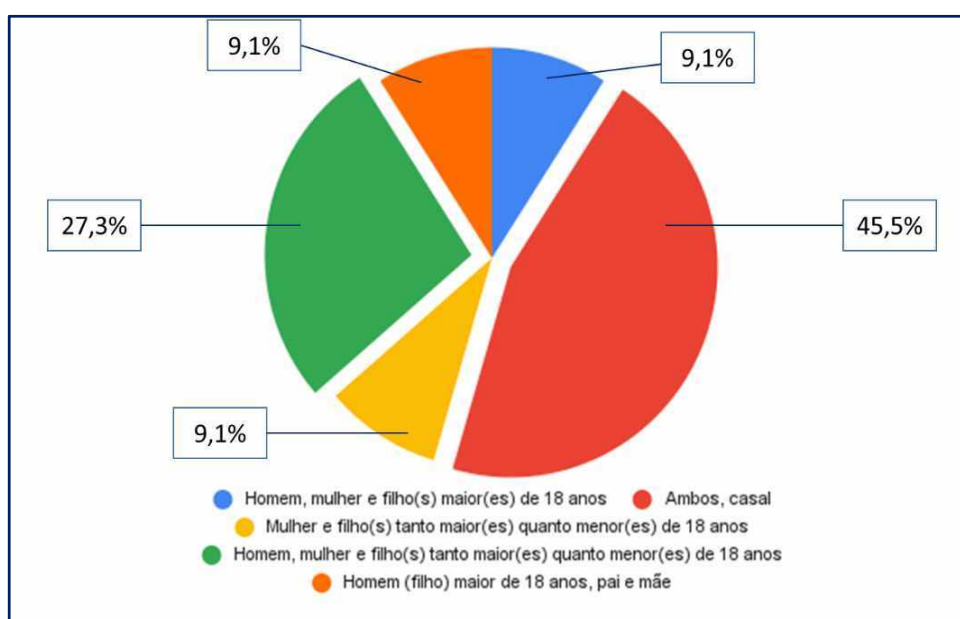
De maneira pulverizada, parece-se que o consumo consciente é permeado por consumidores que encabeçam os núcleos familiares: 48,3% declararam que a situação permeia o casal; e 22,4% declararam ser o homem, a mulher e filho(s) tanto maior(es) quanto menor(es) de 18 anos. Interessante observar, que a(s) mulher(es) e filho(s) compõe a terceira composição de núcleo familiar (10,3%), em relação ao consumo consciente de alimentos/mercadorias agroecológicas.

A critério de reflexão, da parte dos produtores, os núcleos familiares também congregam de duas a quatro pessoas e a maior fonte de renda da família vem da produção agroecológica, somente uma produtora declarou que a maior fonte de renda vem do trabalho fora da propriedade. Complementamos de acordo com Saquet (2014), citando Martins (1986), que o camponês produz para alimentar a família e comercializa o excedente com variedade de

técnicas e tecnologias, instrumentalizando-se através de práticas agroecológicas, cuja centralidade das atividades produtivas sustenta-se no trabalho da família. (SAQUET, 2014). O pensamento de Saquet (2014, p. 128-129) atribui à força de trabalho da família a legitimidade da agricultura camponesa, pois, “[...] têm como objetivo principal a reprodução biológica e social da família e não a valorização e acumulação de capital. Há uma íntima relação entre trabalho familiar e consumo da família”.

O gráfico 13, apresenta a configuração do trabalho na propriedade.

Gráfico 13 – Pessoas da família que trabalham nas propriedades rurais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Como Saquet (2014), importante observarmos que o trabalho familiar gera a importância e o comprometimento com o significado de pertencimento, de identidade e unidade familiar, visto que em sua maioria quem trabalha é o casal, seguido do casal com filho(s) maior(es) ou menor(es) de 18 anos. Desta feita, os fundamentos tanto do campesinato quanto da agricultura familiar se voltam às atividades produtivas e às formas de organização do trabalho geralmente constituídas no âmbito da família, cujos objetivos são sintetizados pela “[...] forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura”. (WANDERLEY, 2014, p. S026).

Considerando que a maior renda das famílias agricultoras vem da produção agroecológica, considerando também que a pandemia da Covid-19 alterou as formas de

comercialização, a critério de informação e para reflexões futuras, apresentamos a percepção de produtores e consumidores pelo novo formato/modelo (híbrido) para a comercialização de alimentos/mercadorias agroecológicas.

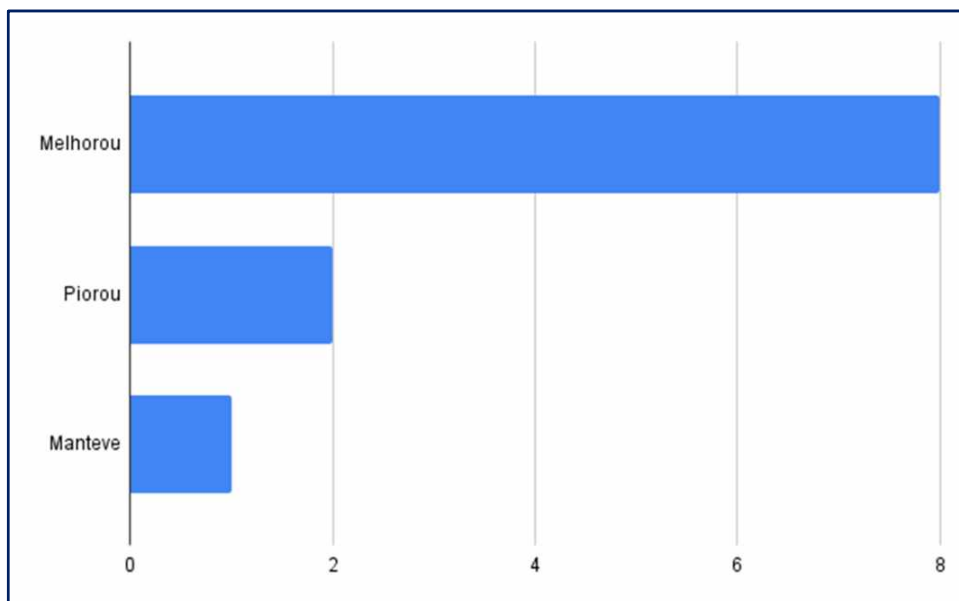
5.2.1.4 Sob o olhar do “novo” modelo de comercialização

Até março de 2020 a feirinha solidária da UFU ocorria em Uberlândia e em Monte Carmelo. Até então, não existia o uso expressivo das redes sociais para que pedidos fossem efetuados previamente a partir da divulgação das ofertas. Na leitura do CIEPS, o modelo de comercialização, mesmo antes da pandemia, exigia muito trabalho, muita energia para estimular a intercooperação, pois vários dos produtores precisavam estar presentes no dia da feirinha, não existia sistema de rodízio. Também, “[...] existia um processo de reprodução de instintos competitivos, no dia a dia, com isso, a gente reproduz as contradições, né?” (Entrevistada 01, 2022).

Com a pandemia, a gente teve que adaptar o processo de comercialização com a história das cestas. Então, foi muito legal, porque os agricultores tiveram que se organizar no sentido de fazer uma lista comum de ofertas. E, isso, significa dividir melhor o dinheiro lá na frente, isso foi muito legal. Significa que os agricultores e agricultoras tiveram que produzir mais diversidade, porque se eles só entregassem alface e cebolinha, ninguém ia ganhar dinheiro, mas daí eles conseguiram diversificar.

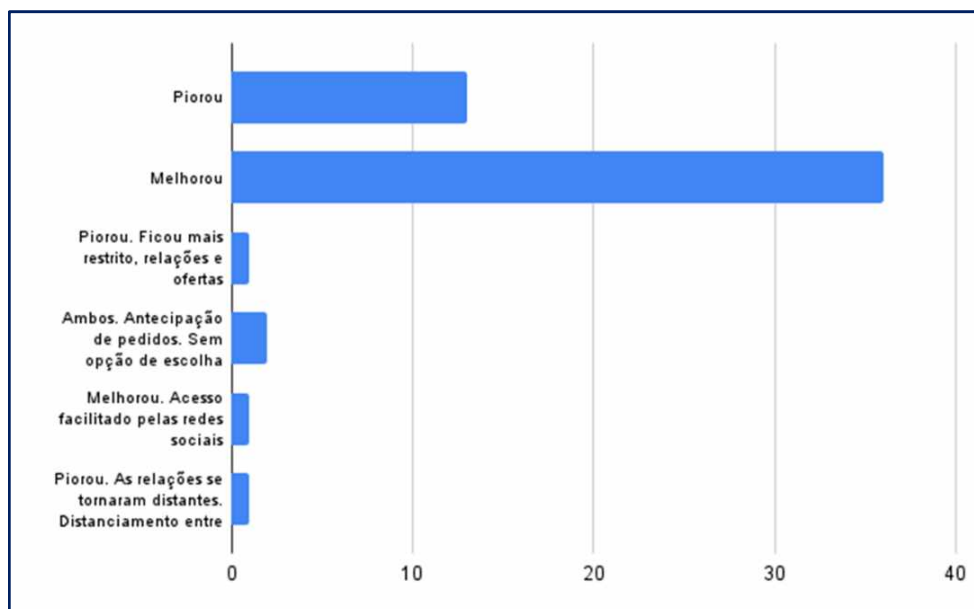
Os gráficos 14 e 15 apresentam a percepção tanto dos produtores quanto dos consumidores em relação ao contexto pandêmico (Covid-19) considerando o novo formato de comercialização dos alimentos/mercadorias agroecológicas, através dos pedidos antecipado das cestas solidárias, com a disponibilização do conjunto de ofertas no grupo do *WhatsApp* e nos outros canais de comunicação.

Gráfico 14 – Percepção dos produtores em relação ao formato de comercialização através de cestas solidárias, considerando o contexto pandêmico (Covid-19).



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Gráfico 15 – Percepção dos consumidores em relação ao formato de comercialização através de cestas solidárias, considerando o contexto pandêmico (Covid-19).



Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Como instrumentalização para o binômio produção-consumo, a comercialização deve ser observada considerando os dois polos para que ocorra o fechamento e a retroalimentação de

toda a cadeia agroalimentar. Nesse sentido e sem aprofundamentos e sugestões do que pode e deve ser feito, salientamos que na percepção dos produtores esse formato/modelo de comercialização melhorou mais do que piorou.

Contudo, quando visualizamos a percepção dos consumidores, ressaltamos algumas considerações, apesar da identificação de melhora ter sido mais evidente. Quando detectamos alguns consumidores ressaltando questões como, “ficou mais restrito”, “as relações se tornaram distantes”, importante considerarmos que o propósito da agroecologia e da economia popular solidária é justamente o oposto. A comercialização através de circuitos curtos aproxima consumidores de produtores e se justifica como diferencial perante outras formas de comercialização, como em supermercados de médio e grande porte, também em hipermercados de atacado e varejo.

Nesse sentido, ratificamos em Santos (2014) as características dos dois circuitos da economia. Conquanto o circuito superior recebe e destina elevado aparato tecnológico em atividades voltadas ao capital, a tecnologia do circuito inferior voltada ao “[...] trabalho intensivo, geralmente do local de origem ou localmente adaptada ou recriada [...] dispõe de um considerável potencial criativo”. (SANTOS, 2014a, p. 100). Cabe destacar, assim, que 100% dos participantes da pesquisa ressaltaram a melhora em relação à utilização de recursos tecnológicos para o “novo” formato de comercialização, seja receber a cesta solidária na feirinha da UFU, em Uberlândia, seja na entrega direto ao consumidor, em Monte Carmelo.

Partindo do que foi exposto, importante ressaltarmos que esse potencial criativo emergido da construção de relações próximas, é parte do caminho para que a práxis seja mantida e melhorada constantemente. “A gente olha pra trás, foram anos dessa construção, a gente consegue enxergar a evolução desse processo, mas também, a gente precisa dar os próximos passos”. (Entrevistada 01, 2022). Complementamos ainda, que vivemos e ainda estamos vivendo um período crítico para reflexões e novos direcionamentos. Como o CIEPS, entendemos que, não só o “novo” modelo de comercialização, mas todo o contexto político, econômico e social atual é momento para produzir dinâmicas diferentes.

A fim de deixarmos contribuições para novos direcionamentos, com vistas a novas sociabilidades a partir das territorialidades emergidas pelos agentes de transformação, a próxima seção apresenta os princípios e os valores da economia popular solidária e da agroecologia no discurso do sujeito coletivo.

5.3 PRINCÍPIOS E VALORES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA NO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Além dos resultados apresentados na seção anterior, coletados no período entre 28 de julho e 28 de outubro de 2022 através do *Google Forms*, nesta seção serão apresentados os resultados das entrevistas individuais realizadas no mesmo período, com os mesmos participantes. Relatamos, que para as entrevistas, não conseguimos alcançar os 60 consumidores que responderam ao questionário, contudo, evidenciamos que esse fato não prejudicou os resultados, haja vista que houve claramente a repetição dos dados para análises consistentes.

Nesta seção, os protagonistas dos discursos, 20 produtores e 50 consumidores responderam livremente à sete perguntas feitas em situações de interação, nas propriedades, em momentos de descontração, ou na feirinha solidária da UFU. O roteiro de entrevistas abordou perguntas simples acerca das categorias e variáveis de análise emergidas do construto teórico-conceitual desta tese¹⁰³, que serviram para a construção dos discursos. Cumpriremos, aqui, o último objetivo específico desta tese, qual seja, compreender como as territorialidades da economia popular solidária se configuram no cotidiano dos agentes de transformação, tendo a agroecologia como materialidade para o desenvolvimento territorial local.

Escolhemos o caminho do discurso do sujeito coletivo (DSC) com a finalidade de dar voz aos sujeitos que vivenciam essa realidade, pois entendemos que a agroecologia propõe um direcionamento contrário frente ao sistema dominante, que prega a agricultura como mercadoria, sobretudo a partir das monoculturas. (ALTIERI, 2012). Como o autor, percebemos que a agroecologia como matriz integradora, une princípios e interações espaço-temporais na condição homem-natureza para a reconstrução de processos destruídos ao longo do tempo.

Vale destacar, que em virtude da importância do binômio produção-consumo, escolhemos apresentar os DSC dos produtores e consumidores como agentes de transformação. Contudo, entendemos a essencialidade da participação dos demais agentes, que também convivem cotidianamente na realidade vivenciada. Dessa maneira, nesta seção, a participação desses últimos aparecerá como no quarto capítulo desta tese, em formas de citações diretas e

¹⁰³ De acordo com a metodologia de pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da UFU, parecer 5.482.749 em 22 jun. 2022, as categorias e variáveis de análise para a construção dos DSC dos grupos sociais pesquisados estão elencadas, a saber: (i) trabalho coletivo; (ii) autogestão; (iii) transformação social, contemplando redes de cooperação e participação política; (iv) desenvolvimento local, solidário e sustentável, com evidência para o conceito de sustentabilidade, em separado, pela ótica dos sujeitos participantes da pesquisa.

indiretas no corpo do texto. Com isso, essas citações são apresentadas para ratificar ou refutar os discursos construídos. Relembramos aqui, que participaram da pesquisa os seguintes agentes de transformação, além dos produtores e consumidores:

- CIEPS: entrevistada 01; entrevistada 02;
- Técnicos: entrevistado 03; entrevistado 04;
- CPT: entrevistado 05;
- Prefeitura Municipal de Uberlândia: entrevistado 06; entrevistada 07;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): entrevistada 08; entrevistado 09, entrevistada 10.

Para um melhor entendimento sobre a construção dos discursos¹⁰⁴ e roteiro de entrevistas, o quadro 19 apresenta a base teórico-conceitual dos princípios e valores da economia popular solidária e da agroecologia, emergidos dos três momentos desta tese. Lembramos, que tivemos a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU) – número do parecer 5.482.749 – e, desde a construção do roteiro de entrevistas, contamos com a contribuição substancial do prof. Dr. Fernando Lefèvre, criador da metodologia DSC e professor aposentado da Faculdade de Saúde Pública (USP).

Quadro 19 – Principais pontos de análise teórico-conceitual como base para o roteiro de entrevistas.

Variáveis da pesquisa	Definição/principais pontos de análise	Perguntas para a construção dos DSC
Trabalho coletivo	*Alavancagem econômica com prioridade pelo trabalho em detrimento do capital nas relações de produção; *Tecnologia adaptada ao meio e não poluidora; *Saberes e envolvimento mútuo e coletivo. (CORAGGIO, 2013, 2014; RAZETO, 1993; LISBOA, 1997).	No trabalho coletivo retiramos financeiramente só o essencial, você concorda com isso, ou não? Se sim, por quê? Se não, por quê?
Autogestão	*Resultados aceitáveis por indivíduos e grupos; *Decisões compartilhadas e divisão dos resultados pelos membros do coletivo; * Respeito à diversidade e aos papéis sociais;	No trabalho coletivo, todos e todas têm o mesmo poder de decisão ou alguém tem que mandar? Fale o porquê da sua opinião.

104 Evidenciamos que a base teórico-metodológica do DSC está apresentada, de maneira substancial, na parte introdutória desta tese.

	*Descentralização e desconcentração de poder, riquezas e bens (terra, tecnologia, saber). (ALBUQUERQUE, 2003; SINGER, 2003; ARRUDA, 2003).	
Sustentabilidade	*Controle dos processos vitais, econômico, cultural e social; *Consciência com a sociedade e o meio ambiente; *Questão ambiental relaciona-se às leis de rendimento da natureza e à sobrevivência dos povos; *Vivência e respeito à equidade de gêneros, aos direitos humanos *Fomento à erradicação da pobreza; *Prática da justiça social e ampliação dos direitos à cidadania. (MÉSZÁROS, 2007; BERTUCCI; SILVA, 2003; BETANHO <i>et al.</i> , 2018).	A sustentabilidade tem a ver com meio ambiente e consciência ambiental. Para você, a sobrevivência dos povos, a justiça social, os direitos humanos também são questões ligadas à sustentabilidade? Se sim, por quê? Se não, por quê?
Transformação social através de redes de cooperação e participação política	*Construção e prática de novas relações sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais; *Formas alternativas de organização e de divisão do trabalho não competitivas; *Aprendizagem social e compartilhamento de valores e princípios da agroecologia e economia popular solidária. (FERRARINI; GAIGER, VERONESE, 2013; CORAGGIO, 2012; BERTUCCI; SILVA, 2003; RAZETO, 1993).	As redes de cooperação para a produção e comercialização são importantes? Se sim, por quê? Se não, por quê?
		Você considera importante a participação de pessoas comuns em fóruns e conselhos, contribuindo para melhorias em legislações e políticas públicas ou isso é para lideranças, técnicos e especialistas? Qual sua opinião? Buscar transformação social através de cooperação, reciprocidade e autorrealização de todos e todas, é uma condição que está sendo alcançada na realidade atual? Qual sua opinião a respeito?
Desenvolvimento local, sustentável e solidário	*Modelos agroalimentares alternativos; *Organizações de agricultores e consumidores, universidades, poder público, organizações não governamentais dentre outros; *Estratégias de produção, distribuição, comercialização e consumo conscientes e sustentáveis; *Construção de políticas públicas e representatividade política efetiva através das	Na sua opinião, é possível alcançar desenvolvimento local, sustentável e solidário através da união de sujeitos e agentes com ações de valorização da relação produção, comercialização e consumo ligado à agricultura familiar agroecológica? Fale um pouco sobre isso.

	redes de cooperação. (BERTUCCI; SILVA, 2003; LIBOA, 2003; SAQUET, 2010, 2014, 2015; DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013; PLOEG, 2021).	
--	--	--

Fonte: Construído da tese.

Elaborado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Como postula o CEP/UFU, os resultados foram apresentados (figura 23)¹⁰⁵ na feirinha solidária da UFU, em 17/12/22.

Figura 23 – Registros do evento de apresentação dos resultados – DSC – na feirinha solidária.



Fonte: Arquivo pessoal. Fotos tiradas em 17/12/2022.

Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

105 Em sentido horário, visualiza-se um produtor explicando o discurso para uma consumidora; a pesquisadora com a orientadora e sua mãe; a pesquisadora apresentando os resultados aos consumidores; apreciação dos resultados pelos consumidores, à direita da foto a dinâmica da feirinha; a pesquisadora e uma produtora participante da pesquisa. As fotos foram tiradas no evento de apresentação dos resultados, na feirinha da UFU, em 17/12/2022.

Foram confeccionados sete banners contendo os DSC construídos a partir das entrevistas realizadas. O material está apresentado no apêndice F desta tese. Optamos apresentá-los em banners por representar o produto desta tese e, assim, podem ficar expostos para apreciação junto ao CIEPS, assim como servir para outros projetos e eventos. Desta feita, os tópicos a seguir compõem os DSC na íntegra.

5.3.1 O discurso dos produtores e consumidores de alimentos/mercadorias agroecológicas em Uberlândia e Monte Carmelo

Apresentamos, aqui, os resultados (em sete quadros a seguir) oriundos da construção dos discursos através do método DSC. É possível perceber, que os discursos tanto de produtores quanto de consumidores são bastante similares para todos os valores e princípios da economia popular solidária e da agroecologia, contudo, algumas questões merecem ser ressaltadas:

- i. Condensamos os discursos em espécie de frases sínteses, representadas pelas caixas alta dos quadros, ou seja, as similaridades mais evidentes;
- ii. Trabalhamos com as mesmas perguntas tanto para produtores quanto para consumidores, contudo, identificamos algumas lacunas que merecem reflexões e estudos posteriores. Por isso, os discursos não apresentam a mesma quantidade de informações em todos os quadros.

As lacunas/discrepâncias entre os dois discursos circundam sobre, basicamente: (1) a participação e atuação do CIEPS perante os consumidores, pois, estes, ainda não enxergam o CIEPS como centralidade, assim como os produtores; (b) o entendimento dos consumidores em relação ao significado da sustentabilidade. Importante considerá-la como processo, congregando outras dimensões para além do tripé – ambiental, social e econômico. Consideramos, pois, que essas duas questões oferecem perspectivas, possibilidade e implicações para estudos futuros.

5.3.1.1 Sobre o trabalho coletivo

Tanto para produtores quanto para consumidores, o trabalho coletivo representa o respeito pelo indivíduo na sua totalidade, que imbuído de solidariedade e racionalidade própria, sustenta-se numa condição mutualista e contrária à reprodução da lógica do capital.

Percebemos, claramente, que há a priorização e o compartilhamento dos saberes para a preservação da vida em todos os sentidos. Visualizamos também, que a negação às formas de mercantilização do trabalho e acumulação compulsiva estão presentes. A seguir (quadro 20), a sintetização do DSC para o trabalho coletivo.

Quadro 20 – O DSC para o trabalho coletivo na visão de produtores e consumidores.

PERGUNTA: No trabalho coletivo retiramos financeiramente só o essencial, você concorda com isso, ou não? Se sim, por quê? Se não, por quê?	
PRODUTORES	CONSUMIDORES
<p>PENSANDO NA RENDA, NÃO CONCORDO. PORQUE AS NECESSIDADES SÃO MUITAS E DIFERENTES. A GENTE TEM VONTADE DE FAZER ALGO A MAIS, SEM ACÚMULO E EXAGEROS.</p> <p>Precisamos de uma sobra, que é o excedente. O excedente é que faz uma renda a mais e faz a diferença.</p> <p>Com o mínimo de volume de vendas não dá pra retirar uma renda adequada. Cada um sabe o que precisa mais na sua casa.</p> <p>PENSANDO NO TRABALHO COLETIVO, CONCORDO EM PARTES.</p> <p>A gente senta e alinha, se eu não consigo produzir mais, você produz e todos nós ganhamos.</p> <p>A gente vai aprendendo, trocando experiências. O trabalho coletivo oferece condição e qualidade de vida, agrega valor na produção, é o bem viver. O valor vem da convivência e temos o fortalecimento ideológico para viver com dignidade.</p> <p>Na força do coletivo a gente consegue um excedente de produção. Comprar junto é interessante e a gente tem que priorizar algumas coisas.</p>	<p>NÃO CONCORDO, PORQUE AS NECESSIDADES SÃO DIFERENTES E ELES PRECISAM RETIRAR MAIS QUE O ESSENCIAL, SEM EXCESSOS.</p> <p>O retorno financeiro é para adquirir uma boa condição de vida, cada família não pode ficar estacionada socialmente. Não estamos falando de pobreza, as pessoas precisam viver com algo a mais que o essencial.</p> <p>Acho que é possível vender o excedente, desde que não haja desperdício. Quem trabalha tem os custos do trabalho e tem que reinvestir na produção.</p> <p>Falta suporte estatal, cada um tem as suas necessidades, o essencial para uns não é essencial para outros. Para mim, o essencial é moradia, alimentação, o algo a mais são outras necessidades.</p> <p>CONCORDO, COM RESSALVAS.</p> <p>O trabalho coletivo tem seu valor, deve ser tratado como tal e todas as famílias devem trabalhar juntas.</p> <p>No trabalho coletivo há uma troca de experiências e conhecimentos. Ele oferece condição para aquisição de ferramentas, melhoria do espaço de cultivo e qualidade para produtos.</p> <p>Pensando no trabalho coletivo, acredito que ele deve funcionar para que todos ganhem.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Avaliado por: LEFEVRE, F. (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

O trabalho coletivo, no âmbito do discurso, enseja que a compreensão das atividades econômicas serve para a manutenção e continuidade das operações econômicas para a produção e comercialização. Nesse sentido, a economia é entendida em seu sentido amplo, não se limitando a atividades puramente econômicas ou aos bens e serviços produzidos para o mercado. O trabalho coletivo também envolve planejamento, deliberações e execução, munidos de racionalidade própria. Para o CIEPS, o trabalho coletivo “[...] contribui na medida das nossas forças, a partir das necessidades e da possibilidade daquele grupo. Então, é uma divisão mais equânime de tudo, mas não pra ficar rico”. (Entrevistada 01, 2022).

A geração de renda e o algo a mais além da sobrevivência, é importante, nesse sentido, a CPT também corrobora o discurso, já que o propósito do coletivo é construir uma sociedade diferente, cada vez mais igualitária. “Essa é a luta, até porque nós estamos numa sociedade construindo alguma coisa diferente, mas numa sociedade capitalista, não podemos esquecer disso”. (Entrevistado 05, 2022). O mesmo contexto reverbera-se no discurso dos técnicos, “[...] porque em um sistema agroecológico de produção a proposta é pelo coletivo e, nesse caminhar, a gente vai construindo processos, com planejamento e organização”. (Entrevistado, 03, 2022).

A partir do discurso, ratificamos, pois, a perspectiva de Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), que ensejam o trabalho coletivo como a centralidade da EPS, contendo algumas características marcantes: (1) presença de grupos e movimentos sociais; (2) ideologia anticapitalista ou contra-hegemônica; e (3) relação produção-comercialização-consumo sem acumulação ou lucro como resultado final. Os parâmetros contra-hegemônicos aproximam bastante o princípio do trabalho coletivo ao princípio autogestionário de atuação. Resgatamos os autores e os pontos tratados no terceiro momento desta tese, para salientar que a autogestão é um ponto em comum entre o trabalho coletivo e o processo de transformação social. Em outras palavras, as questões evidenciadas e caracterizadas no princípio autogestão são consequências do trabalho coletivo. A autogestão no DSC está apresentada no próximo tópico.

5.3.1.2 Sobre a autogestão

De maneira coletiva, a autogestão representa questões como, decisões e resultados compartilhados, descentralização e desconcentração de poder, de riqueza (no sentido de reprodução social, não no sentido de lucro) e de bens (terra, tecnologia e saber), com respeito ao indivíduo, ao que se fala e faz. Ao princípio do trabalho coletivo, a autogestão está inter-relacionada numa espécie de evolução e, como processo, percebemos sua representatividade

como fator predominante para a diferenciação das práxis. A seguir (quadro 21), a sintetização do DSC para a autogestão.

Quadro 21 – O DSC para a autogestão na visão de produtores e consumidores.

PERGUNTA: No trabalho coletivo, todos e todas têm o mesmo poder de decisão ou alguém tem que mandar? Fale o porquê da sua opinião.	
PRODUTORES	CONSUMIDORES
<p>TODOS E TODAS TÊM QUE TER DIREITO DE FALA, FALAR O QUE PENSA, SENÃO NÃO É COLETIVO.</p> <p>Tem que ouvir também, tem que ter ideais coletivos, tem que participar.</p> <p>Todos têm o poder de decisão sempre, o mesmo poder pra se expor e decidir na maioria.</p> <p>TEM QUE TER UMA REPRESENTAÇÃO, UM LÍDER, QUE LEVA NOSSA FALA PRA FRENTE.</p> <p>Uma pessoa confiável, que leva a voz do coletivo a qualquer espaço que se fizer necessário.</p> <p>Além de levar a nossa voz onde a gente sabe que ela não chega, tem que ser uma pessoa que orienta.</p> <p>Tem que ter um direcionamento, pra organizar, pra concentrar as informações e as demandas coletivas.</p> <p>Tem que ser alguém que vem do coletivo, que você confia, que tenha respeito às decisões coletivas.</p>	<p>TODOS E TODAS DEVEM TER O MESMO PODER E IGUALDADE DE DECISÕES E DEVEM SER RESPEITADOS POR ISSO.</p> <p>A construção de diretrizes deve ser coletiva.</p> <p>Todos e todas devem ser ativos nos posicionamentos, ter voz de opinião e de voto.</p> <p>Devem ter o mesmo direito e a mesma autonomia, todos dando opiniões e contribuindo. Tudo pautado na democracia, o que não é fácil.</p> <p>As decisões devem ser coletivas e consensuais, ninguém manda mais do que ninguém.</p> <p>TEM QUE TER UMA LIDERANÇA, ALGUÉM QUE REPRESENTA A DECISÃO COLETIVA.</p> <p>Penso que tem que ter uma coordenação, um líder eleito pelo grupo pra coordenar, organizar, que tenha a identidade do coletivo e que gere confiança.</p> <p>Alguém com competência pra isso, escolhido por suas habilidades de estimular, de ouvir, que instrui outros produtores e que faz presença na coletividade.</p> <p>Alguém que mostra a força do grupo fora do grupo, imparcial e democrático, que represente o coletivo em outras instâncias, nos espaços políticos, principalmente.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Avaliado por: LEFEVRE, F. (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

No DSC, a autogestão ratifica Albuquerque (2003) em quatro dimensões: (i) seu caráter social engendra ações e resultados aceitáveis coletivamente; (ii) sua prática remete ao econômico através do fator trabalho em detrimento do capital; (iii) seu viés político se faz

através de construção coletiva com poder compartilhado e representatividade dentro e fora do coletivo; e (iv) sua dimensão técnica reflete racionalidade própria para organização e divisão do trabalho. Na fala do CIEPS, “[...] nos coletivos autogestionários, quem planeja também é quem executa, quem decide também é quem coloca a decisão em prática. O dono dos meios de produção é o coletivo, que usa esses meios de produção para articular”. (Entrevistada 01, 2022).

A autogestão, nesse sentido, se nivela à gestão democrática sinalizada por Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), quando os autores a tratam pela garantia de deliberações e participação no conjunto de membros, sem a interdependência em relação a organizações e agentes externos. O princípio clássico “um sócio, um voto” e a participação igualitária de membros homens e mulheres, também é observado como ratificam os autores. Assim, visualizamos “[...] que ao falar em coletivos autogestionários, a cooperação e a cooperativa podem existir a partir dos princípios capitalistas, contudo, a ideologia permanece na racionalidade própria, no próprio coletivo”. (Entrevistada 01, 2022).

Entendemos e ratificamos como a CPT, que a autogestão também é sinônimo de autonomia, “[...] é o início da autonomia, um grupo autônomo buscando o seu desenvolvimento, através da sua capacidade”. (Entrevistado 05, 2022). A questão da autonomia, também é corroborada pelo MAPA, pois “[...] aquilo que chega pronto pro agricultor, que não tem a parte dele no processo, às vezes ele não valoriza tanto e cria uma dependência de sempre ter alguma pessoa que fale por ele. Tem que identificar as potências dentro do coletivo”. (Entrevistada 10, 2022). Ainda, salientamos conforme o discurso da autogestão, que a emancipação de trabalhadores e trabalhadoras rurais é fundamental para que haja uma condução ao processo de transformação social. Nesse quesito, é essencial a participação de redes de cooperação, evidenciadas no próximo tópico.

5.3.1.3 Sobre as redes de cooperação

Como articulações periféricas, as redes de cooperação buscam fomentar os coletivos na base do compromisso social, este, representando intercooperação técnica com estímulo à solidariedade. As redes enfocam a melhoria do bem-estar das pessoas vinculadas ao coletivo, como a comunidade no entorno. A partir delas, estabelecem-se relações com diferentes instituições, que compartilhando de mesmo posicionamento ideológico, promovem estímulos à capacitação, assessoria, recursos de várias ordens dentre outros. (GAIGER, 2004). A seguir (quadro 22), a sintetização do DSC para a importância das redes de cooperação.

Quadro 22 – O DSC para as redes de cooperação na visão de produtores e consumidores.

PERGUNTA: As redes de cooperação para a produção e comercialização são importantes? Se sim, por quê? Se não, por quê?	
PRODUTORES	CONSUMIDORES
<p>A REDE É FUNDAMENTAL, PORQUE É A FORÇA MOTRIZ PRA PLANTAR, PRA VENDER, PRA ESCOAR.</p> <p>A rede faz a ponte campo e cidade, ajuda na cidade com a feirinha, a vender mais com a força do coletivo.</p> <p>Ganhamos força política, força de resistência e força de produção.</p> <p>Constrói relações junto ao poder público, nos fortalece e nos ajuda a criar nossa identidade como coletivo.</p> <p>ACREDITAMOS MUITO NO CIEPS, NA UNIVERSIDADE DANDO ESSE APOIO PRA GENTE.</p> <p>Com o CIEPS a gente entrou na agroecologia, trabalhando no esquema da economia popular solidária. Estamos vendendo até pra merenda escolar.</p> <p>Com os professores e técnicos que nos auxiliam no manejo com a agrofloresta, produzimos sem veneno e mandamos pra cidade, do jeito que precisa, pra vender na feirinha.</p> <p>Os consumidores sabem como plantamos e como colhemos.</p> <p>Com o CIEPS dá pra fazer uma rede de produção e comercialização maior.</p>	<p>AS REDES SÃO IMPORTANTES, PORQUE TRABALHAR EM REDE FAZ TODA A DIFERENÇA.</p> <p>Cria relações de parceria, expande atividades, é oportunidade de crescimento e evolução. Oferecem o suporte necessário para atender os produtores e os consumidores.</p> <p>Há mais estímulo e profissionalização. Gera novos conhecimentos, troca de experiências e aprendizado com mais possibilidade de acesso ao poder público e outros locais de discussão.</p> <p>Com a rede, existe mais força pra conseguir melhores preços de insumos, maquinário, coisas pra produção.</p> <p>Une campo e cidade. No campo, tem a capacitação necessária para o plantio. Na cidade, tem oferta de produtos com qualidade e procedência para o consumo mais saudável e consciente.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Avaliado por: LEFEVRE, F. (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

No DSC, chamamos atenção para a percepção da importância das redes de cooperação na visão tanto dos produtores quanto dos consumidores. Contudo, a participação do CIEPS é evidenciada somente no discurso dos produtores, não aparecendo na mesma proporção de importância no discurso dos consumidores. Percebemos que a importância do CIEPS, para os

produtores é uma centralidade e, como essencialidade, representa o fomento para que a materialidade das cadeias produtivas solidárias e das formas alternativas de produção se tornem uma realidade. Para a CPT, “[...] se existem pessoas e instituições que podem e querem contribuir, é muito importante, e os produtores perceberam que eles tinham que fazer essa interação”. (Entrevistado 05, 2022).

Para os técnicos, a importância se enxerga “[...] em prol do trabalho agroecológico, na questão da produção familiar, os produtores se sentem acolhidos”. (Entrevistado 04, 2022). As redes, dessa maneira, materializam práticas pautadas na resistência, na apropriação e uso do território, no posicionamento contra-hegemônico para a construção de relações mais dignas e justas apoiadas na soberania alimentar.

Como potencial de aproximação campo e cidade, de maneira geral, todos os agentes de transformação ratificam que a materialidade agroecológica e o estímulo aos circuitos curtos de comercialização são fomentados através das redes de cooperação. Nesse sentido e para o CIEPS, “[...] a ideia da cooperação é que a gente opere junto, opere coletivamente, na medida das nossas forças, das nossas possibilidades, dos nossos conhecimentos, das nossas vontades”. (Entrevistada 01, 2022). Complementamos ainda, que para o CIEPS, a rede representa a troca de experiências, a espinha dorsal de todo o processo, que projeta as articulações entre os próprios integrantes da rede, assim como fomenta trocas fora da rede, numa projeção intra e inter-relacional.

Vale considerar que esse fato é ratificado pelo MAPA, quando o órgão intenta pela inclusão dos produtores à acessibilidade das políticas públicas. “De repente vem uma prefeitura e oferece alguma coisa, essa visibilidade eles precisam e passam a ter. Muitos desses grupos tem colaboradores nas prefeituras, na EMATER por exemplo”. (Entrevistada 08, 2022). A importância da participação política para a EPS e a agroecologia é apresentada no próximo tópico.

5.3.1.4 Sobre a participação política

Tanto o envolvimento das redes de cooperação quanto a participação política efetiva são caracterizações que diferenciam os coletivos que transitam no universo da EPS. A resistência configurada por alternativas de organização e de divisão do trabalho tende a aproximar as maneiras peculiares de atuação no diverso e vasto contexto de possibilidades que congregam os pilares de uma “outra economia”. (CATTANI, 2003). Nessa perspectiva, a participação política efetiva é decorrência de uma concepção crítica, questionadora e relacional,

para que as articulações ocorram a partir da consciência, da apropriação e do uso do território na direção de novas sociabilidades.

Como Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), entendemos que a participação política está para a EPS, como um dos elementos representativos de cooperação e solidariedade, presente no cotidiano como consciência comum. Assim, deve ser orientada por objetivos comuns e direcionar caminhos para uma efetiva transformação social. A seguir (quadro 23), a sintetização do DSC para a participação política.

Quadro 23 – O DSC para a participação política na visão de produtores e consumidores.

PERGUNTA: Você considera importante a participação de pessoas comuns em fóruns e conselhos, contribuindo para melhorias em legislações e políticas públicas ou isso é para lideranças, técnicos e especialistas? Qual sua opinião?	
PRODUTORES	CONSUMIDORES
<p>TODOS E TODAS TÊM DIREITO E DEVER DE PARTICIPAR, PRA CONSEGUIRMOS VOZ E DAR VOZ AO COLETIVO.</p> <p>Precisamos marcar presença, ocupar esses espaços. Colocar gente que nos representa, que compra essa luta e entende as nossas necessidades.</p> <p>A gente precisa se apropriar dos nossos direitos e cobrar. A gente tem que participar mais, avançar e nos posicionar, pra chegar política pública pra nós. Os políticos não vivem o que a gente vive.</p> <p>É IMPORTANTE APRENDER, TER CONHECIMENTO.</p> <p>Buscar o reconhecimento no ambiente político é uma questão educacional e cultural também. O povo não gosta ou não quer participar.</p> <p>Muitas vezes, as pessoas têm o conhecimento, mas não querem por receio, por medo ou por preguiça mesmo.</p> <p>Precisamos entender a importância da participação de cada um.</p> <p>O governo tem que nos ouvir, precisa olhar para o todo na questão dos movimentos</p>	<p>TODOS E TODAS TÊM ALGO A TRANSMITIR. A PARTICIPAÇÃO CRIA VISIBILIDADE PARA O SEGMENTO QUE PRECISA ESTAR LÁ.</p> <p>Políticos ficam distantes da comunidade, são apenas representantes, precisam representar da maneira correta.</p> <p>As decisões devem ser baseadas nas demandas das diversas comunidades e segmentos.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO DEVE SER ESTIMULADA, PRECISA SER APRENDIDA.</p> <p>Não temos uma cultura de participação popular em fóruns de discussão de interesse público. Tem que apresentar o ambiente político mais perto do cidadão.</p> <p>Tem que ter educação para a política. É preciso entender mais. Conhecer pra cobrar mais, pra participar mais, pra construir mais educação para a política.</p> <p>Precisa ter a conscientização da importância para a coletividade, ter a consciência que não vai melhorar só pra mim, mas pra todos.</p>

sociais. Temos que ocupar os espaços que nos representam.	
---	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Avaliado por: LEFEVRE, F. (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

No DSC acima, fica clara a importância da participação política de todos e todas que congregam a realidade da EPS e da agroecologia, contudo, verificamos que a existência de lacunas faz com que a não participação seja o mais comum no cotidiano do coletivo. Nesse sentido, o CIEPS evidencia que a participação deve ser feita pela consciência e união de classe, a fim de que os interesses comuns dos menos favorecidos sejam levados em consideração, o que não é fácil mediante o poderio do sistema dominante. “Tem que participar, mas não é assim, pode participar, não é assim mesmo. Tem que ser no sentido de que devemos participar enquanto classe trabalhadora, porque o sistema costuma nos alijar dos processos decisórios”. (Entrevistada 01, 2022).

Ratificamos, pois, ser no posicionamento político que ocorre a aproximação mais evidente entre a EPS e a agroecologia. Como práxis, essa aproximação se dá na interdisciplinaridade, no fortalecimento da resistência e nas maneiras alternativas de enfrentamento político e contra-hegemônico frente ao capital. Nessa perspectiva, a CPT corrobora o entendimento salientando ser essencial a participação política de todos e todas que compartilham desse propósito. “A gente luta pra ter participação no Conselho Municipal, pra que as pessoas dos assentamentos participem nos conselhos de desenvolvimento territorial, de toda a construção política”. (Entrevistado 05, 2022).

Cabe destacar, aqui, a importância dada pela SMAEI/PMU à projetos de capacitação e treinamentos no sentido de preparar os produtores, contudo, o discurso está voltado ao acesso à mercados, não à educação política. “[...] hoje não se faz nada sem parcerias, acreditamos que é preciso treinar mais os produtores, capacitá-los para acesso ao mercado, além de conhecermos mais as necessidades das cooperativas”. (Entrevistado 06, 2022).

Já, o discurso do MAPA ratifica a importância da participação política como elemento de consciência e posicionamento crítico. Como questão socioeducacional, a prática deve acompanhar o discurso para que se estimule uma verdadeira transformação de maneira ampla. “[...] Tem muita gente boa pelo interior do Brasil, tem muito agricultor defendendo seu posicionamento com consciência de falar não aquela coisa capitalista. Tem espaço pra isso e temos que ir em frente pra fazer diferença”. (Entrevistado 09, 2022). No próximo tópico,

abordaremos melhor a questão da consciência e do posicionamento diante do controle dos processos decisórios como perspectiva da sustentabilidade em Mészáros (2007).

5.3.1.5 Sobre a sustentabilidade

A sustentabilidade para a EPS e para a agroecologia remete à importância do ser humano autorrealizar-se não apenas sobrevivendo, mas através dos propósitos que estabelece para si mesmo, de maneira consciente e de longo prazo. A consciência e a responsabilidade de cada um se fazem por participação ativa através do trabalho e da educação numa perspectiva ampla. Assim, ser sustentável significa “[...] estar realmente no *controle* dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, [...] ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas *quase* naturais”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 190. Grifo do autor). A seguir (quadro 24), a sintetização do DSC para a sustentabilidade.

Quadro 24 – O DSC para a sustentabilidade na visão de produtores e consumidores.

PERGUNTA: A sustentabilidade tem a ver com meio ambiente e consciência ambiental. Para você, a sobrevivência dos povos, a justiça social, os direitos humanos também são questões ligadas à sustentabilidade? Se sim, por quê? Se não, por quê?	
PRODUTORES	CONSUMIDORES
<p>SIM, PORQUE ESTÁ TUDO INTERLIGADO. O MEIO AMBIENTE É A BASE.</p> <p>Não é só tratar da água, das florestas, não é só não jogar veneno, é muito mais amplo e complexo.</p> <p>O meio ambiente já é nossa obrigação. É preservar sem tirar proveito, a começar pela própria natureza, começa lá dentro da minha casa. É uma junção de tudo isso.</p> <p>TAMBÉM É RESPONSABILIDADE PELAS RELAÇÕES, É INTERGERACIONAL.</p> <p>O cuidado com as relações sociais é o caminho pra fazermos diferente. Pra avançar, temos que mudar a maneira de pensar.</p>	<p>SIM, PORQUE É UM CONCEITO AMPLO, É A CONSCIÊNCIA DO QUE PRECISAMOS PARA VIVER.</p> <p>Os recursos são finitos, estamos falando de necessidades das próximas gerações.</p> <p>Devemos repensar nossos hábitos. Preciso fazer a minha parte, consciente, para um impacto menor no meio ambiente e em tudo em volta de mim.</p> <p>Preciso refletir, do consumo consciente ao controle do desperdício de qualquer coisa. Cada um pensando no equilíbrio e na sociedade como um todo.</p> <p>É UM EQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE, DO SOCIAL E DO ECONÔMICO. PRECISAMOS PENSAR DE MANEIRA COLETIVA.</p>

<p>É uma conexão de tudo, com o ser humano no centro, construindo a vida em todos os sentidos pra outras gerações.</p>	<p>Faz sentido considerar outras dimensões, precisa ser um conceito mais igualitário para todos e todas.</p>
<p>É preservarmos tudo, tudo que é vida. Da natureza aos povos tradicionais, é dar vida aos seres humanos através da comida, do bem viver, da vida mais prolongada.</p>	<p>No social, reduzir as desigualdades. No cultural, pensar as diversidades. No político, trabalhar pela democracia. No econômico, circular a economia local e, claro, no ambiental, pensar um planeta melhor para se viver.</p>
	<p>O ser como indivíduo precisa ser incluído e respeitado. Não existe separação entre sociedade e natureza.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Avaliado por: LEFEVRE, F. (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Compartilhamos do propósito, que a agroecologia é muito mais que dizer não ao uso de agrotóxicos, é o cuidado com a natureza e com as relações sociais, defendendo a vida em sua totalidade. Essa perspectiva da sustentabilidade, o olhar para as relações sociais e para o outro, é claramente visualizada no DSC, contudo, especialmente no discurso dos consumidores o viés limitante do equilíbrio ambiental, social e econômico conduz boa parte do discurso.

O CIEPS refuta essa questão, considerando ser uma falácia pensarmos em sustentabilidade somente por esses parâmetros do meio ambiente, sociais e financeiros. “Isso é a força do capitalismo, porque desenha isso como um triângulo equilátero, mas isso é um triângulo isósceles, bem pontudo”. (Entrevistada 01, 2022). A analogia utilizada sinaliza que a ideia de sustentabilidade foi cooptada, em algum momento, e o capitalismo utiliza-se da palavra para a dinâmica das empresas. “Você não tem somente a estrutura das empresas, você tem uma superestrutura formativa, organizada a partir do modo de produção capitalista. Esse modo de produção é o modo de reprodução da sociedade”. (Entrevistada 01, 2022).

Em outras palavras, o tripé da sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômico é “[...] uma lógica, que se torna palatável por conta do discurso dominante do sistema”. (Entrevistada 01, 2022). Enxergamos, que a percepção da sustentabilidade por esse tripé está mais presente no discurso dos consumidores, enquanto, que para os produtores a sustentabilidade é muito mais vivenciada, do que propriamente elemento da retórica. Entendemos, pois, que essa vivência se encontra também nas palavras da CPT, posto que “[...] a sustentabilidade é essa convivência interligada, respeitando todos os seres, seja o ser humano, ou seja o ambiente. Tudo isso faz parte da sustentabilidade, é sustentar o ambiente e sustentar o ser humano”. (Entrevistado 05, 2022).

Percebemos, que é necessária sua reflexão de forma contínua e cíclica, como processo, na responsabilidade intergeracional como colocado pelo discurso dos produtores, aportando-se em novos hábitos e não em construções paliativas. Na vertente da transformação social e do desenvolvimento territorial local, a sustentabilidade se vincula à autogestão, como colocado pelo CIEPS, nas bases de Mészáros (2007). Para que se torne uma práxis, sua reflexão crítica permeia o sentido de Bertucci e Silva (2003), congregando outras questões além do respeito às leis de rendimento da natureza, prática muito natural entre os produtores.

Além disso, precisamos pensar e agir com justiça social reforçando o direito à cidadania e direitos humanos; com equidade de gêneros e defendermos a erradicação da pobreza. Enxergamos também, como os técnicos, que trabalhar a sustentabilidade “[...] é trabalhar questões da nossa organização social, é trabalhar questões da nossa formação”. (Entrevistado 03, 2022). Nessa perspectiva, o próximo tópico apresenta o DSC voltado à transformação social.

5.3.1.6 Sobre a transformação social

Compartilhamos a ideia, que a transformação social é pautada na resistência ativa, a qual reverbera-se nas articulações dos agentes através das redes de cooperação e no posicionamento contra-hegemônico frente ao sistema dominante. Nessa perspectiva, a transformação social é consequência da construção e prática de novas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais; do fomento às formas alternativas de organização e divisão do trabalho não competitivo; de aprendizagem social e compartilhamento de valores coletivos; e da autorrealização em todas as dimensões do indivíduo e do coletivo. A seguir (quadro 25), a sintetização do DSC para a transformação social.

Quadro 25 – O DSC para a transformação social na visão de produtores e consumidores.

PERGUNTA: Buscar transformação social através de cooperação, reciprocidade e autorrealização de todos e todas, é uma condição que está sendo alcançada na realidade atual? Qual sua opinião a respeito?	
PRODUTORES	CONSUMIDORES
ESTAMOS NO CAMINHO CERTO, MAS A ESTRADA É LONGA, ESTAMOS NO INÍCIO DO PROCESSO.	ESTÁ ACONTECENDO ALGUMA COISA, MAS DE FORMA PONTUAL E BEM LENTA. A FEIRINHA REPRESENTA UMA SEMENTE.

<p>Morar na roça, ter a terra pra cuidar, trabalhando na agroecologia e fortalecendo as redes de integração, estamos progredindo.</p> <p>É um processo reverso, de baixo pra cima, na base de muita luta. A solidariedade nivela a gente, nivela todos e todas que compartilham dessa vivência.</p> <p>As pessoas estão mudando a forma de enfrentar, a forma de pensar, de querer conhecer. O consumidor está proposto a mudanças.</p> <p style="text-align: center;">PRECISAMOS CONSTRUIR O DEBATE, AINDA TEM MUITO PRA APRENDER E FAZER.</p> <p>Tem que ter responsabilidade, precisamos compreender o sentido de estar junto.</p> <p>Precisamos sempre da ajuda da universidade e de mais pessoas, é muito importante.</p> <p>O aprender pra reproduzir tem que ser feito através do coletivo, pra unir o campo e a cidade, o povo e a academia.</p>	<p>A feirinha da UFU tem atuação localizada, o diferencial é o laço afetivo com os produtores, todos e todas compartilham do mesmo propósito.</p> <p>A gente vem pra conversar, trocar ideias e receitas, saber das pessoas. Os consumidores estão abertos, tem produtos de qualidade e com procedência.</p> <p>Sinto que estou empregando o meu dinheiro pra melhorar o próprio ambiente. Precisa de melhorias no sentido de mais diversificação e divulgação, precisa expandir. Acho que a profissionalização é falha.</p> <p style="text-align: center;">MAIS PESSOAS PRECISAM ESTAR ENVOLVIDAS COLETIVAMENTE, MAIS UNIÃO E ENGAJAMENTO.</p> <p>Precisa de mais incentivo para os produtores, mais apoio e subsídio para a produção e mais estímulo para a comercialização.</p> <p>Não é só a produção e a comercialização que contam, é também o reconhecimento social.</p> <p>Precisa de mais esforço político pra atividades produtivas locais, mais políticas públicas e educação pra capacitação e desenvolvimento de uma consciência social voltada pro crescimento e evolução.</p>
---	---

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Avaliado por: LEFEVRE, F. (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Visualizamos no DSC, que tanto produtores quanto consumidores entendem que estamos no caminho das mudanças, que algo já foi construído revelando maneiras alternativas de viver e conviver socialmente. Relações sociais já foram sedimentadas potencializando oportunidades diferenciadas para que novas potencialidades sejam exploradas coletivamente. Chamamos a atenção, contudo, para que mais fomento seja direcionado às práticas no fortalecimento da relação produção-comercialização-consumo e que mais pessoas, congregando a mesma ideologia, sejam convidadas a refletir e praticar ações voltadas à transformação social.

O CIEPS corrobora e ratifica o discurso, enfatizando a perspectiva de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras. “Essa é uma construção que vai levar décadas, mas quando a

gente começa a ouvir os agricultores se posicionarem e a gente vê o quanto eles avançaram nessa compreensão, é a coisa mais linda do mundo”. (Entrevistada 01, 2022).

Entendemos também, que quando o CIEPS coloca a questão no sentido de nos atentarmos constantemente às contradições, verificamos que a cooptação dos saberes e das práticas é uma linha tênue e sensível. “Na agricultura orgânica, se tentou trazer os agricultores para uma subordinação, entraram num processo subordinado. Por isso que falar em agroecologia é importante, porque a ideia central significa resistir, se opor e organizar outra lógica”. (Entrevistada 01, 2022). Reforçamos, pois, a perspectiva de que a ideologia precisa ser defendida, mitigando conflitos e fragmentações.

Como princípio e valor da EPS, alcançar a transformação social já não é tarefa fácil, mas possível, se a consideramos em pequena escala ou espacialmente localizada, o que dizer então do direcionamento para um desenvolvimento territorial. O próximo tópico apresenta o DSC nessa questão.

5.3.1.7 Sobre o desenvolvimento local, sustentável e solidário

Diferentemente do desenvolvimento como crescimento econômico, o desenvolvimento na dinâmica territorial, local, sustentável e solidário, depende da (i)materialização das articulações constituídas por agentes de transformação. Nesse contexto, consideramos que as territorialidades, como elementos socialmente construídos, geram significado ao território e traduzem o propósito da ideologia para a existência do coletivo. Como Saquet (2021, p. 72), percebemos que todas as articulações partem desse pressuposto e envolvem questões como “[...] ecossistemas, a participação popular, a justiça social, a recuperação e preservação ambiental, a valorização do saber-fazer popular” dentre outros.

Entendemos, contudo, que os agentes de transformação ora facilitam ora dificultam o processo de desenvolvimento na dimensão territorial local. Especialmente com o Estado, as articulações são essenciais para que haja reais contribuições políticas, econômicas, sociais e ambientais que logrem direcionamentos positivos e efetivos. No quadro 26, a sintetização do DSC para o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

Quadro 26 – O DSC para desenvolvimento local, sustentável e solidário na visão de produtores e consumidores.

PERGUNTA: Na sua opinião, é possível alcançar desenvolvimento local, sustentável e solidário através da união de sujeitos e agentes com ações de valorização da relação produção,

comercialização e consumo ligados à agricultura familiar agroecológica? Fale um pouco sobre isso.	
PRODUTORES	CONSUMIDORES
<p>AINDA NÃO FOI POSSÍVEL, CADA UM FELIZ, A GENTE AQUI NA ROÇA, AS PESSOAS QUE ESTÃO COMPRANDO NA CIDADE, DESSE JEITO A VIDA GIRA, É UM PROCESSO.</p> <p>Formamos uma cooperativa, temos responsabilidade, somos formadores de opinião e estamos influenciando outras pessoas.</p> <p>Tem gente que não vendia nada, hoje vende e recebe por isso.</p> <p>A gente leva comida de verdade pra todos que querem, a gente leva a vida adiante.</p> <p>É alcançar a qualidade de vida, é pelo local que a gente luta e se esforça todos os dias, acredito muito no local, no pequeno produtor.</p> <p>ALGUNS ELOS ESTÃO SOLTOS, PRINCIPALMENTE NOSSO RELACIONAMENTO COM A POLÍTICA.</p> <p>O coletivo tem que querer, todos precisam aprender mais. A gente precisa de todos os envolvidos, uma prefeitura estar mais com a gente.</p> <p>Precisamos trazer mais produtores com a mesma mentalidade. Trazer mais consumidores, aumentar a feirinha, a forma como a gente chega até o consumidor.</p> <p>Me preocupa a questão da divulgação do nosso trabalho, nossa lida aqui na terra, a transformação dessa terra em alimento, as pessoas têm que saber disso, têm que conscientizar.</p>	<p>PRECISA DE MUITA CONVERSA, UNIÃO E ENGAJAMENTO. O CONSUMIDOR ENTENDER QUE É MUITO MAIS QUE SÓ COMPRAR MERCADORIAS, É UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA.</p> <p>Tem que ser feito a partir de uma lógica. Conhecer, aprender e valorizar a mudança de hábitos e mentalidade, juntar quem pensa igual.</p> <p>Precisa de liderança, coordenação e profissionalização para o entendimento da importância de investimento no local.</p> <p>Estimular a economia local com mobilização social, sem perder a identidade, mas fazer parcerias.</p> <p>Os saberes e as práticas precisam ser respeitados com a produção, a comercialização e o consumo totalmente integrados.</p> <p>O PODER PÚBLICO E O PODER LOCAL TÊM QUE FAZER A SUA PARTE.</p> <p>É necessário o apoio político, da universidade e a ação civil da comunidade, com colaboração nos âmbitos da política, da educação, da saúde e da economia.</p> <p>A prefeitura e os órgãos públicos têm que contribuir. Precisamos garantir que isso não venha de cima para baixo.</p> <p>Novas contribuições, novas parcerias podem ajudar, mas é indispensável as políticas públicas de acesso à capacitação e comercialização para a agroecologia.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Avaliado por: LEFEVRE, F. (2022).
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Percebemos que a falta de possibilidades para replicação ou referências coletivas e sinérgicas de outros modelos de desenvolvimento territorial local enseja muito mais que um

processo. Nesse contexto e como desafio futuro, que pensemos como enxergar, diferenciar e sobretudo apoiar possibilidades de replicação de atuais e novas iniciativas de cunho coletivo, social e solidário. Trata-se de uma questão identitária e de pertencimento, de luta por superação de entraves políticos, por inclusão e reprodução social e econômica com vistas a abrir possibilidades de geração de trabalho e renda. Para os produtores, não obstante o reconhecimento do direito de posse por meio do documento de regularização fundiária, a perspectiva de melhores condições de vida precisa ser contemplada.

A CPT corrobora o discurso no sentido de implantação de novas políticas públicas para o setor, “[...] ou no mínimo voltar as políticas públicas que tínhamos, mas não está fácil, são muitas dificuldades, mas a gente não pode perder as forças de jeito nenhum. De forma geral, eu acredito que a gente nunca esteve tão unidos também”. (Entrevistado 05, 2022). A mesma perspectiva também é colocada pelo CIEPS, posto que o desenvolvimento local “[...] significa voltar o protagonismo pro local e o protagonismo local só pode existir a partir dos sujeitos protagonistas localmente, refletindo os nossos interesses, senão, não vai pra frente”. (Entrevistada 01, 2022).

Nas palavras do CIEPS, os agentes públicos, por exemplo o MAPA e a PMU precisam refletir estruturas que realmente apoiem os agricultores e agricultoras numa lógica de emancipação, “[...] não pra que virem a nova classe média no campo com valores de classe média, mas pra que eles sejam colocados em evidênciação”. (Entrevistada 01, 2022). O discurso dos técnicos corrobora a importância do envolvimento dos agentes de transformação no caminho do desenvolvimento territorial, pois “[...] estamos sentindo na pele o quanto o envolvimento com as práticas políticas é importante pra todos, queira você goste ou não. Ela é fundamental para que tenhamos recursos e continuidade das atividades diárias”. (Entrevistado 03, 2022). Nesse contexto, os técnicos também evidenciam a participação da universidade como elemento fomentador de conhecimento e práticas de significação e ressignificação. “Através da universidade é possível a integração com a política, a economia e a sociedade. Com a universidade e o nosso envolvimento podemos fazer com que tudo isso gere oportunidades”. (Entrevistado 05, 2022).

Como os agentes de transformação ouvidos nesta tese, acreditamos ser possível que novos direcionamentos sejam alcançados e que o desenvolvimento territorial local seja materializado no campo concreto. Com estímulo crítico, com a ocupação dos espaços públicos e cobrança por políticas públicas efetivas, que possam ser implementadas e aplicadas na prática, entendemos ser palatável uma vez que temos a sedimentação. Conquanto todos e todas assumindo papéis de agentes de transformação e contribuindo para uma efetiva transformação

da realidade, pensamos que há caminho, mesmo no (des)caminho do desenvolvimento territorial local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, sobretudo num período de redemocratização do país, pós ditadura militar, a espinha dorsal da economia solidária se aportou em elementos da solidariedade sedimentados nas experiências coletivas e nos movimentos populares de resistência que visaram e ainda visam a construção social de um modelo econômico alternativo ao capitalismo. Temas como desemprego, precarização no trabalho, pobreza e exclusão, problemas que caracterizaram a década de 1990, também deram corpo em contrapartida a diversas ações de transformação civilizatória. Nesse contexto, a economia solidária (ES) e suas várias vertentes e interdisciplinaridades, buscam direcionar novas sociabilidades calcadas em oportunidades de construção da reprodução e do sustento social da vida em comunidade.

No contexto brasileiro, a consolidação da ES não se baseou especificamente no movimento operário proveniente da economia social europeia, e sim, consolidou-se de maneira espalhada nos vários espectros da sociedade aportando-se, contudo, e de forma semelhante à vertente europeia, no caráter e na relevância dos mais pobres. Nessa perspectiva, qualquer experiência que reproduza valores sociais centrados no trabalho em resposta às mazelas deixadas pelo sistema hegemônico de poder, ganha espaço nos debates que cercam o caráter substantivo do vocábulo economia. Exemplo disso, são os empreendimentos familiares, individuais e coletivos que transitam entre a economia popular, economia solidária e economia popular solidária.

Especialmente em contextos de crises, evidenciam-se redes de solidariedade econômica baseadas em valores centrados na reciprocidade e no trabalho que se constituem em propostas de transformação e de reprodução da vida social. Esse fato, juntamente ao cenário de desigualdade econômica e social, caracterizado especialmente por processos de homogeneização do capital, nos levou à teoria crítica e ao movimento dialético do materialismo histórico para a construção dos caminhos desta tese. Nesse sentido, não só entender, mas sobretudo agir, abrindo reflexões críticas foi a principal inquietação para a construção da tese através do percurso na geografia, principalmente por meio geografia agrária que sedimentou nosso conhecimento.

Através dos caminhos da geografia conseguimos entender que a hipótese central desta tese se confirma em parte. A economia popular solidária (EPS) se pauta, realmente, em princípios coletivos materializados no cotidiano quando articulada às práticas agroecológicas e, nesse sentido, revelam territorialidades que podem proporcionar transformação social no

direcionamento de desenvolvimento territorial local. Contudo e embora palatável, uma vez que existe a sedimentação para que seja alcançado, o desenvolvimento territorial local só será uma efetiva realidade quando todos e todas que compartilham dessa realidade social assumirem seus papéis enquanto agentes de transformação e, muito mais que contribuírem, realmente agirem para uma efetiva transformação da realidade.

Podemos colocar que alcançamos o objetivo geral, quando compreendemos como as territorialidades da EPS são configuradas e articuladas pelos sujeitos que as vivenciam no âmbito do CIEPS/UFU, nos campi de Uberlândia e Monte Carmelo, no sentido de promoverem caminho para o desenvolvimento territorial local. No entanto, para a concretização da compreensão em termos do objetivo geral, foi necessário que as respostas às questões norteadoras da tese alcançassem seus objetivos específicos, ou seja, a primeira questão nos levou ao primeiro objetivo específico e, assim por diante.

Nesse caso, fazer a reflexão por partes foi essencial e, nesse sentido, quando observamos que o capital vem se materializando e se articulando em complexas estruturas produtivas e padrões de sociabilidade e consumo, buscamos entender como a ES foi se configurando como movimento social e de classes. Como primeiro objetivo específico, traçamos um resgate histórico marcado por crises e seus processos de produção e reprodução para revelar a ES material e historicamente enquanto movimento social e de classes num contexto de poder do Estado na mundialização do capital. A perspectiva crítica marxista sobre a práxis humana articulada neste contexto, possibilitou não só o entendimento da tônica dos conflitos sociais no seio das constantes transformações como processo histórico, mas também nos levou à compreensão das contradições sociais e possibilidades da existência do Estado como espaço onde essas transformações ocorrem.

A dinâmica de atuação do Estado evidenciada por estas transformações, de maneira intervencionista ou não, expõe sua relação com a sociedade e o mercado ocorrendo de maneira progressiva e visível desde a concepção do capitalismo moderno. Compreender, portanto, a eminência dos movimentos de resistência, nos levou à percepção com viés crítico, que o processo de reprodução capitalista vem representando a centralidade das sociedades. Numa conjuntura, onde a conotação do social ganha contornos de laços econômicos, percebemos que o vínculo social também pode assumir o viés econômico, mas não na totalidade dos propósitos da ES.

A contradição neoliberalista, na questão social, advém da relação Estado-sociedade na medida que o Estado estimula o setor privado na produção de bens e serviços. Em contrapartida, o Estado também responde pelo comportamento do gasto social e, este, não inclui, muito pelo

contrário, deixa à margem o crescente número de trabalhadores excluídos da relação capital-trabalho. Entendemos, assim, que o Estado, fruto de uma coletividade, constitui-se o *locus* desta relação social contraditória que, por um lado convive estruturalmente com a reprodução do capital ladeado por políticas públicas, mas por outro, privilegia os agentes responsáveis pela hegemonia do capital no espaço geográfico.

Buscamos indagar, contudo, se o movimento da ES como uma forma de reprodução social e de emancipação, não seria também uma forma de atenuar esta contradição. Ao percorrermos a égide do trabalho na relação de classes, percebemos que as diversidades sociais e os antagonismos constantes são questões reproduzidas na sociedade global como consequência da produção desigual do espaço, as quais refletem diretamente a apropriação e uso do território pela ES. A globalização que não harmoniza, não equilibra, muito pelo contrário amplifica exclusões, revela materialidades como desigualdades de renda e classes marginalizadas, que são sobremaneira expostas em coletivos, como por exemplo, trabalhadores sem direito a terra, desempregados da cidade e do campo dentre outros.

Nesse contexto, o caráter contraditório do Estado é aprofundado quando observamos sua concepção como agente de poder, responsável pela produção e reprodução de relações sociais, do espaço enquanto regulação política e do território na materialidade da divisão social do trabalho, sendo que a realidade escancara a desigualdade do desenvolvimento geográfico espacial e territorial. Buscamos, pois, pelo pensamento marxista e percebemos, com isto, que o Estado capitalista tende a exaurir a ideia de imparcialidade e de um Estado de interesse geral, que também revela os ideais da classe dominante, homologando através de leis e políticas, privilegiando mais os interesses de alguns do que de todos. Na vertente dessa intencionalidade, vislumbramos que a produção do território no Brasil se construiu e ainda se constrói sob a hegemonia de um modo de produção, o modo capitalista, sobretudo na materialização do espaço geográfico delineado pela soberania da relação capital-trabalho.

A relação capital-trabalho, nesse sentido, oferece subsídios para a reprodução da riqueza social noutra contradição que afere cotidianamente o processo de acumulação e a exploração da mais-valia. Em outras palavras, o trabalho se caracteriza como condição tanto da manutenção das necessidades essenciais do indivíduo, quanto representa um propulsor de inclusão da vida em sociedade. Nas perspectivas neoliberais, o trabalho como reflexo da produtividade reforça, por um lado, o critério concorrencial da sociedade em complexidades tecnológicas e organizativas e, por outro lado, agrava a situação de um número crescente de trabalhadores.

Analisando a categoria trabalho como um dos pontos centrais desta tese, entendemos seu significado e suas transformações. O produto social do trabalho, que de maneira adaptativa

do homem à natureza na apropriação do espaço foi se transformando ao longo do tempo e reduzindo sua importância. Numa abordagem marxista, a conscientização das ações humanas para o trabalho, pouco a pouco transmutaram-se em representações opressivas, que até hoje permanecem na sociedade vinculando-o à mercadoria, ao trabalho assalariado na subordinação das cadeias de produção em escala global.

No contexto brasileiro, a estrutura material do Estado sedimentada pelo avanço da industrialização no âmbito do período militar, legitimou a lógica da acumulação capitalista impulsionando a resistência e representatividade dos grupos sociais. A constituição de benefícios e salários indiretos financiados por gastos públicos, são exemplos da atuação do Estado na sustentação da reprodução do capital e da força de trabalho. Ao longo do tempo e das práticas e políticas neoliberais, sobretudo no expurgo das faixas mais pobres da população, denotam o limite e a ausência de garantias sociais no modelo universalista de implementação das políticas públicas para a classe trabalhadora.

Nem mesmo o composto estratégico, formado por elevação das taxas de crescimento econômico concomitantemente à implementação de políticas sociais, especialmente aplicado nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), possibilitaram reproduzir questões como geração de trabalho e renda, qualificação e educação para o trabalho associativo, autogestão, dentre outras. Sem desmerecer os pontos positivos das políticas sociais, estas, ainda ensinam o caráter contraditório das políticas públicas sociais brasileiras e, ainda não oferecem uma transformação social verdadeiramente emancipatória para a ES. Muito embora, traços de um Estado com pretensivas características de formação e desenvolvimento de mão de obra e outras propostas, suas fragilidades e o contexto histórico vêm demonstrando que a contradição entre proteção social e campo de ação não resolvem, e sim, potencializam a desestruturação e a inconsistência da questão social brasileira existente nos espaços e territórios.

Nesse caso, a relação dialética e contraditória do Estado enquanto espaço de regulação política e agente responsável por estabelecer garantias sociais nos territórios, vem reforçando e não minimizando elementos como desigualdade, exclusão social, precarização, pobreza. Sem negacionismo, observamos que o Estado é facilitador de políticas públicas para a ES e, este, teve e ainda tem papel importante como fomentador de subsídios que tecem condições e estímulos aos empreendimentos autogestionários. Contudo, compreendemos também, sua importância analítica no espectro emancipatório da ES como movimento político e de classes, para que não se esvaíam os vieses puramente econômicos, enrijecendo e reforçando um caráter de sujeição ao capitalismo.

Consideramos, portanto, ser necessário mais que a visualização da sua importância, é fundamental praticarmos a ES de forma emancipatória, como movimento de resistência, trazendo à luz alternativas de libertação dos entraves no combate à exclusão social e à pobreza. Evidenciamos, com isso, a importância de refletir os caminhos para a ES, buscando entender as dinâmicas e limites do movimento, alcançando oportunidades, minimizando desafios e traçando novas sociabilidades. Essa questão, nos levou à segunda questão norteadora desta tese e, conseqüentemente, à resposta pelo segundo objetivo específico que nos levou ao entendimento do “popular” na configuração da ES. Com debate entre a ES e a economia popular solidária (EPS), interpretamos suas origens, dificuldades e desafios. Com isso, entendemos que a agroecologia representa sua materialidade, resistência e nova sociabilidade aportada na soberania alimentar.

Ao traçarmos esse debate, destacamos, que quando os indivíduos se vinculam à economia popular, estes, enfatizam a negação das formas de mercantilização do trabalho, da acumulação compulsiva e da exploração da mais-valia, mas não se limitam a possuir vínculos, ou não, com o mercado. Os empreendimentos atuantes nessa condição possuem o objetivo de gerar renda para a sobrevivência individual e/ou coletiva, se dividem em cooperativas, pequenas atividades autogestionárias, iniciativas familiares e comunitárias dentre outras. Similarmente, os empreendimentos que transitam na ES buscam condições mais dignas e justas aos sujeitos que vivem e sobrevivem dela. Negando a relação capital-trabalho como mercadoria, se diferenciam pelo lastro na relação produção-comercialização-consumo, na posse e no controle coletivo dos bens de produção.

Tanto na ES quanto na EPS, os empreendimentos imbuem-se de racionalidade própria e sustentam-se na solidariedade para a organização e a reprodução social, são também minimamente dependentes das relações de assalariamento, fato que igualmente ocorre na economia popular. A EPS, nesse direcionamento, seria uma espécie de refinamento, o resultado da conjugação entre a economia popular e a economia solidária, que evoca articulações políticas e sociais além das caracterizações das outras duas economias. Nessa perspectiva, consideramos que a resistência, configura-se em alternativas de organização e divisão do trabalho.

Na EPS, três pilares de atuação – trabalho coletivo, autogestão e transformação social – inter-relacionam-se numa espécie de evolução, não linear e conduzem a atuação dos empreendimentos. Os elos entre os pilares evidenciam que a autogestão é um fator intermediário e essencial entre o trabalho coletivo e o terceiro pilar (transformação social), haja vista que questões como decisões e resultados compartilhados; respeito pelo indivíduo na sua totalidade; descentralização e desconcentração do poder, da riqueza (não no sentido do lucro e

sim de reprodução para a sobrevivência), dos bens (terra, tecnologia, saber) são consequência do trabalho coletivo. Este, imbuído de solidariedade e racionalidade própria, sustenta-se numa condição mutualista e contrária à reprodução da lógica do capital, priorizando o compartilhamento dos saberes e a preservação da vida em todos os sentidos, evidenciando assim, um ponto de aproximação com a agroecologia.

A transformação social (terceiro pilar da EPS) é construída como processo, em que há apropriação e uso do território numa concepção crítica, questionadora e relacional que coloca em prática novas sociabilidades. As articulações periféricas constituídas por redes de cooperativismo mútuo e de participação política efetiva representam o diferencial de atuação dos indivíduos e coletivos na EPS, assim como na agroecologia. As redes de cooperativismo podem fomentar a atuação dos empreendimentos, incluindo agricultores familiares e camponeses, tanto em relação às atividades econômicas quanto em contribuições para a autogestão. Nessa perspectiva, as bases do compromisso social podem representar o sustentáculo necessário para as participações políticas efetivas em fóruns, conselhos e instituições afins com propósitos de construir políticas públicas e representatividade para o setor.

Percebemos, contudo, que atingir a transformação social como pilar de atuação na EPS, por si só não é tarefa fácil, mas possível, especialmente se considerada em pequena escala ou espacialmente localizada. Não obstante, como sistema organizativo alternativo no direcionamento efetivo para “outra economia”, é necessário ir além. Entendemos, que o caminho para o desenvolvimento sustentável perpassa pelos pilares da EPS em suas múltiplas e variadas iniciativas onde a solidariedade está presente, contudo, chegar às vias de fato, sem construções paliativas em momentos de crise do capital, sem dúvida é o maior desafio para a EPS.

No entrelaçamento com a agroecologia, a EPS também se pauta na resistência, configurada nas articulações dos coletivos em redes de cooperação, de apropriação e uso do território e posicionamento contra-hegemônico. No sentido de construir relações mais dignas e justas apoiadas na soberania alimentar, a agroecologia é caracterizada por questões como a não utilização de agrotóxicos, tanto na produção quanto no consumo de alimentos; no fortalecimento de técnicas populares e nas práticas comunitárias; no consumo consciente dentre outros. Elementos que potencializam a relação produção-comercialização-consumo, interligam ideologias, mas acima de tudo, revelam novas maneiras de viver e conviver socialmente.

Mesmo se apoiando em técnicas populares de produção, é no posicionamento político que ocorre a aproximação mais evidente entre a agroecologia e a EPS. Como práxis, essa

aproximação se dá na interdisciplinaridade, no fortalecimento da resistência e nas maneiras alternativas de enfrentamento político e contra-hegemônico ao capital. Percebemos, pois, que a agroecologia é muito mais que dizer não ao uso de agrotóxicos, é dizer sim à vida, ao cuidado com a natureza e com as relações sociais, à soberania alimentar. Conquanto a desterritorialização das relações comerciais e políticas sociais garantidas em âmbito do circuito superior da economia e fomentadas pela globalização dos povos, tanto a EPS quanto a agroecologia investem na direção contrária, nas formas de estimular a produção e o consumo em níveis locais.

As lutas no campo, evidenciadas sobretudo na desterritorialização causada pelo agronegócio, leva à concepção de que a soberania alimentar é alcançada pela agroecologia como alavanca necessária para se obter a autonomia no campesinato, reforçando a apropriação e uso do território como espaço para a produção e reprodução sociais. Com isso, evidenciamos, que alcançar a soberania alimentar pela congruência com a biodiversidade somente será possível através dos movimentos sociais rurais que se mobilizam para construir articulações e pressionar o Estado por políticas públicas que fomentem o pequeno agricultor familiar e camponês. Em outras palavras, enquanto o latifúndio e a agroexportação desterritorializam a terra, a agroecologia territorializa os saberes, as técnicas, as práticas nos espaços dos camponeses e, estes, se territorializam em seus locais de moradia, de convivência ao redor do mundo.

Compreendemos, pois, que a soberania alimentar através da agricultura camponesa é uma direção concreta, também representa o desafio concomitante e o contraponto do modelo hegemônico na tessitura da luta de classes no campo. Numa perspectiva de superação das crises alimentares mundo afora e como movimento contra-hegemônico, o campesinato defende o atendimento às necessidades alimentares e socioambientais através de autonomia e de políticas agrárias. Conquanto, a condição homogênea e dominante do modo capitalista de produção potencializa a situação de submissão, ou não, do trabalhador às relações de trabalho. No contexto da luta pela terra, essa condição se caracteriza como centralidade, impetrando-se um posicionamento contra-hegemônico incorporado pela questão agrária. Esta, como paradigma mais próximo do campesinato, conduz à negação de aproximação com o mercado reforçada pela construção dos movimentos de luta pela terra.

Esse contexto nos levou a responder a terceira questão norteadora da tese, uma vez que a dinâmica do capital incorpora dimensões que ultrapassam a classe trabalhadora na cidade, permeando a totalidade do trabalho também no campo. Nesse sentido, analisamos a relação campo/cidade na perspectiva da agricultura familiar camponesa através da agroecologia como

materialidade para a EPS, terceiro objetivo específico traçado. Compreendemos, dessa maneira, que as lutas pela terra são evidenciadas por sua condição política, que trazem à tona também, as metamorfoses conflituosas de conceituação da agricultura familiar e camponesa.

No Brasil, sobretudo desde a década de 1990, as teorias que versam sobre a integração ou desaparecimento do camponês ganharam a força necessária pelo contexto do avanço do capital e sua territorialização no espaço rural. As teorias clássicas, de maneira geral, pregavam que a situação de desintegração ou desaparecimento do camponês ou do pequeno produtor rural, estivesse dialeticamente vinculada ao avanço da tecnicidade e do capital nos latifúndios. Por esse ponto de vista, o trabalhador rural desapareceria quando não integrado ao contexto.

As correntes clássicas, aportando-se sobremaneira no pensamento marxista, que sem vincular-se explicitamente com a questão agrária, engendrava que as técnicas e a subordinação do agricultor ao sistema do capital constituiriam o panorama forçado para que o camponês deixasse de ser o pequeno explorador agrícola. Nessa conjectura e no arcabouço da Geografia Agrária, o campesinato ganhou contornos dos movimentos sociais com postura política, ideológica e pluralidade interpretativa. Contudo, entendemos, que uma apropriação indiscriminada de denominações e interpretações, especialmente provenientes da Revolução Verde, pode refletir despreparo teórico-conceitual nos termos da construção histórica da agricultura familiar, como também enfatizar um grau discriminante em relação ao trabalhador rural, que resiste face aos ditames do capital para reproduzir-se socialmente.

A questão agrária no Brasil permeia o cunho político de lutas do movimento camponês, que engendrada pelo capital na extensão fundiária país afora, faz emergir contradições e paradoxo dialético-histórico. Nesse sentido, a questão agrária representa consequência e motor, pois é representada por movimentos sociais deflagrados por políticas da reforma agrária, configurados por ocupações de terras e nascedouros de assentamentos rurais. O processo de territorialização do capital no espaço rural, constituído pela modernização na agricultura e na expansão das grandes indústrias, causou direta e concomitantemente o verso deste contexto, ou seja, a desterritorialização do camponês.

Caracterizada pelo êxodo rural, que retira do trabalhador rural seus vínculos e sua identidade e, conseqüentemente, sua autonomia em reproduzir-se socialmente, a desterritorialização do camponês enseja um contexto da sujeição. Compreendemos, nesse sentido, que esse cenário de sujeição pode ser interpretado tanto pelo lado de que o capitalismo consome a renda do camponês, na medida em que necessita adquirir e consumir mercadorias, quanto pelo lado da resistência, reforçando o lado oposto da imagem estigmatizada pelo modo

de vida, identidade e vínculos familiares, que resistem ao modelo de exploração do agronegócio.

Analiticamente mais apropriada aos contornos sociais, políticos e econômicos, a expressão agricultura familiar não pode e não deve se ater aos termos e conceitos dos substantivos separadamente, e sim, na interpretação de projetos aos quais vincula. A agricultura familiar como atividade produtiva sustentada na família, cujos membros são ao mesmo tempo proprietários dos meios de produção e responsáveis pelas formas de organização e de execução, constitui a corrente interpretativa mais propícia para recuperar a leitura sociológica da categoria. A coexistência e a transformação que envolvem a agricultura familiar é o viés necessário para a compreensão do campesinato no seio do sistema capitalista. Essa condição não desconsidera, e sim complementa, a natureza da agricultura camponesa como categoria social e seu caráter de resistência construído por movimentos sociais de luta pela terra.

Percebemos, assim, que a produção e reprodução da unidade camponesa configuram elementos sedimentados numa relação de equilíbrio que, caracterizados pela recampenização, promovem a interatividade das práticas. Contudo, essa relação entre produção e reprodução no campesinato pode, por exemplo, desestabilizar-se de maneira fácil e tênue, haja vista que, caso o agricultor priorize mais recursos externos que internos, maior será sua dependência do mercado. Outro elemento de tenuidade que merece atenção encontra-se na necessidade do grupo familiar e, esta, quanto maior, maior também será a necessidade de recorrer a rendas não agrícolas, ou ao mais trabalho ou à redução no consumo.

Destacamos, pois, que a relação trabalho-capital, no campesinato, é tratada numa perspectiva diferente do pensamento marxista, haja vista que na agricultura camponesa não se calcula lucro. Os meios de produção como máquinas, equipamentos e instalações são configurados como capital familiar. Outro elemento fundamental considerado pela agricultura camponesa é a relação de consumo, que deve partir de condições internas e não externas à unidade familiar. Nesse contexto, o processo do desenvolvimento na agricultura camponesa é, portanto, o equilíbrio entre o social e o natural, onde a produção é o elemento essencial que impulsiona transformações.

A recampenização ocorre nessa condição, mediante resgate de vínculos com o modo de ser e de viver do camponês numa proposta de transformação contínua e equilíbrios relativizados. Convergem-se, com isso, o apoio e a participação dos diversos agentes de transformação como universidades, institutos de pesquisa, sociedade civil, movimentos de luta pela terra dentre outros, que nesta condição e através da produção agroecológica de alimentos, materializam ideologia e propósitos. A agroecologia, como materialidade para o campesinato,

simboliza a apropriação e a autonomia da condição camponesa na efetividade de toda a cadeia de produção, de comercialização e de consumo.

No contraponto das cadeias produtivas padronizadas pelo agronegócio, a aproximação dos espaços rurais e urbanos denota o fortalecimento da agricultura familiar camponesa através da EPS e da agroecologia, numa relação de mão dupla entre a produção e o consumo. Nessa condição, compreendemos que a relação campo/cidade simboliza muito mais que uma ponte, e sim, representa o processo sociopolítico e histórico da questão agrária configurado na materialização das cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção e de consumo. A agroecologia, nesse sentido, se propõe a consolidar a condição camponesa não só pela racionalidade e autonomia na cadeia de produção, de comercialização e de consumo, mas também expõe novas racionalidades, novas maneiras de se fazer agricultura.

Salientamos, pois, que através da agroecologia, as relações sociais entre o campo e a cidade têm aproximado agentes, mesmo que ainda de maneira fragmentada, proporcionado aos que compartilham dessa realidade, reconhecimento à condição camponesa e às lutas camponesas. Em outras palavras, através da agricultura familiar camponesa e da EPS, a agroecologia como materialidade, vem se colocando em lugares sociais diversos. Estes lugares representam as interações, onde as relações do campo e da cidade se sedimentam para expansão da consciência em todas as dimensões, social, econômica, política, cultural e ambiental.

Vistas como elementos não oposicionistas no sentido de confrontação, mas atuando no interior do sistema capitalista dominante, as cadeias produtivas solidárias e as formas alternativas de produção vão se configurando por lógicas próprias, priorizando relações sustentáveis de produção e de consumo. Entendemos, contudo, ser de fundamental importância que articulações de redes de cooperação sejam constituídas para que se ampliem as relações entre produtores, consumidores e outros agentes de transformação. Quando os coletivos participam de redes de cooperação, há oportunidades de melhoria do poder aquisitivo e da qualidade de vida.

Frisamos que não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, há experiências empíricas bem-sucedidas. Diferentemente dos exemplos brasileiros, na Europa, é comum que as iniciativas tenham origem nos próprios consumidores que passam a adquirir produtos agroecológicos regionais. Não obstante os desafios e a variedade, as experiências agroecológicas sustentadas na EPS compartilham dos mesmos princípios e valores, e direcionam-se para uma lógica de desenvolvimento territorial local. Essa condição possibilita a permanência, o compartilhamento e a valorização do modo de vida, dos saberes, do equilíbrio dos agrossistemas e, sobretudo, da conquista de autonomia e da reprodução social das famílias

no campo. Entendemos, contudo, que dentre as limitações, a pouca ou nenhuma possibilidade de replicação ou referências coletivas e sinérgicas de modelos de desenvolvimento, enseja sua interpretação em suas variadas vertentes e escalas. Nesse sentido, buscamos compreendê-lo através da dinâmica territorial local para respondermos à quarta questão norteadora desta tese.

Tomando, pois, elementos identitários e de pertencimento, a luta por superação de entraves políticos, por inclusão e reprodução social e econômica com vistas a abrir possibilidades de geração de trabalho e renda, buscamos cumprir o nosso quarto objetivo específico. Compreender como o processo de desenvolvimento territorial local comparece perante os agentes de poder e transformação na realidade estudada foi nosso objetivo pretendido. Observamos, que a luta pelo reconhecimento do direito de posse através do documento de regularização fundiária, vem acompanhada pelas lacunas deixadas na perspectiva de políticas compensatórias do Estado.

O desenvolvimento, como processo dialético e histórico, configurado em transformações de ordem política, econômica, social, ambiental dentre outras, vincula-se à produção do espaço como meio em constante alteração. Nesse sentido, denominações como mudança, avanço, evolução, crescimento dentre outras, ganham diversas interpretações analíticas em virtude do contexto no qual estão inseridas. Das mais diversas vertentes ligadas ao tema, destacamos duas, a que possui viés de sustentabilidade, haja vista sua aproximação à abordagem territorial, também a que trata o desenvolvimento como mudança social, esta, representando quebra de paradigma em relação ao termo como crescimento econômico.

Enxergamos, que como mudança social, é fundamental a incorporação analítica da apropriação e uso do território como concepção crítica, relacional e questionadora provendo novas interpretações no âmbito das sociabilidades. Através de articulações constituídas em redes de cooperação e solidariedade é possível perceber elementos fomentadores para uma transformação social de fato. Contudo, as dinâmicas territoriais do desenvolvimento englobam também conflitos e disputas, reflexos da apreensão de poder inerente ao processo histórico nas relações homem-natureza.

Nesse contexto, percebemos que as territorialidades são resultado e condição de processo histórico centrado nas identidades de cada território. Nessa perspectiva, buscamos responder ao nosso quinto objetivo específico no sentido de compreender como as territorialidades da EPS se configuram no cotidiano dos agentes de transformação, tendo a agroecologia como materialidade para o desenvolvimento territorial local. Entendemos, que a memória de conquista, de luta e de classe na busca pelo direito à terra e ao trabalho, são pontos cruciais que sinalizam como os sujeitos que vivenciam o território, se apropriam do local e

constroem suas territorialidades. Enxergamos também, que a territorialidade é uma condição socialmente construída através de relações pautadas em posicionamentos ativos ou passivos, a partir dos quais, geram-se significados para o território. Nessa direção e a partir do discurso do sujeito coletivo, buscamos responder à quinta questão norteadora desta tese. Entendemos, que os princípios e valores da EPS e da agroecologia sinalizam as articulações dos agentes de poder e transformação.

Notoriamente, verificamos, que para a COOPERSAFRA, as territorialidades têm significado no e para o território, traduzindo-se em propósito e ideologia para sua existência, sendo que todas as articulações partem desse pressuposto. Remetemos, pois, às ações dialógicas, ao debate, às relações de proximidade sedimentadas na reciprocidade como elementos que diferenciam cada localidade. Assim, recorrer ao território é propiciar as interpretações necessárias para que atuais e novas configurações territoriais sejam colocadas em ação por meio das relações de proximidade, cooperação e solidariedade, mesmo contendo simultaneamente o diferente ou o divergente.

As principais articulações da COOPERSAFRA, através do CIEPS, denotam que a identidade do coletivo é preservada por sua construção histórica. Destacamos, que o CIEPS busca contribuir na reterritorialização, com foco na EPS e na agroecologia, para o resgate de vínculos locais estruturando transformações de toda ordem. A feirinha solidária da UFU, como circuito curto de comercialização, é o espaço através do qual a relação produção-comercialização-consumo é sedimentada, trazendo em evidência os princípios e valores que envolvem a realidade dos sujeitos. Constatamos, que a feirinha para a maioria dos produtores é o único meio para comercializar a produção e, estes, utilizam dos próprios meios de transporte para trazer os alimentos/mercadorias do campo para a cidade, no máximo ocorre rodízio de veículos (ora próprios, ora de vizinhos).

Em contrapartida, 63,3% dos consumidores não adquirem alimentos/mercadorias agroecológicas somente na feirinha solidária da UFU, o fazem também, principalmente, em comércios de bairro tipo sacolões e minimercados e em outras feiras agroecológicas/orgânicas espalhadas pelos municípios de Uberlândia e Monte Carmelo. Nesse caso, identificamos claramente, a importância do CIEPS no fomento da comercialização da produção através dos programas do governo. E, nesse sentido, comercializar a produção com a prefeitura é condição essencial, como alavanca para geração de renda.

Nesse contexto, um ponto nos saltou os olhos e pensamos merecer atenção e reflexões mais contundentes, a disparidade entre a maior e a menor renda média declarada pelos consumidores em comparação aos produtores. Enquanto a renda mensal total dos produtores

não passa de dois a três salários mínimos, a renda mensal total dos consumidores passa dos dez salários mínimos. Verificamos, claramente, que as contradições de classe, as diversidades sociais, os antagonismos constantemente reproduzidos na sociedade global, representam consequências do processo de organização e reorganização do espaço no desenvolvimento desigual do capitalismo.

Salientamos, que no contexto pandêmico (Covid-19) e na visão dos produtores, o formato das cestas solidárias foi destacado como estratégia positiva para a comercialização de alimentos/mercadorias agroecológicas. Contudo, parece-nos que percepção dos consumidores merece atenção e, com isso, ressaltamos algumas considerações, apesar da identificação de melhora ter sido mais evidente. Nesse formato de comercialização, questões como, “ficou mais restrito”, “as relações se tornaram distantes”, nos chamam atenção uma vez que o propósito da agroecologia e da economia popular solidária é justamente o oposto. A comercialização através de circuitos curtos deve aproximar consumidores de produtores e se justificar como diferencial perante outras formas de comercialização, como em supermercados de médio e grande porte, também em hipermercados de atacado e varejo.

Ainda, especificamente ao binômio produção-consumo, importante salientar que os consumidores tanto em Uberlândia quanto em Monte Carmelo são sensíveis e aptos a se mobilizarem na valorização das pessoas (produtores) e dos alimentos/mercadorias comercializadas. Tanto a faixa etária quanto os hábitos dos consumidores, a maioria de 41 anos acima, denota que a autonomia das relações possibilita a potencialização de atuais e novas racionalidades.

Outra questão também nos chamou a atenção e merece reflexões e estudos mais aprofundados. O nível educacional/acadêmico dos consumidores e produtores apresentam-se em condições diametralmente opostas, enquanto a maioria dos consumidores possui pós-graduação completa, a maioria dos produtores possui ensino fundamental incompleto, seguido de ensino médio completo. Essa condição, por si só, ratifica a compreensão que o espaço se configura pela divisão social do trabalho, sob a égide da composição de geografias desiguais.

Especificamente, os princípios e valores compartilhados pela EPS e pela agroecologia evidenciam territorialidades ativas, representando significância e pertencimento em coletividade, que contribuem para que potencialidades locais constituam atuais e novas articulações e sociabilidades. Em sentido não linear, mas processual e cíclico, são eles: (1) trabalho coletivo; (2) autogestão; (3) redes de cooperação; (4) participação política; (5) sustentabilidade; (6) transformação social; e (7) desenvolvimento local, sustentável e solidário.

No discurso do sujeito coletivo, o trabalho coletivo representa o respeito pelo indivíduo na sua totalidade, que imbuído de solidariedade e racionalidade própria, sustenta-se numa condição mutualista e contrária à reprodução da lógica do capital. Percebemos, claramente, que há a priorização e o compartilhamento dos saberes para a preservação da vida em todos os sentidos. Visualizamos também, que a negação às formas de mercantilização do trabalho e acumulação compulsiva estão presentes. O trabalho coletivo, no âmbito do discurso, enseja que a compreensão das atividades econômicas serve para a manutenção e continuidade das operações econômicas para a produção e comercialização. Nesse sentido, a economia é entendida em seu sentido amplo, não se limitando a atividades puramente econômicas ou aos bens e serviços produzidos para o mercado. O trabalho coletivo também envolve planejamento, deliberações e execução, munidos de racionalidade própria. A geração de renda e o algo a mais, é essencial para que a sobrevivência financeira seja alcançada.

A autogestão é um ponto em comum entre o trabalho coletivo e o processo de transformação social. Em outras palavras, as questões evidenciadas e caracterizadas no princípio autogestão são consequências do trabalho coletivo. Nesse sentido, a autogestão está inter-relacionada aos outros dois princípios numa espécie de evolução e, como processo, percebemos sua representatividade como fator predominante para a diferenciação das práxis. A autogestão também é sinônimo de autonomia, com isso, salientamos a importância da emancipação de trabalhadores e trabalhadoras rurais para que haja uma condução ao processo de transformação social. Nesse contexto, a sustentabilidade como princípio e valor se une à autogestão de maneira contínua e cíclica, na responsabilidade intergeracional, aportando-se em novos hábitos e não em construções paliativas.

Como articulações periféricas, as redes de cooperação buscam fomentar os coletivos na intercooperação técnica e na solidariedade. As redes enfocam a melhoria do bem-estar das pessoas vinculadas ao coletivo e à comunidade no entorno. A partir delas, estabelecem-se relações com diferentes instituições, que compartilhando de mesmo posicionamento ideológico, promovem estímulos à capacitação, assessoria, recursos de várias ordens dentre outros. A importância do CIEPS, para os produtores, é uma centralidade nesse sentido e representa o fomento para que as cadeias produtivas solidárias e as formas alternativas de produção se tornem uma realidade.

Como o CIEPS, ratificamos que a rede representa a troca de experiências, a espinha dorsal de todo o processo, que projeta as articulações entre os próprios integrantes da rede, assim como fomenta trocas fora da rede, numa projeção intra e inter-relacional. As articulações territoriais remetem às relações sólidas, construídas especialmente através dos produtores, dos

consumidores, do CIEPS, da CPT e dos técnicos que atuam diretamente no cotidiano do coletivo. Essa condição faz com que o sentimento de pertencimento e de valorização das conquistas seja enaltecido.

Em relação aos técnicos, estes, atuam diretamente com os agricultores, especialmente nas técnicas de manejo e melhoramento da produção agroecológica. A prática através de participação e mobilização, leva em consideração as peculiaridades do coletivo e do lugar, permitindo que essa relação seja sedimentada em necessidades e vínculos locais, vislumbrando-se os sistemas produtivos presentes nessa realidade. Através de mutirões, há profissionalização, mas muito mais que isso, há também o acolhimento e a atenção pela compreensão de classe e de lugar. O entendimento das particularidades do local, faz com que a construção da relação técnicos/agricultores seja sedimentada em sentimentos de justiça e base ecológica. O caráter dialógico e reflexivo das ações é uma maneira de buscar, na resistência das práticas agroecológicas, o estímulo contra-hegemônico nas formas de produção, comercialização e consumo. As especificidades e particularidades do cotidiano resultam na racionalidade existente e facilitam internamente a cooperação.

Contudo, as dificuldades internas e externas ao coletivo, acabam por prejudicar outras relações sociais, econômicas e políticas, que em diferentes contextos ensejam a participação de múltiplos agentes, o que geram dificuldades e desafios. A atuação do Estado, por exemplo, quando não é suficiente, não auxilia, mas sim, prejudica ou simplesmente não contribui com o coletivo. Nesse sentido e pelo discurso, a participação política efetiva como princípio e valor é decorrência de uma concepção crítica, questionadora e relacional, para que as articulações ocorram a partir da consciência, da apropriação e do uso do território na direção de novas sociabilidades.

Entendemos que a participação política está para a EPS e para a agroecologia, como um dos elementos representativos de cooperação e solidariedade, presente no cotidiano como consciência comum. Assim, deve ser orientada por objetivos compartilhados e direcionar caminhos para uma efetiva transformação social. A importância da participação política de todos e todas é fundamental, contudo, verificamos que a existência de lacunas faz com que a não participação seja o mais comum no cotidiano e na realidade do coletivo.

A participação política deve ser feita pela consciência e união de classe, a fim de que os interesses do coletivo e dos menos favorecidos sejam levados em consideração, o que não é fácil mediante o poderio do sistema dominante. Ratificamos, pois, ser no posicionamento político que ocorre a aproximação mais evidente entre a EPS e a agroecologia. Como práxis,

essa aproximação se dá na interdisciplinaridade, no fortalecimento da resistência e nas maneiras alternativas de enfrentamento político e contra-hegemônico frente ao capital.

Nesse sentido, as articulações entre agentes de transformação, especialmente com o Estado, são essenciais para que se tenham contribuições políticas, econômicas, sociais e ambientais ligadas ao desenvolvimento territorial de base local. Destacamos, que dentre as dificuldades, a precariedade na infraestrutura básica aliada aos poucos recursos, o direcionamento das políticas territoriais e a assimetria de poder, não logram, muitas vezes, a expectativa de articulações positivas em relação às políticas públicas.

A configuração dos processos de reterritorialização, no contraponto desse contexto, é estampada pela resistência e luta dos movimentos sociais no campo, concomitantemente às políticas territoriais locais. As confusas e emaranhadas estratégias políticas no seio das instituições que deveriam atuar em prol dos propósitos pelas quais foram criadas, acabam por privilegiar determinados segmentos em detrimento de outros, como é o caso dos agricultores familiares assentados da reforma agrária. Vale ressaltar, contudo, que com efetivas articulações através de relações salutaras é possível atingir resultados promissores frente aos propósitos da agroecologia.

A COOPERSAFRA alimenta uma relação positiva e salutar com o MAPA e, vice-versa, haja vista que há o compartilhamento de propósitos mesmo frente às dificuldades e desafios é sedimentada em proximidade e confiança. As articulações com o MAPA, mesmo que não ocorram na totalidade desse órgão público, propiciam estímulos à cadeia produtiva e, esta, se volta cada vez mais à profissionalização, aos princípios e aos valores agroecológicos. Já, as articulações com a SMAEI/PMU ilustram leitura oposta, ou seja, mostram que não há o compartilhamento efetivo da mesma ideologia. Deixam lacunas a serem preenchidas e o processo de transformação fica a desejar frente a realidade dos fatos.

Entendemos que a SMAEI/PMU percebe a importância das articulações, contudo, enxergamos ser necessário a solidificação de relações para que novas configurações e oportunidades sejam contempladas envolvendo a realidade da COOPERSAFRA. No oposto de reforçar retóricas e narrativas recorrentes, é essencial e urgente praticar ações que levem a uma efetiva transformação social. É essencial, portanto, ater-se à ideologia dos agricultores e agricultoras deste coletivo, evidenciando-se principalmente suas raízes históricas de luta como assentados da reforma agrária.

Especificamente em relação ao princípio da transformação social, entendemos pelo discurso, que estamos no caminho das mudanças, que algo já foi construído revelando maneiras alternativas de viver e conviver socialmente. Relações sociais já foram sedimentadas

potencializando oportunidades diferenciadas para que novas potencialidades sejam exploradas coletivamente. Chamamos a atenção, contudo, para que mais fomento seja direcionado às práticas no fortalecimento da relação produção-comercialização-consumo e que mais pessoas, congregando a mesma ideologia, sejam convidadas a refletir e praticar ações voltadas à transformação social. Como o CIEPS, verificamos que é necessário nos atentarmos constantemente às contradições e que não haja a cooptação dos saberes e das práticas construídas coletivamente, essa é uma linha tênue e sensível.

Ratificamos, que os agentes de transformação ora facilitam ora dificultam o processo de desenvolvimento territorial local. Pelo discurso, observamos que com o Estado, especificamente, as articulações são essenciais para que reais contribuições políticas, econômicas, sociais e ambientais logrem direcionamentos positivos e efetivos. Não obstante, a falta de possibilidades para replicação ou referências coletivas e sinérgicas de outros modelos de desenvolvimento territorial local enseja muito mais que um processo. A luta por superação de entraves políticos, por inclusão e reprodução social e econômica com vistas a possibilidades de geração de trabalho e renda precisa ser contemplada.

Com estímulo crítico, com a ocupação dos espaços públicos e cobrança por políticas públicas efetivas, que possam ser implementadas e aplicadas na prática, entendemos ser palatável um direcionamento para o desenvolvimento, uma vez que temos a sedimentação. Nesse contexto, não poderíamos finalizar, sem antes evidenciar a importância daqueles que representam o poder do Estado na construção de caminhos que direcionem ao desenvolvimento territorial local.

Que, estes, não apreendam a EPS e a agroecologia como algo simples, como um modismo ou uma tendência, já que tanto produtores quanto consumidores vêm se mostrando cada vez mais conscientes, criando ou (re)significando hábitos e sociabilidades. Refletimos, como o CIEPS, que é necessário estimular e fomentar ações que levem à emancipação, à construção de novas sociabilidades que evidenciem práxis para uma transformação real, concreta e de fato. Conquanto todos e todas assumindo papéis de agentes de transformação e contribuindo para uma efetiva transformação da realidade, é possível alçarmos novos voos.

*“Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Para melhor construir a vida nova”.*
(*Sal da Terra – Beto Guedes/Ronaldo Bastos*).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n.º 1,2, 3 e 29, n.º1, jan-dez 1998, jan-ago 1999. 1999. Disponível em: <https://ricardoabramovay.com/1999/10/agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial/>. Acesso em: 15 out. 2021.

AGROECOLOGIA EM REDE (AeR). **Um sistema de informações sobre agroecologia, alimentado por quem a constrói desde os territórios**. 2021. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em: 09 nov. 2021

ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26.

ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, 2003. Não paginado. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749>. Acesso em: 18 out. 2021.

ALENTEJANO, P. R. Modernização da agricultura. In: CALDART, R. S. (org.) *et al.* **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 477-480.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Ano 13, n. 16, p. 22-32, Presidente Prudente, 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: PNUMA, 2000. (Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental, 4). Disponível em: <http://www.agro.unc.edu.ar/~biblio/AGROECOLOGIA2%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, v. 8, n. 16, p. 147-156, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed., São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002, p. 147-177.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Sementes crioulas: verdadeiros patrimônios genéticos**. Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/2022/01/26/sementes-crioulas-verdadeiros-patrimonios-geneticos/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ARRUDA, M. Trabalho emancipado. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 260-268.

ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. p. 232-242.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. **Atlas 2005**. Brasília, DF: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf Acesso em: 08 abr. 2021.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Portal. Financiamento. 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BARBOSA, R. N. de C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6956/1/2010_JonasdeOliveiraBertucci.pdf. Acesso em: 09 de mar. 2021.

BERTUCCI, A. de A; SILVA, R. M. A. (Orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária**: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Cáritas Brasileira: Brasília, DF, 2003.

BETANHO, C. (Org.) *et al.* Agroecologia para a agricultura familiar camponesa. **Série Agroecologia**: resgatando a vida, 1, 4ª ed, ago, 2018. Disponível em <http://www.cieps.proexc.ufu.br/producao-cientifica/livros-apostilas-revistas> Acesso em 28 out. 2021.

BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: **9º FÓRUM DE ECONOMIA**, painel 3, set, FGV-EESP, São Paulo. 2012. Disponível em <https://cnd.fgv.br/9%20forum%20economia>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atividade Legislativa. Art. 6º. Texto original 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp. Acesso em: 04 fev. 2021.

BRASIL, Portal da Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Lei nº 10.836**, de 9 de Janeiro de 2004. Publicação Original. Brasília, DF. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Publicado em 26/08/2019 16h01. Atualizado em 04/05/2020 18h03. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL, Secretaria do Trabalho, Emprego e Previdência. **Assistência social**. Acessar conteúdos sobre economia solidária e cooperativismo (ONESC). 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-os-conteudos-do-observatorio-nacional-da-economia-solidaria-e-do-cooperativismo-onesc>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL, Secretaria do Trabalho. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários** (CADSOL). 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria/cadsol>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Portal do Governo Brasileiro. **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2021c. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL, Secretaria do Trabalho, Emprego e Previdência. **Assistência social**. Acessar conteúdos sobre economia solidária e cooperativismo (ONESC). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-os-conteudos-do-observatorio-nacional-da-economia-solidaria-e-do-cooperativismo-onesc>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado, aparelho do Estado e sociedade civil**. Brasília, DF: ENAP, 1995. (Texto para discussão, 4). Disponível em: https://bresserpereira.org.br/papers/1995/95-Estado_aparelho_do_estado_sociedade_civil-TD-ENAP.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 2004. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1454>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **RAP** – Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.51, n. 1, p.147-156, jan-fev. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/b3VNr8KRsgTBM4Hfktj3skn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CALLE, O. D.; BETANHO, C.; FERNANDES, J. E. Economia solidária e produção agroecológica na visão dos agricultores participantes da Feirinha Solidária da UFU. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, XI, 2019, Sergipe. **Anais[...]**. Sergipe, 2019.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SAQUET, M. A.; GAIOVICZ, E. F.; DE SOUZA, P.; BIANCO, V. Elementos da configuração da agroecologia nos municípios de Itapejara D'Oeste, Salto do Lontra e Verê – Sudoeste do Paraná. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 7, n. 14, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14556>. Acesso em: 20 out. 2022.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF. 2009. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R. (org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF. 2009, p. 65-104. E-book. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf Acesso em 17 jul. 2021.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

CARDOSO JR., J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.); DA SILVA, F. B. *et al.* **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005, p. 181-261. E-book. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro_Questao_Social.pdf Acesso em 20 abr. 2021.

CÁRITAS BRASILEIRA (CÁRITAS). Organismo da CNBB. **Áreas de atuação**. Brasília, DF. CÁRITAS, 2021. Disponível em: <http://caritas.org.br/area-de-atuacao?2>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1996. p. 191-197.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004a.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 7-13, nov., 2004b.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, jan-dez, 2007.

CARVALHO, H. M. de; COSTA, F. de A. Agricultura camponesa. In: CALDART, R. S. (org.) *et al.* **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 28-34.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. Dossiê Questão Agrária Na Atualidade, **Lua Nova**, n. 95, p. 143-177, may-aug, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/7p4rzW8P9RmRqVb3bCQ9xNR/?lang=pt#>. Acesso em: 28 out. 2021.

CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. Tradução Catherine Marie Mathieu. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.5, p. 1-30, dez, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643195/10739>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. **Website**. Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/1>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CLEPS, G. D. G. Economia solidária: territorialização e caracterização dos empreendimentos econômicos solidários em Minas Gerais. In: RAMOS FILHO, E. da S.; SANTOS, A. R. dos; SANTOS, L. R. S. (Orgs.). **Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CORAGGIO, J. L. **Economia urbana: la perspectiva popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994. E-book. Disponível em: https://ecuador.fes.de/fileadmin/user_upload/pdf/203%20ECOURB1998_0322.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

CORAGGIO, J. L. **Política social y economía del trabajo**. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad. Miño y Dávila, Madrid, 1999. Disponível em http://coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/Pol%C3%ADticasocial_yEdT.pdf Acesso em 05 abr. 2021.

CORAGGIO, J. L. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012a.

CORAGGIO, J. L. **La construcción de Otra Economía como acción política**. 2012b. Disponível em https://base.socioeco.org/docs/a_construccion_otra_economia_como_accion_politica_28rev-2-13.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.2, p.11-24, nov, 2013.

CORAGGIO, J. L. La economía social y solidaria y el papel de la economía popular en la estructura económica. In: INSTITUTO DE ECONOMIA POPULAR Y SOLIDARIA (IEPS) (Org.). **La economía Popular y Solidaria. El Ser Humano Sobre el Capital 2007 – 2013**. Tercer Seminario Internacional: “Rol de la Economía Popular y Solidaria y su aporte en el Sistema Económico Social y Solidario. Quito, 2013. Ministerio de Inclusión Económica y Social; INSTITUTO DE ECONOMIA POPULAR Y SOLIDARIA, Quito, 2014. E-book. Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/La%20economia%20Popular%20y%20Solidaria%20El%20Ser%20Humano%20Sobre%20el%20Capital-1.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Cidades*, vol. 9, n. 16, p. 199-218. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12033>. Acesso em: 10 nov. 2022.

COSTA, N. do R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Debate. Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 14, n. 3, p.693-706, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 fev. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: Ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SL0T): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. SP: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

DORE, R.; SOUZA, H. G. de. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DRAIBE, S. **As políticas sociais brasileiras**: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 1989, p. 1-66.

DRAIBE, S. As políticas sociais e neoliberalismo - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP**, v. 17, mai., p. 86-100, 1993. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i17p86-101>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959>. Acesso em: 19 fev. 2021.

DUARTE, S. J. H.; MAMEDE, M. V.; ANDRADE, S. M. O. de. Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, dez., p. 620-626, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/JNbhZ3dKdrKGdYXJrr6m7ft/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FELÍCIO, M. J. Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário. In.: CAMPOS VINHA, J. F. de S.; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. (Orgs). **Daluta**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 17-38. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/livros/daluta_questao_agraria_e_coletivo_de_pensamento.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Texto elaborado a convite do professor Antônio Márcio Buainain, abr., 2004. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/fl301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FERNANDES, J. E. **Formação e qualificação para o trabalho solidário**: o desenvolvimento da economia popular solidária nas práticas do Cieps/UFU. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29020>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FERRARINI, A.; GAIGER, L. I.; VERONESE, M. Solidarity Economy Enterprises in Brazil: An overview from the second national mapping. The international comparative social enterprise models. **ECOSOL. UNISINOS. ICSEM PROJECT**, 2013. Disponível em: <https://blogecosol.files.wordpress.com/2014/10/icsem.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (FBES). **Carta de princípios da economia solidária**. III Plenária Nacional da Economia Solidária, junho, 2003. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v.16, n.1-2, p.245-275, dez., 2001a.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n.5, p. 52-60, dez., 2001b.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1974.

GAIGER, L. I. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Revista Contexto e Educação**, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul-dez, 2003.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, dez, 2007. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.725>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/725>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, mar, 2009. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/rccs_84_luiz_inacio_gaiger.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

GAIGER, L. I. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da Associação Brasileira de Estudos em Trabalho - ABET**, Paraíba, v. 12, n. 1, p.7-24, jun, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/18512/10416>. Acesso em 08 abr. 2021.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, set-dez, 2019.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GODOY, T. M. P. de. **O espaço da economia solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social**. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104395>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, Embrapa, v.19, n.1 p.37-67, jan-abr, 2002.

GRÜNER, E. Leituras culpadas – Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.) **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 103-151. E-book. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. (Org.) *et al.* **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUTART, F. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. Tradução Lílian do Valle. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Org.) *et al.* **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 89-98.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1982.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 101-109.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 14 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal – Introdução. Brasília, DF. 2009. Disponível em: [Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Introdução \(ipea.gov.br\)](http://www.ipea.gov.br/cidades-e-estados). Acesso em: 04 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Colonização e reforma agrária: tabela com módulos fiscais dos municípios**. 2018. Recuperado em 10 set. 2021. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acesso em: 10 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Processo de seleção de famílias para assentamento mineiro é retomado**. Atualizado em 31/10/2022. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/processo-de-selecao-de-familias-para-assentamento-mineiro-e-retomado/#>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas 2003.

LAVILLE, J. L. **Economia solidária, a perspectiva europeia**. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a04.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LAVILLE, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, mar., p. 7-47, 2009. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUSC, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo - a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

LISBOA, A. de M. Economia Popular. In: ENDERLE, G *et al.* **Dicionário de Ética Econômica**. Tradução Benno Dischinger *et. al.* São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997, p. 669-672.

LISBOA, A. de M. Terceiro Setor. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a, p. 253-260.

LISBOA, A. de M. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b, p. 242-250.

LISBOA, A. de M. Socioeconomia solidária: marco conceitual latinoamericano. In: CNM UFSC. **Texto para discussão**, Florianópolis, n. 2, 2004. Não paginado. Disponível em: <https://cnm.paginas.ufsc.br/files/2013/09/armando02-04.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MANCE, E. A. A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. **CEPAT - Informa**, Ano 4, n. 46, p.10-19, dez., 1998. Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, Curitiba, PR. Disponível em: <http://euclidesmance.net/docs/rede.htm>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MANCE, E. A. **Cadeias produtivas solidárias**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a, p. 26-28.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b, p. 219-225.

MANCE, E. A. A Revolução das Redes de Colaboração Solidária. **Texto apresentado no Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas**, Sevilha, 2005. Disponível em: http://www.solidarius.net/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

MANDEL, E. **A crise do capital**: Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARAFON, G. J. Relações campo – cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: SAQUET, M. A; SUZUKI, J. C; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 155-167.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MEDEIROS, J. C.; GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 14, n. 34, p. 06-35, dez., 2019. DOI:10.14393/RCT143401 Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51787/28672>. Acesso em 15 nov. 2022.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas**, v. 1, n. 0, set, p. 11-14, 2004. Disponível em: <https://orgprints.org/id/eprint/17374/1/17374.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

MELLO, A. F. de. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva: Belém: SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais - Sociologia).

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, Artigo Especial, v. 18, n. 3, set-dez., p. 7-77, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540/4172>. Acesso em: 29 out. 2021.

MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR (MCP). **Nossa história**. Website. 2021. Disponível em: Disponível em: <https://www.mcpbrasil.org/historia>. Acesso em: 15 set. 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? Reforma Agrária Popular. **Website**, julho, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. (org.) *et al.* **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 34-42.

NYÉLÉNI. **Forum for Food Sovereignty**. The Nyéléni 2007 International Steering Committee. Sélingué, Mali, February 23 - 27, 2007. Disponível em: https://nyeleni.org/DOWNLOADS/Nyelni_EN.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. A. de. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de Economia Solidária no Governo Lula. In: VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, São Paulo. **Educação, Política e Integração da América Latina**, 2008. Disponível em: https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publica%C3%A7%C3%B5es/novaes_lima_filho_pedra_proto_socialista_colar_pro_capital.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

OGANO, C. As Fronteiras da Economia Solidária Uma análise a partir do Mapeamento Nacional. **Cadernos de extensão IHU**, 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/artigoebo.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, F. de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, p. 8-28, out, 1988.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

ORTEGA, A. C. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. (Orgs). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, 2016, p. 31-54.

ORTEGA, A. C.; CERQUEIRA, C. A.; SILVA, F. P. do M. da. Planejamento, desenvolvimento e descentralização: o papel do estado no desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. (Orgs). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, 2016, p. 17-30.

ORTIGOZA, S. A. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território** [online], n.º 6. p. 241-257, 2014. Disponível em: https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2182-12672014000200014&lng=pt&nrm=.pf?script=sci_abstract&pid=S2182-12672014000200014&lng=pt&nrm=.pf. Acesso em: 15 out. 2019.

PETERSEN, P. Programa Ecoforte de Agroecologia: inovação institucional sintonizada com desafios de civilização. In: SCHMITT, C. J. (Org.) *et al.* **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios**: aprendizados do Programa Ecoforte. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2020, p. 259-268. E-book. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Livro-Ecoforte-Web.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 13-56.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/UNESP, 2016.

PLOEG, J. D. van der. O sistema alimentar em tempos de covid-19: ensinamentos para o futuro. **Revista Agriculturas**. Cadernos para debate, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/o-sistema-alimentar-em-tempos-de-covid-19-ensinamentos-para-o-futuro/>. Acesso em: 28 out. 2021.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em debate; v. 2). E-book. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil_em_debate_vol_2_marcio_pochmann.pdf. Acesso em: 28 fev. 2021.

PORTAL MG. Estado de Minas Gerais. **Meso e Microrregiões do IBGE**. Site Minas On-Line atualizado em dezembro de 2010, MG. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listameso_micro.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. da S. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Presidente Prudente, 2008. 410. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>. Acesso em: 3 mai. 2022.

RAMOS FILHO, E. da S. A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria ou a contrarreforma agrária no Brasil. In: **XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – ENGA**. Uberlândia. Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br>anais_enga_2012. Acesso em: 15 nov. 2022.

RAZETO, L. M. **Economia de solidaridad y mercado democratico**. Taller. In: UNIDAD CONJUNTA CEPAL/CNUAH (Orgs.). [Asentamientos Humanos de la CEPAL y el Programa de Economía del Trabajo de la Academia de Humanismo Cristiano]. Santiago de Chile, abr,

1985. E-book. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/20839/D11777.01_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 abr. 2021.

RAZETO, L. M. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 34-58.

RIST, G. **The history of development: From Western origins to global faith** (3ª ed.). Londres: Zed Books, 2008. E-book. Disponível em <https://epdf.pub/the-history-of-development-from-western-origins-to-global-faith.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002

SANTOS, A. R dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

SANTOS, C. C. F. dos. **Caminhos e descaminhos da reforma agrária no Triângulo Mineiro: a busca pela autonomia e soberania alimentar no projeto de assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva/Carinhosa**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33626>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. O retorno do território. En: **OSAL – Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16, jun., 2005. Buenos Aires: Clacso, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2ª reimpr. São Paulo: EDUSP, Coleção Milton Santos; 1, 2006. E-book. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%c3%a7o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. 2ª reimpr. São Paulo: EDUSP, Coleção Milton Santos; 3, 2011.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed., 3ª reimpr. São Paulo: EDUSP, Coleção Milton Santos; 7, 2014a.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed., 2ª reimpr. São Paulo: EDUSP, Coleção Milton Santos; 12, 2014b.

SANTOS, M. **O espaço do Cidadão**. 7. ed, 2ª reimpr. São Paulo: EDUSP, Coleção Milton Santos, 8, 2014c.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, UFF, v. 8, n. 15, p. 71-85, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13511/8711>. Acesso: 10 out. 2022.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras expressões, 2013, p. 47-74.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai-ago, 2014.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M. Território, cooperação e desenvolvimento territorial: contribuições para interpretar a América Latina. In: SAQUET, M; ALVES, A. (Orgs.). **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 37-67.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXyWt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

SAQUET, M. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8497>. Acesso em: 11 out. 2022.

SAQUET, M. **A geografia como ciência territorial e popular: uma práxis descolonial**. 2022. Notas de aula.

SAQUET, M.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SAQUET, M.; SPOSITO, E. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO,

B. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SAUER, S. **Agricultura familiar x agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2008.

SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Mercado de Trabalho**, IPEA, 42, fev, 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4050/1/bmt42_08_Eco_02_convergencias.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev., 2003.

SILVA, P. A. D. O. E.; ALMEIDA FILHO, N. O Regime Fiscal e a Política Social no Brasil: Análise recente e desafios. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], n. 2, 2020. DOI: 10.18829/1903. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/22776>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. E-book. Disponível em <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 116-125.

SINGER, P. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) **A economia solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012, p. 49-54.

SISTEMA OCB (OCB). Sistema OCB. **O que é cooperativismo**. Website. 2021. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THERET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n.58, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/DRZGLBNZMnrMqJNXRC8XLfr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 out. 2022.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. da. Nem tudo é urbano. **Ciência & Cultura**, v. 56, n. 2, p.26-29, 2004.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIA CAMPESINA. La Via Campesina. **Declaration of The Via Campesina's Fourth International Conference**. 19th June. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-of-the-via-campesinas-fourth-international-conference-19th-june/> Acesso em 15 jul. 2021.

VIA CAMPESINA. La Via Campesina. **The global voice of peasants**. International Peasants' Movement. The International Peasants' Voice. 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

VIVAS, E. **Avançando no Cooperativismo Agroecológico**. 2011. In: VIVAS, E. Blog Esther Vivas. Português. Disponível em <https://esthervivas.com/portugues/>. Acesso em 14 nov. 2021.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 29-37, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR** – Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2021.

WAUTIER, A. M. Economia social na França. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 109-116.

WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo-Salvador: Editora HUCITEC, Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA-BA, 1986.

WOOD, E. M. Trabalho, classe e estado no capitalismo global. Tradução Emir Sader. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Org.) *et al.* **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 99-121.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO QUE INFLUENCIAM OU SÃO INFLUENCIADOS PELO BINÔMIO PRODUÇÃO-CONSUMO

Este questionário/entrevista faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DES)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL" realizada pela profa. Andrea van Herk. Temos o objetivo de fortalecer a economia popular solidária e da agroecologia, construindo um discurso único sobre a importância dos princípios e valores que congregam os coletivos e lutam por desenvolver-se territorial e localmente.

A pesquisa tem autorização do Comitê de Ética da UFU (parecer 5.482.749). Os resultados da pesquisa serão publicados e sua identidade será totalmente preservada.

Caso tenha interesse em entrar em contato com a pesquisadora, envie um e-mail para andreaherk@gmail.com

Você concorda em participar da pesquisa?

() Sim

() Não

Se sim:

Nome: _____

e-mail: _____

Tipo: entrevista semiestruturada

Participantes:

- CIEPS: duas entrevistadas;
- Técnicos: dois entrevistados(as);
- CPT: um entrevistado;
- Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU): um entrevistado e uma entrevistada;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): duas entrevistadas e um entrevistado.

QUESTÕES:

- 1) Diga, em breves palavras, o que é o órgão/instituição;
- 2) Por favor, relate qual a importância do órgão/instituição para a agricultura familiar camponesa, para os produtores membros da COOPERSAFRA e para a agroecologia;
- 3) Quais ações têm sido implementadas e/ou já estão sendo realizadas que vão de encontro à questão anterior?
- 4) Com o contexto pandêmico, alguma coisa mudou em relação às ações apontadas na questão anterior?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS DSC DE PRODUTORES E CONSUMIDORES

Este questionário/entrevista faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DES)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL" realizada pela profa. Andrea van Herk. Temos o objetivo de fortalecer a economia popular solidária e da agroecologia, construindo um discurso único sobre a importância dos princípios e valores que congregam os coletivos e lutam por desenvolver-se territorial e localmente.

A pesquisa tem autorização do Comitê de Ética da UFU (parecer 5.482.749). Os resultados da pesquisa serão publicados e sua identidade será totalmente preservada.

Caso tenha interesse em entrar em contato com a pesquisadora, envie um e-mail para andreaherk@gmail.com

Você concorda em participar da pesquisa?

() Sim

() Não

Se sim:

Nome: _____

e-mail: _____

PRINCÍPIOS E VALORES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA

Tipo: entrevista aberta

Participantes:

- CIEPS: duas entrevistadas;
- Técnicos: dois entrevistados(as);
- CPT: um entrevistado;
- Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU): um entrevistado e uma entrevistada;

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): duas entrevistadas e um entrevistado;
- Produtores: vinte entrevistados(as);
- Consumidores: 50 entrevistados(as).

QUESTÕES:

- 1) No trabalho coletivo retiramos financeiramente só o essencial, você concorda com isso, ou não? Se sim, por quê? Se não, por quê?
- 2) No trabalho coletivo, todos e todas têm o mesmo poder de decisão ou alguém tem que mandar? Fale o porquê da sua opinião.
- 3) As redes de cooperação para a produção e comercialização são importantes? Se sim, por quê? Se não, por quê?
- 4) Você considera importante a participação de pessoas comuns em fóruns e conselhos, contribuindo para melhorias em legislações e políticas públicas ou isso é para lideranças, técnicos e especialistas? Qual sua opinião?
- 5) A sustentabilidade tem a ver com meio ambiente e consciência ambiental. Para você, a sobrevivência dos povos, a justiça social, os direitos humanos também são questões ligadas à sustentabilidade? Se sim, por quê? Se não, por quê?
- 6) Buscar transformação social através de cooperação, reciprocidade e autorrealização de todos e todas, é uma condição que está sendo alcançada na realidade atual? Qual sua opinião a respeito?
- 7) Na sua opinião, é possível alcançar desenvolvimento local, sustentável e solidário através da união de sujeitos e agentes com ações de valorização da relação produção, comercialização e consumo ligado à agricultura familiar agroecológica? Fale um pouco sobre isso.

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES PARA CONSTRUÇÃO DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

Este questionário/entrevista faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DES)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL" realizada pela profa. Andrea van Herk. Temos o objetivo de fortalecer a economia popular solidária e da agroecologia, construindo um discurso único sobre a importância dos princípios e valores que congregam os coletivos e lutam por desenvolver-se territorial e localmente.

A pesquisa tem autorização do Comitê de Ética da UFU (parecer 5.482.749). Os resultados da pesquisa serão publicados e sua identidade será totalmente preservada.

Caso tenha interesse em entrar em contato com a pesquisadora, envie um e-mail para andreaherk@gmail.com

Você concorda em participar da pesquisa?

() Sim

() Não

Se sim:

Nome: _____

e-mail: _____

PERFIL SÓCIOECONÔMICO

1. Idade:

() Até 20 anos

() Entre 21 e 28 anos

() Entre 29 e 40 anos

() Entre 41 e 55 anos

() Entre 56 Anos e 70 Anos

() Acima de 71

2. Sexo:

() Masculino

() Feminino

Prefiro não identificar

3. Cor/etnia:

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Não sei

4. Cidade em que reside:

- Uberlândia
- Monte Carmelo

5. Bairro/Localização onde reside: _____

6. Escolaridade

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

7. Ocupação / profissão:

- Setor primário (na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca)
- Indústria
- Construção civil
- No comércio, banco, transportes, hotelaria ou outros serviços
- Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal
- Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior
- Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo)
- Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)
- Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.)
- No lar (sem remuneração)
- Outro _____
- Não trabalho

8. Renda familiar média mensal:

- Menos de 1 Salário Mínimo
- 1 Salário Mínimo
- De 2 a 3 Salários Mínimos

- De 4 a 5 Salários Mínimos
 - De 6 a 9 Salários Mínimos
 - Mais de 10 salários mínimos
-

PERFIL PRODUTORES

9. Localidade da produção:

- Meio rural
- Meio urbano
- Ambos

10. O que mais produz? (é permitido marcar mais de uma opção).

- Hortifruti, Pães e Ervas
- Quitandas, Doces e Comidas prontas
- Produtos caipira e processados
- Produtos caseiros para higiene e limpeza
- Outros _____

11. Participa de grupo informal, associação, cooperativa?

- Sim.
- Não

Se sim, na pergunta anterior, qual o nome do grupo informal, associação ou cooperativa?

12. Tipo de relação com o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS)/UFU:

- Ativo
- Ativo, participante de outra rede
- Ativo, independente
- Outro _____

13. Quais os meios que utiliza para comercializar a produção? (é permitido marcar mais de uma opção):

- Feirinha solidária da UFU
- Venda direta na propriedade
- Lojas especializadas, independentes ou associações de produtores
- Cestas em domicílio e para empresas
- Venda em beira de estradas
- Feiras agropecuárias, salões e eventos

- Restaurantes coletivos e individuais
- Pequenos mercados de produtos naturais
- Lojas virtuais
- Venda para programas do governo, exemplo, alimentação escolar
- Outro _____

14. Qual o principal meio de transporte utilizado para a comercialização? (Caso tenha comercialização fora da propriedade rural).

- Veículo próprio
- Rodízio de veículo (ora próprio, ora de vizinhos)
- Veículo de associação, cooperativa
- Outro _____

15. Quantas pessoas compõem seu núcleo familiar?

- 02
- 03
- 04
- 05
- Mais de 05

16. Do seu núcleo familiar, assinale a opção que melhor retrata a realidade das pessoas que trabalham na propriedade:

- Só o homem () Só a mulher
- Ambos, homem e mulher
- Homem, mulher e filho(s) maior(es) de 18 anos
- Homem, mulher e filho(s) tanto maior(es) quanto menor(es) de 18 anos
- Outro _____

17. Do seu núcleo familiar, alguém trabalha fora da propriedade da família?

- Sim
- Não

18. Se sim, na pergunta anterior, marque a alternativa que melhor retrata a realidade:

- Sim, em atividade na cidade
- Sim, em outra propriedade no campo
- Sim, outra forma de trabalho. Qual? _____

19. Qual a maior fonte de geração de renda familiar?

- Produção agroecológica
 - Trabalho fora da propriedade
 - Outra _____
-

RELAÇÃO PRODUÇÃO/CONSUMO E CONTEXTO PANDÊMICO (COVID-19)

20. Considerando o contexto pandêmico (Covid-19) e o período mais rígido de isolamento – anos 2020/2021 – qual sua opinião em relação à produção e comercialização agroecológica?

() Melhorou

() Piorou

Outro: _____

21. Considerando o contexto pandêmico (Covid-19) e a flexibilização/retomada gradual das atividades - ano 2021/2022 - qual a sua opinião em relação a utilização das redes sociais como estímulo à produção e comercialização agroecológica?

() Melhorou

() Piorou

Outro: _____

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONSUMIDORES PARA CONSTRUÇÃO DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

Este questionário/entrevista faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DES)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL" realizada pela profa. Andrea van Herk. Temos o objetivo de fortalecer a economia popular solidária e da agroecologia, construindo um discurso único sobre a importância dos princípios e valores que congregam os coletivos e lutam por desenvolver-se territorial e localmente.

A pesquisa tem autorização do Comitê de Ética da UFU (parecer 5.482.749). Os resultados da pesquisa serão publicados e sua identidade será totalmente preservada.

Caso tenha interesse em entrar em contato com a pesquisadora, envie um e-mail para andreaherk@gmail.com

Você concorda em participar da pesquisa?

() Sim

() Não

Se sim:

Nome: _____

e-mail: _____

PERFIL SÓCIOECONÔMICO

1. Idade:

() Até 20 anos

() Entre 21 e 28 anos

() Entre 29 e 40 anos

() Entre 41 e 55 anos

() Entre 56 Anos e 70 Anos

() Acima de 71

2. Sexo:

() Masculino

() Feminino

Prefiro não identificar

3. Cor/etnia:

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Não sei

4. Cidade em que reside:

- Uberlândia
- Monte Carmelo

5. Bairro em que reside: _____

6. Escolaridade

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação

7. Ocupação / profissão:

- Setor primário (na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca)
- Indústria
- Construção civil
- No comércio, banco, transportes, hotelaria ou outros serviços
- Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal
- Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior
- Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo)
- Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)
- Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.)
- No lar (sem remuneração)
- Outro _____
- Não trabalho

8. Renda familiar média mensal:

- Menos de 1 Salário Mínimo
- 1 Salário Mínimo
- De 2 a 3 Salários Mínimos

- De 4 a 5 Salários Mínimos
 - De 6 a 9 Salários Mínimos
 - Mais de 10 salários mínimos
-

PERFIL CONSUMIDORES

9. Com qual frequência você consome alimentos e mercadorias agroecológicas?

- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Mensalmente
- Ocasionalmente

10. O que mais consome? (É permitido marcar mais de uma opção).

- Hortifruti, Pancs e Ervas
- Quitandas, Doces e Comidas prontas
- Produtos caipira e processados
- Produtos caseiros para higiene e limpeza
- Outros _____

11. Adquire estes alimentos e/ou mercadorias somente na Feirinha da UFU?

- Sim
- Não

12. Se não, na pergunta anterior, onde mais adquire alimentos e/ou mercadorias agroecológicas/orgânicas? (É permitido marcar mais de uma opção)..

- Não, adquiero também em comércios de bairro, tipo sacolões e mini mercados
- Não, adquiero também em supermercados de médio porte
- Não, adquiero também em hipermercados de comercialização atacado e varejo
- Não, outros. Quais? _____

13. Quantas pessoas compõem seu núcleo familiar?

- 02
- 03
- 04
- 05
- Mais de 05

14. Das pessoas que compõem seu núcleo familiar, quais praticam o consumo consciente? Entende-se por consumo consciente (sustentável), aquele que além de respeitar o meio ambiente, também engloba outras dimensões como, social, econômico, cultural e político.

- Só o homem
- Só a mulher

- Ambos, homem e mulher
 - Homem, mulher e filho(s) maior(es) de 18 anos
 - Homem, mulher e filho(s) tanto maior(es) quanto menor(es) de 18 anos
 - Outro _____
-

RELAÇÃO PRODUÇÃO/CONSUMO E CONTEXTO PANDÊMICO (COVID-19)

15. Considerando o contexto pandêmico (Covid-19) e o período mais rígido de isolamento – anos 2020/2021 – qual sua opinião em relação à produção e comercialização agroecológica?

- Melhorou
- Piorou

Outro: _____

16. Considerando o contexto pandêmico (Covid-19) e a flexibilização/retomada gradual das atividades - ano 2021/2022 - qual a sua opinião em relação a utilização das redes sociais como estímulo à produção e comercialização agroecológica?

- Melhorou
- Piorou

Outro: _____

APÊNDICE E

Figura 24 – Banner com o DSC sobre Trabalho Coletivo.

PRINCÍPIOS E VALORES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA NO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

TRABALHO COLETIVO

No trabalho coletivo retiramos financeiramente só o essencial, você concorda com isso, ou não? Se sim, porquê? Se não, porquê?

PRODUTORES

PENSANDO NA RENDA, NÃO CONCORDO. PORQUE AS NECESSIDADES SÃO MUITAS E DIFERENTES. A GENTE TEM VONTADE DE FAZER ALGO A MAIS, SEM ACÚMULO E EXAGEROS.

Precisamos de uma sobra, que é o excedente. O excedente é que faz uma renda a mais e faz a diferença.

Com o mínimo de volume de vendas não dá pra retirar uma renda adequada. Cada um sabe o que precisa mais na sua casa.

PENSANDO NO TRABALHO COLETIVO, CONCORDO EM PARTES.

A gente senta e alinha, se eu não consigo produzir mais, você produz e todos nós ganhamos.

A gente vai aprendendo, trocando experiências. O trabalho coletivo oferece condição e qualidade de vida, agrega valor na produção, é o bem viver. O valor vem da convivência e temos o fortalecimento ideológico para viver com dignidade.

Na força do coletivo a gente consegue um excedente de produção. Comprar junto é interessante e a gente tem que priorizar algumas coisas.



CONSUMIDORES

NÃO CONCORDO, PORQUE AS NECESSIDADES SÃO DIFERENTES E ELAS PRECISAM RETIRAR MAIS QUE O ESSENCIAL, SEM EXCESSOS.

O retorno financeiro é para adquirir uma boa condição de vida, cada família não pode ficar estacionada socialmente. Não estamos falando de pobreza, as pessoas precisam viver com algo a mais que o essencial.

Acho que é possível vender o excedente, desde que não haja desperdício. Quem trabalha tem os custos do trabalho e tem que reinvestir na produção.

Falta suporte estatal, cada um tem as suas necessidades, o essencial para uns não é essencial para outros. Para mim, o essencial é moradia, alimentação, o algo a mais são outras necessidades.



CONCORDO, COM RESSALVAS.

O trabalho coletivo tem seu valor, deve ser tratado como tal e todas as famílias devem trabalhar juntas.

No trabalho coletivo há uma troca de experiências e conhecimentos. Ele oferece condição para aquisição de ferramentas, melhoria do espaço de cultivo e qualidade para produtos.

Pensando no trabalho coletivo, acredito que ele deve funcionar para que todos ganhem.

Fotos/fundo: arquivo pessoal. Fotos tiradas entre 28/08/22 e 03/12/22. Mídia Grupo WhatsApp (Feirinha Solidária UFU e Ama e Abag: Agroecologia e Redit Social @feirinhassolidaria). Website CEPS/UFU. Disponível em: <https://www.ceps.ufu.br/>. Acesso em: 11 dez 2022.

Portal comunic UFU. Disponível em: <https://www.ufu.br/portal-comunic>. Acesso em: 11 dez 2022.

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU) – Número de Parecer: 5.482.748 – como parte da tese de doutorado – PPGEO/UFU –

Instituição: TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO (DE)CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Pesquisadora: Profa. Andreia Costa van Herk Vasconcelos

Orientadora: Profa. Dra. Carli Daise Guimarães Claps

Coord./Ibu/Soc: Profa. Dr. Fernando Lefevre

criador da Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, Faculdade de Saúde Pública (USP)







Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Banner apresentado em 17/12/2022.

Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Figura 25 – Banner com o DSC sobre Autogestão.

PRINCÍPIOS E VALORES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA NO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

— AUTOGESTÃO —

No trabalho coletivo, todos e todas têm o mesmo poder de decisão ou alguém tem que mandar? Fale o porquê da sua opinião.

PRODUTORES

**TODOS E TODAS TÊM QUE TER DIREITO DE FALA,
FALAR O QUE PENSA, SENÃO NÃO É COLETIVO.**

Tem que ouvir também, tem que ter ideais coletivos,
tem que participar.

Todos têm o poder de decisão sempre, o mesmo poder pra se
expor e decidir na maioria.



**TEM QUE TER UMA REPRESENTAÇÃO, UM LÍDER,
QUE LEVA NOSSA FALA PRA FRENTE.**

Uma pessoa confiável, que leva a voz do coletivo a qualquer
espaço que se fizer necessário.

Além de levar a nossa voz onde a gente sabe que ela não chega,
tem que ser uma pessoa que orienta.

Tem que ter um direcionamento, pra organizar, pra concentrar
as informações e as demandas coletivas.

Tem que ser alguém que vem do coletivo, que você confia,
que tenha respeito às decisões coletivas.

CONSUMIDORES

**TODOS E TODAS DEVEM TER O MESMO PODER
E IGUALDADE DE DECISÕES E DEVEM
SER RESPEITADOS POR ISSO.**

A construção de diretrizes deve ser coletiva.

Todos e todas devem ser ativos nos posicionamentos,
ter voz de opinião e de voto.

Devem ter o mesmo direito e a mesma autonomia, todos dando
opiniões e contribuindo. Tudo pautado na democracia,
o que não é fácil.

As decisões devem ser coletivas e consensuais,
ninguém manda mais do que ninguém.



**TEM QUE TER UMA LIDERANÇA,
ALGUÉM QUE REPRESENTA A DECISÃO COLETIVA**

Penso que tem que ter uma coordenação, um líder eleito
pelo grupo pra coordenar, organizar, que tenha a identidade
do coletivo e que gere confiança.

Alguém com competência pra isso, escolhido por
suas habilidades de estimular, de ouvir, que instrui
outros produtores e que faz presença na coletividade.

Alguém que mostra a força do grupo fora do grupo, imparcial e
democrático, que represente o coletivo em outras instâncias,
nos espaços políticos, principalmente.

Fotos/fonte: arquivo pessoal. Fotos tiradas entre 28/08/22 e 03/12/22. Mídia Grupo WhatsApp (Feirinha Solidária UFU e Ama e Afaga Agroecologia) e Rede Social (@feirinhasolidariaufu). Website: CICSUFU.
Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/>. Acesso em: 11 dez 2022.

Portal comunico UFU. Disponível em: <https://comunicos.ufu.br/index.php/2022/10/alimentos-produzidos-nos-territorios-agroecologicos-assessorados-pelo-ciepsufu>. Acesso em: 11 dez 2022.
Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU) – Número do Parecer: 5.482.749 – como parte da tese de doutorado – PPGECIUFU – Intitulação:
TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL
Pesquisadora: Profa. Andra Costa van Herk Vasconcelos
Orientadora: Profa. Dra. Geisa Deise Guimarães Cleps
Contribuição: Prof. Dr. Fernando Letovire – criador da Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, Faculdade de Saúde Pública (USP)







Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Banner apresentado em 17/12/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Figura 27 – Banner com o DSC sobre Participação Política.

PRINCÍPIOS E VALORES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA NO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Você considera importante a participação de pessoas comuns em fóruns e conselhos, contribuindo para melhorias em legislações e políticas públicas ou isso é para lideranças, técnicos e especialistas? Qual sua opinião?

PRODUTORES

TODOS E TODAS TÊM DIREITO E DEVER DE PARTICIPAR, PRA CONSEGUIRMOS VOZ E DAR VOZ AO COLETIVO.

Precisamos marcar presença, ocupar esses espaços. Colocar gente que nos representa, que compra essa luta e entende as nossas necessidades.

A gente precisa se apropriar dos nossos direitos e cobrar. A gente tem que participar mais, avançar e nos posicionar, pra chegar política pública pra nós. Os políticos não vivem o que a gente vive.

É IMPORTANTE APRENDER, TER CONHECIMENTO.

Buscar o reconhecimento no ambiente político é uma questão educacional e cultural também. O povo não gosta ou não quer participar.

Muitas vezes, as pessoas têm o conhecimento, mas não querem por receio, por medo ou por preguiça mesmo.

Precisamos entender a importância da participação de cada um.

O governo tem que nos ouvir, precisa olhar para o todo na questão dos movimentos sociais. Temos que ocupar os espaços que nos representam.



CONSUMIDORES

TODOS E TODAS TÊM ALGO A TRANSMITIR. A PARTICIPAÇÃO CRIA VISIBILIDADE PARA O SEGMENTO QUE PRECISA ESTAR LÁ.

Políticos ficam distantes da comunidade, são apenas representantes, precisam representar da maneira correta. As decisões devem ser baseadas nas demandas das diversas comunidades e segmentos.



A PARTICIPAÇÃO DEVE SER ESTIMULADA, PRECISA SER APRENDIDA.

Não temos uma cultura de participação popular em fóruns de discussão de interesse público. Tem que apresentar o ambiente político mais perto do cidadão.

Tem que ter educação para a política. É preciso entender mais. Conhecer pra cobrar mais, pra participar mais, pra construir mais educação para a política.

Precisa ter a conscientização da importância para a coletividade, ter a consciência que não vai melhorar só pra mim, mas pra todos.



Fonte: a ouve pessoa... - entre outras em: 24/08/22 e 03/12/22. Mídia Grupo WhatsApp: J-áfrica; deidra@UFU e Ana Luísa Aguiar Aguiar; e Hércules de Almeida. Website: UEPH-U. Usado em: <http://www.dscs-produtoribn.com.br>, Acesso em: 11 dez 2022.

Foral Comunica U-U. Usado em: <https://comunica.ufu.br/area/2022/03/13/realizamos-rodin-de-pais-organizados-agroecologicos-associados-pelo-campo>, Acesso em: 11 dez 2022.

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU) - Número do Parecer: 0.482.469 - título: Plano de tese de doutorado - PPGEAL-U

Intervista: HENRI TORRAL JAMES JUNIOR/UFU SOLIDARIA NO DISCURSO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Investigadora: Profa. Andrea Costa van I e H. Vasconcelos

Orientadora: Profa. Dra. Geza Daise Guinero Claus

Contribuição: Prof. Dr. Fernando Lefevre - criador da Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, Faculdade de Saúde Pública (USP)







Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Banner apresentado em 17/12/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Figura 28 – Banner com o DSC sobre Sustentabilidade.

PRINCÍPIOS E VALORES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA NO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

— SUSTENTABILIDADE —

A sustentabilidade tem a ver com meio ambiente e consciência ambiental. Para você, a sobrevivência dos povos, a justiça social, os direitos humanos também são questões ligadas à sustentabilidade? Se sim, porquê? Se não, porquê?

PRODUTORES

**SIM, PORQUE ESTÁ TUDO INTERLIGADO.
O MEIO AMBIENTE É A BASE.**

Não é só tratar da água, das florestas, não é só não jogar veneno, é muito mais amplo e complexo.

O meio ambiente já é nossa obrigação. É preservar sem tirar proveito, a começar pela própria natureza, começa lá dentro da minha casa. É uma junção de tudo isso.

**TAMBÉM É RESPONSABILIDADE PELAS RELAÇÕES,
É INTERGERACIONAL.**

O cuidado com as relações sociais é o caminho pra fazermos diferente. Pra avançar, temos que mudar a maneira de pensar.

É uma conexão de tudo, com o ser humano no centro, construindo a vida em todos os sentidos pra outras gerações.

É preservarmos tudo, tudo que é vida. Da natureza aos povos tradicionais, é dar vida aos seres humanos através da comida, do bem viver, da vida mais prolongada.



CONSUMIDORES

**SIM, PORQUE É UM CONCEITO AMPLO,
É A CONSCIÊNCIA DO QUE PRECISAMOS PARA VIVER.**

Os recursos são finitos, estamos falando de necessidades das próximas gerações.

Devemos repensar nossos hábitos. Preciso fazer a minha parte, consciente, para um impacto menor no meio ambiente e em tudo em volta de mim.

Preciso refletir, do consumo consciente ao controle do desperdício de qualquer coisa. Cada um pensando no equilíbrio e na sociedade como um todo.

**É UM EQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE, DO SOCIAL E
DO ECONÔMICO. PRECISAMOS PENSAR DE
MANEIRA COLETIVA.**

Faz sentido considerar outras dimensões, precisa ser um conceito mais igualitário para todos e todas.

No social, reduzir as desigualdades. No cultural, pensar as diversidades. No político, trabalhar pela democracia. No econômico, circular a economia local e, claro, no ambiental, pensar um planeta melhor para se viver.

O ser como indivíduo precisa ser incluído e respeitado. Não existe separação entre sociedade e natureza.



Fonte: grupo de pesquisa "Ciclo ligado entre 280922 e 021222: Mídia Grupo Vídeos/APP (Târnio: Solidária UFU e Arna e A'Agro Agroecologia) e Rede Social (Sócio-história) e Website CIEPSALU. Disponível em: <https://www.cieps.ufu.br/>. Acesso em: 11 dez 2022.

Fórum Comunica U-U. Disponível em: <https://comunica.ufrn.br/atividade/021222/Informacoes-gerais-dos-poleis-organizados-agricultores-assessorados-pelo-ciepsufu>. Acesso em: 11 dez 2022.

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU) – Número do Parecer: 0.492.740 – com base da base de dados – PROFOA/UFU – 11/2022. TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E O DESACUMULO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Passeiador: Profa. Andréa Cássia van I. de Vasconcelos.
Orientadora: Profa. Dra. Geza Daise Guimaraes Cilas.
Circulação: Profa. Dra. Fernanda Lettem – Centro de Metodologia do Trabalho em Sujeito Coletivo, Instituto de Saúde Pública (USP).







Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Banner apresentado em 17/12/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

Figura 30 – Banner com o DSC sobre Desenvolvimento Local, Sustentável e Solidário.

PRINCÍPIOS E VALORES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA NO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

DESENVOLVIMENTO LOCAL, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Na sua opinião, é possível alcançar desenvolvimento local, sustentável e solidário através da união de sujeitos e agentes com ações de valorização da relação produção, comercialização e consumo ligadas à agricultura familiar agroecológica? Fale um pouco sobre isso.

PRODUTORES

AINDA NÃO FOI POSSÍVEL, CADA UM FELIZ, A GENTE AQUI NA ROÇA, AS PESSOAS QUE ESTÃO COMPRANDO NA CIDADE, DESSE JEITO A VIDA GIRA, É UM PROCESSO.

Formamos uma cooperativa, temos responsabilidade, somos formadores de opinião e estamos influenciando outras pessoas.

Tem gente que não vendia nada, hoje vende e recebe por isso.

A gente leva comida de verdade pra todos que querem, a gente leva a vida adiante.

É alcançar a qualidade de vida, é pelo local que a gente luta e se esforça todos os dias, acredito muito no local, no pequeno produtor.

ALGUNS ELOS ESTÃO SOLTOS, PRINCIPALMENTE NOSSO RELACIONAMENTO COM A POLÍTICA.

O coletivo tem que querer, todos precisam aprender mais. A gente precisa de todos os envolvidos, uma prefeitura estar mais com a gente.

Precisamos trazer mais produtores com a mesma mentalidade. Trazer mais consumidores, aumentar a feirinha, a forma como a gente chega até o consumidor.

Me preocupa a questão da divulgação do nosso trabalho, nossa lida aqui na terra, a transformação dessa terra em alimento, as pessoas têm que saber disso, têm que conscientizar.




CONSUMIDORES

PRECISA DE MUITA CONVERSA, UNIÃO E ENGAJAMENTO. O CONSUMIDOR ENTENDER QUE É MUITO MAIS QUE SÓ COMPRAR MERCADORIAS, É UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA.

Tem que ser feito a partir de uma lógica. Conhecer, aprender e valorizar a mudança de hábitos e mentalidade, juntar quem pensa igual.

Precisa de liderança, coordenação e profissionalização para o entendimento da importância de investimento no local.

Estimular a economia local com mobilização social, sem perder a identidade, mas fazer parcerias.

Os saberes e as práticas precisam ser respeitados com a produção, a comercialização e o consumo totalmente integrados.

O PODER PÚBLICO E O PODER LOCAL TÊM QUE FAZER A SUA PARTE.

É necessário o apoio político, da universidade e a ação civil da comunidade, com colaboração nos âmbitos da política, da educação, da saúde e da economia.

A prefeitura e os órgãos públicos têm que contribuir. Precisamos garantir que isso não venha de cima para baixo.

Novas contribuições, novas parcerias podem ajudar, mas é indispensável as políticas públicas de acesso à capacitação e comercialização para a agroecologia.





Financiada: Anônimo, pessoa - Fone: 3345 2211 e 3312777. Mídia: Grupo WhatsApp (Faltava Solidária) (FPI) e Arma a Ação Agroecológica e Rede São João @Metrinho Interativo. Website: CIEPS/UFU. Acesso em: <http://www.cieps.ufu.br>. Acesso em: 11 dez 2022.

Portal comunic@ UFU. Disponível em: <https://comunic@ufu.br/index.php/2022/01/realizamos-producao-de-casos-agricultores-agroecologos-assessorados-pelo-cieps-ufu>. Acesso em: 11 dez 2022.

Pesquisa apoiada pelo Conselho de Extensão e Serviços Humanos (CEPSH) UFU – Núcleo de Políticas de Acesso à Universidade – S. 432.748 – com o apoio da tese de doutorado – FICOPOL/UFU – INÍCIOS DA FEIRINHA SOLIDÁRIA – DA PESQUISA EM ECONOMIA POPULAR – ANEXO 04 – DA Tese de Doutorado – DO LDBS – INDI V. 18111 – 2021.

Parceiros: Profa. Dra. Andréa Costa van Iersk Vasconcelos
Orientadora: Profa. Dra. Ceres Dalso Coutinho Chagas

Contribuições: Profa. Dra. Fátima de Lencastre – Centro de Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, Faculdade de Ciências Políticas (UFPA).







Fonte: Pesquisa de campo, 2022. Banner apresentado em 17/12/2022.
Organizado por: VASCONCELOS, A. C. v. H., 2022.

